

Norma Breda dos Santos
(ORGANIZADORA)

Brasil e Israel

Diplomacia e sociedades

EDITORA

UnB

Outros lançamentos da Editora UnB

Economia e sociedade – vols. I e II

Max Weber

A formação da realidade econômica

Rita de Cássia L. F. Santos

A natureza, o homem e a economia

Helano Maia de Souza

Lutas, jogos e debates – 2ª edição

Anatol Rapoport

Poder e sociedade – 2ª edição

Abraham Kaplan

Harold Lasswell

Sindicalismo e democracia

Betina Schürmann

Política e graça

Christian Meier

A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil

Antônio Augusto Cançado Trindade

Política de defesa no Brasil

Domício Proença Jr.

Eugenio Diniz

Brasil e Israel: diplomacia e sociedades

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor
Lauro Morhy

Vice-Reitor
Timothy Martin Mulholland

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor
Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Lima, Airton Lugarinho de Lima Camara, Emanuel
Oliveira Araújo, Hermes Zaneti, José Maria Gonçalves de
Almeida Júnior, Moema Malheiros Pontes



Norma Breda dos Santos
(organizadora)

Brasil e Israel: diplomacia e sociedades

*Coleção Relações Internacionais,
dirigida por Amado Luiz Cervo*

EDITORA



UnB

Copyright © 2000 by Norma Breda dos Santos (organizadora)

Impresso no Brasil

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Qd. 02 Bloco C Nº 78

Ed. OK 2º andar

70300-500 Brasília – DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Equipe editorial: Wânia de Aragão-Costa (Preparação de originais); Terra Brasil – Fábrica de Textos (Revisão); Fernando Luis (Editoração eletrônica); Márcio Duarte (Capa)

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil e Israel: diplomacia e sociedades / Norma Breda dos Santos (organizadora). – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2000.
264p. – (Coleção relações internacionais)

ISBN 85-230-0592-7

1. Relações internacionais – Brasil. 2. Relações internacionais - Israel. 3. Diplomacia. 4. Política internacional. I. Santos, Norma Breda dos. II. Série.

CDU 327(81:569.4)

Para Helena Salem

Sumário

APRESENTAÇÃO, **9**
AMADO LUIZ CERVO

PREFÁCIO, **13**
NORMA BREDAS DOS SANTOS

PARTE I

O BRASIL E A QUESTÃO ISRAELENSE NAS NAÇÕES UNIDAS: DA CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL AO PÓS(?)-SIONISMO, **19**
NORMA BREDAS DOS SANTOS

BRASIL-ISRAEL: DA PARTILHA DA PALESTINA AO RECONHECIMENTO DIPLOMÁTICO (1947-1949), **71**
TULLO VIGEVANI E ALBERTO KLEINAS

O BRASIL DE VARGAS E AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM ISRAEL: ANÁLISE COMPARATIVA COM A ARGENTINA, 1949-1955, **115**
LEONARDO SENKMAN

ISRAEL E O MUNDO ÁRABE NO CRUZAMENTO DAS ESCOLHAS INTERNACIONAIS DO BRASIL, **149**
ANTÔNIO CARLOS LESSA

PARTE II

BRASIL E ISRAEL NA GLOBALIDADE: UM ENSAIO, **189**
PEDRO P. GEIGER

“JUDEUS MESSIÂNICOS” E SUA “CASA DE ISRAEL” EM BRASÍLIA:
TEMPO, ESPAÇO E IDENTIDADE, **217**
SONIA BLOOMFIELD RAMAGEM

MÍDIA E ORIENTE MÉDIO: UMA RELAÇÃO DE GUERRA E PAZ, **235**
DIANE KUPERMAN

Apresentação

*Amado Luiz Cervo**

Brasil e Israel: diplomacia e sociedades, o livro organizado por Norma Breda dos Santos, foi escrito com esmero por oito autores que analisaram o tema com o objetivo de compreender a substância e o alcance das relações entre estes dois países. A primeira percepção que tivemos com sua leitura leva-nos a crer que não se descortina originalidade marcante nas relações de longo prazo entre Brasil e Israel, quando comparadas com as relações do país judeu com a grande maioria dos países ocidentais. Com efeito, o Ocidente viu-se na contingência de reagir diante da instabilidade política da região, da ascensão de Israel como potência regional e das grandes oportunidades de negócios criadas pelos países árabes. A conduta das diplomacias ocidentais, de certo modo, assemelhou-se.

O Brasil vinculou-se, historicamente, a Israel, de duas formas: pelo envolvimento diplomático e político, por um lado, e pela etnicidade e cultura, por outro.

Desde o empenho de Oswaldo Aranha em criar o Estado de Israel, quando este brasileiro era presidente da Assembléia da ONU, em 1947, até nossos dias, a diplomacia brasileira nunca deixou de acompanhar o destino daquela nação do Próximo Oriente e de reagir em face dos acontecimentos que afetavam sua existência. As atitudes do governo brasileiro, como de outros governos, oscilaram, e muito, ante o quadro regional conturbado e

* Professor Titular de História das Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

ante o dilema de ter de considerar a sorte de países vizinhos a Israel, particularmente a causa do povo palestino. A política internacional teve, na região, uma de suas zonas de alta pressão, com impulsos próprios e não apenas decorrentes das injunções da Guerra Fria. Daí o envolvimento de um país como o Brasil – apesar de alheio ao conflito leste-oeste – com as convulsões políticas do Próximo Oriente.

Laços étnicos e culturais entre Brasil e Israel compeliavam os dois países ao relacionamento bilateral. Os judeus ocupam, com efeito, largo espaço na base da sociedade brasileira, racialmente heterogênea e culturalmente plural. Seria inimaginável pensar que os componentes da etnia e da cultura de origem judaica não houvessem de resultar em pressões sociais a pesar sobre as decisões do governo brasileiro em matéria de política exterior.

Três dificuldades comprometeram, todavia, o adensamento das relações entre Brasil e Israel na segunda metade do século XX: a irrelevância de Israel como parceiro econômico do Brasil, o apoio emprestado pelo Brasil à causa palestina e os interesses econômicos envolvidos nas relações entre o Brasil e o mundo árabe. O livro que apresentamos busca, na ação dessas outras forças, explicação para as oscilações da política brasileira diante de Israel e, até mesmo, para suas aparentes incoerências.

A questão palestina é ilustrativa. O apoio emprestado pela diplomacia brasileira à causa palestina era difuso, embora tão remoto quanto aquele dado à criação e à sobrevivência de Israel. Mas, nos anos 70, levando em conta a possibilidade de compensar, pelo comércio de exportação e pela penetração de empresas brasileiras de serviços de engenharia, os enormes gastos com o petróleo de procedência árabe, o governo brasileiro reforçou duas diretrizes de política para o Próximo Oriente: condenou, de forma dura, a expansão territorial de Israel pela guerra em detrimento dos países vizinhos e tornou explícita sua voz a favor da criação do Estado palestino. Esta inflexão da política brasileira traduzia a pouca relevância de Israel para os interesses econômicos do Brasil e, por outro lado, a expansão dos negócios com o mundo árabe.

Ademais, essa mudança de acento nos objetivos estratégicos regionais verificada nos anos 70 assentou-se nos mesmos vínculos

étnicos e culturais referidos acima para dar inteligibilidade à aproximação entre Brasil e Israel. Com efeito, por ser etnicamente heterogêneo e culturalmente plural, o Brasil apresenta vínculos com o mundo árabe, particularmente com a Síria e o Líbano, semelhantes àqueles que alimentam as relações entre Brasil e Israel.

Ao fazermos o balanço de meio século acerca das relações entre Brasil e Israel, é forçoso reconhecer que estas estiveram permanentemente condicionadas pela intensidade e pela instabilidade das relações do país judeu com os vizinhos, por um lado, e, por outro, pela intervenção que faziam as grandes potências na região. Parece-nos conveniente reconhecer, todavia, à luz das pesquisas expostas neste livro, que a diplomacia brasileira teve, por escopo, promover o entendimento entre os povos do Oriente Médio.

Com efeito, a contribuição do Brasil ao processo de paz entre árabes e judeus que nos anos recentes encaminhou-se foi modesta em termos operacionais, mas expressiva em termos políticos. Resume-se em duas palavras – Apoio e Contenção: apoio ao espaço físico e ao arcabouço político indispensáveis à organização própria e à sobrevivência das comunidades locais, fossem Estados, como a Síria, a Jordânia, o Egito, o Líbano e Israel, fossem comunidades apátridas como o povo judeu e o povo palestino; contenção da conquista territorial pela força das armas, fosse a determinação árabe de destruir o Estado de Israel, fosse a determinação israelense de alargar, desmesuradamente, as fronteiras em nome da segurança.

Como sempre, em política exterior, são os interesses nacionais que comandam as decisões dos Estados. Os interesses do Brasil no mundo árabe avolumaram-se desde o aumento dos preços do petróleo e a investida comercial e empresarial brasileira na região. Israel perdeu peso para o Brasil: seu mercado era comparativamente irrelevante ao lado do mercado árabe, consumidor presumível de produtos agrícolas, de armas, de manufaturados e de serviços de engenharia oferecidos pelo Brasil. Ao final do século XX, se os israelenses conservam alguma mágoa com relação à política de aproximação com que o Itamaraty preparou o terreno para a estratégia brasileira de cooperação econômica com o mundo árabe, podem apelar ao seu senso de ironia e desabafar.

Com efeito, após a Guerra do Golfo, desfeita a Guerra Fria, a realização de interesses brasileiros no Oriente Médio ficou à deriva. Da Arábia Saudita, país com o qual o Brasil estava no ponto de estabelecer expressiva parceria econômica, estes interesses foram alijados pelos Estados Unidos. Foram expulsos do Irã, pelo fundamentalismo religioso e do Iraque, pela derrota na guerra. A diplomacia brasileira não tem força, ao final do século XX, para abrir espaço aos interesses brasileiros, que não encontram mais terreno firme no Oriente Médio. Precisamente quando se vislumbra a consolidação do processo de paz entre palestinos e israelenses, a presença brasileira nos países do Próximo Oriente declina, vítima da instabilidade histórica da região e da irrupção da nova ingerência internacional das grandes potências, cujas intervenções se fazem no mundo globalizado com o intuito de consolidar seus próprios e exclusivos interesses econômicos.

O livro coloca o desafio de se pensar a nova estratégia brasileira para esta região e, nesse particular, o entendimento com Israel torna-se indispensável.

Prefácio

*Norma Breda dos Santos**

Eleito presidente da segunda sessão ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1947, Oswaldo Aranha teve, reconhecidamente, atuação decisiva para a criação de Israel. Com efeito, o episódio será constantemente lembrado e evocado como símbolo dos laços de amizade entre o então recém-criado Estado e o Brasil. Ainda assim, passadas cinco décadas da célebre reunião internacional, as pesquisas acadêmicas estão longe de refletir a importância das relações entre os dois países, iniciadas por aquele momento histórico. Daí o presente esforço coletivo, de autores judeus e não-judeus, brasileiros e não-brasileiros, de instituições diversas, visando a abordar e avaliar várias questões deste relacionamento. O desafio pretende-se interdisciplinar e ponto de partida para uma empreitada de escopo mais abrangente que tem por objetivo estudar os inúmeros, intricados e não pouco interessantes aspectos das relações do Brasil e da América Latina com Israel e demais países do Oriente Médio.

O livro está dividido em duas partes. A primeira reúne quatro trabalhos voltados, predominantemente, para a análise das relações interestatais, isto é, trata de aspectos diplomáticos, políticos e econômicos das relações entre Israel e Brasil. A segunda parte contém dois estudos voltados à reflexão sobre as relações entre sociedades no mundo contemporâneo, “encolhido” pela globalização. *Last but not least*, um original estudo que propõe algumas interrogações sobre a abordagem que a imprensa escrita tem utilizado para tratar dos conflitos envolvendo Israel.

* Organizadora.

No primeiro artigo do livro, a organizadora trata das posições assumidas pela diplomacia brasileira na Organização das Nações Unidas (ONU), em debates e votações envolvendo Israel. A autora buscou identificar aspectos expressivos destas posições que, ao longo de 50 anos, evoluíram da busca de soluções conciliatórias e da equidistância com relação às partes em conflito ao pragmatismo, e do pragmatismo aos posicionamentos que poderiam ser novamente caracterizados como equidistantes, aí em contexto pós-Guerra Fria.

Alinhado com os Estados Unidos e tendo exercido papel tão proeminente durante a votação do Plano de Partilha da Palestina, em novembro de 1947, como explicar a conduta do governo Dutra, que se abstém na votação sobre a admissão de Israel na ONU, em maio de 1949? E, ainda: por que a demora brasileira para reconhecer formalmente Israel e para estabelecer relações diplomáticas? Os trabalhos de Tullo Vigevani/Alberto Kleinas e de Leonardo Senkman estudam estas questões. Vigevani e Kleinas dão ênfase à análise do processo decisório do governo Dutra com respeito à questão palestina, tendo por base, sobretudo, fontes históricas brasileiras. Senkman, por sua vez, busca averiguar tais questões a partir de documentos da diplomacia israelense e com perspectiva comparativa entre as situações específicas do populismo peronista e do populismo do segundo governo Vargas. A Argentina, apesar de sua abstenção na sessão da Assembléia Geral que aprovou a partilha da Palestina, foi o primeiro país latino-americano a reconhecer, formalmente, o Estado de Israel e a estabelecer relações diplomáticas plenas.

Antônio Carlos Lessa examina a política médio-oriental do Brasil de 1967 aos nossos dias, mostrando como os impasses das décadas de 70 e 80 colocaram à prova os “relacionamentos excludentes” da política externa brasileira, incluindo-se aí Israel. Com razão, afirma que o estudo das relações israelo-brasileiras e árabe-brasileiras tem muito a ensinar sobre os acertos e desacertos da política exterior do Brasil.

Os artigos de Pedro Geiger e Sonia Ramagem compõem a segunda parte do livro. Em que Brasil e Israel se aproximam e se diferenciam? Geiger aponta lugares e momentos em que os 2 Estados

e povos se encontram e se distanciam, suas especificidades e identidades. A criação do Estado de Israel implicou a convivência de populações provenientes de diversos lugares. Depois de mais de 50 anos, quais os termos de convivência entre o novo e o velho, entre o particular e a tendência à homogeneização? O Brasil também passa por transformações profundas e, como Israel, tem de fazer face à questão da diversidade cultural e da integração na territorialidade. Sonia Ramagem estuda a questão da identidade judaica por meio do impacto causado pela inauguração de uma “sinagoga”, em Brasília, por “judeus messiânicos”. A autora chama a atenção para o agudo crescimento do fundamentalismo religioso, sublinhando seu caráter de reação e resistência às alterações do mundo globalizado.

O último artigo, de Diane Kuperman, trata de tema que, por si só, se presta a muitas indagações: a atuação da imprensa. Kuperman, uma judia entre os 20 mil judeus que tiveram de deixar o Egito em consequência da Crise do Suez, aborda a cobertura dada pela imprensa aos conflitos do Oriente Médio. Propõe-se, assim, a contar “uma” história de Israel: aquela que pode ser lida nas notícias veiculadas pelos jornais.

Registre-se que o projeto preliminar de pesquisa sobre as relações entre Israel e Brasil foi elaborado por Antônio Carlos Lessa, a quem agradecemos. Agradecemos, ainda, a ajuda e a dedicação dos colegas e alunos Marcelo Gameiro de Moura, Ricardo Allan Lima de Medeiros, Denis Cláudio de Siqueira Carvalho e Fernanda Coura. A presente publicação contou com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), por meio do Programa de Formação de Recursos Humanos em Relações Internacionais (RH-RI).

Parte I

O Brasil e a questão israelense nas Nações Unidas: da criação do Estado de Israel ao pós(?)-sionismo

*Norma Breda dos Santos**

Vasta literatura pode ser encontrada sobre a criação do Estado de Israel, o impacto da conduta política do governo israelense ao longo dos anos e o envolvimento das Nações Unidas na questão. Muito menos profícua tem sido a produção acadêmica sobre a política externa brasileira para o Oriente Médio. Da mesma maneira, ainda que exista grande número de estudos sobre aspectos específicos da atuação do Brasil nos foros multilaterais, poucas são as análises com escopo mais abrangente.¹ O presente texto tem, como propósito, examinar as posições brasileiras assumidas nas Nações Unidas com relação a Israel durante 5 décadas. Diante de tema tão vasto e período tão longo, busca somente identificar e tratar de aspectos particularmente significativos no di-

* Universidade de Brasília

¹ Para uma visão abrangente da atuação multilateral brasileira, ver os estudos de SELCHER, Wayne. A. *Brazil's multilateral relations: between first and third worlds*. Boulder: Westview Press, 1978; CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. "Posições internacionais do Brasil no plano multilateral". *Revista brasileira de estudos políticos*, n. 52, janeiro de 1981, p. 147–216; BUENO, Clodoaldo. "A política multilateral brasileira". In: CERVO, Amado L. (org.) *O desafio internacional*. Brasília: Editora da UnB, 1994, e BREDAS DOS SANTOS, Norma. "La projection multilatérale du Brésil". In: *Le Brésil, l'Europe et les équilibres internationaux, XI^e–XX^e siècles*. Paris: Presses Universitaires de France/Centre d'Études sur le Brésil-Sorbonne, 1999, p. 311–320.

versificado espectro de questões envolvendo Brasil e Israel na ONU.²

Desde o começo de sua existência, as Nações Unidas ocuparam-se da questão da Palestina e, certamente, nenhum outro tema foi mais debatido em seu âmbito. O Brasil tem acompanhado os acontecimentos trazidos à organização internacional acerca do problema, variando o grau de seu interesse, em geral relativamente pouco expressivo, de acordo com os grandes movimentos da política exterior brasileira como um todo. Estando esta marcada, há pelo menos 6 décadas, pela busca de elementos para a concretização do que elegeram como interesse nacional maior – a busca de insumos externos para o desenvolvimento do País –,³ pode-se afirmar que, de forma geral, o voto do Brasil, na ONU, em questões relativas a Israel, refletirá a percepção do governo brasileiro quanto à adequação de seu posicionamento, visando à concretização daquele objetivo e sua maior, ou menor, margem de manobra.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que os cinquenta anos de relacionamento israelo-brasileiro, no seio da ONU, desdobram-se em 2 grandes momentos. O primeiro iria da partilha da Palestina em 1947 – ou seja, antes mesmo da criação de Israel –, até 1973, caracterizado pela equidistância, qualificação do próprio Itamaraty, que pressupõe, portanto, uma perspectiva regional. Distante geograficamente da região, com interesses comerciais modestos, tanto em Israel quanto nos países árabes, e contando com a presença de comunidades judias e árabes de certa importância no País, a diplomacia brasileira pautar-se-á por posicionamento equilibrado e equitativo nas diversas questões trazidas a debate. O segundo momento, com início nos anos 70, está marcado por forte mudança de registro. A partir de lá, pode-se falar que a nova retórica brasileira, temperada por maior realismo, nacionalismo e pragmatismo – e que muito tem a ver com as trans-

² Ainda assim, foi possível abordar com maior detalhe o período 1947–1975, de acordo com a disponibilidade das fontes.

³ CERVO, Amado (org.). “Relações Internacionais do Brasil”. In: _____. *O desafio internacional*. Brasília: Editora da UnB, 1994, p. 28.

formações do cenário internacional. notadamente a crise do petróleo –, resultará em votações tendencialmente pró-árabes. Manifestação por excelência desse novo período é o voto brasileiro na Assembléia Geral, em 1975, a favor da resolução que qualifica o sionismo como forma de racismo e discriminação racial.

Da partilha da Palestina à reviravolta dos anos 70

“Devemos admitir (...) que a Organização das Nações Unidas não conseguiu atingir o objetivo principal para o qual ela foi criada: assegurar a segurança e a paz. (...) Uma trágica insegurança pesa sobre o mundo e é traduzida em diversas formas de medo (...)”.⁴ Assim João Carlos Muniz encerrava seu discurso inaugural à sessão ordinária da Assembléia Geral de 1947, traduzindo o clima de tensão e frustração ante a rápida deterioração das relações internacionais, passados exatos 2 anos do começo do funcionamento das Nações Unidas. O trecho é igualmente, e sobretudo, elucidativo a propósito da pouca ingenuidade nutrida pelo Itamaraty, de longa data, com relação às reais possibilidades das Nações Unidas de atingir os objetivos previstos em sua Carta, assim como de trazer respostas significativas e tangíveis aos principais desafios internacionais do Brasil, situados, principalmente, na área financeira, na comercial e na tecnológica.

Israel, por sua vez, deve, em boa medida, à ONU, sua própria criação. Ainda que ao longo dos anos se tenha transformado em contumaz membro “malcomportado”, sua particularidade geopolítica fez, de sua presença assídua na organização internacional, instrumento de sobrevivência. De fato, o apoio da ONU foi essencial para que Israel fosse reconhecido internacionalmente, tivesse sua política doméstica e sua política externa legitimadas, se consolidasse como Estado e se inserisse internacionalmente. Além disso, o foro multilateral possibilitou, a Israel, o contato e

⁴ *A palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946- 1985*. Brasília: FUNAG, 1995, p. 42.

a aproximação com diversos países e parcerias alternativas a seus vizinhos, no mais das vezes, extremamente hostis. Parece não restar muitas dúvidas, portanto, sobre a relevância de seu relacionamento com a ONU.

Em direção à criação do Estado israelense

Ainda que, ao encerrar-se a Segunda Guerra Mundial, o Oriente Médio se tenha transformado em região de disputa hegemônica entre os Estados Unidos e a União Soviética e que 1947 assinale o começo da Guerra Fria, no âmbito da ONU, a região, pelo menos até a Crise do Suez, escapará, em alguma medida, à lógica bipolar. Condição primordial para que assim ocorresse foi o êxito, imprescindível para os norte-americanos, em evitar a presença de tropas soviéticas na região.⁵ Veja-se, nesse sentido, que Estados Unidos e União Soviética votam, ambos, pela partilha da Palestina. Da mesma maneira, as duas potências concordam a respeito das medidas de urgência a serem adotadas em 1956.⁶

O Brasil tem buscado ação constante na ONU, participando dos diversos debates ocorridos na Assembléia Geral e no Conselho de Segurança em que, de 1946 a 1968, exerceu, por 5 vezes, o mandato bianual de membro não-permanente: 1946–1947, 1951–1952, 1954–1955, 1963–1964 e 1967–1968. Vinte anos mais tarde, volta a integrar o Conselho nos biênios 1988–1989, 1993–1994 e 1998–1999.

⁵ Em janeiro de 1954, quando é debatido o desvio de águas do Rio Jordão, a União Soviética impõe seu primeiro veto com respeito à Palestina. Era, no entanto, o 59º veto soviético no Conselho de Segurança. Cf. CHAMBERLIN, Waldo; HOVET JR., Thomas; HOVET, Erica. *A chronology and fact book of the United Nations, 1941–1976*. Dobbs Ferry: Oceana Publications, 1976, p. 30.

⁶ Uma extensa análise histórica sobre a criação de Israel e a evolução do relacionamento entre a ONU e o recém-criado Estado até meados da década de 50 pode ser encontrada em *Israel and the United Nations: report of a study group set by the University of Jerusalem prepared for the Carnegie Endowment for International Peace*. New York: Manhattan Publishing Company, 1956.

Em 1947, quando da votação da partilha da Palestina, a política externa brasileira obedece a acentuado alinhamento com os Estados Unidos, acompanhando, portanto, de modo geral, os votos norte-americanos na ONU. Acrescente-se, a propósito, que essa tendência se estenderá até meados da década de 70, pelo menos com relação a “questões capitais que envolvam a adoção de medidas de defesa da coligação ocidental contra o expansionismo soviético”.⁷

Desse modo, ainda que o voto brasileiro, na partilha da Palestina, tivesse sido coerente com uma política que se manteria por quase 3 décadas, de relativa independência quando não estivesse em jogo o equilíbrio de forças no cenário internacional e busca de posicionamentos eqüitativos e soluções de compromisso,⁸ a indicação de Oswaldo Aranha, reconhecidamente americanófilo, para chefiar a missão brasileira junto às Nações Unidas, reveste-se de um significado particular.

Aranha havia sido embaixador em Washington de 1934 a 1937. Em 1938, tornou-se Ministro das Relações Exteriores, função que exerceu até agosto de 1944. No começo de fevereiro de 1947, estava nos Estados Unidos para participar de uma reunião do *Council of World Affairs*, a convite da *Time Magazine*, quando foi chamado pelo governo Dutra para chefiar a missão brasileira em Nova York, em substituição ao embaixador Pedro Leão Velloso, que falecera no mês anterior. Nessa condição, Aranha

⁷ *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro das Relações Exteriores (Relatório)*, 1957, p. 24–25.

⁸ Nesse sentido, por exemplo, um mês antes da votação plenária do Plano de Partilha, o Itamaraty dava as seguintes instruções a Oswaldo Aranha: “Pensamos que, na questão da Palestina, a melhor atitude é a abstenção, dada a oposição dos árabes e a existência no Brasil de uma grande colônia sírio-libanesa. Todavia, se esse voto nulo impedir aos dois terços necessários para a aprovação da resolução da partilha, devemos votar de acordo com as grandes potências às quais incumbirá a responsabilidade de pô-la em prática. Vossa Excelência, em todo caso, procederá de acordo com o seu próprio ponto de vista se for diverso do que deixamos indicado, dado que seus elementos de informação são mais completos”. AHI–Brasília, Exteriores à Delegação do Brasil junto à Assembléia Geral da ONU, 20 de outubro de 1947.

torna-se, conseqüentemente, o representante brasileiro no Conselho de Segurança, cuja presidência de turno caberia ao Brasil no mês de março, e acabou sendo, também, eleito presidente das 2 sessões da Assembléia Geral que ocorreriam naquele ano: a primeira sessão extraordinária e a segunda sessão ordinária.

A primeira sessão extraordinária da Assembléia Geral (abril-maio de 1947) fora convocada a pedido da Grã-Bretanha, a fim de constituir comitê que deveria preparar um relatório sobre a questão da Palestina, a ser submetido à sessão ordinária da Assembléia Geral daquele ano. O Comitê Especial sobre a Palestina – *United Nations Special Committee on Palestine (UNSCOP)* –, composto por representantes de 11 países (Austrália, Canadá, Checoslováquia, Guatemala, Índia, Irã, Países Baixos, Peru, Suécia, Uruguai e Iugoslávia), foi então criado (Resolução nº 106, S-1), apesar dos vários obstáculos colocados à sua constituição. O principal deles foi contornado por Oswaldo Aranha, que, na presidência daquela sessão, conseguiu que ela tivesse, como item único de sua agenda, a proposta britânica. Impediu, assim, que outras questões fossem examinadas, notadamente a proposta das delegações árabes de discutir a imediata independência da Palestina.⁹

O longo relatório do Comitê Especial, composto de 5 volumes, foi entregue ao Secretário-Geral em 31 de agosto de 1947. Continha 12 recomendações gerais, 1 recomendação sobre a situação especial de Jerusalém e 2 propostas para a solução do problema político de fundo: o “plano da maioria”, que correspondia ao ponto de vista sionista, era defendido por 7 membros do Comitê e propugnava a partilha da Palestina em um Estado árabe e um Estado judeu; e o “plano da minoria”, que propunha a criação de um Estado federal, composto por 2 unidades políticas, uma árabe e outra judia.

Durante a segunda sessão ordinária da Assembléia Geral (setembro-novembro de 1947), na reunião histórica do dia 29 de novembro, foi aprovada a Resolução nº 181 (II), que estabelecia a proteção dos lugares santos, o estatuto internacional de Jerusa-

⁹ GLICK, Edward B. *Latin America and the palestine problem*. New York: Theodor Herzl Foundation, 1958, p. 46-47 e 55.

lém, que ficaria sob tutela da ONU, e o Plano de Partilha da Palestina. O Brasil votou favoravelmente à resolução, tendo, anteriormente, votado, porém, a favor de uma proposta para solicitar, à Corte Internacional de Justiça, parecer consultivo sobre a questão antes de se proceder à votação sobre a partilha. A proposta de consulta à Corte, apresentada em subcomitê e apoiada pelas delegações árabes e por várias delegações latino-americanas (além do Brasil, Argentina, Colômbia, Cuba, El Salvador e Haiti), foi vencida por uma diferença de votos relativamente modesta.¹⁰

O Brasil justificaria seu voto de 29 de novembro declarando que

quaisquer que sejam as críticas à partilha – e as mais procedentes se referem à ineficácia da implementação prevista para a manutenção tanto [da] divisão política, quanto da unidade econômica – não há [como] negar que ela era, dentro das circunstâncias, a única solução plausível.¹¹

Tal afirmação refletia o sentimento de que a implementação da Resolução nº 181 estava largamente comprometida, uma vez que não fora aceita pelos palestinos nem pelos Estados árabes.

Henrique Valle, membro da delegação brasileira à sessão extraordinária de 1947 da Assembléia Geral, comentaria, anos mais tarde, que o trabalho de Aranha na presidência,

¹⁰ As duas propostas de resolução visando a solicitar o parecer da Corte foram rejeitadas com as seguintes votações: 18 votos a favor da consulta, 25 contra e 11 abstenções; 20 a favor, 21 contra e 13 abstenções. Os Estados Unidos votam contra as propostas. Cf. United Nations, *General Assembly Official Records, Second Session, Palestine Committee*, p. 203, *apud* GLICK, Edward B., *op. cit.*, p. 91.

¹¹ Do total dos 56 votos à Resolução nº 181, II, 34 foram favoráveis, 12 contra (Afeganistão, Arábia Saudita, Cuba, Egito, Grécia, Índia, Irã, Iraque, Líbano, Paquistão, Síria e Turquia) e 10 membros abstiveram-se de votar, entre as quais 6 de países latino-americanos (Argentina, Chile, Colômbia, El Salvador, Honduras, México) Cf. *United Nations Resolutions on Palestine and Arab-Israeli Conflict* (UNR), v. 1, p. 1–6, e Arquivo Histórico do Itamaraty, Brasília (AHI-Brasília), “Envio de estudo sobre a Questão da Palestina”, Missão do Brasil junto às Nações Unidas para Exteriores, 2 de junho de 1967, Confidencial, Ofícios Recebidos, Cx. 150, p. 2–3.

embora quase todo ele processual, foi dos mais brilhantes. Inteligência, tato, persuasão, firmeza, espírito conciliatório, imaginação – tudo foram qualidades que mostrou possuir à saciedade. A par das reuniões formais, chamava para seu gabinete os delegados mais interessados no assunto, esclarecia-se sobre o que não lhe parecia transparente na posição do outro, buscava esclarecer terceiros que pudessem ser úteis à solução do assunto, conversava discutia, sugeria e, sobretudo, preocupava em que a Assembléia se desincumbisse, com dignidade, da responsabilidade que lhe fora cometida.¹²

Observando, de um lado, a atuação da delegação brasileira nas sessões da Assembléia de 1947 e, de outro, a conduta de Oswaldo Aranha na presidência delas, conclui-se que a aprovação da Resolução nº 181 se deveu muito mais à ação individual de Aranha do que aos esforços dos delegados brasileiros de maneira geral.¹³ Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro das Relações Exteriores de 1979 a 1985, iniciava então sua carreira diplomática. Era Terceiro-Secretário na missão permanente em Nova York e, com relação à posição brasileira, afirma, em suas memórias, que o

Brasil teria preferido a formação de um único Estado, leigo e liberal, em que convivessem árabes e judeus em paz. Como essas duas comunidades não se entendiam, forçoso era reconhecer que teriam de viver separadas, cada um com seu Estado próprio. Tais não eram as palavras, mas o sentido da declaração de voto. [E conclui jocosamente:] Só faltava dizermos, como o senador Austin, representante americano no Conselho de Segurança, tempos depois, **que era necessário que judeus e muçulmanos se entendessem com verdadeiro espírito cristão** (grifo nosso).¹⁴

¹² VALLE, Henrique Rodrigues. “Aranha na ONU. II”. *Correio da Manhã*, 10 de fevereiro de 1960, *apud* CAMARGO, Aspásia; PEREIRA DE ARAÚJO, João Hermes; SIMONSEN, Mário Henrique. *Oswaldo Aranha: a estrela da revolução*. São Paulo: Mandarin, 1996, p. 334.

¹³ Stanley Hilton afirma que, quando a partilha da Palestina foi discutida na segunda Assembléia Geral, “o papel de Aranha (...) seria de apoio discreto, mas intenso, às reivindicações sionistas”. Cf. HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p. 455–456.

¹⁴ SARAIVA GUERREIRO, Ramiro. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992, p. 172.

Não obstante, ainda que sejam inquestionáveis a habilidade de Aranha de imprimir racionalidade às questões procedurais, de maneira a otimizar as probabilidades de aprovação do Plano de Partilha, e o prestígio e o respeito que granjeou com sua atuação na ONU, é bastante menos claro que a partilha da Palestina e a posterior criação de Israel, em 1948, fizessem eco a suas convicções pessoais. Aranha era pró-americano, posição que adquirira contornos mais sutis ao longo dos anos. Em 1935, por exemplo, quando o acordo de comércio entre os Estados Unidos e o Brasil foi negociado, o então embaixador brasileiro em Washington mostrara-se demasiadamente complacente com respeito às exigências norte-americanas.¹⁵ Trabalhou, intensamente, pela aliança com os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, enquanto Vargas insistia em manter “equidistância pragmática”¹⁶ diante das potências beligerantes. Em 1947, quando aceitou o convite do governo brasileiro para representá-lo na missão do Brasil junto à ONU, suas preocupações estavam voltadas para a situação internacional do Brasil e, sobretudo, para o enfraquecimento de suas relações com os Estados Unidos desde o fim da Segunda Guerra. Lamentava que a solidariedade brasileira aos

¹⁵ Cf. Marcelo de Paiva Abreu afirma que “a inabilidade de Oswaldo Aranha – que explicitamente defendia a concessão de tratamento preferencial aos interesses norte-americanos – tornou possível que as autoridades norte-americanas incluíssem condições relativas às operações do controle cambial brasileiro e à interrupção do comércio de compensação, especialmente com a Alemanha, no texto do acordo comercial [de 1935]”. ABREU, Marcelo de Paiva. “O Brasil e a economia internacional.” *In: História geral da civilização brasileira*, t. 3, v. 4, p. 31–32.

¹⁶ Conceito utilizado por Gerson Moura para caracterizar a política exterior brasileira empreendida entre 1935 e 1942 por Getúlio Vargas, marcada por aproximações alternadas com relação aos centros hegemônicos emergentes de então, que buscavam ampliar suas alianças, ou seja, é o momento em que o Brasil consegue aumentar sua capacidade de negociação e realizar ganhos, aproveitando-se da importância que adquire para os interesses estratégicos norte-americanos na defesa do continente e das vantagens que oferecia o comércio compensado com a Alemanha. Cf. MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira entre 1935 e 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Aliados, durante o conflito, não havia gerado frutos no pós-guerra, e que deveria, o Brasil, mostrar-se aos Estados Unidos como peça importante na aliança contra os desafios da Guerra Fria.¹⁷ Na ONU, acreditava, teria a oportunidade de atenuar a relação de profunda assimetria com os Estados Unidos e de resgatar a atenção e a respeitabilidade que acreditava merecer, a diplomacia brasileira, das autoridades norte-americanas.

Vale lembrar, a propósito, a intensa polêmica aberta pelo trabalho da historiadora Maria Luíza Tucci Carneiro que, ao analisar a posição do governo brasileiro durante o período Vargas, trouxe a público as posições anti-semitas de diversos altos funcionários do Itamaraty e afirmou que, quando Aranha foi Ministro das Relações Exteriores (1938–1944), teria implementado “uma política imigratória eminentemente restritiva aos judeus”.¹⁸ Jeffrey Lesser, porém, argumenta que a elite política e intelectual brasileira dos anos 30 estava impregnada de anti-semitismo e que, apesar das dificuldades crescentes impostas aos “indesejáveis” que queriam imigrar para o Brasil, vários conseguiram contorná-las. Assim, **em 1939, teriam imigrado para o País mais judeus do que em qualquer um dos 10 anos anteriores**, tendo, a nomeação de Aranha, para a pasta das Relações Exteriores, tornado a política imigratória menos perniciosa aos imigrantes e refugiados judeus.

Ainda segundo Lesser, Oswaldo Aranha

concordava com muitos dos mesmos estereótipos antijudaicos utilizados por outros políticos da América e de todo o mundo. (...) Aranha, contudo, não era um “judeófobo”; suas idéias continham um importante componente filo-semita. Na visão do novo ministro, os judeus eram ricos, especializados e influentes, sendo portanto úteis para o desenvolvimento econômico do Brasil. Além disso, Aranha reconhecia que a solução para a Questão Judaica no Brasil teria um impacto sobre as relações com os Estados

¹⁷ HILTON, Stanley, *op. cit.*, p. 443.

¹⁸ Cf. TUCCI CARNEIRO, Maria Luíza. *O anti-semitismo na Era Vargas (1930–1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 259.

Unidos, país que tanto admirava. Já em 1937, enquanto embaixador nos Estados Unidos, ele demonstrava preocupação de que a recusa à entrada de judeus no Brasil devia provocar a “imensa e poderosa colônia judaica [dos Estados Unidos]”.¹⁹

A adesão de Israel à ONU e a internacionalização de Jerusalém

A criação do Estado de Israel foi oficialmente proclamada no dia 14 de maio de 1948, 8 horas antes do término do mandato britânico na Palestina, no mesmo dia em que a segunda sessão extraordinária da Assembléia Geral (abril-maio) aprovava uma resolução, com o voto favorável do Brasil, autorizando a nomeação de um mediador para tentar conciliar árabes e judeus (Resolução nº 186, S-2),²⁰ diante dos obstáculos encontrados para a implementação do Plano de Partilha votado no ano anterior. No dia seguinte, 15 de maio, ao se retirarem os ingleses, tropas de países árabes vizinhos invadiram a Palestina, dando início a um conflito armado, cuja gestação se tornara manifesta em novembro de 1947. Ao final da chamada “Guerra de Independência”, além de quase toda a área que lhes havia sido atribuída pela Resolução nº 181, as tropas israelenses haviam ocupado áreas destinadas ao Estado árabe, aumentando em 37% o território de Israel atribuído pelo Plano de Partilha.²¹ Em Jerusalém, internacionalizada por força da Resolução nº 181, a cidade velha ficou em mãos árabes e a cidade nova, com os judeus. Cerca de 650 mil palestinos árabes deslocam-se²² em direção aos países vizinhos, estabelecendo-se, especialmente, na Jordânia e no Egito.

¹⁹ LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995, p. 47-48. 218 e 319.

²⁰ UNR, v. 1, p. 1.

²¹ *Ibidem*, p. 14-15. e REICHMAN, Shalom. “Partition and transfer: cristalização of the Settlement Map of Israel following the War of Independence, 1948-1950. In: KARK, Ruth (ed.). *The land that became Israel: studies in historical geography*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1990, p. 320.

²² Cf. REICHMAN, Shalom, *op. cit.*, p. 324.

Ainda que, à primeira vista, possa parecer surpreendente o fato de o governo brasileiro se ter absterido quando a Assembléia Geral votou e aprovou a admissão de Israel à ONU, em maio de 1949 (Resolução nº 273, III), existem fortes indicações de que tal atitude não padecia de inconsistência. É verdade, por um lado, que existiam fatores, em tese, conducentes a um voto favorável à adesão de Israel: a) o Brasil votara em favor do Plano de Partilha; b) Israel já fora reconhecido por vários países, entre os quais os Estados Unidos; c) o Conselho de Segurança havia recomendado a admissão israelense na ONU; e d) o Brasil, em geral, apoiara a universalização do *membership* da ONU. Por outro lado, no entanto, deve-se lembrar que o governo brasileiro apoiara uma resolução, aprovada poucos dias antes da votação da adesão de Israel, convidando-o a prestar esclarecimentos sobre a administração de Jerusalém e a situação dos refugiados árabes.²³ Subordinara, por fim, seu voto pela adesão ao acatamento israelense das resoluções relacionadas à internacionalização de Jerusalém e aos refugiados.²⁴

²³ O Brasil votaria ainda a favor da Resolução nº 194, III e da 303, IV e de mais 2 resoluções que iriam no mesmo sentido, adotadas em 1950 e 1952, não alcançando, entretanto, os dois terços de votos necessários à sua aprovação.

²⁴ *Relatório*, 1949, p. 40. Entre os membros latino-americanos da ONU, El Salvador e Brasil mantiveram clara posição de condicionar a adesão à “estrita implementação por Israel das resoluções relativas à internacionalização de Jerusalém e à questão dos refugiados árabes”, nas palavras de um então delegado salvadorenho. Cf. GLICK, Edward B. *op. cit.*, p. 33. Com relação aos refugiados árabes, sabe-se que a gravidade de sua situação não é desconhecida do Itamaraty e que sensibiliza alguns diplomatas, fato que não se traduzirá, entretanto, em ações concretas por parte do governo brasileiro, que acaba, assim, por acompanhar as grandes potências e a ONU em geral em sua ineficiência/insuficiência ante o problema. Escrevia T. Graça Aranha, do Cairo, em 1948: “O Embaixador Americano, que está regressando de sua viagem à Palestina, ao Líbano e à Síria, onde foi verificar a situação dos refugiados árabes emigrados dos territórios palestinos ocupados, disse-me que se encontrava muito impressionado com a situação dessa pobre gente, numa indescritível miséria. Viu mais de 1500 crianças em desamparo, quase todas contaminadas por terríveis doenças. Não acha solução para o assunto, nenhum país querendo receber esses refugiados e a volta deles à Palestina parecendo coisa muito problemática. Enquanto isso, acrescentou o Embaixador, os judeus do mundo inteiro, mormente dos Estados Unidos, enviam continuamente somas enormes ao Estado de Israel.” AHI—Brasília, T. Graça Aranha (Cairo) para Exteriores, 25 de outubro de 1948.

A preocupação com o respeito ao estatuto de Jerusalém, reiterada pelo governo brasileiro, teve, nitidamente, maior peso na decisão brasileira. A situação dos refugiados não se tornaria menos preocupante nos anos seguintes; tampouco a atitude do governo israelense alimentaria expectativas positivas quanto à internacionalização de Jerusalém. No entanto, a correspondência trocada entre Itamaraty e diversos postos diplomáticos brasileiros no Exterior, particularmente até o final da década de 60, demonstram que o estatuto de Jerusalém foi objeto de real atenção brasileira por muito tempo, ainda que o governo se tenha decidido pelo reconhecimento de Israel em fevereiro de 1949 e estabelecido relações diplomáticas meses mais tarde.²⁵

A influência do Vaticano, nesse caso, fez-se sentir fortemente. Como observa Glick,

a autoridade temporal da Igreja Católica Romana ainda [era] grande e que relativamente às atitudes e votos manifestados pela maior parte dos Estados latino-americanos na questão de Jerusalém, o real *locus* de poder e de tomada de decisão não [estava] em Lima, Rio de Janeiro ou La Paz (...) e sim na Cidade do Vaticano.²⁶

A terceira sessão ordinária da Assembléia Geral também aprovou uma resolução que estabeleceria Comissão de Conciliação para a Palestina, composta por França, Turquia e Estados Unidos, que previa a proteção internacional dos lugares santos em Jerusalém e chamava, novamente, a atenção para a necessidade de proteção aos direitos dos refugiados árabes. Embora a proposta inicial da resolução tivesse partido da Inglaterra, havia sido sensivelmente modificada por sugestões de alguns países, entre eles o Brasil

²⁵ *Relatório*, 1949, p. 31. Assinala o *Relatório* “o início de relações consulares com o Estado de Israel, cujo Cônsul no Rio de Janeiro já recebeu ‘exequatur’ do Governo brasileiro”. *Ibidem*, p. 96.

²⁶ GLICK, Edward B, *op. cit.*, p. 151. O autor informa que um delegado israelense na ONU lhe afirmara que sobre a questão, entre os países latino-americanos, o Brasil em especial recebia instruções do Vaticano de maneira completamente acrítica. *Ibidem*, p. 155.

(Resolução nº 194, III). Além disso, o Brasil votou favoravelmente à criação da Agência de Auxílio e Obras das Nações Unidas para os Refugiados do Oriente Médio (UNRWA, Resolução nº 212, III).²⁷

Considerando a pouca, ou nenhuma, disposição de Israel e da Jordânia – que, fortemente armados, ocupavam Jerusalém –, de estabelecerem diálogo construtivo e viabilizarem os esforços de conciliação e respeito às resoluções já votadas sobre o regime de internacionalização da cidade, as expectativas do governo brasileiro quanto a avanços substantivos na matéria são, com razão, das mais pessimistas. Na quarta sessão ordinária da Assembléia Geral (setembro–dezembro de 1949), ocasião em que o tema foi amplamente discutido, entendia a delegação brasileira que deveria insistir na internacionalização, estando, entretanto, preparada “para aceitar um plano que contenha um mínimo de garantias para os Lugares Santos, liberdade de culto, acesso, etc.”.²⁸

Contando com o voto favorável brasileiro, a reunião confirmou a Resolução nº 181, II, e outorgou, ao Conselho de Tutela, a responsabilidade de estudar e atualizar o Estatuto de Jerusalém. O Conselho de Tutela assumia, igualmente, a responsabilidade de aplicar o Estatuto, o que, na realidade, jamais viria a se concretizar. Com efeito, sem meios materiais para sua aplicação, a Resolução nº 303, IV, permaneceria letra morta.²⁹ Deve-se ter em mente, ainda, os temores norte-americanos de que a intervenção do Conselho de Segurança e o recurso ao uso da força, para assegurar a aplicação do Plano de Partilha, implicariam a presença militar soviética na região.

²⁷ UNR, v. 1, p. 17-18, e “Envio de estudo ...”, *op. cit.*, p. 4–8. O Congresso brasileiro não autorizará o governo a contribuir financeiramente para o funcionamento da UNRWA. Os representantes brasileiros na ONU, por sua vez, guardarão uma postura discreta quando aspectos políticos são trazidos à debate por ocasião da apreciação dos relatórios apresentados pela UNRWA.

²⁸ AHI–Brasília, Cyro de Freitas-Valle para Exteriores, 1º de dezembro de 1949, Secreto, Telegramas Recebidos e Expedidos, Cx. 46, 1950–57.

²⁹ AHI–Brasília, “Envio de estudo ...”, *op. cit.*, p. 8–11.

Bastante sintomáticas, portanto, a respeito de problemas que viriam a se agudizar ao longo dos anos, foram as palavras de Cyro de Freitas-Valle, na abertura daquela Assembléia Geral, quando chamou a atenção para o abandono do “espírito de São Francisco”. Afirmou ser “extremamente difícil manter o equilíbrio numa estrutura cujas fundações tenham sido assentadas sob os auspícios de um grupo de países que (...) perdeu a capacidade de compreensão mútua e começou a trilhar caminhos antagônicos no campo da segurança coletiva”. E lembrou, não sem certa ousadia: “O penoso mandato-obrigação de executar o Tratado de Versalhes foi uma das principais causas da queda da Liga das Nações”.³⁰ Criticou a ausência de vontade política para que se repensasse a estrutura das Nações Unidas, abarrotadas com os mais diversos problemas sem estar equipadas para dirimi-los.

O governo brasileiro enfrentaria dificuldades ante a política israelense de querer ver legitimada sua presença em Jerusalém. Em 1963, insistia Israel, oficiosamente, para que o Brasil transferisse sua representação diplomática de Tel Aviv para Jerusalém, sua capital desde 1950, alegando que 4 países latino-americanos já o haviam feito (Venezuela, Uruguai, Guatemala e Panamá) e oferecendo a doação de uma sede “condigna para aquela Missão”. A proposta não deixou de encontrar adeptos no Itamaraty, convencidos da irreversibilidade da situação.³¹ Pouco antes, é verdade, Hermes Lima havia decidido transferir a embaixada brasileira para Jerusalém, decisão em seguida revista e que não chegou a ser implementada.

Posições provavelmente mais conseqüentes mostravam aqueles que, no Itamaraty, se ocupavam diretamente de assuntos rela-

³⁰ *A palavra do Brasil nas Nações Unidas, op. cit.*, p. 53.

³¹ Carlos Alfredo Bernardes (Secretário-Geral) ao Ministro das Relações Exteriores, 14 de maio de 1963. Confidencial, Memorandos, Pareceres e Requerimentos. Cx. Todos 1963, Recebidos e Enviados. À época, além das embaixadas latino-americanas em Jerusalém, 9 países haviam também instalado suas embaixadas na cidade: Holanda, Grécia, Costa do Marfim, Nigéria, Dahomei, Alto Volta, República Centro-Africana, Gabão e Congo. Portanto, nenhuma grande potência.

tivos à região, avaliando a questão de outra perspectiva. Defendiam o ponto de vista de que aceitar tal proposta significaria contribuir para uma situação *de facto*, em contradição com os reiterados votos brasileiros pela internacionalização de Jerusalém, com motivação principista e respaldo da Santa Sé. Considerando o peso da comunidade católica no Brasil, o governo entendia que se deveria levar em conta o posicionamento da maior autoridade católica, o Vaticano, e era do conhecimento do Itamaraty que este não alterara sua posição favorável à internacionalização de Jerusalém. Além disso, ao se pensar na “aura financeira da comunidade judaica”, dever-se-ia, igualmente, lembrar de que a decisão desagradaria aos países árabes, com os quais o Brasil tinha bom relacionamento e interesses comerciais a defender.³² O resultado das *démarches* israelenses em nada resultam, mantendo o Brasil sua embaixada em Tel Aviv.

Dois anos mais tarde, novamente o governo brasileiro viu-se na desconfortável situação de resistir às pressões israelenses para aceitar Jerusalém como local da assinatura de um convênio suplementar ao “Acordo Básico de Cooperação Técnica”, firmado entre os 2 governos em 1962. O convênio em negociação versava sobre a utilização de energia atômica para fins de pesquisa científica e uso pacífico. O então embaixador de Israel em Brasília, Yossef Nahmias, argumentava, junto ao Itamaraty, que diversos acordos com vários países vinham sendo assinados em Jerusalém e que seria inaceitável se pensar em criar precedentes que pudessem colocar em questão a tendência crescente da comunidade internacional de aceitar Jerusalém como capital de Israel. O fato ilustra que, apesar do não-reconhecimento, pela ONU, da transferência da capital para Jerusalém, várias representações diplomáticas acreditadas junto ao governo israelense vinham sofrendo pressões das mais diversas formas para fazê-lo, e que algumas

³² AHI-Brasília, Henrique de Araújo Mesquita para A. B. L. Castello Branco, 4 de junho de 1963. Confidencial. Memorandos, Pareceres, Requerimentos, Cx. Todos 1963, Enviados.

representações latino-americanas, e particularmente as representações de países africanos, que dependiam da ajuda técnica de Israel, haviam sucumbido à insistência israelense. Produzia-se, aí, um impasse: de um lado, o Itamaraty, relutando em assinar o convênio em Jerusalém e, assim, aceitar a politização de um acordo técnico; de outro, o governo israelense, fechando questão em torno da assinatura em Jerusalém, sem o que o convênio não se realizaria.

Ao longo das trocas de memorandos entre setores que lidavam com a questão no Itamaraty, avançou-se a posição, que o tempo confirmaria como a mais acertada, de que o governo brasileiro deveria resistir às pressões israelenses, notadamente porque, pela própria natureza do convênio a ser estabelecido, os 2 países beneficiavam-se de sua realização e que, portanto, barganhar qualquer tipo de vantagem política seria inconcebível. Além disso, ao firmar e manter acordos com Israel, o governo brasileiro já prestava apoio indireto à sua aceitação como Estado na região. Seja como for, o Convênio sobre a Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos viria a ser assinado, em 1966, no Rio de Janeiro, e o “imbróglio” iminente não chegou a inserir elementos críticos no relacionamento entre os 2 países.³³

A Crise do Suez

Apesar do estabelecimento do Acordo Geral de Armistício, entre Israel e os países árabes, instrumento que serviria de transição até a almejada paz definitiva, o estado de beligerância entre os protagonistas do conflito de 1948–1949 mantinha-se e a paz era interrompida por choques intermitentes. O Estado Maior da

³³ AHI-Brasília, A. B. Porto de Oliveira para A. B. L. Castello Branco, 6 de abril de 1965 e 11 de maio de 1965; A. B. L. Castello Branco ao Ministro das Relações Exteriores, 9 de julho de 1965. Confidenciais. Memorandos, Pareceres, Requerimentos, Cx. A, 1965, Recebidos e Enviados. Para detalhes sobre o convênio acima referido, *vide Relatório*, 1967, p. 98–100

ONU para a Supervisão da Trégua e a Comissão Mista Especial Egípcio-Israelense, criados pelo Acordo Geral de Armistício, apesar de seus esforços na gerência do ambiente belicoso sob sua responsabilidade, encontravam dificuldades, às vezes insuperáveis, para fazerem valer os termos do armistício. Israel acusava o Conselho de Segurança de aprofundar a crise no Oriente Médio, com o que percebia como decisões unilaterais que condenavam Israel pelo uso da força e omitiam a responsabilidade dos países árabes, cuja persistência em não aceitar a existência de Israel não esmorecera.

Entretanto, deve-se lembrar que, em conseqüência do bloqueio do Canal de Suez e do Golfo de Ácaba, decretado pelo governo egípcio entre 1950 e 1956, havia o Conselho de Segurança, a exemplo de 1951, quando lhe fora submetido o problema por iniciativa de Israel, aprovado algumas resoluções instando o Egito a levantar as restrições impostas à passagem de navios através daquelas vias marítimas. Naquele ano, o Brasil era membro do Conselho e fora um dos 8 países a votar favoravelmente ao projeto de resolução (Resolução nº 95, 1951), contra 3 abstenções (China, Índia e União Soviética).³⁴ Em 1954 e 1955, novas queixas foram endereçadas, por Israel, ao Conselho de Segurança, período em que o Brasil o integrava mais uma vez. Em 1954, a queixa repetia-se contra as restrições impostas pelo Egito à passagem pelo Canal de Suez e o Golfo de Ácaba. Embora temendo que a solução pudesse suscitar problemas, o Brasil votou a favor da resolução – que remetia a questão à Comissão Mista Especial Egípcio-Israelense – persuadido de que a Comissão poderia verificar a situação *in loco* e, se necessário, reenviar a questão ao Conselho de Segurança. Em 1955, o Conselho examinou outra queixa de Israel, desta feita contra o apresamento de um navio israelense por autoridades egípcias no Canal de Suez e, novamente, com o voto favorável do Brasil, remeteu-a igualmente à Comissão Mista Especial.³⁵

³⁴ UNR, v. 1, p. 134-135.

³⁵ “Envio de estudo ...”. *Ibidem*, Segunda Parte, p. 1-5.

Em julho de 1956, Nasser anunciou a nacionalização do Canal de Suez, decisão que, além de contrariar profundamente interesses israelenses, feria interesses da França, que detinha grande número de ações da Companhia do Canal, e da Inglaterra, maior usuária daquela via marítima. Tropas egípcias, armadas com material de origem soviética, instalam-se na Península do Sinai e na região de Gaza. A resposta israelense acontece na noite de 29 de outubro: Israel lança um ataque em direção ao Sinai e ocupa a Península. Alegando a paralisação do Conselho de Segurança, França e Inglaterra lançam um ultimato a Egito e Israel para que cessem as hostilidades e retirem suas tropas da zona do Canal, ameaçando enviar tropas ao local. Israel aceita o ultimato e o Egito o rejeita, o que resulta na intervenção militar da França e da Inglaterra.

Quando o novo conflito armado no Oriente Médio eclodiu, a ONU reagiu menos timidamente que esperado, pois os Estados Unidos e a União Soviética estavam de acordo quanto às medidas de urgência a serem tomadas. Não podendo agir, o Conselho de Segurança, por causa dos vetos franco-britânicos, uma Assembléia Especial de Emergência foi convocada (1^o a 10 de novembro de 1956). Contornou-se, dessa maneira, o direito de veto, com o recurso a mecanismo institucional estabelecido pela “Resolução Acheson”, que passara a ser assim conhecida pela iniciativa de Dean Acheson. Secretário de Estado norte-americano durante o mandato de Truman, de fazer adotar, em 1950, um dispositivo que permitia, à Assembléia, agir em questões relativas à manutenção de paz, atribuição exclusiva do Conselho de Segurança, nos termos do Capítulo VII da Carta da ONU, quando este se encontrasse paralisado pelo veto (*Uniting for Peace Resolution*).

O Brasil votou pela convocação da reunião que aprovou, também com voto favorável brasileiro, 4 resoluções principais que apelavam para o imediato cessar-fogo e a livre navegação no Canal de Suez (Resolução nº 997, SE-I); solicitavam a elaboração, pelo Secretário-Geral, Dag Hammarskjöld, de plano para a criação de uma Força Internacional de Emergência das Nações Unidas (Resolução nº 998, SE-I); estabeleciam o comando da Força a ser criada, autorizavam o recrutamento de oficiais para dela partici-

par (Resolução nº 1.000, SE-I) e definiam suas atribuições e criavam um Comitê Consultivo. O Comitê, a ser presidido pelo Secretário-Geral, seria composto por representantes de Brasil, Canadá, Noruega, Colômbia, Paquistão e Ceilão (Resolução nº 1.101, SE-I).³⁶

Cyro de Freitas-Valle chefiou a delegação brasileira à décima primeira sessão ordinária da Assembléia Geral (novembro de 1956 – março de 1957). Em seu discurso de abertura à reunião, retomou as considerações críticas a propósito da precária eficiência das Nações Unidas para cumprir seu mandato, problema que ganhava maior visibilidade com a Crise do Suez e com a tímida reação da organização internacional à violenta repressão soviética à rebelião popular anticomunista na Hungria. Lamentou que as Nações Unidas nunca houvessem chegado a formar uma força militar capaz de assegurar a paz e a segurança internacionais, quando uma agressão ocorresse ou se apresentasse como iminente, e saudou a iniciativa de criar-se a Força de Emergência.³⁷

De fato, o sistema de segurança coletiva da ONU repousava sobre a responsabilidade – e o poder militar – dos membros permanentes do Conselho de Segurança. No entanto, a deterioração das relações entre seus membros mais poderosos – Estados Unidos e União Soviética – logo paralisaria o funcionamento do Conselho, prejudicando sua eficiência e arranhando seu prestígio cada vez mais cambaleante. Diante disso, em 1956, outra inovação foi introduzida para evitar o total fracasso do sistema da segurança coletiva. Durante a Assembléia Especial de Emergência de 1956, Lester Pearson, representante canadense, convenceu o Secretário-Geral Hammarskjöld a propor a criação de um novo tipo de forças armadas, para a “manutenção da paz”, não-prevista na Carta da ONU. A Força Internacional de Emergência das Nações Unidas – *United Nations Emergency Force* (UNEF) –, portanto, foi uma força simbólica, da qual não participavam as grandes potências. Não se destinava ao combate e, sim, à supervisão do cessar-fogo.

³⁶ UNR, v. 1, 31–34.

³⁷ *A palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946-1985. op. cit.*, p. 103.

à retirada das forças francesas, inglesas e israelenses do Sinai, e a instauração de zona tampão entre Egito e Israel. Foi enviada ao Egito com o consentimento das partes em conflito. Nesse tipo de intervenção, o Secretário-Geral, auxiliado por um conselheiro militar, passava a ser um dos pivôs da eficiência da operação.

Em seu discurso de abertura à décima primeira Assembléia Geral, Freitas-Valle enunciou os princípios que guiariam o Brasil diante do conflito:

seremos favoráveis a uma solução que leve em conta os interesses legítimos dos usuários [do Canal de Suez], mas que de forma alguma viole a soberania do Egito. (...) [Não] toleraremos em nenhuma circunstância ações, de quem quer que seja, que barrem a qualquer país o direito de passagem livre pelo Canal sob qualquer alegação.³⁸

A Assembléia continuou a discutir e a adotar resoluções visando à abertura do Canal de Suez, à retirada das forças que ainda ocupavam o território egípcio e à pacificação da região. O Brasil defendia a evacuação imediata das forças francesas e inglesas e a retirada das tropas israelenses para aquém da linha estabelecida pelo Armistício de fevereiro de 1949, com a liberação de Sharm-el-Sheikh e da Faixa de Gaza, no entendimento de que a UNEF evitaria novas agressões.

Após marchas e contramarchas, retiraram-se os ingleses e franceses, e Israel, mais recalcitrante, acaba também, no começo de 1957, por se retirar do Sinai e da costa da Faixa de Gaza, sem ter obtido a garantia de livre navegação no Canal de Suez e no Golfo de Ácaba. Mantinha-se, assim, a nacionalização do Canal, e seus usuários aceitavam pagar ao Egito pelo direito de passagem.

A UNEF entrou em operação em novembro de 1956, e o Brasil dela participou de janeiro de 1957 a junho de 1967, quando foi encerrada. Em 1957, contava com 6.000 efetivos, número que diminuiria ao longo dos anos, até chegar a 3.400 efetivos, em

³⁸ *Ibidem*, p. 104.

1967. Dez países contribuíram com tropas, sendo que Índia, Canadá, Iugoslávia e Brasil, em ordem decrescente, foram os que enviaram os maiores contingentes. O Batalhão do Suez, como ficou conhecido no Brasil o grupo de militares que participou da UNEF, atuou no setor de Gaza, em Al-Arich e em Ras El Naqb. Militares brasileiros comandaram a Força de Emergência: de 1º de janeiro a agosto de 1964, o general Carlos Paiva Chaves, e de janeiro de 1965 a janeiro de 1966, o general Syseno Sarmento.³⁹

As circunstâncias em torno do envio dos militares ao Egito não deixaram de causar constrangimento ao governo brasileiro. Antes da convocação formal, já estava sendo organizado o contingente brasileiro a ser enviado. No começo de dezembro de 1956, havia sido comunicado, aos representantes brasileiros na ONU, que a convocação seria feita em 3 dias, o que não viria a acontecer. Havia informações de que Nasser teria colocado obstáculos à participação do Brasil. A situação preocupava o governo, uma vez que a demora do embarque desagradava a opinião pública. Somente no dia 7 de janeiro de 1957, o Secretário-Geral anunciaria a requisição do contingente e a situação se esclareceria com a informação das autoridades egípcias de que o Cairo jamais pensara em recusar a participação brasileira, e que a demora da convocação ocorrera, na verdade, pelas dificuldades nas negociações de assunto daquela natureza. O Batalhão do Suez embarcou, finalmente, chegando no Egito ainda em janeiro e fevereiro de 1957.⁴⁰

A presença brasileira no Egito não teria sido tão longa não fora a mudança das condições de sua manutenção. Com efeito, em dezembro de 1958, o Ministro da Guerra brasileiro tencionava

³⁹ Durante os 10 anos de funcionamento da UNEF, o Brasil enviou um total de 3.305 militares. A Índia contribuiu com contingente total de 6.881 militares, o Canadá, com 5.780 e a Iugoslávia, com 3.893. Cf. GHALL, Mona. "United Nations Emergency Force I: 1956–1967". In: DURCH, William (ed.). *The evolution of UN Peacekeeping: case studies and comparative analysis*. New York: Henry L. Stimson Center, 1993, p. 117. e *Relatório*. 1957, p. 6.

⁴⁰ AHI–Brasília, Cyro de Freitas-Valle para Exteriores, 7 de janeiro de 1957, Secreto, Telegramas, Cx. 46, 1950–57, e "United Nations Emergency Force I: 1956–1967", *Ibidem*, p. 117.

fazer regressar o contingente brasileiro, por causa de seus elevados custos de manutenção. Em janeiro do ano seguinte, o governo brasileiro, de fato, decide retirar seu batalhão, considerando que cabia também a outros países contribuir para a operação no Egito.⁴¹

A decisão chegou ao conhecimento de Hammarskjöld que, preocupado com suas conseqüências, insistiu para que o governo brasileiro reconsiderasse a retirada. Os representantes brasileiros esclareceram que o pesado encargo financeiro decorrente da continuidade da missão no Egito começava a desagradar a opinião pública, e que, no Congresso Nacional, se havia proposto o regresso, ao Brasil, do contingente de Suez. O Secretário-Geral prometeu buscar uma fórmula para que a retirada não acontecesse.⁴²

A relutância do Secretário-Geral em concordar com o retorno do contingente brasileiro inspirou o Itamaraty a pensar em uma fórmula própria, na forma de uma possível barganha: em troca da decisão de não retirar suas tropas, o Brasil poderia ver atendidas e suavizadas as condições dos empréstimos que o governo havia contraído junto ao Eximbank. Com efeito, os recursos financeiros norte-americanos chegavam ao Brasil nas décadas de 40 e 50 basicamente por meio de empréstimos de natureza comercial, o que implicava o pagamento de volumosos montantes correspondentes a juros e amortizações. De 1940 a 1959, o Brasil, a uma única exceção, é o país que mais desembolsa recursos para cobrir obrigações junto ao Eximbank.⁴³

A tentativa de barganha não chegou a se concretizar. Em novembro de 1959, Hammarskjöld comunicou estar, a ONU, disposta a custear a manutenção do batalhão brasileiro, em face do

⁴¹ AHI-Brasília, Exteriores à Missão do Brasil nas Nações Unidas, 7 de janeiro de 1959, Cartas e Telegramas, Recebidos/Expedidos, Secreto, Cx. 47, 1958-1959.

⁴² AHI-Brasília, Cyro de Freitas-Valle a Exteriores, 14 de janeiro de 1959, *Ibidem*.

⁴³ AHI-Brasília, Exteriores para a Missão do Brasil junto às Nações Unidas, 4 e 6 de fevereiro de 1959, Cartas e Telegramas, Recebidos/Expedidos, Secreto, Cx. 47, 1958-1959, e Resenha. A política externa do Brasil em 1959, *Revista brasileira de política internacional*, n. 10, 1960, p. 127-131.

que o governo brasileiro decidiu reconsiderar sua decisão e manter seu contingente no Egito.⁴⁴

Se os termos da imaginada barganha com o Eximbank não haviam passado do plano de mera especulação em 1958–1959, o mesmo não ocorrerá em 1964, quando da prevista mudança de comando da UNEF, então sob responsabilidade do general Carlos Paiva Chaves, em agosto daquele ano. De acordo com o princípio da rotatividade, o comando deveria passar a um militar de outro país. O governo brasileiro não se mostra disposto a acatar a regra e comunica, ao Secretário-Geral, que, caso outro militar brasileiro, o general Syzeno Sarmento, não fosse designado para o comando, o Brasil teria de rever sua colaboração.

A questão não se resolveu facilmente, uma vez que o rodízio no comando da UNEF vinha sendo respeitado desde a sua criação e o Secretário-Geral dificilmente poderia deixar de aplicá-lo sem, no mínimo, provocar reações de desgosto nos demais países candidatos, que poderiam até mesmo retirar suas tropas. Ante a obstinação do governo brasileiro, fechando questão em torno do assunto, o Secretário-Geral definiu uma fórmula com os representantes brasileiros, segundo a qual o general Paiva Chaves, ainda com o título de comandante da UNEF, retornaria ao Rio de Janeiro, onde seria examinado por uma junta médica, que daria parecer no sentido de que ele não estaria em condições de saúde para continuar a exercer sua função. O parecer seria comunicado oficialmente ao Secretário-Geral, que se manifestaria pela continuidade do comando da UNEF por

⁴⁴ AIII–Brasília. Cyro de Freitas-Valle a Exteriores. 9–10 de fevereiro de 1959, Cartas e Telegramas, Recebidos/Expedidos, Secreto. Cx. 47, 1958–1959. Em 1961, o Itamaraty registraria que “Israel, dentro da orientação que o seu Governo adotou depois da questão de Suez em 1957, procura formar com o Brasil laços muito estreitos, como o faz com a generalidade dos países latino-americanos, dos países africanos, e dos países asiáticos. (...) O Brasil apoiou a candidatura de Israel ao Conselho Executivo da Organização Mundial de Saúde, em fevereiro de 1961. Israel apoiou a candidatura do Embaixador Gilberto Amado à reeleição para a Comissão de Direito Internacional da ONU, sufragou a candidatura do Brasil à reeleição na FAO, e apoiou, durante os jogos universitários de Sofia, a tese brasileira de realização entre nós dos próximos jogos.” *Relatório*. 1961, p. 44–45.

um militar brasileiro. De fato, a fórmula funcionou e o general Syzeno Sarmento foi designado para “completar” o período de comando do general Paiva Chaves.⁴⁵

A expansão territorial israelense: a Guerra dos Seis Dias

Por ocasião da Crise do Suez, Dag Hammarskjöld tivera papel essencial na criação da UNEF. Seu empenho fora igualmente decisivo para convencer Nasser a permitir a rápida entrada das tropas da ONU em território egípcio, bem como a aceitar os poderes da Assembléia Geral para decidir sobre o término da presença da UNEF no Sinai.⁴⁶ Não obstante, no dia 14 de maio de 1967, dia do décimo nono aniversário da criação de Israel, tropas egípcias ocuparam o Sinai e, 2 dias mais tarde, Nasser exigia o recuo dos contingentes da UNEF às proximidades da fronteira egípcio-israelense para, em seguida, exigir sua retirada completa.

A reação do novo Secretário-Geral da ONU, U Thant, foi a de inclinar-se às exigências egípcias: em 19 de maio, a Força de Emergência deixava o local. No dia 22, Nasser anunciava o bloqueio do Estreito de Tiran. Israel viu-se cercado por tropas egípcias em sua fronteira meridional, a região de Gaza encontrava-se sob o fogo intermitente de canhões egípcios, tropas sírias atacavam as colônias judias no Golan e a Jordânia preparava-se para bombardear Jerusalém. Tropas israelenses, que também se movimentavam há meses ao longo das fronteiras de Israel, a partir de

⁴⁵ AHI-Brasília, Geraldo de Carvalho Silos a Exteriores, 4-5 de setembro de 1964, e Exteriores à Missão do Brasil junto às Nações Unidas, 20 de outubro de 1964, Cartas e Telegramas, Recebidos/Expedidos, Secreto, Cx. 50.

⁴⁶ Lembra Arthur W. ROVINE. *The first 50 Years: the Secretary General in world politics: 1920-1970*. Leyden: Sijhoff, 1970, p. 292, que Hammarskjöld escrevera um *aide mémoire* sobre o entendimento estabelecido com o presidente Nasser a propósito dos poderes da Assembléia Geral: “Esse documento, nunca publicado ou depositado nos arquivos da ONU, tornou-se uma das questões críticas da retirada final da UNEF do Oriente Médio, em maio de 1967.”

5 de junho, passaram a atacar massivamente seus rivais e, de maneira extraordinária, em 6 dias, ocuparam Sharm-el-Sheik, a margem ocidental do Canal e do Golfo de Suez, a Cidade Velha de Jerusalém, a Cisjordânia e o *plateau* do Golan, na Síria, até a cidade de Kuneitra.

A omissão do Conselho de Segurança ficara patente, visto que a situação, na região, se evidenciava ameaçadora já nos primeiros meses de 1967 sem que medidas preventivas fossem tomadas. De fato, de janeiro a maio, vários comunicados haviam chegado ao Conselho de Segurança e a U Thant dando conta de diversos incidentes armados ocorridos ao longo das fronteiras de Israel, particularmente com a Síria e com a Jordânia. No dia 9 de janeiro, por exemplo, a delegação israelense havia chamado a “atenção urgente” do Conselho de Segurança sobre a gravidade dos contínuos atos de agressão síria. Dez dias mais tarde, o embaixador israelense em Brasília – o Brasil ocupava, então, um assento não-permanente no Conselho – procura o Itamaraty para transmitir, pessoalmente, suas preocupações com relação ao “re-crudescimento da atividade terrorista síria e a dificuldade de conter por mais tempo uma reação militar violenta”.⁴⁷

Teria ficado, rapidamente, evidente que, “afora disparos esporádicos ao longo da fronteira, o massivo choque militar da manhã de 5 de junho foi, de fato, iniciado por Israel”.⁴⁸ Ainda assim, a iniciativa israelense não deixaria de ser percebida como uma reação à hostilidade de seus vizinhos e, sobretudo, às “provoações” nasseristas. Com efeito, a exibição de armamentos egípcios, de origem soviética, e a adesão de lideranças árabes à propaganda de fazer Israel desaparecer do mapa acabaram por

⁴⁷ AHI-Brasília, “Letter dated 9 January 1967 from the Permanent Representative of Israel addressed to the President of the Security Council”. New York; e Memorandum de Sérgio Corrêa da Costa (Secretário Geral Adjunto para Organismos internacionais) ao Secretário Geral das Relações Exteriores, 18 de janeiro de 1967, Cx. s/n, 1967.

⁴⁸ Cf. LALL, Arthur. *The UN and the Middle East crisis, 1967*. New York/Londres: Columbia University Press, 1968, p. 47.

catalisar o apoio da comunidade internacional, e, particularmente, dos países latino-americanos, em seu favor.⁴⁹

Depois de longas e infrutíferas conversações nas horas seguintes ao início do conflito, o Conselho de Segurança consegue adotar um texto de resolução aceitável tanto para os Estados Unidos quanto para a União Soviética. A Resolução nº 233 foi aprovada por unanimidade, no dia 6 de junho, dia seguinte à ação militar massiva de Israel. Apesar das tentativas soviéticas para que os ataques israelenses fossem condenados, a resolução pedia somente o imediato cessar-fogo e o cessamento de toda atividade militar na área, como “primeiro passo” para a solução do problema. ou seja, a retirada das tropas israelenses das áreas ocupadas durante conflito era condicionada à cessação da beligerância.

Cabe observar que o voto da União Soviética em favor da Resolução nº 233 não significava uma mudança em seu posicionamento, mas se devia ao avanço inexorável das tropas israelenses e à decisão egípcia de aceitar o simples cessar-fogo.⁵⁰ Não tendo obtido, nos dias seguintes, resolução do Conselho de Segurança que condenasse Israel, o representante soviético solicitou, no dia 13 de junho, a convocação da Assembléia Geral.

A quinta sessão especial de emergência da Assembléia Geral reúne-se em junho–julho de 1967, com a missão formal de assegurar o retorno ao *status quo* anterior a 5 de junho. O sentimento

⁴⁹ AKCELRUD, Isaac. *O Oriente Médio: origem histórica dos conflitos: imperialismo e petróleo: judeus, árabes, curdos e persas*. 4. ed. São Paulo: Atual, 1986, p. 71, e KAUFMAN, Edy; SHAPIRA, Yoram; BARROMI, Joel. *Israel–Latin American Relations*. New Brunswick: Transaction Books, 1979, p. 4. A respeito, afirma Ramiro SARAIVA GUERREIRO, *op. cit.*, p. 173, que Nasser “criou na opinião pública mundial, em favor de Israel, o caso da legítima defesa putativa. Isto é, você não tem de esperar que o matem numa situação em que o atacante armado o ameaça de liquidação”.

⁵⁰ No final da tarde do dia 6 de junho, os egípcios informavam, às autoridades soviéticas, que aceitariam o cessar-fogo caso não pudessem contar imediatamente com seu suporte militar. Cf. LALL, Arthur. *op. cit.*, p. 51, e WELLENS, Karel C. (ed.) *Resolutions and statements of the United Nations Security Council (1946–1992): a thematic guide*. 2. ed. Dordrecht/Boston/Londres: Martinus Nijhoff, 1993, p. 662, e LALL, Arthur. *op. cit.*, p. 51.

geral era, no entanto, de que a sessão deveria buscar avançar uma fórmula que servisse de base para a paz justa e duradoura no Oriente Médio. Na reunião, os países latino-americanos teriam desempenho bastante significativo, particularmente o Brasil e a Argentina, que ocupavam assentos não permanentes no Conselho de Segurança. O denominador comum entre as intervenções latino-americanas na reunião seria a insistência na invocação de princípios jurídicos, diferenciando-se, ligeiramente, as posições brasileiras, por maior pragmatismo. Após lamentar a retirada da UNEF da região por considerá-la prematura e enunciar a proposta brasileira para as negociações de paz, Magalhães Pinto, então Ministro das Relações Exteriores, sublinha, na reunião, que o Brasil não tinha preferência por fórmula em particular alguma para solução do conflito e que, portanto, estava aberto a toda e qualquer proposta considerada aceitável pelas partes interessadas.⁵¹

Nas reuniões do Conselho de Segurança do começo de junho de 1967, tanto a Argentina como o Brasil haviam atuado de maneira bastante discreta, limitando-se, praticamente, a questões de ordem humanitária. A Resolução nº 237, por exemplo, aprovada em 14 de junho, foi co-patrocinada pelos 2 países e pela Etiópia. *Inter alia*, a resolução solicitava, ao governo israelense, garantir a segurança dos habitantes das áreas afetadas pelo conflito e que todas as partes nele envolvidas respeitassem os princípios humanitários das Convenções de Genebra de 1949.⁵²

⁵¹ LALL, Arthur. *op. cit.*, p. 159.

⁵² Lembra Arthur Lall que “as intervenções da Argentina e do Brasil diziam respeito sobretudo ao problema dos refugiados. Esse problema é obviamente importante, não sendo, porém, a questão central nem diretamente parte da responsabilidade principal dos membros do Conselho (...). Não há necessariamente uma relação direta ou padrão entre o número de intervenções e a utilidade de um membro do Conselho. A natureza de [seus] procedimentos é tal que as consultas de bastidores também desempenham seu papel e, uma vez que todo voto tem valor, todo membro do Conselho é trazido às consultas de bastidores em algum grau. Ainda assim, o grau de participação aberta é relevante e [a participação da Argentina, Brasil, Japão e Nigéria] ficou aquém do que se poderia normalmente esperar de membros do Conselho relativamente a um problema maior de tensões e conflito”. *Ibidem*,

A sessão da Assembléia Geral não logra resultados tangíveis sobre as questões maiores do conflito no Oriente Médio e o Conselho retomará suas reuniões somente em outubro. Nessas reuniões, a participação brasileira e argentina teria impacto substancial nas discussões sobre as possíveis fórmulas para a solução do conflito. As duas delegações trabalhavam de maneira bastante cooperativa e coordenada, mantendo, com as chancelarias, contato constante.⁵³ O entendimento inicial comum era o de apoiar o projeto de resolução latino-americano concluído na sessão de emergência da Assembléia ou um texto que contemplasse os mesmos princípios: retirada das forças israelenses de *todos* os territórios ocupados simultaneamente à cessação do estado de beligerância, garantia de livre navegação nas águas internacionais da região, criação de zonas desmilitarizadas e solução para o problema dos refugiados.⁵⁴

No começo de novembro, 4 projetos de resolução eram discutidos pelo Conselho. O Brasil chegou a propor, informalmente, uma fórmula cuja novidade dizia respeito à garantia da livre navegação a todos os navios, sem reserva.⁵⁵ O governo argentino, tendo-se decidido a co-patrocinar o projeto de resolução do

p. 111–112. Wayne Selcher faz apreciação substancialmente diversa, entendendo que o Brasil, “ao construir o consenso latino-americano sobre a questão, foi responsável por algumas das saídas difíceis para que a Resolução nº 242 do Conselho de Segurança fosse aprovada. Durante o episódio, o Brasil abordou a questão como sendo principalmente de interesse das potências regionais maiores e via-se a si mesmo e os demais membros não-permanentes restritos aos debates periféricos. Ainda assim, com essa capacidade limitada, apresentou sugestões que davam ênfase ao imediato cessar-fogo, à não-condenação das partes em guerra e à solução dos problemas dos refugiados e prisioneiros de guerra. SELCHER, Wayne, *op. cit.*, p. 176.

⁵³ O governo argentino, em especial, enfrenta uma “imensa pressão” norte-americana e israelense. Cf. AHI–Brasília, Geraldo de Carvalho Silos para Exteriores, 30 de outubro de 1967, Secreto, Cartas e Telegramas, Cx. 54.

⁵⁴ *Relatório*, 1967, p. 120.

⁵⁵ AHI–Brasília, Exteriores para a Missão junto às Nações Unidas, 9 de novembro de 1967, Secreto, Cartas e Telegramas, Cx. 54.

Brasil, sugere, uma semana mais tarde, que seja abandonado, visto que ficara suficientemente evidente que não seria aceito por Israel.⁵⁶

A expectativa de chegar-se finalmente a um acordo em torno de novo projeto de resolução apresentado pela Inglaterra, cujo texto era bastante similar ao projeto de resolução brasileiro-argentino, acabou por convencer a delegação brasileira a abandonar a idéia de propô-lo formalmente.

O argumento do representante brasileiro em Nova York era o de que sempre tivera

presente que a posição [do seu chanceler] baseou-se, desde a sessão da Assembléia Geral Especial, na tese de que o Brasil daria seu apoio a qualquer Projeto de Resolução que obtivesse o assentimento das partes. Tudo indica que essa condição está em vias de concretização. O assentimento de Israel e dos países árabes (...) já está expresso. (...) Acresce que o projeto brasileiro-argentino, em vista da objeção de Israel, não teria viabilidade política. Creio, portanto, que não devemos apresentar nosso projeto porquanto essa decisão poderia perturbar o frágil equilíbrio que se está construindo em torno do projeto inglês. (...) Devo ressaltar que, no transcurso de todas as negociações, o Embaixador Goldberg [Estados Unidos] e Lord Caradon [Grã-Bretanha] salientaram várias vezes que a iniciativa [do ministro das Relações Exteriores brasileiro] forçou as partes a abandonarem suas posições inflexíveis, tornando possível o entendimento que se antecipa.⁵⁷

O Conselho de Segurança adotou enfim, por unanimidade, em 22 de novembro de 1967, a Resolução nº 242, que determina “a retirada das forças armadas israelenses dos territórios ocupados durante o conflito recente”; o fim do estado de beligerância e o direito de todos os Estados da região viverem em paz em seus territórios, delimitados por fronteiras seguras e reconhecidas; a liberdade de nave-

⁵⁶ AHI—Brasília, Geraldo de Carvalho Silos para Exteriores, 11 de novembro de 1967, Cartas e Telegramas, Cx. 54, e LALL, Arthur. *op. cit.* p. 249.

⁵⁷ AHI—Brasília, Geraldo de Carvalho Silos para Exteriores, 12 e 19 de novembro de 1967, Secreto, Cartas e Telegramas, Cx. 54.

gação nas águas internacionais da região; a necessidade de encontrar-se solução equitativa para a questão dos refugiados; a inviolabilidade territorial e a independência política dos Estados da área por meio do estabelecimento de zonas desmilitarizadas, e a nomeação, pelo Secretário-Geral, de um Representante Especial, com a missão de encontrar solução pacífica, aceita pelas partes envolvidas e que respeitasse os demais dispositivos da resolução.⁵⁸

Amigos, amigos, negócios à parte: a grande guinada da década de 70

Se desde muito cedo a diplomacia brasileira demonstrava seu ceticismo quanto ao desempenho e a eficiência das Nações Unidas para fazer face aos grandes desafios internacionais, também há muito tem chamado a atenção para as divisões econômicas que marcam o mundo, expressando a importância que atribui ao direito de acesso, de todas as nações, ao desenvolvimento econômico e social. Já na década de 40, por exemplo, as quotas que o Brasil desembolsava como contribuição financeira para cobrir as despesas da ONU eram percebidas como expressão das clivagens entre o mundo desenvolvido e em desenvolvimento. De fato, o Brasil contribuía pesadamente e esses recursos eram canalizados para a reconstrução européia, sem que essa transferência fosse compensada posteriormente.⁵⁹

⁵⁸ UNR, p. 143. Em relatório sobre a reunião do Conselho de Segurança, registra-se a atuação brasileira “de primeiro plano, contribuindo assim, de maneira substancial, para o acordo a que se chegou (...). A imparcialidade e objetividade da nossa posição permitiram que a Delegação do Brasil chegasse ao término daquelas negociações contando com a confiança e o reconhecimento dos representantes de Israel e dos países árabes. A decisão do Conselho de Segurança representou, do ponto de vista político, grande vitória para Israel e as potências ocidentais e assim assinalou a maior derrota da União Soviética nas Nações Unidas.” AIII-Brasília, Geraldo de Carvalho Silos a José de Magalhães Pinto, Ministro das Relações Exteriores, 8 de janeiro de 1968, Secreto, Ofícios Recebidos, Cx. 60.

⁵⁹ Nos primeiros anos de funcionamento da ONU, Brasil e Argentina foram os países latino-americanos que mais contribuíram financeiramente. Em 1946 e 1947, as cotas anuais brasileiras foram de US\$ 370.062,00 e US\$ 507.825,00.

O Brasil teve, portanto, considerável papel na inserção da “ideologia do desenvolvimento”⁶⁰ no sistema das Nações Unidas. Nos anos 50, manifestava formalmente sua preocupação com o risco que representava o atraso econômico para a segurança coletiva. Na sessão ordinária da Assembleia Geral de 1952, o então Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, retornava ao tema que se tornaria *leitmotiv* da diplomacia brasileira nos anos seguintes:

Estou convencido (...) de que nossos maiores problemas são os econômicos. (...) Infelizmente, existindo poucos Estados que industrializaram completamente as suas economias, o mundo está em meio a um processo de ser dividido em um grupo de Estados ricos e um outro grupo, muito maior, de Estados pobres. Enquanto a minoria acumula riqueza, a maioria empobrece. Os Estados da segunda categoria estão em posição de *coloni*: ou, para aplicar internacionalmente uma classificação usada em negócios nacionais, podemos dizer que hoje temos um pequeno número de comunidades prósperas *vis-à-vis* um vasto proletariado internacional.

No ano seguinte, o embaixador Pimentel Brandão qualificava o conceito de “segurança econômica coletiva” que, “embora esteja delineado na Carta, (...) merece ser totalmente explorado, permitindo assim uma solução prática designada a permitir que países subdesenvolvidos lidem com as pressões resultantes da falta de equilíbrio nos níveis econômicos e a taxa de crescimento econômico das diferentes nações”.⁶¹

Em 1958, o desenvolvimento ganha nova reafirmação quando a Operação Pan-americana (OPA) foi trazida a conhecimento

Adicionando-se, ainda, o Fundo de Reserva de US\$ 370.000,00, o total da contribuição perfazia US\$ 1.250.887,00. No final de 1947, US\$ 747.750,00 já haviam sido pagos, restando um débito de US\$ 505.137,00. Cf. BUENO, Clodoaldo, *op. cit.*, p. 65.

⁶⁰ Expressão cunhada por Michel Virally. Cf. *L'organisation mondiale*. Paris: Armand Colin, 1972, p. 314-319.

⁶¹ *A palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946-1985, op. cit.*, p. 75-76 e 84.

da ONU. A OPA visava ao fortalecimento do conteúdo econômico do pan-americanismo, com bases distintas daquele iniciado pela diplomacia norte-americana no final do século XIX, expressão *par excellence* da assimetria característica das relações continentais. O novo pan-americanismo propunha, justamente, mecanismos compensatórios às desigualdades econômicas existentes no continente americano. Cinco anos mais tarde, Araújo Castro defendia o objetivo dos 3 Ds – desarmamento, desenvolvimento econômico, descolonização – e explicitava o conteúdo da política externa independente, que não negava a inserção do Brasil no sistema interamericano, mas buscava escapar ao maniqueísmo do referencial Leste-Oeste: “O Brasil não pertence a blocos, mas integra um sistema, o sistema interamericano, que concebemos como instrumento de paz e de entendimento (...)”. É verdade que alguns Ds seriam defendidos com maior coerência e vigor do que outros. Em nome dos laços especiais que cultivava com Portugal, por exemplo, o Brasil manterá, até 1973, seu apoio à tese portuguesa de que suas colônias constituíam províncias de um Estado unitário.⁶²

A prioridade dada, de forma cada vez mais acentuada, ao multilateralismo econômico seria o corolário natural do ceticismo quanto às oportunidades que a ONU teria a oferecer às áreas de maior vulnerabilidade e interesse do País. Veja-se, nesse sentido, o empenho brasileiro para que a UNCTAD compensasse o desiderato liberal do GATT, desconhecedor da dimensão que representava o problema da deterioração dos termos de troca dos produtos de base, exportação típica de países menos desenvolvidos. No mesmo sentido, não surpreende que, após ter exercido 5 mandatos temporários no Conselho de Segurança (de 1946 a 1968), o Brasil permaneceria afastado do órgão durante 20 anos, vindo a ocupar novamente um assento temporário somente no final dos anos 80.⁶³

⁶² *Ibidem*, p. 117 e 163, e *Relatório*, 1960, p. 14–15.

⁶³ Cf. BREDAS DOS SANTOS, Norma, *op. cit.*, p. 318.

Nos anos 70, torna-se claro que a consonância com as posições brasileiras viria, principalmente, das pequenas e médias potências, mesmo que a arregimentação de blocos não acontecesse de forma automática, variando conforme o grau de interesse imediato na questão de um dado membro, a natureza dos debates, etc.⁶⁴ Considere-se, também, a posição particular do Brasil, não se enquadrando exatamente na situação típica de país não-desenvolvido. Resulta que participaria ativamente do Grupo dos 77 e das primeiras UNCTAD, em que a tônica era dada às relações Norte-Sul e, em questões de natureza política, se aproximava do mundo ocidental, desenvolvido ou não.

A Guerra do Yom Kippur

O acompanhamento atento da Guerra dos Seis Dias pelo Itamaraty denota o crescente interesse do governo brasileiro pelo Oriente Médio.⁶⁵ Fatos anteriores já apontavam para o fenômeno. Em 1964, o Itamaraty assistia a PETROBRAS e o Instituto Brasileiro do Café (IBC), que negociavam com a Argélia e o Egito a venda de café brasileiro e a compra de petróleo dos 2 países. Em 1965, era convocada uma reunião entre os embaixadores que atuavam no Oriente Médio. Reunindo 8 embaixadores, visava à troca de informações sobre a área, notadamente de ordem política e econômica, para dar maior eficiência às atividades das embaixadas na região, localizadas em Argel, Beirute, Cairo, Damasco, Rabat, Tel Aviv, Teerã e Tunis. No final dos anos 60, era estabelecido, no Líbano, um Escritório-Entrepósito do IBC, era proposta

⁶⁴ CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto, *op. cit.*, p. 154.

⁶⁵ “Foram realizadas 212 retransmissões, dirigidas às embaixadas na área e à Missão do Brasil junto às Nações Unidas; foram preparadas 109 informações especiais, referentes a aspectos políticos, militares e econômicos da atual conjuntura no Oriente Médio, expedientes destinados ao Estado-Maior das Forças Armadas, aos Estados-Maiores das outras 3 armas, ao Conselho Nacional do Petróleo, à Petrobrás, ao Banco Central, à Sudene e a órgãos do Banco do Brasil.” *Relatório*, 1967, p. 96–97.

a criação do Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Árabes (COÁRABE) e continuidade era dada à ampliação do quadro de representações diplomáticas na área, conforme fora decidido em 1967. Em 1972, além das 8 embaixadas acima referidas, mantinha, o Brasil, missão autônoma em Bagdá e 5 embaixadas em caráter cumulativo: Trípoli, Cartum, Kuwait, Amã e Nicósia.⁶⁶

A troca de comunicações, no âmbito do Itamaraty, é bastante reveladora dos elementos-chave que deveriam reger o relacionamento brasileiro com a região:

O Brasil tem todo interesse em manter suas boas relações com o mundo árabe, que com seus 90 milhões de habitantes e mais de uma dezena de votos nas Nações Unidas são força ponderável no cenário internacional. No plano bilateral, há as colônias árabes presentes no Brasil (...) e boas as perspectivas de intercâmbio comercial, também pesando fortemente em favor da conservação e ampliação dessas boas relações. Por outro lado, também tem o Brasil interesse em conservar e ampliar as boas relações surgidas, relativamente há pouco, é certo, com o jovem Estado de Israel. Existe igualmente, no Brasil, uma parte significativa da população que se sente moralmente ligada àquele Estado, as possibilidades de intercâmbio comercial com ele são bastante boas e um programa efetivo de ajuda técnica vem sendo por ele prestado ao Brasil.⁶⁷

No começo de 1973, o Ministro Mário Gibson Barboza visita Egito e Israel, e o Brasil recebe os Ministros das Relações Exte-

⁶⁶ A COÁRABE acabou não sendo criada. Cf. DEN HARTOG, Carlos Alberto M. "O Brasil e o Oriente Médio". In: DANESE, Sérgio. *Ensaio de história diplomática do Brasil (1930-1986)*. Brasília: FUNAG/IPRI, 1989; *Relatório*, 1964, p. 50; 1970, p. 71 e 72, e 1972, p. 74.

⁶⁷ A. B. Porto de Oliveira (Chefe da DOP) ao Secretário Geral Adjunto para Assuntos da Europa Ocidental, África e Oriente Próximo, 23 de março de 1965. AHI-Brasília, Memorandos, Pareceres, Requerimentos, Confidenciais, Cx. A, 1965, Recebidos e Expedidos.

riores dos 2 países, o que se tornaria impensável poucos meses depois, dada a drástica evolução dos acontecimentos.⁶⁸

Entrevêm-se, pois, alguns antecedentes das profundas mudanças globais da política exterior brasileira, que ocorreriam, sobretudo, a partir de 1974, com sérias repercussões que alteram a natureza das relações do Brasil com o Oriente Médio. Especialmente nos anos imediatamente anteriores ao período Geisel (1974–1979), concomitantemente à reafirmação da “imparcialidade e neutralidade, que caracteriza a posição equidistante do Governo brasileiro diante do conflito árabe-israelense”, percebe-se crescente atenção dirigida ao Oriente Médio que, “por sua posição estratégica (...), por suas reservas petrolíferas, pela riqueza e multiplicidade de sua composição racial, cultural e religiosa, é zona de influência importantíssima na balança de poder mundial (...).” Crescem, geometricamente, as importações de petróleo árabe e confirma-se a percepção, do governo brasileiro, sobre a necessidade de promover a penetração de produtos brasileiros no mercado árabe.⁶⁹

⁶⁸ No *Relatório* registra-se que, no “ano de 1973, acentuando a tendência de anos anteriores, adquiriram novo dinamismo as relações entre o Brasil e os Países do Oriente Próximo. [Cresceram], significativamente, as importações, pelo Brasil, do petróleo de procedência árabe e as exportações brasileiras de certos produtos como açúcar, café e manufaturados, para o Oriente Médio. (...) [A] necessidade de mais estreita aproximação com o Iraque e a Arábia Saudita conduziu ao estabelecimento de relações diplomáticas plenas com aqueles 2 países, já se achando devidamente instaladas e em funcionamento as Embaixadas em Bagdá e em Jeddah. Por outro lado, foram criadas em caráter cumulativo, ao nível de Encarregado de negócios residente, as Embaixadas em Trípoli e no Coveite, que se acham em fase de instalação.” *Relatório*, 1973, p. 79–81.

⁶⁹ *Relatório*, 1971, p. 57; 1972, p. 73; 1973, p. 79–80. Uma análise cuidadosa sobre o período demonstraria, no entanto, que os resultados práticos daquela percepção ficaram muito aquém da retórica governamental. A propósito esclarece SARAIVA GUERREIRO, Ramiro, *op. cit.*, p. 178, que “[lançamo-nos], como todo mundo, à corrida para obter investimentos ou oportunidades de financiamento, ou incremento do comércio de bens e de serviços nos países que estavam acumulando reservas de petrodólares. Os resultados foram mofofos. (...) Quem acabou ganhando foram os países do Primeiro Mundo. Tirante alguns contratos de prestação de serviço com firmas brasileiras, de construção principalmente, pouca coisa se concretizou.”

Viu-se que a Resolução nº 242 apelava para que Israel deixasse os territórios árabes ocupados durante a Guerra dos Seis Dias. O projeto de resolução recebeu total apoio brasileiro, já que se aproximava do projeto de resolução co-patrocinado pelos países latino-americanos na sessão de emergência da Assembléia Geral de junho de 1967 e da proposta brasileiro-argentina discutida informalmente nas reuniões de novembro do Conselho de Segurança. Nas sessões anuais da Assembléia Geral de 1968, 1969 e 1970, o Brasil repetiria seu apelo para que a Resolução nº 242 fosse respeitada, por considerá-la “base justa e segura para o estabelecimento da paz no Oriente Médio”. Da mesma forma, continua manifestando sua preocupação para com os lugares santos.⁷⁰ Finalmente, entre o começo e o final do conflito de 1967, ocorre inversão fundamental: Israel que, ao início da guerra, contava com a simpatia de boa parte dos membros da ONU e da opinião pública em geral, não poderá mais contar com esse elemento, muitas vezes, decisivo; ou seja, a guerra terminou sob o signo da condenação à política israelense de não aceitar o recuo dos territórios ocupados. A posição de Israel não se alteraria nos anos seguintes, com a conseqüente redução do apoio da comunidade internacional e o crescente isolamento do país. Ademais, 1967 marca o início de relações privilegiadas do governo israelense com o Pentágono. A assistência militar norte-americana seria, a partir de então, constante e, mais do que nunca, definidora das relações de Israel com seus vizinhos.

Essa conjunção de fatores teve conseqüências nefastas que não demorariam a se manifestar. De um lado, a derrota na Guerra dos Seis Dias é fermento para o ressentimento árabe. De outro, a vitória faz as lideranças israelenses convencerem-se de sua invencibilidade, crença que cedo se mostraria falaciosa. Assim, nos anos que seguem à guerra, as tentativas de negociação arrastam-se sem resultados ao menos apaziguadores. Em 1970, o presidente Anuar Sadat anuncia que nova guerra seria empreendida. No

⁷⁰ *A palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946-1985, op. cit.* p. 231, 242 e 250.

dia 6 de outubro de 1973, feriado de Kippur, a promessa de Sadat concretiza-se: colhidos pela surpresa, os israelenses são atacados por um exército egípcio de 700 mil homens, 2.500 tanques, 650 aviões, 150 baterias de mísseis antiaéreos. Ao mesmo tempo, a Síria invade o Golan. Iraque, Jordânia e Marrocos completam as forças árabes, que se beneficiam ainda do auxílio soviético. Os Estados Unidos, por sua vez, prestarão socorro militar a Israel.⁷¹ O Conselho de Segurança reúne-se e aprova, em 22 de outubro, a Resolução nº 338, que apela para o cessar-fogo e a implementação da Resolução nº 242 (1967). Dois dias depois, não sendo atendido o apelo para o cessar-fogo, é aprovada a Resolução nº 339, confirmando a resolução anterior. Em novembro, acordo entre Egito e Israel é assinado: fica acordada, finalmente, a observância do cessar-fogo e o estabelecimento de discussões egípcio-israelenses com o fim de resolver a questão do retorno às posições anteriores ao início da guerra.

Quando ocorre a Guerra de Kippur, novos e importantes elementos já haviam sido inseridos no balizamento da política externa brasileira, ganhando mais e mais em densidade. A continuidade do projeto desenvolvimentista, cuja ênfase era então colocada na diversificação e na modernização industrial, dependia fortemente da importação de petróleo para sua consecução. Em 1974, o Brasil era o maior importador de petróleo entre os países em desenvolvimento e o sétimo em escala mundial. Os mesmos 15% da receita adquirida com as exportações brasileiras que eram destinados à compra de petróleo, em 1972, transformaram-se em cerca de 40%, em 1974, ou seja, apesar dos sérios esforços e de alguns bons resultados no sentido de incrementar a pauta de exportações e o volume exportado, o governo deparava-se com problemas quase que incontornáveis para dar continuidade ao ritmo de crescimento planejado e almejado.⁷²

⁷¹ CHOURAQUI, André. *L'état d'Israel*. 8. ed. Paris: P.U.F., 1984, p. 44-45.

⁷² Cf. "Crise energética impõe novas vias de cooperação". Discurso do embaixador Paulo Cabral de Mello, representante brasileiro à Conferência Mundial sobre Energia, Paris, 7 de abril de 1975. *Resenha de política exterior do Brasil*, n. 5, ano 2, abril/maio/junho de 1975, 2. ed. dezembro de 1977, Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1975, p. 96.

O receio de eventuais problemas de fornecimento de petróleo – que, de fato, ocorreriam pouco depois –, faz com que o governo brasileiro não participe, por exemplo, do boicote contra o Iraque, em 1972. Um dos saldos da guerra de 1973 fora o reforço substancial da unidade afro-árabe. Doravante, os Estados que apoiassem Portugal, África do Sul ou Israel arriscavam ter o fornecimento de petróleo suspenso. Em 24 de novembro de 1973, é passada uma resolução, entre 15 Estados africanos, que incluía o Brasil entre os 6 países a sofrerem boicote diplomático e no fornecimento de petróleo caso não cessassem de apoiar o governo de minoria branca sul-africano. Manifestações árabes no mesmo sentido aconteceriam nos meses seguintes.⁷³

A ascensão dos militares, em 1964, traduzira-se, em um primeiro momento, em notório alinhamento da política externa brasileira com os Estados Unidos. A partir do governo Geisel, mas com indicações visíveis já em 1967, a posição brasileira seria a de não aceitar alinhamento automático algum, revigorando-se o pragmatismo. A condição de país ocidental não evita, por exemplo, momentos de grande tensão nas relações com os Estados Unidos, resultado principalmente da ênfase da política norte-americana à defesa dos direitos humanos e a oposição do governo Carter ao acordo nuclear que o Brasil assina com a República Federal da Alemanha, em junho de 1975, pressões que, para alguns, teriam proveniência discutível. O fato é que o governo Geisel tomará medidas com vistas na abertura política, e o acordo nuclear revelar-se-á, com o tempo, mal-inspirada decisão.

Desde o início do período Geisel, a garantia do fornecimento do petróleo é visivelmente prioritária e o governo tem aí, de fato, questão essencial a ser gerida. Importando cerca de 80% do total do petróleo consumido, o Brasil apresentava uma grande vulnerabilidade ante o drástico aumento do preço do petróleo do final de 1973. Essas preocupações explicam a intensificação da *resources diplomacy* a partir de 1974.⁷⁴ A mudança de política é anunciada

⁷³ SELCHER, Wayne, *op. cit.*, p. 111.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 74 e 108.

ainda no governo Médici. Gibson Barboza, em janeiro de 1974, recebe, oficialmente, Fouad Naffah, representante da Liga dos Estados Árabes e chanceler libanês, e declara ser, o Brasil, a favor da imediata retirada israelense de todos os territórios ocupados em 1967 e da solução para a questão palestina.⁷⁵

Não parece, portanto, ter sido difícil, ou demasiadamente embaraçoso, cobrir, rapidamente, o percurso entre o tão anunciado neutralismo e equidistância e a *realpolitik*. Pelo contrário, o governo vai fazê-lo com desenvoltura. Entretanto, geralmente, não se chega a declarações que excedam ao apoio razoavelmente indispensável, conforme as circunstâncias e as pressões árabes o demandassem. Os diplomatas brasileiros defendem, mais explicitamente, o direito palestino de autodeterminação e manifestam-se, mais freqüentemente, contra ocupação territorial pela força na região, não chegando a aprovar atos terroristas ou resoluções da ONU que questionassem a existência do Estado de Israel ou sua expulsão da organização internacional.⁷⁶ De toda maneira, a política israelense já é bastante contestada à época e a defesa reiterada da causa dos árabes palestinos afina-se com a notória simpatia que passa a granjear internacionalmente.

O discurso do novo chanceler brasileiro, na décima sétima sessão da Assembléia Geral, em 1974, enuncia as mudanças que então se delineavam. Ao contrário da discrição e do caráter genérico das palavras do ano anterior, quando se reclamava que a *détente* não deveria ser vista como suficiente e, sim, como o ponto de partida para que se trabalhasse em prol da diminuição das desigualdades mundiais, o tom e o conteúdo do discurso do novo Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, são pontuais e esclarecedores a propósito das prioridades imediatas do governo. Explicita o apoio do Brasil à independência da África portuguesa, condena veementemente o *apartheid* e, com relação ao Oriente Médio, manifesta-se contra a utilização da força e a ocupação violenta de territórios, clamando, à comunidade inter-

⁷⁵ *Ibidem*, p. 111 e 112, e DEN HARTOG, Carlos Alberto M. *op. cit.*, p. 148–149.

⁷⁶ SELCHER, Wayne A. *op. cit.*, p. 115.

nacional, que dirija a devida atenção “para que se atendam, com as medidas adequadas, ao sofrimento do povo palestino”.⁷⁷ A guerra de outubro de 1973, portanto, não deixava muitas brechas para posturas evasivas e o perfil do novo governo potencializava a resposta pragmática e realista.

Com efeito, a política externa do governo Geisel é bastante afirmativa e tem, na autonomia, não apenas uma estratégia para buscar o que considera de interesse para o país, mas um valor em si mesmo. Relativamente aos contatos multilaterais, pode-se dizer que o “pragmatismo responsável” os avalia

de maneira positiva e busca utilizá-los para fazer avançar [os] interesses nacionais e modificar a hierarquia internacional com vistas a uma maior participação na tomada de decisões. (...) Define, nos anos 70, de maneira consistente, suas prioridades e ambições, em termos que vão muito além das fronteiras hemisféricas. O governo Geisel (...) reafirmou interesses pelas relações com outros países em desenvolvimento, declarando a América Latina e a África como áreas prioritárias para a diplomacia nacional.⁷⁸

A via multilateral é um meio de assegurar avanços em suas relações bilaterais, notadamente com os países árabes.

Afora a Assembléia Geral de novembro de 1947, em que, sob a presidência de Oswaldo Aranha, a partilha da Palestina fora votada, a sessão ordinária de 1975 é, seguramente, aquela na qual o posicionamento da diplomacia brasileira, relativamente ao Oriente Médio, maior impacto gerará. No entanto, com o benefício da distância temporal, não parece despropósito afirmar que, em boa medida, tratava-se de um voto anunciado. O voto em favor da Resolução nº 3.379, que qualificava o sionismo como forma de racismo e de discriminação racial, não deixava, isto sim, de ser novidade, pela brusca mudança que representava no padrão de comportamento da diplomacia brasileira, marcado pela incli-

⁷⁷ *A palavra do Brasil nas Nações Unidas*, p. 307.

⁷⁸ SELCHER, Wayne A. *op. cit.*, p. 2, 11, 231, 215.

nação à conciliação. Uma das facetas que encerra o voto é a extraordinária visibilidade que dará a uma tendência, de fato, já esboçada anteriormente.

As diretrizes gerais encaminhadas à delegação brasileira em Nova York registravam que a reunião daquele ano tinha

como pano-de-fundo o fato de que, durante a XXIX sessão, nos foi possível ampliar, e de maneira ponderável, as possibilidades de ação diplomático-parlamentar. Como não se desconhece, até 1974, uma série de posições brasileiras, tais como a solidariedade a Portugal nas questões coloniais, o comportamento tolerante em relação à África do Sul, o não reconhecimento da República Popular da China e uma atitude de equidistância no conflito do Oriente Médio, haviam *sic* prejudicado a capacidade brasileira de iniciativa e arregimentação parlamentar. As retificações realizadas a partir de março de 1974 pelo Presidente Ernesto Geisel permitiram, já no decorrer da última Assembléia Geral, que o Brasil se libertasse de algumas pesadas hipotecas diplomáticas que inibiam a sua atuação nas Nações Unidas.

E prevê, acertadamente, que, na sessão daquele ano,

a confrontação entre os Estados Unidos e os não alinhados terá provavelmente seu ponto mais agudo quando do debate em torno da questão do Oriente Médio. Na ausência de progresso real nos entendimentos bilaterais, os países árabes tenderão a utilizar as possibilidades parlamentares para pressionar Israel, aumentando o seu isolamento diplomático.⁷⁹

No entanto, se não houve falta de habilidade para antecipar as questões espinhosas a serem confrontadas na reunião, o mesmo não se pode dizer quanto à antecipação de eventuais respostas e ao cálculo dos riscos que representariam. De fato, o episódio demonstra, no mínimo, que houve erro ou falta de avaliação

⁷⁹ AHI—Brasília, Exteriores à Missão do Brasil junto às Nações Unidas, 18 de setembro de 1975, Confidencial, Ofícios Expedidos, Cx. 72.

quanto às repercussões que teria o voto brasileiro a favor da Resolução nº 3.379. As comunicações de Sérgio Corrêa da Costa dirigidas a Brasília semanas após a votação demonstram-no copiosamente. O embaixador faz parte da surpresa geral quanto às reações que a aprovação da resolução, de valor declaratório, suscitara na Europa e na América Latina. Afirma que o

espaço e o tempo dedicados pelos órgãos de comunicação de massa ao debate da iniciativa árabe produziram uma mobilização extraordinária da opinião pública, habilmente estimulada pelas associações judaicas de todas as colorações, unificadas no esforço de coordenação de manifestações hostis ao projeto. O balanço dos acontecimentos parece confirmar a opinião de que o maior beneficiário desse entrechoque – fadado a repercussões de longo prazo – foi, paradoxalmente, o próprio Estado de Israel. A reação ao projeto sobre o Sionismo foi de tal forma veemente e emocional que [fez] o bloco Ocidental cerrar fileiras em torno de Israel, pela primeira vez em muitos anos, em postura militante e quase agressiva (à exceção apenas de Portugal e Turquia, países em situação anômala, e abstenção da Grécia e do Japão). Os delegados israelenses, que eram mantidos em discreta quarentena até mesmo pelos representantes de países com que mantém relações comerciais, passaram a deles receber ostensivas demonstrações de solidariedade.

Os delegados brasileiros, em contrapartida, sentem seus contatos esfriarem-se com muitas delegações, notadamente européias.⁸⁰

Mas isso não é tudo. Além do constrangimento gerado pelo apoio dado a uma posição que seria amplamente criticada pela opinião pública internacional, o governo brasileiro torna-se alvo fácil da militância norte-americana em favor dos direitos humanos e das acusações e críticas de importantes jornais. A imprensa norte-americana chama a atenção para o autoritarismo do regime militar brasileiro e as torturas por ele perpetradas. Desde o começo de outubro, as atividades dos órgãos paulistas de segurança

⁸⁰ AHI-Brasília, Sérgio Corrêa da Costa para a Secretaria de Estado, sem dia, novembro de 1975. Confidencial, Ofícios, Cx. 70.

havam recrudescido, e um dos resultados fora a morte de Wladimir Herzog, que vem a público no dia 26. A morte do jornalista, iugoslavo de origem judaica, teria grande repercussão, sobretudo porque, convocado a depor, Herzog comparecera espontaneamente e de boa-fé. A reação no Brasil é enorme: greve na Universidade de São Paulo (USP), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Sindicato de Jornalistas exigem abertura de inquérito, bispos de São Paulo assinam um manifesto contra a violência e um culto ecumênico é realizado na catedral de São Paulo.⁸¹

É difícil afirmar, com segurança, quais as motivações imediatas do voto brasileiro. Ernesto Geisel diria sobre o assunto, mais de 20 anos depois, que era contra a maneira evasiva – típica de a diplomacia se posicionar – e contra o hábito de o Itamaraty abster-se em votações quando era sabido que desagradaria aos norte-americanos.

Não aceitei isso, dizendo que era uma covardia. Se o Brasil tem uma opinião, ele tem de defender o seu ponto de vista e votar de acordo com sua convicção. Estou convencido até hoje de que o sionismo é racista. Não sou inimigo dos judeus, inclusive porque em matéria religiosa sou muito tolerante. Mas como é que se qualifica o judeu, quando é que o indivíduo é judeu? Quando a mãe é judia. O judaísmo se transmite pela mãe. O que é isso? Não é racismo? (...) Por que eu não posso declarar isso ao mundo?⁸²

⁸¹ Em sua comunicação, de 8 páginas, a Brasília, Sérgio Corrêa da Costa menciona, por exemplo, que no dia 12 de novembro, o *The New York Times* traz matéria de 3 colunas intitulada “*Brazilian bishops accuse authorities of murder*”, condenando vigorosamente “*Brazil’s anti-communist military regime*”. No dia 16, o mesmo jornal chama a atenção para o “*Issue of torture growing in Brazil*”. O *New York Post*, do dia 15 de novembro, exhibe artigo de página inteira, de Michael J. Berlin, no qual especula-se que o Brasil, “*according to Western diplomats, sold its vote in return for promise that it would continue to receive Arab oil in the event of another embargo, and that the Arab petro-dollars would be invested in the burgeoning but shaky Brazilian economy*”.

⁸² D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 342–343. O Itamaraty justificaria o voto brasileiro com termos bastante semelhantes: “Nosso voto não pode ser interpretado como hostil aos judeus ou ao judaísmo. Não temos compromissos com a doutrina sionista. Nosso reconhecimento de qualquer

Acrescentaria que o Brasil não tinha produção de armas suficiente que pudesse justificar, como fora suposto, o voto favorável à Resolução nº 3.379, ou seja, não procedia o argumento de que, com o voto, o governo pretendia agradar os países árabes com vistas em patrocinar a venda de armas de produção brasileira àqueles países.

Walder de Góes, jornalista que cobriu de maneira muito próxima o período Geisel, ao analisar o processo de tomada de decisões do governo e referir-se particularmente à urgência como variável que resulta em processos decisórios que fogem ao controle dos mecanismos formais, afirma que

o Chanceler Azeredo da Silveira levou o assunto ao presidente depois de motivado por um telefonema de Nova York. Como a votação se faria no dia seguinte, Geisel autorizou o voto favorável à proposta que considerava o sionismo uma forma de discriminação racial. No dia seguinte, constatado o equívoco político do voto, Geisel pediu à chancelaria que modificasse a posição adotada. O voto brasileiro foi proferido na terceira Comissão (Comissão Política) e somente 5 dias depois a votação definitiva se faria na Assembléia Geral. O Brasil iria recuar do voto originalmente dado, por ter o presidente verificado que a pressa e a insuficiência de informações induziram-no a erro de decisão. Não o fez, todavia, porque no meio tempo o Departamento de Estado norte-americano, através de porta-voz, criticou a posição do Brasil, ferindo os brios nacionais brasileiros.⁸³

Estado soberano e independente e a manutenção com ele de relações diplomáticas corretas, não implica, evidentemente, nem poderia implicar, a aceitação automática das doutrinas ou ideologias que lhe deram motivação histórica ou a que recorre sua política nacional. Não aceitamos, por outro lado, a identificação de anti-sionismo com anti-judaísmo. O voto brasileiro significa que não apoiamos o sionismo como doutrina racial ou exclusivista e julgamos que, mesmo como movimento de libertação nacional, está historicamente esgotado.” AHI-Brasília, Exteriores para Missão junto às Nações Unidas, 4 de outubro de 1977. Confidenciais, Despachos, Cx. 145.

⁸³ Góes, Walder de. *O Brasil do general Geisel: estudo do processo de tomada de decisão no regime militar-burocrático*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 30. No prefácio ao livro de Góes, Carlos Castello Branco lamenta que “as condições jornalísticas não permitam ao repórter identificar as fontes”, o que, de fato, é um constrangimento que não deixa de limitar o

A informação de Góes é, de fato, verossímil, sobretudo se se consideram as conhecidas idiossincrasias do presidente, extremamente centralizador, nacionalista – o que aqui pode ser sinônimo de anti-americano – e ciumento de suas atribuições e do poder que tinha. Parece pouco plausível que revisse sua posição ou admitisse atribuições e equívocos no processo decisório. Acrescente-se que a aprovação da Resolução nº 3.379 tem sido vista como exemplo típico de voto produzido pelo fenômeno da coalizão, inspirado sobretudo na busca identitária com um determinado grupo. O fato de a resolução ter sido anulada 16 anos mais tarde não deixa de corroborar a interpretação de que, em tais casos, a racionalidade associativa tem tendência a prevalecer sobre a racionalidade substancial.⁸⁴ De toda maneira, quaisquer que fossem os motivos do voto brasileiro, o fato é que se tornou, mais do que qualquer outro evento, um símbolo do *aggravamento* da política externa brasileira dos anos 70, resultando, pelo menos no imediato, em um facilitamento dos contatos com os países não-alinhados, sobretudo árabes.

Apesar do caráter sensível desses acontecimentos, há de se colocá-los, evidentemente, em perspectiva. Para além da situação de estreitamento de margens estratégicas do período Geisel e da tão procurada diversificação da dependência externa, há de se mencionar, novamente, a magnitude que ganha a causa palestina no período, fenômeno que se beneficia, de um lado, do maior peso do movimento terceiro-mundista na ONU e, de outro, da condenação à política israelense, percebida cada vez mais como

valor informativo do estudo. Azeredo da Silveira, apesar de ter escrito páginas interessantes sobre o Oriente Médio em suas memórias, nada diz sobre o voto anti-sionista. Uma vez que estava presente à Assembléia Geral de 1975, não deixa de ser realmente surpreendente, e provavelmente significativa, a inexistência de comentários sobre o episódio, sobretudo porque é explícito quanto às razões que levaram o Brasil a aproximar-se dos países árabes, mencionando em particular o caso do Iraque, que se tornaria tema difícil anos mais tarde. Cf. SARAIVA GUERREIRO, Ramiro. *op. cit.*, p: 172–182.

⁸⁴ SMOUTS, Marie-Claude. *Les organisations internationales*. Armand Colin: Paris, 1996, p. 36.

intransigente e inaceitável. Yasser Arafat é recebido na ONU, em 1974, e naquele ano era aprovada a Resolução nº 3.236 que, além de conceder à Organização para a Libertação da Palestina (OLP), o estatuto de observador na Assembléia Geral e em todas as conferências internacionais das Nações Unidas, reafirmava “os direitos inalienáveis do povo palestino na Palestina” à autodeterminação sem entraves, à independência e à soberania nacionais, reconhecendo, ainda que, o povo palestino era parte principal para o estabelecimento de paz justa e durável no Oriente Médio. Em 1976, era aprovada a Resolução nº 3.516, proposta pelo governo egípcio, sobre a “inadequação” do relatório do Secretário-Geral relativamente à soberania permanente sobre recursos nacionais nos territórios árabes ocupados.⁸⁵

Em maio de 1976, o Líbano havia sido invadido por tropas sírias. Um ano depois, Menachem Begin é eleito em Israel, colocando fim a 3 décadas de hegemonia trabalhista e com a determinação de promover os assentamentos israelenses em territórios ocupados. São eventos mais do que suficientes para saber-se que a sessão da Assembléia Geral de 1977 seria “particularmente ativa e, em boa medida, polêmica e controvertida”. A política brasileira continuaria a se basear na convicção de que a situação que prevalecia na região era “injusta e que qualquer solução que não [levasse] em conta a questão dos territórios ocupados, bem como a situação do povo palestino, [seria] ilusória e essencialmente transitória. O cumprimento da Resolução nº 242 (1967) é essen-

⁸⁵ A Resolução nº 3.516 obteve 100 votos favoráveis, 2 contra (Estados Unidos e Israel) e 30 abstenções. Cf. AHI- Brasília, Relatório da Delegação do Brasil à XXX Assembléia Geral Nações Unidas, 1976. Ofícios Recebidos, Confidencial, Cx. 109. A propósito da visita de Yasser Arafat à ONU, lembra Christian Guy CAUBET. *As verdades da guerra contra o Iraque*. São Paulo: Acadêmica, 1991, p. 23, que o chefe da OLP “provocará um belo escândalo no recinto da AG (...): nos movimentos que ele faz para dirigir-se à tribuna, sua ampla roupa entreabre-se e revela o porte de uma arma de fogo. A emoção e os comentários dos representantes do mundo inteiro são vivos. Arafat deixa dizer. Ele já foi vítima de atentados e sofrerá outros. Não está em segurança em lugar algum.”

cial. Reconhecemos o direito do povo palestino e a OLP”.⁸⁶ A Assembléia Geral decide que o dia 29 de novembro – dia em que fora aprovado o Plano de Partilha da Palestina em 1947 – seria comemorado todos os anos como o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino. O Brasil apóia a decisão, mas ausenta-se durante a votação da Resolução nº 31/20, que prevê a criação de um Estado palestino na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, com uma administração interina da ONU e posterior transferência à OLP. A prudência brasileira, justificada pela necessidade de se aprofundarem as discussões e o estudo sobre o tema, não deixa de frustrar os delegados árabes e fazê-los saber que não poderiam contar com o apoio incondicional brasileiro.⁸⁷

Gradativamente, a paz no Oriente Médio passará cada vez menos pelo âmbito multilateral. O processo de negociações de paz far-se-á pela via bilateral, com o forte patrocínio da administração norte-americana e como sempre o desejara Israel. O fato é que, quaisquer que fossem os motivos, e eles são numerosos, a ONU nunca esteve nem mesmo perto de obter um consenso que pudesse resultar em paz duradoura na região, ainda que, sem dúvida, seu papel tenha sido relevante no gerenciamento e amortecimento de diversos conflitos, ou seja, as Nações Unidas tiveram êxito em “assegurar a manutenção de paz (*peacekeeping*) com o objetivo de “limitar e, quando possível, diminuir a violência em um conflito já iniciado”, mas “não [procurou] “solucionar o conflito”, ou seja, instaurar a paz (*peacemaking*) ou “resolver os problemas de fundo”.⁸⁸

⁸⁶ Diretrizes Gerais para a Delegação do Brasil à XXXII Assembléia Geral das Nações Unidas, 4 de outubro de 1977. AHI-Brasília, Despachos, Confidencial, Cx. 145.

⁸⁷ SELCHER, Wayne, *op. cit.*, p. 116.

⁸⁸ SOFFER, Ovadia. *Les Nations unies au Moyen-Orient. Procès-verbal d'une faillite*. Paris: P.U.F., 1985, p. 33 e ss. O autor faz uma interessante análise sobre os limites intrínsecos das Nações Unidas, que acabaram por inviabilizar uma saída pacífica para os intrincados problemas da região. O autor, que foi membro da delegação israelense nas sessões da Assembléia Geral em 1968 e em 1970, integrou a missão permanente de Israel junto à ONU a partir de 1971 e tornou-se embaixador extraordinário em 1981, exercendo a função até 1983, afirma que, notadamente a partir da guerra de 1967, a ONU

Conclusão

A despeito da complexidade do tema e do período abordado pelo presente estudo, e lembrando seu caráter exploratório, é possível avançar algumas conclusões.

Em primeiro lugar, parece claro que as mudanças ocorridas no sistema internacional, assim como o padrão de relacionamento do Brasil com os Estados Unidos, afetaram, marcadamente, a percepção e a ação da diplomacia brasileira na ONU com relação a Israel, configurando ação governamental de autonomia relativa. Muito menos clara, porém, é a existência de política brasileira para o Oriente Médio, de médio e longo prazo. Pode-se falar de uma diplomacia, sobretudo, reativa, guiada por interesses imediatos ou pela ausência destes.

De 1947 até 1973, a lógica que presidiu os posicionamentos brasileiros em questões trazidas ao âmbito da ONU envolvendo Israel foi a de apoiar a busca de soluções conciliatórias, pautando-se pela prudência e a equidistância com relação às partes em conflito. Considerando-se que a força motriz da política externa brasileira tem sido a preocupação de buscar meios para garantir o desenvolvimento do País, a quase ausência de interesses com relação ao Oriente Médio, no período que vai do final da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 70, permite, certamente, distanciamento político que resulta em posições equilibradas. Em poucas ocasiões, o Brasil assumiu papel de maior visibilidade e participação mais engajada. É o caso das reuniões da ONU de 1947, em que a atuação de Oswaldo Aranha mostrou, ao mundo, algumas das virtudes da diplomacia brasileira. Não por acaso,

configurou-se como um ambiente inadequado para discutir-se de maneira equilibrada e eficiente sobre as questões envolvendo Israel e seus vizinhos. Insiste, particularmente, na disputa entre as grandes potências, que permearam profundamente o cenário regional e projetaram-se indelevelmente no foro multilateral, e na ascensão do movimento terceiro-mundista que, agregando novas clivagens à composição da ONU e propalando sua determinação de opor-se *coûte que coûte* aos Estados Unidos, prestaram um desserviço à paz no Oriente Médio.

a ocasião é reiteradamente lembrada como exemplo do brilhantismo do Itamaraty e como símbolo do bom relacionamento entre Brasil e Israel. No mesmo sentido, tendo sido a Crise do Suez episódio com repercussões que de muito ultrapassaram o contexto regional, o envio de contingentes militares durante os 10 anos de operação da primeira UNEF e seu comando por oficiais brasileiros não deixou de representar uma bem sucedida experiência de participação protagônica e busca de prestígio internacional.

O segundo período está marcado pelo constrangimento petrolífero. O que era uma reação direta às dificuldades de levar adiante o projeto desenvolvimentista brasileiro ganhará contornos mais definidos com o pragmatismo responsável, caracterizado por boa dose de realismo e posturas afirmativas. Em 1975, compelido pelas circunstâncias, o Brasil dá as costas a Israel e procura diminuir seu grau de vulnerabilidade no plano energético e econômico. Maximizar oportunidades e ampliar bases de autonomia implica o anacronismo da equidistância e a aproximação com o bloco de países em desenvolvimento, cuja importância estava em notória ascensão. O caráter agudamente instrumental da política externa brasileira durante os anos 70 engendra a percepção de que a atuação, na ONU, deve pautar-se, acima de tudo, pela cooperação tática, ou seja, o aproveitamento do espaço que oferece para estreitar contatos bilaterais, esses, sim, de maior utilidade.

Nos anos 80, a situação de Israel é, ainda, extremamente delicada, sendo continuamente condenado por diversas resoluções, para não falar do amplo isolamento que sofre internacionalmente. Nesse sentido, afirma Boutros Boutros-Ghali que, ao iniciar seu mandato de Secretário-Geral, em 1991, a experiência acumulada pela ONU, nos anos imediatamente anteriores, a propósito dos problemas árabe-israelenses, fazia que ela fosse vista como vedadora por todas as partes envolvidas, ou seja, as resoluções

[que se contavam] às centenas, adotadas tanto pelo Conselho de Segurança quanto pela Assembléia Geral, [havia servido] somente para exacerbar a dupla crise de confiança relativamente às Nações Unidas. Para Israel, as Nações Unidas eram uma verdadeira máquina de guerra feita para condenar, isolar

e enfraquecer o Estado judeu. Para o mundo árabe, as Nações Unidas eram uma organização que dependia de maneira feudal dos Estados Unidos, em que as resoluções pró-árabes de apoio à causa palestina não eram jamais implementadas.⁸⁹

No entanto, no começo dos anos 90, novas variáveis redimensionariam os problemas no Oriente Médio e trariam mudanças ao longo dos anos subseqüentes. Com efeito, o fim da Guerra Fria e a Guerra do Golfo trazem perspectivas para o encaminhamento do processo de paz na região. A ausência da confrontação bipolar, e sobretudo, o esfacelamento da União Soviética, se não põem fim, pelo menos apaziguam alguns conflitos periféricos. A Guerra do Golfo, por sua vez, evidencia a falta de coesão entre os países árabes. Ademais, o ataque iraquiano contra Israel com mísseis *Scud* altera a questão do monitoramento da segurança israelense e, em conseqüência, será um elemento de persuasão quanto à necessidade de buscar, para além do fortalecimento bélico, outros mecanismos para sua proteção. A paz com seus vizinhos torna-se mais factível, visto que fundamental.

Tal cenário permitiu que, nos últimos anos,

vários passos positivos [tenham sido] dados em direção a uma nova relação entre as Nações Unidas e Israel. Os representantes árabes das Nações Unidas abandonaram seu ritual anual de contestar as credenciais de Israel na Assembléia Geral, implicitamente reconhecendo, portanto, sua legitimidade para fazer parte da família das nações. Com o consentimento da maioria dos países árabes, Israel foi admitido no Comitê de Informações da ONU. Um israelense foi eleito para o tribunal administrativo, que lida com questões dos funcionários da ONU, enquanto que por décadas Israel e os israelenses haviam sido totalmente excluídos de postos eletivos dos órgãos da ONU. Foram removidos todos os dispositivos hostis a Israel e ao processo de paz da resolução

⁸⁹ BOUTROS-GHALI, Boutros. *Unvanquished: a U.S.-U.N. saga*. New York: Random House, 1999, p. 180. Vale lembrar que, como ministro das Relações Exteriores do Egito, Boutros-Ghali havia tido participação-chave nas negociações que resultaram nos Acordos de *Camp David*, de 1978.

anual submetida pelo grupo árabe apelando para a cooperação entre as Nações Unidas e a Liga Árabe, possibilitando o apoio de Israel e dos Estados Unidos à aprovação da resolução. Tomados em conjunto, esses desenvolvimentos ajudaram Israel e as Nações Unidas a começar um novo capítulo em sua história comum.⁹⁰

Acrescente-se, a tais novidades, a revogação da resolução anti-sionista, em 1991.⁹¹

O Brasil tornaria a ocupar um assento temporário no Conselho de Segurança nos biênios 1988–1989, 1993–1994 e 1998–1999. Os vinte anos de afastamento do Conselho de Segurança, entre 1968 e 1988, não deixam de ser sintomáticos, uma vez que coincidem com o período de regime militar no Brasil. Tudo indica que a presença no órgão político máximo da ONU é percebida menos como uma via de projeção para o Brasil do que uma forma de tornar o governo brasileiro mais suscetível às pressões internacionais, para que preste contas sobre a situação dos direitos humanos e a ausência de democracia no País. Os limitados ganhos, eventualmente oferecidos pelas Nações Unidas, tornam-se, portanto, possibilidade ainda mais remota. Por outro lado, o retorno ao Conselho de Segurança é, certamente, fruto da atualização da política externa brasileira e pela breve, porém, significativa, atmosfera de otimismo quanto à retomada da importância e ganho de eficiência da ONU. Não deixaria de acompanhar o órgão nas várias resoluções que condenam Israel quanto ao tratamento dado à população civil e aos prisioneiros árabes, o não-respeito ao estatuto internacional de Jerusalém, a política de assentamento em territórios ocupados, etc. Essas votações assumem, no entanto, significado bastante diverso. O pano de fundo imediato é o melhor relacionamento de Israel com a ONU e melhores relações bilaterais com o Brasil.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 183.

⁹¹ A Resolução nº 3.379 foi revogada pela Assembléia Geral de 1991 (Resolução nº 46/86, de 16 de dezembro de 1991). Cf. *Resolutions and decisions adopted by the General Assembly during the first part of its Forty-Sixth Session (from 17 September to 20 December)*. United Nations, Press Release GA/8307: New York, 1992, p. 86.

Brasil-Israel: da partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático (1947-1949)*

*Tullo Vigevani***
*Alberto Kleinas****

O objetivo deste texto é discutir a política brasileira com respeito à questão palestina nos anos de 1947 a 1949, concentrando-se tanto na análise da posição assumida pelo Brasil no âmbito das Nações Unidas por ocasião dos debates sobre a partilha da Palestina, quanto em seu posicionamento diante das questões médio-orientais no mesmo período, inclusive no que se refere às relações com os países árabes. Em seguida, é examinada a atitude brasileira desde a criação do Estado de Israel até o ingresso do novo Estado nas Nações Unidas e seu reconhecimento diplomático pelo Brasil.

Não é possível compreender as posições adotadas pelo Brasil nesse contexto se não forem considerados alguns parâmetros, particularmente os relacionados à inserção internacional do País naquele período e suas referências estratégicas e ideológicas. Somente dessa forma será possível entender as motivações dos

* Marcelo Fernandes de Oliveira colaborou com a realização da entrevista com Hassan Mussa El-Emleh, em 29 de janeiro de 1999. Matias Spektor realizou a pesquisa no Arquivo Histórico do Itamaraty, em Brasília.

** Professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC).

*** Bacharel em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

votos do Brasil nas Nações Unidas e suas subseqüentes decisões relativas aos temas do Oriente Médio, da Palestina e de Jerusalém.

Um argumento de nossa pesquisa refere-se ao fato de que foi praticamente inexpressiva a política brasileira para o Oriente Médio durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, que se pautou basicamente pelos temas gerais de política exterior. As análises sobre a decisão a respeito da partilha, votada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 29 de novembro de 1947, e sobre o subseqüente reconhecimento diplomático de Israel, formalizado em 7 de fevereiro de 1949 – ainda que o estabelecimento das respectivas legações só se tenha dado em 1952 –, mostram como os temas gerais acima mencionados foram de fato decisivos para a postura adotada pelo País. O Brasil declarava abertamente não ter interesses e posições específicas a defender.

Nesse sentido, 3 parâmetros podem ser assinalados: a) no período em questão, a diplomacia brasileira, com ênfases distintas, tinha, como referência básica, o alinhamento com os Estados Unidos, exacerbado pelo então Ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes. Não é nosso objetivo aqui discutir as motivações dessa política, mas, para entender as posições brasileiras com respeito à questão da Palestina, é necessário levá-la em consideração; b) a segunda referência importante para a diplomacia do Brasil, naqueles anos, era a rivalidade existente com a Argentina, que, embora aparentemente pouco interferisse nas questões do Oriente Médio, acabou por exercer alguma influência, conforme veremos; c) finalmente, fator não-relevante para a política exterior do Brasil em geral, mas que teve algum peso na questão da Palestina, foi as relações do país com o mundo católico e, conseqüentemente, com o Vaticano. Este texto, no entanto, discutirá apenas as questões gerais, com ênfase no primeiro destes 3 parâmetros.

A política exterior do Brasil no período 1947–1949

No final da Segunda Guerra Mundial e no período imediatamente subseqüente, o Brasil tentou disputar espaço em algumas

áreas do cenário internacional, particularmente nas Nações Unidas e junto aos Estados Unidos. Como se sabe, seus esforços resultaram em ganhos menores do que o esperado: não conseguiu uma vaga de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU, obtendo apenas um assento temporário. Como lembra Moura, a capacidade de barganha do governo brasileiro decrescia rapidamente. De fato, o fim da guerra deu lugar a novos arranjos de poder e a novos interesses políticos e estratégicos que, no plano internacional, passavam longe do Brasil. O País perdia importância em todos os campos – econômico, político e militar – em suas relações com os Estados Unidos,

mas o fato demorou a ser percebido pelos dirigentes políticos brasileiros. Acreditava-se, de um modo geral, que a aliança especial dos anos da guerra continuava a existir e poderia ser acionada tanto para fins de ajuda econômica, como para sustentação do potencial militar brasileiro e também para assegurar uma presença brasileira ativa na política internacional.¹

Para compreendermos o quadro de referência no qual atuou a diplomacia brasileira no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946–1950), é preciso considerar as profundas modificações ocorridas no período anterior em consequência da guerra. Do ponto de vista formal, o governo Dutra mantinha a política desenvolvida ao longo dos últimos 4 anos do governo Getúlio Vargas (1942–1945), de estreita aliança com os Estados Unidos, e que resultava da necessidade – habilmente utilizada – de obter ganhos para o Brasil em diferentes setores.² Na prática, entretanto, Dutra não pôde

¹ MOURA, Gerson. “A segurança coletiva continental: o sistema interamericano, o TIAR e a Guerra Fria”. In: GUILHON ALBUQUERQUE, José Augusto (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira, 1930–1990: crescimento, modernização e política externa*. v. 1. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996, p. 164.

² VIGEVANI, Tullo. *Questão nacional e política exterior: um estudo de caso: formulação da política internacional do Brasil e motivações da Força Expedicionária Brasileira (FEB)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1990 (Tese de Doutorado).

prosseguir com essa política, pois, em seu governo, a equação inverteu-se: “o alinhamento com os Estados Unidos no período Dutra foi igualmente ditado por circunstâncias, mas o alinhamento era agora o objetivo real da política exterior do Brasil e os objetivos econômicos, políticos e militares ficaram subordinados a esse fim”.³

Conforme ressaltado, não é nosso objetivo, aqui, discutir a política brasileira do período ou seu envolvimento no âmbito internacional, mas compreender as motivações que orientaram essa política em relação ao Oriente Médio e, especialmente, em relação à criação do Estado de Israel. Nesse sentido, torna-se necessário conhecer qual era a percepção que o governo tinha do cenário internacional naquele período. Uma ala do governo Dutra estava convencida de que o mundo caminhava a passos largos para novo conflito global, que resultaria em embate definitivo entre democracia e comunismo. De acordo com Moniz Bandeira, o governo não conseguia perceber que, subjacente à Guerra Fria que então se iniciava, Estados Unidos e União Soviética

mantinham um determinado padrão de relações que visava, sobretudo, a evitar o confronto total. O chanceler brasileiro, Raul Fernandes, acreditava na proximidade da guerra, julgava fracassada a estratégia do governo de Washington, que negociava com a União Soviética, na Assembléia Geral da ONU. Ele queria a unidade do Ocidente, sob a liderança dos Estados Unidos, numa espécie de Santa Aliança, para combater o comunismo, e julgava que a linha de concessões enfraqueceria a sua causa.⁴

As posições do governo Dutra – não-consensuais ou nem sequer uniformemente compartilhadas – são lembradas aqui porque facilitam a compreensão das referências que condicionavam

³ MOURA, Gerson. *Brazilian foreign relations: 1939–1950*. Londres: University College, 1982, p. 328 (Ph. D. thesis).

⁴ MONIZ BANDEIRA, Luís Alberto. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, p. 312–313.

as atitudes específicas adotadas pelo Brasil naquele período. O contexto no qual é definida a política sobre a questão palestina e sobre Israel insere-se, em alguma medida, no quadro das polêmicas existentes, mas, sobretudo, no quadro das orientações principais da política exterior. Essas orientações, na elite política brasileira, não-homogêneas, baseavam-se em parâmetros distintos e insuficientes para definir conduta clara, razão pela qual acabaram emergindo diferentes posições sobre o tema, que se manifestavam de diversas formas. Por exemplo, a partir dos anos 70, com o acentuado desenvolvimento dos estudos sobre as relações internacionais e com a abertura de arquivos históricos, foi possível compreender a extensão da polêmica, não plenamente conhecida na época, ocorrida entre o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Raul Fernandes, e o então embaixador do Brasil nas Nações Unidas, Oswaldo Aranha. Para o ministro, não cabia, ao Brasil, discordar do voto americano na ONU. Aranha, por sua vez, desde 1942, e mesmo antes, quando foi embaixador em Washington na década de 30, vinha demonstrando simpatia pelas posições dos Estados Unidos, mas em perspectiva, digamos, tradicional da política exterior do Brasil, de obter ganhos para o País no quadro do reconhecimento da hegemonia norte-americana.

A orientação da Secretaria de Estado manifestava-se em algumas ocasiões e, sem dúvida, teve influência nas decisões sobre a questão palestina. Em telegrama a Aranha, Fernandes orientava a delegação a votar “acompanhando, em caso de uma decisão concreta da Assembléia sobre o assunto, o voto dos Estados Unidos da América”.⁵ Em alguns casos, a insistência na reiteração desse critério criava constrangimentos para a delegação brasileira na ONU, particularmente para Aranha. Tendo em vista sua familiaridade com os assuntos internacionais e por acompanhar os acontecimentos relevantes da política mundial, a delegação brasileira acreditava que a Terceira Guerra Mundial não ocorreria em curto prazo. Na verdade, além dos aspectos ideológicos,

⁵ Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Brasília e Rio de Janeiro, Fernandes a Aranha, Telegrama 122, 12 de setembro de 1947.

que em grande medida eram originados nas disputas políticas internas, e tendo em conta o revigoramento da aliança com os Estados Unidos, o Ministério das Relações Exteriores considerava que buscar o estreitamento dos vínculos com os Estados Unidos reverteria em benefícios para o Brasil. Segundo Moura,

esperava-se que esse alinhamento aos Estados Unidos daria ao país algumas vantagens especiais: 1^a) a manutenção de sua superioridade militar no conjunto da América do Sul, advinda da participação na guerra; 2^a) participação plena nas conversações de paz do pós-guerra e na construção de uma nova ordem internacional.⁶

Se essa vertente da política exterior do Brasil era importante, devemos considerar também outras questões que interessavam às elites brasileiras. A visita do presidente Harry Truman ao Brasil, em setembro de 1947, definiu planos de cooperação que se traduziram na Missão Abbink, mas seus resultados foram modestos e bem inferiores aos esperados.

O cuidado norte-americano em evitar qualquer comprometimento oficial com o financiamento do desenvolvimento brasileiro pode ser explicado como uma reação à intensidade das exigências brasileiras quanto à colaboração norte-americana a partir de 1945, sem dúvida estimuladas pelos Estados Unidos através das Missões Taub e Cooke, mas, principalmente, derivadas da convicção brasileira, militar e civil, de que a colaboração do Brasil no esforço de guerra o tornava – por motivos políticos – legítimo credor do governo norte-americano (...). No plano das relações econômicas estabeleceu-se entre o Brasil e os Estados Unidos no imediato pós-guerra uma espécie de diálogo de surdos, no qual a posição do Brasil era de insistir nos estreitos laços de amizade entre os 2 países e na necessidade e no caráter político da ajuda da qual se julgava amplamente merecedor por sua colaboração no esforço de guerra.⁷

⁶ MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991, p. 59.

⁷ MALAN, Pedro Sampaio e outros. *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939–1952)*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1980, p. 30–31.

A ação efetiva dos Estados Unidos era fortemente restritiva no que se referia às pretensões do Brasil, como comprovam os documentos publicados em *Foreign relations of the United States* relativos ao período do governo Dutra.

De fato, na descrição de Cervo e Bueno, haveria algo de estranho nas relações entre os 2 países: “no aspecto da cooperação econômica, Brasil e Estados Unidos tinham óticas diferentes na maneira de encaminhá-la; no político e militar houve completo alinhamento”.⁸ O exemplo corrente desse alinhamento é o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado, no Rio de Janeiro, em setembro de 1947, com a presença do secretário de Estado do governo norte-americano, George Marshall.

Se esta era a situação da política brasileira ante os Estados Unidos, a diplomacia, no período, tinha outros objetivos importantes, particularmente voltados para a América Latina. Embora não ostensiva, era crescente a preocupação das classes dirigentes brasileiras com o equilíbrio na América do Sul e na Bacia do Prata. Essa preocupação permite compreender mais bem a estratégia da política internacional adotada pelo Brasil no período. Para alguns setores dos grupos dirigentes, principalmente políticos, não seria conveniente para o País qualquer política que pudesse favorecer o fortalecimento da Argentina. É nesse sentido que se explica a recusa brasileira em colaborar para a formação de uma união aduaneira – o Bloco Austral –, proposta em 1947 pelo presidente Juan Domingo Perón. Entretanto, a posição brasileira, na reunião do Rio de Janeiro, também em 1947, para a assinatura do TIAR, e na reunião de Bogotá, de 1948, para a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), teve o objetivo de estimular a adesão argentina, buscando evitar seu isolamento.⁹

No cenário das relações internacionais mais gerais, como veremos, declarava-se não haver interesses específicos a defender –

⁸ CERVO, Luiz Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992. p. 248.

⁹ MONIZ BANDEIRA, Luís Alberto. *Estado nacional e política internacional na América Latina*. São Paulo: Ensaio, 1993.

como no caso do Oriente Médio, e especificamente, da Palestina: “durante o governo Dutra, a atuação do Brasil na ONU guiou-se pela regra de seguir o voto dos EUA em todas as questões importantes, com uma única exceção: quando dos conflitos entre EUA e Argentina, procurou-se preservar a solidariedade aos EUA, sem ser hostil à Argentina”.¹⁰

O voto brasileiro a favor da partilha da Palestina, efetivada em 29 de novembro de 1947, e que reconhecia o direito, dos judeus, a um lar nacional, portanto a um Estado próprio, ao lado de um Estado palestino árabe, é, aparentemente, o resultado lógico da posição internacional do Brasil naquele período. Conforme assinalado, o alinhamento ao voto norte-americano na ONU constituía política explícita do Ministério das Relações Exteriores, não devendo, portanto, ser desrespeitada pelos delegados. Ainda assim, deve-se também ter em conta que, à exceção da União Soviética e seus aliados, sobretudo depois da ruptura de relações diplomáticas, em outubro de 1947, o Brasil procurava manter boas relações com todos os países.

A eleição de Oswaldo Aranha para presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas, em seu primeiro período extraordinário de sessões, ocorrida em 28 de abril de 1947, com 45 votos favoráveis entre os 55 computados, contou com o apoio dos países árabes,¹¹ fato reconhecido pelo Brasil. Esse período de sessões tivera início em 2 de abril de 1947. Aranha foi eleito imediatamente depois, exatamente para discutir a questão da Palestina, questão entregue, às Nações Unidas, pela potência mandatária, a Grã-Bretanha. Ao mesmo tempo, vinha ocorrendo manifestação relativamente discreta, mas efetiva, de árabes e judeus no Brasil para obter, do País, decisão favorável à sua causa. Em maio de 1947, por intermédio de Anwar Nashashibi (palestino), do *Arab Office* de Washington, a Liga Árabe comunicou, à Embaixada do Brasil nos Estados Unidos, a decisão de criar um Escritório Árabe no Rio de Janeiro.¹²

¹⁰ MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões, op. cit.*, p. 59–60.

¹¹ AHI, Martins à Secretaria de Estado, Telegrama 287, 24 de abril de 1947.

¹² AHI, Martins à Secretaria de Estado, Telegrama 331, 3 de maio de 1947.

Não há, na correspondência diplomática brasileira, indicações de que o País tivesse posições claras tanto em relação ao Oriente Médio quanto em relação a alguns outros temas da agenda internacional. Conseqüentemente, os episódios que envolveram as relações entre Fernandes e Aranha – a eleição deste último à presidência da Assembléia Geral ordinária da ONU e o voto a favor da Ucrânia para um lugar de membro não-permanente no Conselho de Segurança, ambos em setembro de 1947 – podem ser interpretados como tendo origem em desencontros ocorridos no âmbito do grupo de poder centralizado pelo presidente Dutra, conforme já apontado.

Aranha teve sua carreira política vinculada aos revolucionários gaúchos de 1930, próximos a Getúlio Vargas; Fernandes era membro da União Democrática Nacional (UDN). Utilizando interpretação de Cervo e Bueno sobre a gestão do Barão do Rio Branco acerca da política exterior do Brasil, pode-se dizer que a posição adotada por Aranha se aproximava daquela anteriormente desenvolvida pelo Itamaraty. Segundo estes autores, para Rio Branco, o

reconhecimento de que os Estados Unidos eram o centro de um subsistema de poder não implicou integrar-se o Brasil neste subsistema passivamente. A aproximação aos Estados Unidos era entendida pelo chanceler como elemento neutralizador de intervenções que eventualmente poderiam ser perpetradas contra o Brasil.¹³

A política de Fernandes, entretanto, parecia mais atada às questões internas, sobretudo preocupada com o anticomunismo, e, portanto, desprovida de percepção histórica dos interesses nacionais brasileiros.

As análises realizadas sobre essas divergências¹⁴ tiveram o mérito de mostrar as inconsistências na formulação da política

¹³ CERVO, Luís Amado; BUENO, Clodoaldo, *op. cit.*, p. 170 e 174.

¹⁴ MOURA, Gerson. *Brazilian foreign relations: 1939–1950, op. cit.*, e *Sucessos e ilusões, op. cit.*; MONIZ BANDEIRA, Luís Alberto. *Presença dos Estados Unidos no Brasil, op. cit.*; HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

exterior, claramente apontadas pelo próprio Aranha.¹⁵ Ao mesmo tempo, em decorrência de sua posição privilegiada, a delegação brasileira e alguns diplomatas desenvolveram visão mais articulada da situação internacional, levando, os representantes brasileiros, a assumir atitudes mais analíticas e abertas, o que acabou por reiterar as tensões com o ministro, conforme claramente demonstrado por Aranha em telegrama enviado ao ministério, em outubro de 1947, solicitando instruções a respeito do encaminhamento da questão palestina:

1) A Delegação norte-americana pede o nosso concurso em favor da inclusão de um soviético no novo Comitê a ser criado, com o fim de apresentar um plano concreto relativo à Palestina. 2) Tendo definitivamente entendido da correspondência com Vossa Excelência que não deve a Delegação brasileira favorecer, nem mesmo indiretamente, o acesso soviético a qualquer posição da ONU, agradeceria instruções de Vossa Excelência a fim de poder responder aos norte-americanos. 3) Peço instruções em assunto tão corriqueiro, porque fui informado de que se insinua aí eu ser favorável ao bloco russo e até anti-americano. A insinuação é tão absurda e contrária à validade que não deveria merecer referência; faço-a, entretanto, porque estou convencido de que incumbe ao Itamaraty e ao seu eminente chefe defender-nos contra tão infame tentativa para deturpar a verdade.¹⁶

Cinco dias depois, em 20 de outubro de 1947, o Brasil rompia relações diplomáticas com a União Soviética.

A correspondência relativa aos episódios que envolveram a presidência da Assembléia Geral Ordinária de 1947 e a indicação de um membro para o Conselho de Segurança é interessante porque, por meio dela, ficam explicitadas as diferentes concepções de política internacional então predominantes. Posicionando-se contrariamente à indicação da Ucrânia como membro não-permanente

¹⁵ Arquivo Oswaldo Aranha (AOA), CPDOC, Rio de Janeiro, Aranha a Fernandes, Telegrama 203, 15 de setembro de 1947.

¹⁶ AHI, Aranha a Fernandes, Telegrama 226, 15 de outubro de 1947.

do Conselho de Segurança, Fernandes afirma que a política soviética

acabou por levar os Estados Unidos a assumir a posição atual, de verdadeira guerra diplomática, na qual, por todos os motivos, não devemos separar-nos de seu Governo. Devemos deixar ao General Marshall a última palavra e segui-lo na forma de uma solução transacional, a qual, por motivos óbvios, não deve ser inspirada nem patrocinada pela Delegação Brasileira, que a aceitará, se espontaneamente adotada pelo Governo americano.¹⁷

A percepção dos diplomatas brasileiros que estavam nos Estados Unidos, em Washington e em Nova York, era diferente. Além de manterem diálogo constante com as autoridades governamentais e a sociedade norte-americanas e com importantes diplomatas de todos os países, os diplomatas brasileiros eram, também, influenciados pela teoria realista das relações internacionais, que se desenvolvia com vigor nos Estados Unidos, mas também na Europa e, sob outra roupagem, na União Soviética. Se não é possível definir em que medida se inspiravam nos debates teóricos dos intelectuais, pode-se afirmar que eram motivados pelos resultados práticos que estes debates propiciavam. Para os realistas, é fundamental detectar as forças que determinam as relações políticas entre as nações e compreender as formas pelas quais essas forças agem umas perante às outras e ante as relações e instituições políticas internacionais.¹⁸ Aranha respondia à Secretaria de Estado e ao Ministro Fernandes, apoiando-se em argumentos norte-americanos. Depois de um almoço com Marshall, no dia 4 de outubro de 1947, ele escreve que tanto o Secretário de Estado quanto Foster Dulles, este último discutindo também na presença do embaixador João Carlos Muniz, não admitiam que o conflito

¹⁷ AOA, Telegrama de Fernandes a Aranha, 4 de outubro de 1947, transcrito em Aranha a Brigadeiro, s/n, s/d, outubro de 1947.

¹⁸ MORGENTHAU, Hans J. *Politics among Nations*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1985.

diplomático entre Estados Unidos e União Soviética pudesse ser apresentado simplesmente como antagonismo entre 2 países.¹⁹ Os representantes do Brasil na ONU chegavam a utilizar o argumento do “prestígio” – que, afinal, se concretizaria com a eleição de Aranha para o cargo de presidente da sessão ordinária da Assembleia Geral – para fortalecer a idéia de que, em alguns casos, seria mais prudente manter distância das contendas e promover a conciliação. Desta forma, entendiam ser possível evitar o surgimento de grupos contrários aos interesses brasileiros. A situação chegou a tal ponto que o próprio presidente Dutra interveio na polêmica, reforçando formalmente a posição de Fernandes.²⁰

As tensões na diplomacia brasileira a respeito de suas próprias posições haviam aumentado consideravelmente depois da atitude discrepante norte-americana para a escolha de membro do Conselho de Segurança. Segundo Aranha, o voto do Brasil a favor da Ucrânia, que substituiria a Polônia, deveu-se a modificações de última hora, não-comunicadas ao Brasil, feitas pelos Estados Unidos para favorecer a Índia. De toda forma, o voto brasileiro estaria de acordo com o consenso latino-americano e com o princípio da distribuição geográfica, assentado nas reuniões que levaram à criação da ONU. Esta tensão levou Aranha a escrever que “a nossa solidariedade não pode ser nunca uma servidão”.²¹ Depois, ainda explicando, ao ministro, as atitudes, afirma: “nunca demos um voto aos russos que não houvesse sido pedido pelos americanos e com eles combinados (...). Tornarmos-nos mais realistas que o rei seria uma impertinência”.²²

O estudo das relações internacionais do período – a leitura atenta de Morgenthau é instigante – indica que, mesmo no auge de tensões, dos confrontos da Guerra Fria, de crises graves, como a de Berlim, não deixaram de existir indícios favoráveis ao concerto

¹⁹ AOA, Telegrama de Aranha a Fernandes, 5 de outubro de 1947, transcrito em Aranha a Brigadeiro, s/n, s/d, outubro de 1947.

²⁰ AHI, Dutra a Aranha, 11 de outubro de 1947.

²¹ AOA, Aranha a Fernandes, 9 de outubro de 1947.

²² AOA, Aranha a Fernandes, 17 de outubro de 1947

nas relações entre os países que, a partir de 1956, passou a ser denominado de “coexistência pacífica”. Embora esta tendência não fosse definida *a priori*, era percebida por boa parte dos que operavam a política nos centros decisivos. “Mais uma vez, seremos levados pelos Estados Unidos a colaborar com os russos (...). Não direi que a estratégia americana, que o senhor considera fracassada, deixe de continuar. Mas cedeu e cederá muito mais”.²³ De acordo com Hilton, a atitude da delegação brasileira devia-se não apenas à necessidade de respeitar princípios, mas também a “uma espécie de proteção para todos os interesses regionais”.²⁴ Anos depois, esta será uma regra quase sempre adotada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil como forma de preservar interesses futuros do País.

O governo Dutra agia no campo internacional movido por diferentes lógicas, que devem ser levadas em consideração para melhor entendimento do quadro geral de referência da política brasileira com relação à Palestina. Para o Brasil, o desenvolvimento econômico e a ajuda ao crescimento eram prioritários, e era com esse pretexto que a Secretaria de Estado justificava seu apoio aos Estados Unidos, que, na época, exerciam papel decisivo na economia mundial. Se esta afirmação se aplica a todo o século XX, ela é ainda mais evidente depois da Segunda Guerra Mundial, quando o projeto dos principais grupos dirigentes no Brasil parecia estreitamente vinculado ao conceito de desenvolvimento associado e dependente. O governo Dutra nutria esperanças de conseguir um plano de fomento norte-americano para o desenvolvimento do Brasil, nos moldes do Plano Marshall. Estas esperanças, como vimos, foram frustradas. A despeito dessa posição majoritária no governo, atitudes como as de Aranha não eram isoladas. Em seu discurso na abertura da II Sessão Ordinária da Assembléia Geral da ONU, em 16 de setembro de 1947, o embaixador João Carlos Muniz buscou a conciliação, falando em cooperação internacional e em abrandamento da luta ideológica. Ressaltou, no entanto, a crítica brasileira, desenvolvida desde

²³ AOA, Aranha a Fernandes, 17 de outubro de 1947.

²⁴ HILTON, Stanley, *op. cit.*, p. 446.

Dumbarton Oaks e São Francisco, ao excesso de poder das grandes potências, simbolizado pelo poder de veto de que dispunham e pelos assentos permanentes no Conselho de Segurança, concluindo pela importância que deveria ser atribuída à Assembléia Geral. “Devemos portanto mobilizar essa força moral que representa a vontade de cinquenta e 5 nações reunidas nesta Assembléia, com vistas em tornar eficientes os propósitos da Carta, de assegurar a paz e a segurança como condições primordiais para o desenvolvimento da cooperação internacional”.²⁵

É no âmbito desse intrincado contexto que será discutida, a seguir, a posição brasileira ante a questão palestina. Senkman interroga-se sobre as razões

da pouco conhecida e contraditória atitude adotada pelo Brasil em relação a Israel nos acontecimentos posteriores a 1947 (...). Não se sabe quase nada: a) por qual razão o Itamaraty teve depois de 1947 uma posição intransigente frente ao reconhecimento de Israel; b) por que se absteve no voto sobre o ingresso de Israel na ONU; c) por que demorou em estabelecer relações diplomáticas com Jerusalém [Israel].²⁶

Ao estudar, comparativamente, as posições da Argentina e do Brasil, o autor busca respostas na especificidade das posições desses países em relação aos Estados Unidos, examinando, particularmente, os documentos da diplomacia israelense. Enquanto a Argentina, sob o governo Perón, buscava o apoio de setores da opinião pública doméstica e internacional, o governo Dutra e o governo Vargas, este último a partir de 1951, julgavam ter esse apoio assegurado, como atesta a análise que vimos fazendo sobre a política exterior do Brasil naquele período e sobre suas relações com a Argentina. No nosso entender, contudo, o tema merece maior aprofundamento, pois, ao menos no caso do Brasil, as atitudes ante Israel, os árabes e, particu-

²⁵ *A palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946–1995*. Brasília: FUNAG, 1995, p. 41.

²⁶ SENKMAN, Leonardo. “O Brasil de Vargas e as relações diplomáticas com Israel: análise comparativa com a Argentina, 1949–1955”, p. 116.

larmente, os palestinos não podem ser explicadas adequadamente se partirmos do pressuposto de que o conjunto das posições tomadas pelo governo brasileiro e por sua diplomacia são o resultado de decisões amadurecidas organicamente pelos *decision makers*. Em numerosas situações, essas decisões resultaram de fatores conjunturais derivados, de modificações na conjuntura externa ou da falta de amadurecimento no processo decisório interno.

A inconsistência das decisões brasileiras em relação ao conflito na Palestina torna-se visível com a reconstrução histórica dos fatos e da leitura de documentos do período. Pode-se afirmar que algumas delas foram tomadas não em função da questão em pauta, mas por outras motivações, tendo, em alguns casos, a ver com os objetivos gerais de política externa, por exemplo. É desta forma que se vai delineando o voto a favor da partilha da Palestina, de novembro de 1947. A despeito da política brasileira relativa à União Soviética, com a qual, em outubro daquele ano, o País rompeu relações diplomáticas, o Ministro de Estado Raul Fernandes orienta a delegação brasileira na ONU a favorecer o ingresso dos soviéticos na Subcomissão nº 1, criada pelo presidente da Assembléia no final dos trabalhos da Comissão *Ad Hoc* para a Palestina para examinar as propostas que seriam levadas à Assembléia Geral. Essa orientação deveu-se ao fato de que a Comissão *Ad Hoc* havia contado com a participação de todos os membros da ONU.

Foram estas as instruções de Fernandes à delegação:

Pensamos que, sendo a União Soviética membro proeminente do Conselho de Segurança, não há como impugnar sistematicamente sua participação no Organismo ou no Comitê Social. Além disso, sua participação no Comitê da Palestina é útil para a mais segura execução do plano que, no que parece, tem a preferência da Câmara e o apoio deste Governo. Foi com este pensamento que opinamos no sentido de favorecermos o êxito da candidatura da Tchecoslováquia para o Conselho de Segurança, sem o nosso voto, mas também sem voto contrário.²⁷

²⁷ AOA, Telegrama de Fernandes à Delegação do Brasil na II Assembléia Geral da ONU, s/d, outubro de 1947, transcrito em Aranha a Brigadeiro, s/n, s/d, outubro de 1947.

Tendo em vista os resultados da Comissão *Ad Hoc*, que já se havia manifestado por maioria a favor da partilha, esta determinação, sem dúvida, facilitou a criação de 2 Estados independentes, à qual se opunham os países árabes, que defendiam uma federação. O Brasil não participou de nenhuma das 2 subcomissões criadas pelo presidente da Assembléia.

No caso específico do debate sobre a Palestina, a Secretaria de Estado, no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que se posicionava evitando choques com a União Soviética e seus aliados – o que também se enquadrava na lógica norte-americana –, continuava evitando definir sua posição sobre o tema em debate no Comitê da Palestina. Essa situação perdurou por todo o mês de outubro, quando já estavam muito adiantados os trabalhos e eram anunciadas as posições de praticamente todos os membros. Como apontado, a maioria dos integrantes da Comissão *Ad Hoc* era favorável à partilha com união econômica; apenas uma minoria se colocava a favor de uma federação, sem partilha. Esta última posição era defendida pelos Estados árabes. Em instruções de 20 de outubro, a Secretaria de Estado orientava a delegação brasileira na ONU nos seguintes termos:

Pensamos que, na questão da Palestina, a melhor atitude é a abstenção, dada a oposição dos árabes e a existência no Brasil de uma grande colônia sírio-libanesa. Todavia, se esse voto nulo impedir os dois terços necessários para a aprovação da resolução da partilha, devemos votar de acordo com as grandes potências, às quais incumbirá a responsabilidade de pô-la em prática. Vossa Excelência, em todo caso, procederá de acordo com seu próprio ponto de vista se for diverso do que deixamos indicado, dado que seus elementos de informação são mais completos.²⁸

A indecisão parece evidente.

Ainda em 31 de outubro é solicitada posição oficial do Brasil sobre a questão palestina pelo diplomata Wagner Pimenta Bueno,

²⁸ AHI, Secretaria de Estado à Delegação do Brasil junto à Assembléia Geral da ONU, Telegrama 187, 20 de outubro de 1947.

da Legação do Brasil no Cairo.²⁹ A Secretaria de Estado responde: “Como Vossa Senhoria bem pode avaliar, não devemos tomar partido na questão da Palestina, que só nos interessa muito remotamente. Por isso, a Delegação do Brasil junto à Assembléia Geral da ONU foi instruída no sentido de procurar uma solução de compromisso, aceitável para ambas as partes em litígio”.³⁰

Naqueles meses, parte da diplomacia brasileira acompanhava de perto o tipo de política que ia sendo desenvolvida pelos Estados Unidos. Carlos Martins, embaixador do Brasil em Washington, dirigindo-se ao Ministro das Relações Exteriores, em dezembro de 1947, retomava informações recolhidas particularmente em artigo de Sumner Welles, publicado no *Washington Post*, reconhecendo já não haver condições para verdadeira cooperação econômica interamericana. Os dirigentes dos Estados Unidos, incluindo Marshall, consideravam que as questões latino-americanas deveriam ser resolvidas pelo mercado e pela estabilidade monetária. A ajuda à Europa realizava-se sem que os interesses dos países do continente americano fossem considerados no processo de solução dos problemas da Europa e do mundo ocidental como um todo. Depois da guerra, já em 1947, passou-se de um contexto no qual a maioria dos países da América Latina tinha superávit na balança comercial com os Estados Unidos para uma conjuntura em que o déficit comercial se transformou em regra, indicando deterioração nas relações. Segundo Welles, essa situação dificilmente poderia ser revertida, vista a fragmentação das decisões políticas no próprio Departamento de Estado no tocante à América Latina.³¹

Para Moura,³² mas também para significativa parcela de autores que estudaram o período, o governo Dutra – particularmente o Ministro Raul Fernandes – conseguiu apreender adequada-

²⁹ AHI, Bueno à Secretaria de Estado, Telegrama 50, 31 de outubro de 1947.

³⁰ AHI, Secretaria de Estado à Legação no Cairo, Telegrama 56, 11 de novembro de 1947.

³¹ AHI, Martins a Fernandes, n. 971/920, 16 de dezembro de 1947.

³² MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões, op. cit.*

mente apenas parte da política externa do final do governo Vargas – a que se referia ao alinhamento com os Estados Unidos –, mas não conseguiu consubstanciá-la naquilo que ela tinha de mais interessante, ou seja, ele não soube utilizar esse alinhamento como instrumento de barganha em suas negociações internacionais. Devemos ressaltar, no entanto, que, naquele período, os interesses norte-americanos se deslocavam fortemente para a Europa e para a Ásia, diretamente envolvidas pela Guerra Fria. No caso da Palestina, a política exterior brasileira não teve autonomia suficiente para ser formulada e levada ao debate internacional. Ela foi elaborada no contexto político da época, que, como vimos, estava condicionado pelas relações com os Estados Unidos e pelas questões do equilíbrio na Bacia do Prata e com a Argentina. Como veremos, no caso específico de Israel e de Jerusalém, as posições do Vaticano também tiveram papel relevante.

A política do Brasil em relação ao Oriente Médio

A Declaração Balfour, de 2 de novembro de 1917, então endereçada a Lord Rothschild, constitui o documento legal, de valor internacional, que dá origem ao debate sobre a Palestina nos termos em que ele se desenvolveu durante quase um século. Como se sabe, este debate ocupa boa parte do século XX e, provavelmente, ocupará ainda parte do século XXI.

Com base em decisão do Conselho da Sociedade das Nações, a Grã-Bretanha tornou-se, formalmente, potência mandatária em 24 de julho de 1922. Em maio de 1939, após a ocorrência de várias revoltas de árabes-palestinos e conflitos entre a população árabe e a judia, o governo britânico publicou o *Livro Branco*. De favorável à partilha da Palestina, a Grã-Bretanha passa à condição de defensora da independência de uma Palestina unida, estabelecendo que, até 1949, esse Estado deveria ser criado. No entanto, a Segunda Guerra Mundial relegou o debate sobre a Palestina para segundo plano nas relações internacionais. Ele foi retomado apenas em 1945. Em fevereiro de 1947, depois de fracassadas conferências específicas que não conseguiram efetivamente reunir

as partes, o governo britânico, finalmente, decidiu levar a questão da Palestina à Assembléia Geral das Nações Unidas, movido por diferentes razões, entre as quais a existência do direito de veto no Conselho de Segurança. Uma vez que ainda faltavam muitos meses para a realização do período ordinário de sessões, aquele governo solicitou a convocação de um período extraordinário de sessões, quando então, como vimos, a Assembléia Geral, em 2 de abril de 1947, elegeu presidente o representante do Brasil, embaixador Oswaldo Aranha.³³

Durante o período extraordinário da Assembléia Geral, desenvolveram-se os trabalhos da Comissão Especial das Nações Unidas para a Palestina, que acabaria dividida entre uma maioria que defendia a partilha, ainda que com economia unificada e internacionalização de Jerusalém, e uma minoria que refletia as posições árabes e que propunha uma Palestina independente e federal, tendo Jerusalém como capital. Essas diferentes posições foram apresentadas à Assembléia Geral ordinária, que iniciou suas reuniões em setembro. Existia unanimidade apenas com relação ao término do mandato britânico, ao princípio da independência e ao papel a ser desempenhado pelas próprias Nações Unidas. Nesse período, a rigor, o Brasil não precisou tomar posição, já que não participava da Comissão Especial.

Nessa etapa, foram acirradas as desavenças na diplomacia brasileira. Nas instruções recebidas por Aranha e pela delegação junto à ONU, o Ministro de Estado desestimula explicitamente a candidatura do embaixador à presidência da Assembléia Geral ordinária:

Outro assunto, que deve merecer a atenção de Vossa Excelência, é o da eleição do Presidente da Assembléia Geral. Entre os nomes mais apontados para aquele cargo figuram além do de Vossa Excelência, os do Senhor Paul Henri Spaak (Bélgica), Lester B. Pearson (Canadá), Herbert Evatt (Austrália), Osten Unden (Suécia) e Jan Masaryk (Tchecoslováquia). Relativamente à possibilidade de caber ao Brasil a presidência

³³ NACIONES UNIDAS. *Orígenes y evolución del problema palestino: 1917-1988*. Nueva York: Naciones Unidas, 1990, p. 64-105.

da reunião – e a possibilidade transforma-se em probabilidade, já que Vossa Excelência chefiará a nossa Delegação, – o ponto de vista desta Secretaria de Estado – aliás já transmitido, por telegrama, à Delegação permanente junto ao Conselho de Segurança – é o de que devemos naturalmente aceitar tão honroso posto, caso o mesmo nos seja oferecido, evitando, porém, qualquer gestão a respeito, por motivos que Vossa Excelência conhece. Faz-se, sobretudo, mister evitar que o oferecimento prejudique a eleição do Brasil para o Conselho Econômico e Social.³⁴

Aranha, apoiado por forte grupo latino-americano, particularmente pelo embaixador do Chile, Hernán Santa Cruz, é novamente eleito para o cargo de presidente, num contexto estranho, mas compreensível, em que o Ministro das Relações Exteriores, como acabamos de ver, reluta em apoiar efetivamente seu embaixador.

Para o cargo de presidente da Assembléia Geral ordinária, os Estados Unidos anunciaram seu apoio ao australiano Herbert Evatt, contrariando os latino-americanos, que entendiam que a presidência do período extraordinário não poderia ser considerada para os acordos de rotatividade nos cargos. Defendendo a alternância no cargo e a possibilidade de o País alcançar a presidência do Conselho Econômico e Social, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil chegou a comunicar, ao embaixador norte-americano na ONU, William Pawley, que não pedia apoio à eleição de Aranha. No segundo escrutínio, ainda no dia 16 de setembro, com 29 votos, Aranha derrota Evatt, que obteve 22 votos.³⁵

A partir do início dos trabalhos da sessão ordinária, a Assembléia cria uma Comissão *Ad Hoc* para tratar do problema palestino, com a participação de todos os membros da ONU. Nesta Comissão, reproduzem-se, em linhas gerais, as diferenças que haviam sido expressas na Comissão Especial. Ao final dos trabalhos preliminares desta Comissão, Aranha propôs que se criassem 2 subcomissões

³⁴ AHI, Fernandes a Aranha, Telegrama 122, 12 de setembro de 1947.

³⁵ AOA, Aranha a Lacerda, setembro de 1947; HILTON, Stanley, *op. cit.*, p. 442-445.

para discutir as 2 posições existentes. Da primeira subcomissão, que refletia a posição da maioria, participaram 9 países, entre os quais Estados Unidos e União Soviética, e, da América Latina, Guatemala e Venezuela. Da segunda, representando a minoria favorável ao ponto de vista árabe, participaram 8 países, sendo a Colômbia o único latino-americano. Finalmente, em 24 de novembro de 1947, volta a se reunir a Comissão *Ad Hoc*, aprovando, por 25 votos a favor, 13 contrários e 17 abstenções, as recomendações da subcomissão número 1, modificadas em relação às elaboradas pela Comissão Especial. O Brasil votou favoravelmente a estas recomendações, juntamente com Bolívia, Costa Rica, Chile, Equador, Guatemala, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela; da mesma forma, votaram, entre outros, Estados Unidos e União Soviética. Entre os latino-americanos, apenas Cuba votou contra as recomendações da subcomissão número 1. Da América Latina, abstiveram-se Argentina, Colômbia, Salvador, Haiti, Honduras e México; entre os membros permanentes do Conselho de Segurança, China, França e Grã-Bretanha. O Paraguai esteve ausente. Em vista da inexistência de uma maioria de dois terços, a decisão da Comissão *Ad Hoc* foi levada à Assembléia Geral.

É a partir deste quadro de referência que se poderá entender o significado das instruções da Secretaria de Estado à delegação do Brasil junto às Nações Unidas, de 20 de outubro, e, ainda, o posicionamento transmitido à Legação do Brasil no Cairo em 11 de novembro. De fato, antes da decisão da Comissão *Ad Hoc*, em votação preliminar, o Brasil pôde demonstrar que as orientações do ministério não eram apenas formais: quando foi posta em discussão a proposta dos países árabes a favor do envio da questão da Palestina à Corte Internacional de Justiça, o Brasil votou favoravelmente a esses países. O embaixador Muniz comunica o fato à Secretaria de Estado:

O Comitê da Palestina acaba de terminar seus trabalhos aprovando a partilha da Palestina por 25 votos contra 13, 17 abstenções e 2 ausentes; acreditamos que em plenário obtenha número de votos necessário. Nossa atitude foi comunicada em telegrama anterior. Votamos pela consulta à Corte que com

surpresa conseguiu 20 votos caindo unicamente pelo voto final de Evatt, Presidente do Comitê. Examinada a questão votamos pela partilha e nossa posição será explicada na Assembléia pelo Doutor Arthur de Souza Costa que lerá a declaração de voto cujos termos foram discutidos e aprovados por toda a Delegação brasileira. Acredito que com mais 2 dias de discussão no plenário estarão encerrados os trabalhos da Assembléia.³⁶

É facilmente compreensível que, nestas condições, cada voto fosse considerado crucial, tanto pelos que defendiam a causa sionista, quanto pelos países árabes. É por esta razão que, nos dias seguintes, quando o debate se trava no plenário da Assembléia Ordinária, a posição de cada um dos membros da ONU passa a ser decisiva. Souza Costa, falando pelo Brasil, declara formalmente seu apoio à partilha:

este tema significa apreciáveis modificações no *status quo* político de uma importante região, modificações que afetariam radicalmente os princípios jurídicos e os interesses existentes. Apesar disso, esta questão nos é apresentada hoje como um fato consumado, já que a promessa existente na chamada Declaração Balfour e a criação posterior de um Mandato de parte da Sociedade das Nações com o explícito objetivo de constituir um “lar nacional judaico” trouxeram como consequência a migração para a Palestina de uma apreciável quantidade de pessoas de raça judaica, que se estabeleceu ali de forma permanente e criaram (*sic*) numerosos interesses e constituíram um lar que rapidamente desenvolveu-se até o ponto de apresentar, atualmente, as características de um Estado.³⁷

Finalmente, na tarde de 29 de novembro de 1947, às 16 horas, esgotadas as tentativas de protelação da votação, que incluíam o esforço dos países árabes para suspender a votação e enviar

³⁶ AHI, Muniz à Secretaria de Estado, Telegrama 274, 25 de novembro de 1947.

³⁷ NACIONES UNIDAS. *Documentos oficiales de la Asamblea General: segundo período de sesiones, sesiones plenarias*, 124ª Sesión, Nueva York: Naciones Unidas, 1947, p. 1321–1322, v. 2.

a questão palestina à Corte Internacional de Justiça, Aranha, tendo ao lado o Secretário-Geral da ONU, Trygve Lie, abriu a sessão, decisiva para árabes palestinos e para judeus da Palestina. Onze países declararam seu voto a favor da partilha; entre os latino-americanos, Brasil, Guatemala e Uruguai. Treze países declararam seu voto contrário: da América Latina, Colômbia, Cuba e Haiti. Finalmente, todos os representantes foram chamados a dar o seu voto. Trinta e três Estados votaram pela partilha, portanto, pela criação de um Estado árabe e de um Estado judeu. Além do Brasil, entre os latino-americanos votaram a favor Bolívia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Haiti, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Entre os membros permanentes do Conselho de Segurança, votaram pela partilha Estados Unidos, França e União Soviética. Contra, entre os latino-americanos, apenas Cuba. Abstiveram-se Argentina, Colômbia, Chile, Salvador, Honduras e México, da América Latina; entre os membros permanentes do Conselho de Segurança, Grã-Bretanha e China.

Já discutimos aqui o fato de que uma das preocupações constantes do Ministro Fernandes era evitar que o ministério se afastasse das posições norte-americanas. Ao mesmo tempo, outra preocupação levava a julgar mais conveniente tentar manter equidistância nas questões que diziam respeito às relações entre árabes e judeus, conforme já apontado pelo Telegrama 187, de 20 de outubro de 1947. Mesmo antes, no item 10 do Telegrama 122, de 12 de setembro, também já citado, e que continha orientações do ministério para a Assembléia Geral ordinária, ao ressaltar a necessidade de apoiar as posições dos Estados Unidos, até mesmo na questão palestina, Fernandes afirma:

A Assembléia examinará, também, o caso da Palestina. Vossa Excelência, Presidente que foi da reunião Extraordinária da ONU que se ocupou do assunto em maio último, poderá ajuizar, tão bem quanto esta Secretaria de Estado, da atitude que devremos assumir numa disputa em que temos tão remoto interesse. Tenho por certo que Vossa Excelência escolherá

como norma de conduta a constante preocupação de encontrar uma solução de compromisso entre as partes litigantes, evitando favorecer abertamente uma ou outra facção.³⁸

Ao mesmo tempo, como já examinamos, ele orientava a delegação a acompanhar o voto dos Estados Unidos, no caso de uma decisão concreta sobre o assunto.

Durante os meses de outubro e novembro de 1947, a posição do Brasil em relação à questão palestina esteve condicionada tanto por suas relações com os Estados Unidos, quanto pelo processo de ruptura diplomática com a União Soviética. Nesse sentido, a delegação brasileira na ONU buscava difícil equilíbrio no qual, embora as 2 potências tivessem posições semelhantes, ao menos no que se referia à questão concreta da partilha, o governo orientava-se no sentido de favorecer apenas os norte-americanos, chegando, mesmo, a criar constrangimentos. Assim, a delegação do Brasil vê-se em dificuldades para atender à solicitação da delegação norte-americana “em favor da inclusão de um soviético no novo Comitê a ser criado, com o fim de apresentar um plano concreto relativo à Palestina”.³⁹

Como estamos buscando demonstrar, a atuação brasileira foi discreta ao longo de toda a negociação. O voto na sessão de 29 de novembro foi deliberado mais em função de contingências do que de decisões amadurecidas sobre as posições sionistas, que resultaram na criação do Estado de Israel. Ainda que, como vimos, a decisão do Brasil em favor da partilha fosse esperada, tanto na documentação quanto nas análises sobre o período não foram encontrados indícios significativos de um posicionamento consistente, previamente estudado, discutido ou examinado, que tivesse em conta princípios e perspectivas históricas. As maiores preocupações da diplomacia brasileira estavam voltadas para as disputas internas e para sua tentativa de manter, nesse

³⁸ AHI, Fernandes a Aranha, Telegrama 122, 12 de setembro de 1947.

³⁹ AHI. Aranha à Secretaria de Estado, Telegrama 226, 15 de outubro de 1947.

caso específico, a neutralidade possível. Pode-se, mesmo, afirmar que, se por um lado o Ministério não emitia orientações precisas, por outro o comportamento da delegação nas Nações Unidas pautava-se por uma política de prestigiar o Brasil, objetivo não totalmente desvinculado da necessidade de afirmar posições malvistas em meios governamentais do Rio de Janeiro. A carta de Aranha ao general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, de 2 de novembro de 1947, aponta claramente esta perspectiva, ao mesmo tempo em que insiste no fato de que o apoio dos Estados Unidos só pode decorrer de seus próprios interesses e do papel que o Brasil souber desempenhar:

Nada farão por amizade e se não necessitarem de nós. Devemos fazer-nos necessários. A Presidência é uma posição de que necessitam todos os dias, como de nossa Delegação. Não nos escravizem daí, deixando-nos certa liberdade de movimentos, para podermos arrancar algo deste país (...). Mas é preciso saber lidar com eles, sem nos escravizarmos, se deles quisermos obter a consideração e ajuda que nos são devidas.⁴⁰

Desta forma, entre outras tarefas, é necessário que Aranha conduza adequadamente o debate sobre a Palestina, pois ele implica a obtenção de papel de relevo para o Brasil naquela conjuntura.

O discurso de encerramento da II Assembléia Geral das Nações Unidas, pronunciado por Aranha no mesmo dia do voto da partilha, em 29 de novembro de 1947, enumera os trabalhos desenvolvidos. Contendo 21 pontos, muitos dos quais relacionados a questões de funcionamento da Organização, o texto trata, também, de temas como a Grécia, a Coréia, o Plano Marshall, a Índia, a África do Sul, a Espanha, entre outros. No ponto 16, considera a questão da Palestina:

⁴⁰ AOA, Aranha a Góes Monteiro, Carta, 2 de novembro de 1947.

Por outro lado, eu não tive influência nas deliberações a respeito da Palestina, seja nesta Assembléia seja na Sessão extraordinária, já que minhas obrigações na qualidade de presidente, em ambos os casos, me impunham uma atitude neutra, eu não poderia porém deixar de contribuir a esta reunião em ocasião desta corajosa e histórica experiência como presidente desta memorável Assembléia, e desejo expressar minha profunda confiança em que o povo árabe – que, como um elo entre a antiga e a moderna civilização, deu para o mundo uma das mais ricas contribuições para a cultura – contribuirá, mais uma vez, com um espírito de compreensão, para a solução do problema vital da eliminação das maiores causas de inquietações na vida internacional.⁴¹

A ação dos grupos de pressão

Com base no exposto acima, pode-se concluir que as motivações da posição brasileira com relação à questão da Palestina foram, principalmente, pautadas pela política internacional, mesmo quando se relacionavam com – ou eram influenciadas pelos – temas em debate no plano nacional. Isto não invalida o fato de que é necessário considerar, nesta análise, a presença de grupos de pressão que buscavam influir no voto brasileiro nas Nações Unidas, no tocante à questão da partilha. Ressaltaremos, no entanto, que a pressão exercida por eles não foi importante, pois não estavam suficientemente articulados para lograrem alterar as decisões do Estado.

Vimos que um dos argumentos utilizados pelo ministério e, particularmente, pelo Ministro das Relações Exteriores na defesa de posição prudente na questão palestina era a existência, no Brasil, de notável comunidade de origem síria e libanesa. Esta posição, na verdade, buscava compatibilizar uma questão de política interna – o equilíbrio entre várias comunidades – com posições estratégicas no plano internacional. Daí a razão pela qual,

⁴¹ ARANHA, Oswaldo. *1894/1960: discursos e conferências*. Brasília: FUNAG, 1994, p. 100.

no entender da Secretaria de Estado, a orientação em favor do equilíbrio não se poderia chocar com o apoio brasileiro aos norte-americanos nas negociações internacionais fundamentais:

1947 é o ano que assinala o início de uma nova fase de alinhamento do Brasil com os EUA. Na expectativa de que a aliança com os EUA criasse as condições necessárias para o desenvolvimento do país, a exemplo do que ocorreria na Europa Ocidental e no Japão, a diplomacia brasileira passa a praticar política de bloco.⁴²

É verdade que, no mesmo período em que a ONU se ocupava da questão da partilha, surgiam, no Brasil, dissidências em relação às ligações com os norte-americanos, que, embora algumas tivessem origem nas elites – como a promovida por Roberto Simonsen, então senador e líder industrial –,⁴³ não foram capazes de redirecionar a política internacional do País, razoavelmente sustentada pela Presidência da República. Desta forma, as críticas de Simonsen ao Plano Marshall, feitas em diferentes ocasiões, incluindo novembro de 1947, e contidas no relatório “O Plano Marshall e suas prováveis repercussões econômicas na América Latina”, apresentado à XXVI Reunião Plenária da Comissão Executiva do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, não tiveram projeção no que tange à política exterior. Como dissemos, e retomando as análises de Malan⁴⁴ e outros, as fortes tensões e os descontentamentos existentes no campo das relações econômicas não se traduziam em dificuldades nas relações políticas com os Estados Unidos. Simonsen considerava que o Plano Marshall “só poderá ser executado em detrimento do bloco econômico latino-americano”,⁴⁵ mas, ao mesmo tempo, declarava

⁴² *A palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946–1995, op. cit.*, p. 34.

⁴³ SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

⁴⁴ MALAN, Pedro, *op. cit.*

⁴⁵ AHI, Embaixada do Brasil nos Estados Unidos a Fernandes, Carta 810, 20 de novembro de 1947.

total solidariedade ao governo na questão do rompimento diplomático com a União Soviética. Quanto ao Oriente Médio, as elites brasileiras, em geral, pouco se posicionaram.

Conforme assinalado, em maio de 1947, o governo brasileiro é notificado da decisão da Liga Árabe de criar um escritório no Rio de Janeiro. No entanto, não há elementos que indiquem qualquer forma de ativismo por parte da comunidade de origem árabe no Brasil por ocasião das discussões nas Nações Unidas sobre a questão palestina e mesmo no período seguinte, quando, em maio de 1948, é declarada a independência de Israel e se inicia a guerra dos países árabes contra o novo Estado. De fato, a percepção e a memória de representantes do movimento palestino sugerem que o voto brasileiro pela partilha não foi considerado como manifestação específica de apoio à causa sionista, mas como consequência do posicionamento internacional do País. Segundo entrevista de Hassan Mussa El-Emleh, membro do Conselho Nacional Palestino e residente no Brasil, o País não trabalhou pela partilha porque ela não lhe interessava. De acordo com ele, a presidência da Assembléia Geral das Nações Unidas não passou de uma casualidade. Nesta mesma perspectiva, El-Emleh afirma que o não-reconhecimento imediato de Israel pelo Brasil, em maio de 1948 – ele somente se daria em 7 de fevereiro de 1949 –, resultou da posição pragmática brasileira, que teria ficado à espera do desenrolar dos acontecimentos. Assim, de acordo com ele, o Brasil somente reconheceu o Estado de Israel depois que a maioria dos países já o havia feito. Surge, dessa visão, a imagem de que a luta em defesa dos palestinos esteve restrita a eles próprios, não tendo ocorrido, no Brasil, atuação mais forte dos Estados árabes.

Os palestinos naquela época eram poucos. A imigração palestina para o Brasil quase toda chegou na década de 50, na década de 60, no início da década de 70 parou de vir. Antes de 1948 nossa coletividade aqui era muito pequena, não tinha atuação nem política, nem econômica, nem social. Nossa coletividade para tomar uma decisão em relação ao governo, para desenvolver uma atividade contra ou a favor, naquele

tempo não tinha peso para fazê-lo, nem quantidade de gente para isso.⁴⁶

A comunidade judaica no Brasil demonstrava forte interesse pelo debate sobre a Palestina, que levaria à criação do Estado de Israel. A Organização Sionista Unificada do Brasil tinha papel relevante no apoio à causa de Israel, mas havia outras posições no próprio meio judaico. Foi criado, com integrantes externos à comunidade, o Comitê Cristão Brasileiro Pró-Palestina, no Rio de Janeiro, que contou com a simpatia de intelectuais, industriais, políticos e profissionais liberais. A Organização Sionista Unificada do Brasil, legalizada em 1945, teve origem no movimento sionista existente no País desde 1922. Ela foi considerada ilegal pelo governo do Estado Novo, que não admitia movimento político, cultural ou social algum com vínculos internacionais. A despeito das divergências partidárias internas, ela atuava em prol da constituição do Lar Nacional Judaico na Palestina, mantendo vínculos com a Organização Sionista internacional. Desenvolveu atividades em prol da criação de um Estado judeu, chegando a reunir, em algumas ocasiões, significativo número de membros. Cabe lembrar aqui o comício de protesto contra o Mandato britânico na Palestina, realizado no Ginásio do Pacaembu, em São Paulo, no ano de 1946, e que contou com milhares de participantes. Teve, também, repercussão na sociedade brasileira a criação do citado Comitê Cristão Brasileiro Pró-Palestina, no início de 1947, filiado ao Comitê Mundial Pró-Palestina. Presidido pelo Prof. Inácio Azevedo Amaral, reitor da Universidade do Brasil, tinha, como membros, entre outros, o senador Hamilton Nogueira, da UDN, o deputado Campos Vergal, o vereador Tito Lívio de Santana, o escritor José Lins do Rêgo, as professoras Celina Padilha e Maria Luiza Azevedo Cruz, a poetisa Elora Possolo, os jornalistas Elói Pontes, Arthur Moses e Barreto Leite Filho e a escritora Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça.

⁴⁶ EL-EMLEH, Hassan Mussa. Entrevista a Marcelo Fernandes de Oliveira, São José do Rio Preto, 29 de janeiro de 1999.

Ainda que, da mesma forma que com relação ao árabe, não possa ser atribuído ao movimento sionista no Brasil, papel efetivo algum na determinação da política do governo, deve ser assinalado que o Comitê Cristão desempenhou atividades relevantes em favor da partilha, interferindo junto a setores da opinião pública. Por exemplo, o senador pelo Estado do Rio de Janeiro Hamilton Nogueira fazia, da tribuna do Senado da República, palanque em defesa da criação de um Estado judeu na Palestina, ao mesmo tempo em que promovia campanha pela eleição de Oswaldo Aranha para a Presidência da Assembléia Geral das Nações Unidas, contrariando, como se sabe, a posição do Ministro das Relações Exteriores.

Segundo Samuel Malamud, Primeiro-Oficial de Ligação do Estado de Israel (ainda sem credencial), logo a partir da independência, em 1948, depois oficialmente, após o reconhecimento do novo Estado pelo Brasil, e, finalmente, Cônsul Honorário de Israel no Rio de Janeiro, a opinião pública brasileira, ao menos aquela que acompanhava – ainda que à distância – os debates nas Nações Unidas, teria sido favorável à partilha, inexistindo manifestações contrárias a ela. Se comparadas, as opiniões de El-Emleh e Malamud deveriam suscitar dúvidas: afinal, para que lado se inclinava a opinião pública, ou ao menos as elites e os formadores de opinião? Além do fato de que a memória oral apresenta naturalmente vieses e filtros que a selecionam, a incoerência pode ser creditada ao fato de que o debate sobre as questões do Oriente Médio, efetivamente, não atingia a sociedade, permitindo, assim, que as decisões concretas fossem tomadas pelos canais normais de *policy making*.

Na verdade, ocorreram algumas ações que repercutiram na opinião pública, mas com pouco impacto nos altos escalões governamentais. Em maio de 1947, a presença do redator-chefe do jornal *La Nación*, de Buenos Aires, Alberto Guerchunoff, em reunião da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), possibilitou a aprovação de telegramas que foram enviados ao presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, e a Aranha, apoiando decisão favorável à partilha da Palestina.

Reunidos num almoço da ABI em torno do jornalista Alberto Guerchunoff, acabamos de ouvir as comovidas referências ao seu nome e a esperança ardente de toda a comunidade judia pela sua ação a favor da grande raça, eternamente perseguida, e a quem tanto deve o ser humano. Às palavras do jornalista argentino unimos as nossas, fazendo um apelo ao seu generoso coração para o seu ativo idealismo no sentido de fazer triunfar a grande causa da Pátria Judaica. a) J. E. Macedo Soares, Costa Rego, Edmundo da Luz Pinto, Augusto Frederico Schmidt, Francisco de Assis Barbosa, Alberto Guerchunoff, Renato Almeida, João Melo, Jarbas de Carvalho, Samuel Wainer, Lopes Gonçalves, Bastos Tigre, Gastão de Carvalho, Guerra Fontes e Herbert Moses.⁴⁷

As indefinições verificadas no período anterior à partilha, derivadas da inexistência de uma análise sistemática do governo e, particularmente, do Ministério das Relações Exteriores sobre a questão do Oriente Médio, prosseguiram nos anos seguintes. As dificuldades da Secretaria de Estado originavam-se de diferentes causas: a) a falta de instrumentos de análise de política exterior no tocante a temas aparentemente desprovidos de interesse direto; b) a falta de interesse imediato para o Brasil; c) a política exterior brasileira, como exaustivamente analisado por outros autores, tinha, como parâmetro, o relacionamento privilegiado que deveria ser mantido com os Estados Unidos; d) as relações com o mundo católico no Brasil e com a Santa Sé. Em 1948, acrescentou-se, a estas, outra questão que, embora interessasse a todos os países e não apenas ao Brasil, dificultou ainda mais o posicionamento do país: a resolução de 29 de novembro de 1947 criava 2 Estados, internacionalizando Jerusalém. A partir de maio de 1948, a divisão de Jerusalém entre Israel e Jordânia constituiu novo fator de dificuldades no relacionamento entre Brasil e Israel. Mesmo as relações preliminares entre os 2 países conheceram percalços, em função do clima de indefinições reinante. Assim,

⁴⁷ FALBEL, Nachman. *Manashe: sua vida e seu tempo*. São Paulo: Perspectiva, 1996, p. 92.

logo depois da independência, ainda durante a guerra, Malamud era chamado pelo governo de Tel Aviv a dar informações sobre a posição do governo do Rio de Janeiro. Sem formalidade alguma, conseguiu entrevistar-se com o secretário geral do Ministério das Relações Exteriores, que o informou não haver condições para tomar medida alguma na direção do reconhecimento diplomático. Além disso, foi alertado para o fato de que mesmo o atendimento que lhe era concedido deveria ser considerado como não-protocolar.

No plano político nacional, como se depreende da correspondência entre a Secretaria de Estado e as representações na Santa Sé e no Cairo, a questão do Oriente Médio vinculava-se ao *status* de Jerusalém e à permanente questão do combate à União Soviética e aos seus aliados. Nesse sentido, alguns dos parlamentares que mais se opunham aos países socialistas e que mais sustentavam as posições do Ministro Fernandes também insistiam na oposição ao reconhecimento de Israel durante todo o ano de 1948. O deputado José Armando Affonseca, em discurso na Câmara em 19 de maio de 1948, reitera o que considera sejam as características da política exterior brasileira:

Na tenebrosa encruzilhada hodierna, em que se encontra o destino dos povos cristãos, cabe aos Estados Unidos uma responsabilidade sem precedentes na história. Assinala-a de várias feitas o Ministro Raul Fernandes, demonstrando a necessidade de unirmo-nos no continente, e de sermos solidários com o destino da grande República do norte.⁴⁸

Dessa forma, não surpreende que a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, solicitada a manifestar-se sobre a questão do reconhecimento de Israel em 12 de julho de 1948, depois de receber apelo nesse sentido do Parlamento uruguaio, aprove o parecer de Affonseca, que afirma:

⁴⁸ AFFONSECA, José Armando. *Política exterior do Brasil – 19 de maio de 1948*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores (MRE), 1948, p. 15.

O território definido ou determinado é condição geralmente considerada indispensável para a existência do Estado. Ora, precisamente esse elemento não existe ainda, ou é ainda desconhecido no proclamado Estado de Israel. Nem ao menos pode-se dizer que este adotou as fronteiras traçadas pela resolução da partilha aprovadas pela Assembléia das Nações Unidas. Há certas considerações políticas que contribuem para retardar o reconhecimento do Estado de Israel pois, de um lado, a colônia sionista no Brasil não é muito grande e de outro lado, mantemos relações diplomáticas com 3 Estados Árabes diretamente envolvidos na luta: o Egito, a Síria e o Líbano, além de que existe entre nós uma colônia de origem árabe bastante numerosa (...).⁴⁹

Não é pois surpreendente que, ainda às vésperas do reconhecimento *de jure*, em fevereiro de 1949, a preocupação central do Ministro de Estado fosse a presença de socialistas no governo de Israel.⁵⁰

Há uma quase unanimidade no reconhecimento de que o voto sobre a partilha foi decidido pelo Brasil sem grandes polêmicas. Elas, porém, surgiram quando do reconhecimento diplomático do Estado de Israel. Como explicá-las? Uma resposta poderia ser buscada nas atitudes dos grupos internos que se colocavam favoráveis, ou contrários, à partilha. No entanto, nada indica que as pressões desses grupos fossem muito poderosas. Como pudemos verificar na pesquisa realizada, não há indícios de uma ação especialmente ativa da comunidade árabe em relação ao governo brasileiro. Falbel afirma que o deputado José Armando Affonseca, de São Paulo, representaria parcialmente a comunidade árabe do Estado.⁵¹ De qualquer forma, esta comunidade teve pouca atuação no Brasil em defesa da causa árabe-palestina.

Do lado judaico, certamente havia maior interesse em pressionar o governo pela partilha e pelo posterior reconhecimento diplomático de Israel, mas este interesse não chegou a influir

⁴⁹ *Diário Oficial*, 13 de julho de 1948; *Jornal do Comércio*, 13 de julho 1948.

⁵⁰ MALAMUD, Samuel. Entrevista a Alberto Kleinas, Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1999.

⁵¹ FALBEL, Nachman, *op. cit.*

significativamente nas decisões do governo brasileiro. Por exemplo, nas Atas da Federação das Sociedades Israelitas Brasileiras do Estado de São Paulo, examinadas de dezembro de 1946 a maio de 1948, aparecem apenas votos e cumprimentos à decisão da ONU sobre a partilha e à declaração de Independência em maio de 1948:

Da reunião realizada em 4 de dezembro de 1947, (...) sob a presidência do Dr. Kauffmann, o qual registra um voto de regosijo (*sic*) pelo princípio de justiça que se começa a fazer ao povo judeu, com o reconhecimento pela ONU do estado judaico, e também, a expressão de nossa gratidão ao governo brasileiro pela atitude da delegação brasileira na Assembléia das Nações Unidas. É decidido que a Federação telegrafe ao Ilmo. Sr. Presidente da República, expressando a gratidão da coletividade, pela atuação da delegação brasileira.⁵²

O Comitê Cristão Brasileiro Pró-Palestina, antes do voto sobre a partilha, foi ao Ministério das Relações Exteriores solicitar o voto favorável do Brasil; uma Comissão de parlamentares, liderada por Horácio Lafer e integrada por todos os partidos, teve a mesma iniciativa. Com o mesmo objetivo, o senador Hamilton Nogueira, incentivado pela Organização Sionista Unificada, telefonou a Aranha no dia 25 de novembro.⁵³ Mas tratava-se de ações protocolares, que não envolviam disputas. Na imprensa, o grupo sionista também tinha vínculos, até mesmo com Assis Chateaubriand, proprietário dos *Diários Associados*.

Possível explicação, sugerida ao menos indiretamente por Senkman,⁵⁴ para as dificuldades encontradas pelo Brasil em suas decisões sobre o Oriente Médio poderia ser encontrada no fato

⁵² FEDERAÇÃO DAS SOCIEDADES ISRAELITAS BRASILEIRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Atas das Reuniões do Executivo, 26 de dezembro de 1946 a 27 de maio de 1948, Ata 33, p. 45.

⁵³ MALAMUD, Samuel. Entrevista a Alberto Kleinas, Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1999.

⁵⁴ SENKMAN, Leonardo.

de que o eixo preferencial da política exterior brasileira estava centrado nos Estados Unidos, e não se relacionava com a questão palestina no plano multilateral. Em outros termos, na medida em que o tema da Palestina esteve vinculado a questões gerais da política exterior brasileira, tais como as relações com os Estados Unidos, com a União Soviética e com a Guerra Fria, o posicionamento do Brasil foi balizado por essas relações. Para parte dos diplomatas brasileiros, essa política era basicamente determinada pelo objetivo de encontrar formas de obter prestígio internacional para o Brasil, maximizando suas vantagens, inclusive no quadro das relações preferenciais com os Estados Unidos. É neste quadro que o Brasil votou a favor da partilha. O reconhecimento diplomático de Israel era questão mais específica e envolvia outros interesses, nacionais e internacionais: as relações do Brasil com os países árabes, com o Egito, a Síria, o Líbano, a Jordânia, com o mundo católico e com a Santa Sé, entre outros.

Embora menos importante, havia, também, a questão das relações do País com a Argentina, uma vez que os diplomatas brasileiros, incluindo os da Legação no Cairo, estavam preocupados com as atividades e com os posicionamentos argentinos na região, que apontavam para algum ativismo. Sinais da preocupação brasileira são manifestados em abril de 1948, pouco antes da retirada britânica prevista para maio, quando os Estados Unidos, no âmbito das Nações Unidas, procuraram discutir a possibilidade do envio à região. Informa Muniz à Secretaria de Estado a respeito de possível envio de tropas argentinas:

Acabo de ser informado confidencialmente, por um alto funcionário do Departamento de Estado, de que o Chefe da Delegação argentina e presidente da atual Assembléia, indicou a possibilidade de seu Governo vir a participar da organização da força, no caso dos Estados Unidos da América decidir (*sic*) mandar tropas para manter a ordem na Palestina.⁵⁵

⁵⁵ AHI, Muniz à Secretaria de Estado, Telegrama 602, 27 de abril de 1948.

O Brasil foi claramente contrário a qualquer envio de suas tropas, porém mostrou-se sensível às alegações norte-americanas que insinuavam preferir o País a qualquer outro da região para participar do Acordo de Tutela para a Palestina:

Sei que é intenção do governo americano excluir a URSS de qualquer participação no plano de tutela a fim de impedir a presença de forças soviéticas no Oriente Médio. Para tanto, apresentariam como possíveis signatários do protocolo anexo ao acordo, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, a França, a China, talvez um país escandinavo, a Bélgica ou a Holanda e um estado da América Latina, que desejariam que fosse o Brasil.⁵⁶

Percebe-se que, paralelamente à sua posição em princípio contrária a gastos e compromissos adicionais, eram pelo menos 2 os parâmetros considerados pelo Brasil: por um lado, a preocupação em evitar a presença militar soviética na região; por outro, garantir seu destaque em relação a outros países latino-americanos, particularmente em relação à Argentina.

A possibilidade de alguma forma de colaboração no campo militar surge como uma eventualidade a não ser excluída nas instruções solicitadas ao Ministério pela delegação do Brasil na ONU. A questão da competição entre Brasil e Argentina é reiterada como plano de fundo para as decisões brasileiras:

Peço licença para ponderar que o apoio, mesmo em princípio, de um plano de tutela a ser exercido diretamente pelas Nações Unidas traz como consequência forçada aceitação da responsabilidade financeira daí decorrente. Tenho motivos para acreditar que os Estados Unidos da América insistirão para sermos um dos signatários do protocolo. Os jornais daqui citam sempre o Brasil entre os países em questão. O governo dos Estados Unidos da América não está disposto a arcar sozinho com a responsabilidade militar na Palestina e deseja ter o apoio de uns 5 outros países, cujas contribuições, em alguns casos,

⁵⁶ AHI, Muniz à Secretaria de Estado, Telegrama 602, 12 de abril de 1948.

venham a ser mesmo apenas simbólicas e, se tivessem de se concretizar, não iriam além de fornecimento de unidades navais. Caso não consigam o nosso apoio, mesmo nas condições acima, não creio que convidem outro país latino-americano, mas possivelmente farão um apelo geral à América Latina a fim de conseguir contribuições voluntárias, o que talvez lhes seja dado pela Argentina.⁵⁷

Em setembro de 1948, é Graça Aranha, encarregado de negócios do Brasil no Cairo, que chama a atenção do governo brasileiro para a atividade argentina no Egito:

Para fazer a propaganda do general Perón e sua esposa, o ministro argentino no Cairo, Hector Madero, desenvolve uma contínua e febril atividade junto à imprensa egípcia pondo em relevo a amizade de seu país com o Egito. O mesmo acontece com o ministro em Beirute, conforme se pode deduzir dos jornais libaneses, em língua francesa, que aqui são vendidos. Nessa propaganda os agentes diplomáticos argentinos colocam também em evidência as riquezas econômicas da República Argentina, sua transformação social e sua irradiação política, o que faz crer, nestas regiões do Levante, que se trata, em alguns aspectos, de país *leader* do Continente sul-americano.⁵⁸

Dessa forma, e sobretudo por inserir-se como questão vinculada às relações internacionais em geral, o voto sobre a Partilha acabou sendo relevante para o Brasil. Nos meses e anos seguintes, o Oriente Médio voltaria a se distanciar do eixo de preocupações da política exterior brasileira. Em outras palavras, de tema multilateral ele se tornaria bilateral, na medida em que passou a afetar as relações do Brasil com Israel ou com os países árabes. Ao se desencadear a guerra, em maio de 1948, os assuntos diplomáticos abrem espaço para as questões militares, para a ajuda econômica e para a necessidade de evitar o envolvimento direto das potências no conflito.

⁵⁷ AHI, Muniz à Secretaria de Estado, Telegrama 602, 19 de abril de 1948.

⁵⁸ AHI, Graça Aranha à Secretaria de Estado, Telegrama 72, 30 de setembro de 1948.

Era menos importante o papel do Brasil nessas questões, conforme pode ser atestado pela atenuação da pressão exercida pelo movimento sionista e por parte dos governos árabes sobre o governo e os funcionários brasileiros. Antes da partilha, embora não fosse prioridade, existia alguma ação do movimento sionista – particularmente do norte-americano – sobre o Brasil e seus funcionários. Por exemplo, em 27 de outubro de 1947, o dirigente da Organização Sionista da América, Emanuel Neumann, convida Aranha para ser o hóspede de honra num banquete.⁵⁹ Depois de novembro de 1947, essa ação parece ter diminuído, embora não pudesse ser desconhecida, tendo em vista o importante papel desempenhado por esse movimento na sociedade norte-americana, até mesmo o governo de Washington.

A correspondência diplomática da Legação brasileira no Cairo revela ter havido preocupação de alguns dirigentes árabes no sentido de envidar esforços para esclarecer suas próprias posições com relação à Palestina. Ao mesmo tempo, ao relatar encontros dos diplomatas brasileiros com funcionários egípcios, jordanianos e libaneses, a correspondência aponta que os funcionários brasileiros percebiam, claramente, as dificuldades que os exércitos árabes enfrentariam, devido à sua falta de preparo ou mesmo de motivação. Em outro terreno, de 1948 até o final da década de 50, a representação do Brasil na Santa Sé participou de entendimentos que visavam a levar o Brasil a integrar um plano, desejado pelo Vaticano, de preservação dos lugares santos. Este projeto passaria pela internacionalização de Jerusalém, como havia sido aprovado pelas Nações Unidas por ocasião do voto sobre a partilha.⁶⁰

A consolidação das posições e as relações diplomáticas

Declarada a Independência de Israel no dia 14 de maio de 1948 e desencadeada a guerra dos países árabes contra o país, o

⁵⁹ AOA, Neumann a Aranha, Carta, 27 de outubro de 1947.

⁶⁰ *Revista Brasileira de Política Internacional*, Coleção, Rio de Janeiro e Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 1958.

Conselho de Segurança da ONU determina, em 29 de maio, a cessação das hostilidades. Essa determinação foi renovada em 15 de julho, depois de iniciado o trabalho de mediação a cargo do Conde Bernadotte. Finalmente, depois do assassinato do mediador e sua substituição por Ralph Bunche, chegou-se a um armistício, assinado ao longo de fevereiro a julho de 1949, entre Israel e Egito, Jordânia, Líbano e Síria.

Em 29 de novembro de 1948, Israel solicitou seu ingresso nas Nações Unidas, pedido que, votado em 17 de dezembro de 1948 pelo Conselho de Segurança, foi inicialmente derrotado, com 5 votos favoráveis, 1 contrário e 5 abstenções.⁶¹ A partir de janeiro de 1949, a Comissão de Conciliação para a Palestina, da qual participavam França, Turquia e Estados Unidos, pôde organizar a Conferência de Lausanne, realizada em abril. Essa Conferência encerrou-se com protocolos separados, assinados em 12 de maio de 1949, e por meio dos quais se aceitava o princípio da continuidade das discussões no âmbito da Comissão de Conciliação. Ao mesmo tempo, as Nações Unidas, agora com a recomendação do Conselho de Segurança, aceitam a admissão de Israel em 11 de maio de 1949: “A Assembléia Geral, (...) 2. Decide admitir Israel como membro das Nações Unidas”.⁶² O Brasil abstém-se; a Argentina, que se absteve por ocasião do voto sobre a partilha, vota favoravelmente ao ingresso. Da mesma forma, é a Argentina o primeiro país latino-americano a reconhecer formalmente o Estado de Israel e a estabelecer relações diplomáticas plenas, com intercâmbio de legações entre Tel Aviv e Buenos Aires. A posição brasileira, sem dúvida cautelosa, aponta para o fato de que suas relações com Israel, conforme já ressaltado, não interferiam, significativamente, nas principais relações externas do País. Assim, o Brasil podia-se permitir adiar decisões, de forma a contemplar outros interesses. Apenas no novo governo Getúlio Vargas, em 1952, o País estabelece relações diplomáticas plenas, por meio do envio de um encarregado de negócios e, reciprocamente, com a vinda, para o Rio de Janeiro, de um diplomata israelense.

⁶¹ NACIONES UNIDAS. *Orígenes y evolución del problema palestino: 1917–1988*, op. cit.

⁶² *Ibidem*, Resolução nº 273, III da Assembléia Geral, de 11 de maio de 1949.

É importante considerar detalhadamente a posição adotada pelo Brasil com relação ao ingresso de Israel na ONU, pois, nas ponderações do Ministério das Relações Exteriores nessa ocasião, ela aponta para alguns dos parâmetros utilizados nos anos seguintes:

A grande maioria dos Delegados, porém, flutuou entre o peso do prestígio do apoio americano e soviético ao novo Estado e a influência das tradições cristãs, das recentes manifestações da Santa Sé sobre a necessidade da internacionalização de Jerusalém e das contingências da política interna nos respectivos países. As instruções da Delegação brasileira eram no sentido de esclarecermos nossa posição de país cristão e subordinar o voto do Brasil à observância, pelo Estado de Israel, da resolução da Assembléia relativamente ao estabelecimento de um estatuto internacional para Jerusalém. O Delegado do Brasil, embaixador João Carlos Muniz, nessa conformidade, declarou perante a Comissão que não nos poderíamos manifestar em definitivo sobre a proposta de admissão sem que o Estado de Israel oferecesse garantias capazes de agastar as dúvidas existentes sobre a observância das disposições da Assembléia Geral a respeito de Jerusalém e dos refugiados árabes. Ressaltando nossa posição favorável ao princípio do universalismo das Nações Unidas, frisou porém haver, no caso, razões bastantes para se recear o não cumprimento das cláusulas destinadas a garantir o livre acesso aos lugares santos, o que despertava no Brasil, país cristão por excelência, sérias preocupações (...). Aliás, a atitude de Israel, ignorando as decisões do órgão supremo das Nações Unidas, poderia facilmente levar à conclusão de que o citado Estado não se manifestara apto ou inclinado a cumprir suas obrigações, não observando, assim, o disposto no artigo 4 da Carta (...) e a proposta conjunta (...) dispoendo sobre a admissão imediata, foi aprovada na Comissão.⁶³

Entre os países latino-americanos presentes na Comissão Política Especial, foram a favor da admissão de Israel na ONU a

⁶³ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório*, 1949. Rio de Janeiro, 1950, p. 40-41.

Guatemala, o Haiti, o Panamá e o Uruguai. Abstiveram-se o Brasil e a Bolívia. Nenhum país foi contrário.

Justificando o voto brasileiro, o Delegado do Brasil lamentou não poder votar a favor, na ocasião da admissão de Israel, acrescentando que a Delegação brasileira não desejava prejudicar os fatos, mas as declarações de Aubrey Eban não haviam dissipado completamente as dúvidas que as dificuldades existentes viessem a levar as partes a uma solução em desacordo com o espírito das resoluções da Assembléia, o que importaria em desprestígio das decisões adotadas.⁶⁴

Nessa ocasião, o Brasil votou a favor de proposta do Líbano que visava a adiar o exame da questão para setembro de 1949. Essa proposta foi derrotada por 25 votos contra 19, havendo 12 abstenções.

No que se refere às relações diplomáticas entre os 2 países, em audiência com o Ministro Fernandes em 20 de janeiro de 1949, Malamud, em seu cargo informal de oficial de ligação, insiste no reconhecimento de Israel: “O reconhecimento depende do presidente da República”, afirmou o ministro.⁶⁵ Parecia forte a preocupação de Fernandes com a situação política interna de Israel e com a presença de socialistas no governo do país. De qualquer modo, ele informou, na ocasião, que o reconhecimento estava prestes a se efetivar, dependendo apenas de uma audiência e da concordância final do presidente. Finalmente, no dia 7 de fevereiro de 1949, a Secretaria de Estado, por meio de telegrama à Embaixada nos Estados Unidos, reconhece Israel: “Rogo notificar ao representante do Estado de Israel aí que o governo do Brasil resolveu reconhecer nesta data o referido Estado e o respectivo governo.”⁶⁶

⁶⁴ *Ibidem*, p. 41.

⁶⁵ MALAMUD, Samuel. Entrevista a Alberto Kleinas, Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1999.

⁶⁶ AHI, Secretaria de Estado à Embaixada nos Estados Unidos, Telegrama 601, 7 de fevereiro de 1949.

Fica claro que, também neste caso, o Brasil procurou limitar-se ao plano neutro do atendimento ao direito internacional; desta forma, o reconhecimento aparece como ato de conformismo diante de uma situação de fato. Assim, reagindo a um *memorandum* de protesto apresentado pela Legação do Egito, que lamentava que países com laços de tradicional amizade com os árabes houvessem reconhecido Israel, responde o Ministério:

O governo brasileiro, sempre fiel aos seus sentimentos de amizade para com o Egito, não podia aceitar tal interpretação. Com efeito, de acordo com a doutrina clássica do Direito internacional, o reconhecimento não passa de um ato declaratório, pelo qual um Estado toma nota, oficialmente, da existência de outro. Essa existência, com todos os atributos que dela derivam, independe, porém, da formalidade de tal reconhecimento. E nesse sentido pode dizer-se que, com reconhecer o Estado de Israel, o governo brasileiro nada acrescentava às condições jurídicas que qualificam o referido Estado como membro da comunidade internacional. Releva lembrar, contudo, que, mesmo depois de proclamados, a 15 de maio de 1948, o advento e a independência do Estado de Israel, que surgia para a vida internacional, investido dos atributos que lhe conferiam personalidade jurídica – território, população homogênea e governo próprio – o governo brasileiro ainda esperou que o novo Estado se consolidasse, que afirmasse os seus direitos de soberania e que procedesse à sua organização institucional. Mas, depois disso, já não lhe seria lícito negar a este o seu reconhecimento, sobretudo quando vários outros Estados se haviam antecipado a reconhecê-lo.⁶⁷

Estabelecidas as relações diplomáticas entre os 2 países no início de 1949, 3 anos depois o diplomata Ministro José Fabrino de Oliveira Baião apresenta suas credenciais ao governo de Israel, em Tel Aviv, no dia 29 de março de 1952. A cerimônia realiza-se em Hakírya, onde há uma

⁶⁷ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório*, 1949, *op. cit.*, p. 31.

espécie de sucursal do governo cuja sede é Jerusalém (...) A cerimônia da qual depende minha investidura de Ministro Plenipotenciário e Enviado Extraordinário do Brasil em Israel vai decorrer na casa que, em Tel Aviv, é a sede do governo quando o presidente desce de Jerusalém, para cerimônias tais como apresentação de credenciais.

Fabrino, depois de passar em revista um pelotão e de ouvir o hino nacional do Brasil, vê a bandeira do Brasil no topo do edifício presidencial. À espera do diplomata, está Joseph Sprinzak, Chefe de Estado interino – Chaim Weizmann encontrava-se doente –, além de outros diplomatas. O presidente interino alude às relações de Israel com outros países, “diz da satisfação com que o povo de Israel recebe, em seu seio o primeiro-ministro brasileiro; salienta a importância do Brasil no quadro das nações sul-americanas; e termina fazendo os votos de amizade e de cordialidade apropriados no caso”.⁶⁸ Ao mesmo tempo, o Primeiro-Ministro Plenipotenciário de Israel no Brasil, David Shaltiel, apresentava suas credenciais às autoridades brasileiras.

⁶⁸ AHI, Fabrino a João Neves da Fontoura, Telegrama 1, 30 de março de 1952.

O Brasil de Vargas e as relações diplomáticas com Israel: análise comparativa com a Argentina, 1949-1955*

Leonardo Senkman**

O presente texto faz parte de um estudo comparativo de história de relações internacionais que visa a indagar como as políticas populistas de Perón e Vargas influíram no estabelecimento de relações diplomáticas de seus países com Israel. O propósito é investigar a pouco conhecida e contraditória atitude adotada pelo Brasil com respeito a Israel nos anos imediatamente posteriores a novembro de 1947, em contraposição à da Argentina peronista, que tem sido estudada por vários acadêmicos.¹

Tornou-se quase lendária a atitude pró-sionista que o governo Dutra adotou em 1947, quando, após suspender, em abril de 1945, a interdição estadonovista ao movimento sionista, Osvaldo

* O autor agradece o apoio do *Leonard Davis Institute for International Relations*, Universidade Hebraica de Jerusalém.

** *Leonard Davis Institute*, Universidade Hebraica de Jerusalém.

¹ Ver LANUS, Juan Archibaldo. *De Chapultepec al Beagle: política exterior argentina, 1945-1980*. Buenos Aires: Emece, 1984, p. 354-355; KLICH, Ignacio. "Argentina, the Arab World and the Partition of Palestine". *Proceedings of the Ninth World Congress of Jewish Studies*, Jerusalém, 1986, p. 271-77, v. 3; AMILAT (ed.) "A background to Perón's discovery of Jewish National Aspirations". In: *Judaica Latinoamericana*. Jerusalém: Magnes Press, 1988, p. 192-224; BALTIERREZ, Rodolfo. "La creacion del estado de Israel". *Todo es historia*, junho 1988, p. 34-39; REIN, Raanan. *Peronismo, populismo y política. Argentina 1943-1955*. Buenos Aires: Ed. Universidad de Belgrano, 1998, capítulos 7 e 8.

Aranha presidiu a Assembléia Geral da ONU e contribuiu para que se realizasse a histórica votação da partilha da Palestina. Em contrapartida, quase nada se sabe sobre: a) a razão pela qual o Itamaraty teve, posteriormente, posição intransigente quanto ao reconhecimento de Israel; b) por que se absteve na votação para seu ingresso na ONU; e c) por que demorou para estabelecer relações diplomáticas com Jerusalém. Veremos que, com a volta de Vargas, em 1951, logo são estabelecidas as relações diplomáticas Brasil-Israel. Finalmente, lançaremos algumas hipóteses que possam explicar as razões pelas quais essas relações tiveram perfil muito menos importante do que sob o governo populista de Perón.²

As relações econômicas, assim como os vínculos diplomáticos da Argentina e do Brasil com Israel, respondiam a diferentes políticas internacionais globais com relação às grandes potências, em particular os Estados Unidos. Enquanto, desde o início, as relações diplomáticas e econômicas da Argentina com Israel buscaram contrabalançar a imagem negativa de Perón nos Estados Unidos, por meio de um suposto cálculo do líder justicialista, a fim de poder receber benefícios triangulares com seu *rapprochement* a Washington, o Brasil do segundo governo Vargas não necessitava recompor vínculos com os Estados Unidos, nem fazer gestos de boa vontade à potência norte-americana. O ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial junto aos Aliados, em 1942, sua participação na Conferência de Paz de Paris e a obtenção de um assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU

² O livro de TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza. *O anti-semitismo na era Vargas (1930-1945)*, São Paulo: Brasiliense, 1988, foi o primeiro estudo acadêmico que mostrou o papel de Oswaldo Aranha na autorização das circulares reservadas do Itamaraty contra o ingresso de refugiados judeus perseguidos pelo nazismo no Brasil durante o Estado Novo, muitos anos antes que o futuro presidente da Assembléia Geral da ONU adotasse posição pró-sionista, em novembro de 1947. A primeira análise documentada sobre a origem e o fim da proibição de atuação legal do movimento sionista durante o Estado Novo (18 de abril de 1938 até 5 de abril de 1945) foi feita pelo historiador Nachman Falbel, em seu estudo biográfico *Manasche: sua vida e seu tempo*. São Paulo: Perspectiva, 1996, p. 67-76.

fizeram o Itamaraty acreditar que o governo brasileiro tinha obtido o reconhecimento de sua posição de grande aliado militar e anticomunista, bem como o de principal sócio latino-americano nos planos econômicos de Washington.³

Em termos comparativos, o poder concentrado por Perón para levar a cabo sua política populista, apoiada em ambas as câmaras do Congresso e sustentada pelos sindicatos, era muito maior do que o de Vargas. O líder brasileiro teve de enfrentar a violenta oposição da União Democrática Nacional (UDN), que dominava uma parcela importante das forças armadas. Diversamente de Perón, Vargas viu-se obrigado a alinhar uma aliança entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Social Progressista (PSP) para compor o governo e obter maioria no Congresso. Portanto, as condições de funcionamento do regime político no Brasil não permitiam que Vargas, em matéria de política exterior, tomasse pessoalmente decisões de envergadura, como o fez Perón.⁴

³ Gerson Moura caracteriza de “autonomia na dependência” o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos à época da “equidistância pragmática”, política exterior de Vargas entre 1933–1941 com relação à Alemanha e aos Estados Unidos. Letícia Pinheiro considera que, já nos anos da neutralidade brasileira, antes de Pearl Harbor, Vargas havia adotado atitude de “condescendência pragmática” e de alinhamento gradual aos imperativos econômicos, ideológicos e políticos dos Estados Unidos. O completo alinhamento com os Aliados e a participação brasileira na guerra por meio da Força Expedicionária Brasileira criou no Itamaraty a ilusão de que, no pós-guerra, o Brasil iria colher frutos da colaboração em termos geopolíticos e econômicos. Ver Moura, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, e *Brazil foreign relations, 1939–1950: the changing nature of Brazil relations during and after the Second World War*, Ph.D. Dissertation, Londres, University of London, 1982, cuja versão em português intitula-se *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: FGV, 1991; PINHEIRO, Letícia. “A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial”. *Revista Universidade de São Paulo*, n. 26, agosto 1995, p. 108–119.

⁴ Ver D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas, 1951–1954: democracia, partidos e crise política*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992, p. 20–42; MONIZ BANDEIRA, L. A. *Estado nacional e política internacional na*

A seguir serão analisados os níveis básicos de comparação: a origem das relações políticas e econômicas do Brasil e da Argentina com Israel até 1955.

Relações políticas do Brasil e Israel: uma comparação com a Argentina de Perón

Apesar de sua abstenção na sessão da Assembléia Geral que aprovou a partilha da Palestina, em novembro de 1947, a Argentina apoiou a admissão de Israel na ONU, em dezembro de 1948 e maio de 1949. Além disso, em fevereiro de 1949, reconheceu *de jure* o novo Estado e, 3 meses depois, estabeleceu relações diplomáticas. A Argentina peronista foi o primeiro país latino-americano a criar uma Legação em Tel Aviv, em maio de 1949. A importância das relações diplomáticas com Israel evidencia-se, particularmente, pelo fato de os próprios Perón e Evita terem desejado cuidar pessoalmente dos aspectos políticos, econômicos e culturais do relacionamento com o Estado judeu. Exemplo dessa atitude foi a intervenção pessoal e decisiva de Perón e Eva na assinatura do primeiro acordo comercial e de pagamentos Argentina-Israel, em abril de 1950 (ver adiante), malgrado a oposição e a hostilidade do Ministério da Fazenda, movido por considerações estritamente econômicas.⁵

A situação no Brasil foi muito diferente. Logo após ter sustentado postura pró-sionista, que marcou a presidência de Oswaldo

América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992). São Paulo: Ensaio, 1994; RAPOPORT, Mario; SPIGUEL, Claudio. *Estados Unidos y el Peronismo: la política norteamericana en la Argentina, 1949-1955*. Buenos Aires: GEL, 1994; PAZ, Hipolito Jesus. "La Tercera Posición, 1949-1951". In: *La política exterior argentina y sus protagonistas*. Buenos Aires: Consejo Argentina para las Relaciones Internacionales, 1996, p. 55-70.

⁵ Boa síntese sobre a origem das relações econômicas da Argentina com Israel encontra-se em KLICH, Ignacio. "The first Argentine-Israeli Trade Accord: political and economic considerations". *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, v. 20, n. 39-40, 1995, p. 177-205.

Aranha na Assembléia Geral da ONU em novembro de 1947, a posição do Itamaraty congelou-se diante do recém-criado Estado. O governo brasileiro, supostamente amigo da causa sionista, tardou mais do que se poderia supor para decidir sobre 2 questões centrais: 1) o reconhecimento *de jure* de Israel; e 2) o apoio do Itamaraty para que Israel fosse membro da ONU. Com efeito, o governo Dutra demorou vários meses para reconhecer Israel *de jure*, o que só aconteceu em fevereiro de 1949. Ainda que o governo Perón não tenha reconhecido Israel *de jure* antes dessa data, os esforços para que o Brasil concretizasse o reconhecimento foram incomparavelmente maiores do que os empreendidos para que a Argentina o fizesse. Perón apoiou a admissão de Israel na ONU, tanto nas sessões da Assembléia Geral de dezembro de 1948 quanto nas de maio do ano seguinte. Essa política Internacional culminará, 3 meses depois, no reconhecimento *de jure*, com o estabelecimento de uma representação diplomática argentina em Tel Aviv.

O reconhecimento brasileiro *de jure*, por sua vez, apesar de ter também ocorrido em fevereiro de 1949, foi o resultado de intensas e difíceis gestões tanto do Ministro Jacob Tsur, primeiro diplomata israelense na América Latina, responsável pela Legação em Montevideú e pouco depois em Buenos Aires, como do dirigente sionista Samuel Malamud, designado israelense oficial para fazer contato com o Brasil, em agosto de 1948, e cônsul honorário, a partir de abril de 1949, após o reconhecimento brasileiro *de jure*.

Segundo as memórias documentadas de Malamud, 2 fatores influíram para a demora do reconhecimento do Itamaraty: 1) o temor de que o governo provisório israelense estivesse dominado por comunistas e partidos de esquerda; e 2) a preocupação brasileira de que suas relações diplomáticas com os países árabes, como o Egito, a Síria e o Líbano, fossem afetadas.

Com relação ao temor ao comunismo, Malamud recorda que, em 31 de janeiro de 1949, em audiência com Raul Fernandes, teve de dar explicações para dissipar o medo do Ministro das Relações Exteriores a propósito da possível hegemonia da “extrema esquerda” no governo de Israel. Malamud narra que teve de explicar, ao chanceler, a diferença existente entre a social-

democracia do partido Mapai, liderado por Ben Gurion, e os comunistas israelenses, que tinham, inclusive, alcançado apenas 4% dos votos, em contraposição aos 10% que os comunistas haviam alcançado nas últimas eleições brasileiras, de 1945.⁶

Quanto à preocupação do chanceler de, eventualmente, provocar reações adversas nos países árabes mencionados, é interessante notar que se inspirava de uma perspectiva comparativa, levando, também, em conta o peso da comunidade árabe do Oriente Médio que vivia no Brasil, ante a reduzida comunidade judaica. Na sessão de 13 de julho de 1948, da Comissão de Diplomacia e Tratados do Congresso Nacional, o deputado José Armando havia mencionado questões políticas para que se adiasse o reconhecimento *de jure*, rechaçando a petição da Câmara de Representantes do Congresso Nacional uruguaio para um rápido reconhecimento:

Há certas considerações políticas que contribuem para retardar o reconhecimento do Estado de Israel, pois, de um lado, a colônia sionista no Brasil não é muito grande, e, de outro lado, mantemos relações diplomáticas com 3 Estados árabes diretamente envolvidos na luta: o Egito, a Síria e o Líbano, além do que existe, entre nós, uma colônia de origem árabe bastante numerosa.⁷

Como a Argentina de Perón, o Brasil mantinha relações diplomáticas desde 1945 com o Líbano e a Síria e desde 1947 com o Egito. No entanto, a Argentina mantinha relações diplomáticas desde 1946 com outros 2 países árabes, o que não acontecera até então com o Brasil: a Arábia Saudita e o Iraque. A amizade argentina com o bloco de países árabes era importante para Perón em 1948–1949, já que servia para contrabalançar, na ONU, tanto a hostilidade norte-americana quanto a soviética contra seu regime. Ainda assim, a conhecida política argentina de equidistância

⁶ MALAMUD, Samuel. *Do arquivo e da memória*. Rio de Janeiro: Bloch, 1983, p. 87–88.

⁷ Diário do Congresso Nacional, 13 de julho de 1948, p. 5.523, fragmento do pronunciamento completo do deputado José Armando reproduzido em MALAMUD, Samuel, *op. cit.*, p. 80–81, p. 84–86.

e gradualismo *vis-à-vis* o mundo árabe e a causa sionista não impediu que Perón mostrasse inequívocos sinais de simpatia com relação a Israel, tanto no plano político quanto econômico.

O Brasil sob o governo Dutra, em 1948, não dependia do petróleo dos países árabes, como ocorreria 20 anos mais tarde. Sua diplomacia médio-oriental não se tinha de submeter a tal imperativo econômico. Mesmo assim, alguns senadores da oposição, como Hamilton Nogueira, atribuíram a cautela do Itamaraty com respeito a Israel a considerações petrolíferas.⁸ O jornal judeu *Aonde Vamos?* insistia, em 3 de fevereiro de 1949, em atribuir a demora do reconhecimento à pressão de diplomatas brasileiros pró-árabes e à posição assumida por influentes jornais da comunidade síria e da libanesa. Segundo *Aonde Vamos?*, o presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados do Congresso Nacional que havia feito fracassar a solicitação parlamentar uruguaia em prol do reconhecimento, José da Fonseca, “deputado dos árabes de São Paulo”, havia sido hóspede oficial de vários países árabes em fevereiro de 1949.⁹

O terceiro fator que se menciona para explicar a demora brasileira em reconhecer Israel e em estabelecer relações diplomáticas é o legado anti-semita deixado pelo Estado Novo entre os funcionários do Itamaraty. É o que sustenta o historiador Nachman Falbel, que confirma a acusação do jornal *Aonde Vamos?* a propósito das restrições anti-judaicas e anti-comunistas, em junho de 1948, da Divisão de Passaportes do Departamento Econômico e Consular do Itamaraty. A acusação refere-se à intervenção consular dos Estados Unidos junto ao presidente Dutra, para

⁸ MALAMUD, Samuel, *op. cit.*, p. 81.

⁹ *Aonde Vamos?*, n. 299, 3 de fevereiro de 1949, p. 1. Segundo o editorial do jornal, o próprio Aranha havia mudado de posição, declarando, à imprensa, que a criação do Estado de Israel não correspondia ao espírito da resolução da ONU, “mas sim, ao contrário, constituía uma violação (...) porque não fora criado o Estado Árabe, junto ao Estado de Israel”. Cf. Discurso de Oswaldo Aranha no Senado, quando solicita o reconhecimento *de jure* de Israel, em 1948. Citado por MALAMUD, Samuel, *op. cit.*, p. 80–81.

obrigar o Conselheiro Guimarães Gomes a conceder vistos de turista ao célebre ator judeu norte-americano Morris Schwartz e à sua trupe teatral.¹⁰

No entanto, os argumentos no sentido de que a questão árabe e o legado anti-semita teriam influenciado o governo Dutra não parecem suficientes. A diplomacia de cautela observada pelo chanceler Raul Fernandes com respeito a Israel, tanto no período Dutra como logo após a morte de Vargas, inscrevia-se em uma política geral de suspeição ante os pronunciamentos do Brasil sobre o problema colonial. Da mesma maneira que, em meados de 1948, não quis enviar delegados à reunião interamericana em Havana – que tratava do colonialismo – por causa da ausência das potências coloniais, o Itamaraty não se comprometeu a realizar o reconhecimento de Israel *de jure* quando Moshe Toff veio, especialmente ao Rio de Janeiro para solicitá-lo, em agosto de 1948. Um mês depois, na Assembléia Geral da ONU de Paris, Fernandes reiterou a decisão de apoiar a partilha da Palestina, não se manifestando, entretanto, sobre o reconhecimento no começo da Guerra de Independência de Israel.

Quando, depois de muitas hesitações, Israel obteve do Itamaraty, o reconhecimento *de jure*, em fevereiro de 1949, teve de pagar, pelo gesto, preço muito alto, em moeda brasileira: não somente Jerusalém teria de esperar 2 longos anos para que o Itamaraty decidisse estabelecer relações diplomáticas com Israel no mesmo nível que a Argentina, mas também o governo do general Dutra, contrariamente à maioria dos países latino-americanos, ofenderia Jerusalém ao abster-se de votar sobre a adesão de Israel na ONU, em maio de 1949. El Salvador foi outro país latino-americano que acompanhou o Brasil na abstenção.

Daí a pergunta: como explicar a conduta internacional do governo Dutra, uma vez que, de um lado, era alinhado com os Estados Unidos e havia tido uma postura de liderança na votação de 29 de novembro de 1947 a favor da criação de Israel; e, de outro, sua decisão de abster-se na também importante votação de 11 de maio de 1949, sobre a admissão do Estado judeu na ONU?

¹⁰ Ver FALBEL, Nachman, *op. cit.*, p. 102–3.

É bastante significativo o silêncio a propósito dessa interrogação nas crônicas documentadas escritas pelos próprios judeus brasileiros. Para começar, chama a atenção que o jornal sionista *Aonde Vamos?* que, em fevereiro de 1949, criticava a “incompreensível atitude” de demora em reconhecer Israel e que, em setembro e novembro do mesmo ano, se indignava porque o Itamaraty ainda não havia estabelecido relações diplomáticas, não tenha registrado a abstenção brasileira em suas edições de maio e setembro de 1949.¹¹

Samuel Malamud, o mesmo cônsul honorário que não havia ocultado, em suas memórias os esforços empreendidos para obter o reconhecimento *de jure* do Brasil, não diz nem uma palavra sequer sobre esse inesperado revés na ONU quando lembra os festejos da comunidade e da Organização Sionista Unificada do Brasil para celebrar, em maio de 1949, “sob a emoção do impacto do grande acontecimento histórico”.¹²

O revés, tampouco, foi recordado nas memórias de Moshe Tov que, em 1949, visitou o Brasil 2 vezes na qualidade de embaixador plenipotenciário especial e vice-diretor do Departamento da América Latina da chancelaria israelense, e muito se esforçou para obter o reconhecimento *de jure* do Brasil. As declarações de Tov à imprensa local durante sua visita de junho ao Rio de Janeiro omitem qualquer alusão à abstenção brasileira. Tov foi, até mesmo, juntamente com personalidades brasileiras, entre as quais Oswaldo Aranha, homenageado com um banquete pelo Comitê Brasileiro Pró-Palestina Hebraica, mas, em suas declarações à imprensa, não aparece uma única menção que sugira decepção diante da abstenção brasileira.¹³

Curiosamente, Jacob Tsur, também em suas memórias, publicadas anos depois, silencia sobre a humilhação inesperada que

¹¹ Cf. *Aonde Vamos?*, 12 e 19 de maio, 30 de junho, 7 de julho e 15 de novembro de 1949.

¹² MALAMUD, Samuel, *op. cit.*, p. 89.

¹³ *Aonde Vamos?*, 7 de julho de 1949, p. 11. Ver Tov, Moshe. *El murmullo de Israel*. Jerusalém: Historial diplomatico, 1983, p. 103–104, que atribui a Abraham Daron, diretor do Departamento para a América Latina, a obtenção do reconhecimento brasileiro. Tov recorda que, segundo Oswaldo Aranha,

sofreu Israel do país que tanto fizera para sua gestação internacional em novembro de 1947. Tsur era ministro encarregado da Legação israelense em Buenos Aires e realizou visita protocolar ao Rio de Janeiro, em fevereiro de 1951, para representar Israel na posse do presidente Getúlio Vargas, que triunfara nas eleições de dezembro de 1950.¹⁴ Tsur lembra somente que, ao final de sua visita, firmou, com João Neves da Fontoura, chanceler do novo governo, acordo sobre a troca de notas para o estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Israel.¹⁵

A única exceção à amnésia generalizada é a recente biografia escrita pelo historiador brasileiro Nachmal Falbel sobre o ativista sionista Manasche Krzepicki. Mesmo assim, o incidente da abstenção não mereceu mais do que algumas breves linhas condenatórias, sem que se perguntasse sobre as causas da mudança no Itamaraty.¹⁶

A documentação do arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Israel mostra, no entanto, que a posição hostil brasileira foi mencionada por Jacob Tsur a João Neves da Fontoura durante sua visita protocolar ao Ministro, em 8 de fevereiro de 1951.¹⁷ Em agosto de 1950, durante o governo Dutra, o diretor do Departamento da América Latina do Ministério de Relações

o reconhecimento teria sido “uma superposição histórica, já que considerava que, conforme o direito internacional, bastava o reconhecimento das Nações Unidas.” Curiosamente, Tov nada diz sobre a abstenção do Brasil na Assembléia Geral. É desnecessário misturar essa decepção ao apologético perfil que traça de Aranha em suas memórias, por causa da atuação do brasileiro em favor da criação de Israel. Cf. *Ibidem*, p. 104 e 137–138.

¹⁴ Em suas memórias *Cartas credenciales*. Jerusalém: N4, 1983, p. 85–94, Jacob Tsur destaca somente a resistência de Raul Fernandes, ao final de 1949, resultado da pressão exercida pelo Vaticano contra a posição de Israel de não aceitar a internacionalização de Jerusalém.

¹⁵ TSUR, Jacob, *op. cit.*, p. 95.

¹⁶ FALBEL, Nachman, *op. cit.*, p. 102, nota 56, e p. 137, nota 2.

¹⁷ Israel State Archives (ISA), 2.571/11, Jacob Tsur ao Ministério de Relações Exteriores de Israel, Departamento para a América Latina, Buenos Aires, 8 de fevereiro de 1951. Em gesto especial, o novo chanceler brasileiro recebeu, em audiência de trabalho, somente 2 embaixadores não latino-americanos: o representante da Alemanha Federal e o de Israel.

Exteriores de Israel, Abraham Drapkin, havia antecipado Tsur ao visitar o Ministro Raul Fernandes, para solicitar-lhe o estabelecimento de relações diplomáticas. Apesar do exagerado otimismo gerado pela visita de alguns dirigentes sionistas brasileiros, Israel teve que esperar até o novo governo Vargas para concretizar sua aspiração.¹⁸

É verdade que os vínculos cordiais entre Brasil e Israel não precisaram de aguardar o estabelecimento de relações formais. Foram recebidas, no Rio de Janeiro, visitas oficiais e oficiosas do governo de Israel. Algumas delas, durante 1950, em escala para a Argentina: desde Joseph Sprintzak, presidente do Knesset, até Golda Meir, então Ministra do Trabalho.

Em junho de 1949, também vai ao Rio de Janeiro o coronel David Shaltiel, futuro primeiro embaixador israelense no Brasil e, na mesma ocasião, o inspetor geral do exército Tzava Hagana Leisrael. A importância de sua missão, na busca de armamentos brasileiros, foi demonstrada pelo apoio do Ministro da Guerra, general Canrobert Pereira da Costa, e outros generais do gabinete ministerial, que o haviam convidado a visitar a Vila Militar. Além disso, no final de 1949 e na primeira metade de 1950, emissários do Ministério da Defesa israelense estiveram interessados na aquisição de explosivos da Companhia Brasileira de Explosivos Cobrex e armamentos do Ministério de Segurança. Quando, em 1951, o Ex-Ministro Canrobert Pereira da Costa visitou Damasco, esperava ser convidado para visitar Israel, já que lhe havia prestado bons serviços em assistência no provimento de armas.¹⁹

¹⁸ Equivocadamente, Manasche Krzepicki, muito otimista, informava a Ruth Kluger, em Jerusalém, do êxito da missão de Drapkin perante o governo brasileiro, em 18 de agosto e 2 de setembro de 1950. Ver FALBEL, Nachman, *op. cit.*, p. 142.

¹⁹ As campanhas para arrecadar fundos pró-Hagana haviam sido coordenadas, em 1948, a partir do Clube Chaim Weizman, no Rio de Janeiro, por militante sionista socialista e dirigente comunitário local, Menashe Krzepicki, desde 1947 vinculado pessoalmente a Teddy Kollek que, com base em Nova York, coordenava a operação Recheh para aquisição de armas para a Hagana. Ver a biografia de Menashe e seu papel no apoio ao coronel Shaltiel, antes e durante sua função de diplomata israelense no Brasil, bem como seus vínculos com funcionários do Ministério da Defesa israelense e brasileiro na excelente biografia escrita por Nachman, *op. cit.*, p.136–146. A propósito de seus vínculos com o general Canrobert Pereira da Costa, ver p. 148–151.

Finalmente, em agosto de 1951 (antes, portanto, do estabelecimento das relações diplomáticas), o Vice-Presidente do Brasil, João Café Filho, decidiu incluir uma visita semi-oficial de 4 dias a Israel no giro oficial que fazia por vários países. Em Jerusalém foi homenageado nas residências do presidente do Knesset, Josep Sprinzak, e do Ministro das Relações Exteriores, Moshe Sharet. Também foi recebido em audiência pelo Presidente Haim Weitzman e pelo Primeiro-Ministro David Ben Gurion, percorrendo grande parte do país na companhia do jornalista Murilo Marroquim, membro do Comitê Cristão Brasileiro Pró-Palestina, e de Chagas Freitas. A visita não pode ser comparada com nenhuma das realizadas por personalidades argentinas durante o governo de Perón. Na realidade, era a primeira vez que o vice-presidente de um país latino-americano visitava Israel. Quando regressa ao Brasil, Café Filho declararia que os 3 países que mais o haviam impressionado em seu *tour* tinham sido Suécia, Iugoslávia e Israel, sobretudo pelos aspectos do trabalho social dos *kibutzim* e da *Histadrut*, prometendo, ao Ministro Tsur, que iria enviar missões de dirigentes sindicais brasileiros para aprender com a experiência de Israel em matéria de organização trabalhista e sindical. Logo após sua visita a Jerusalém, Café Filho admitiu que a votação brasileira a favor da internacionalização fora equivocada.²⁰

Vargas, os judeus e o estabelecimento de relações diplomáticas com Israel

Apesar de Getúlio Vargas ter anunciado, por ocasião de sua posse, em 31 de janeiro de 1951, que iria estabelecer relações diplomáticas com Israel, o primeiro representante diplomático brasileiro, o ex-integralista Fabrino de Oliveira, será nomeado somente em outubro de 1951 e apresentará suas credenciais ao

²⁰ ISA, 2.571/11, Buenos Aires, 11 de novembro de 1951, Tsur para MALAT; MALAMUD, Samuel, *op. cit.*, p. 101–103.

Presidente de Israel em março de 1952. Por sua vez, o representante de Israel, general David Shaltiel, apresentará suas credenciais a Vargas em 8 de abril de 1952. Em comparação com a Argentina peronista, que estabeleceu relações diplomáticas em junho-setembro de 1949, o Brasil demorou quase 3 anos para fazê-lo.

Não obstante a demora, para quem estuda a história contemporânea dos judeus no Brasil, há ainda muito de paradoxal em tentar elucidar como o líder populista e nacionalista Getúlio Vargas, Pai dos Pobres – o mesmo que durante o autoritário Estado Novo fechou os portos do gigante aliado dos Estados Unidos na América Latina à entrada de refugiados judeus do nazismo e cujo nacionalismo xenóforo o havia feito proibir as atividades do movimento sionista –, tenha sido, precisamente, o governante a propor a normalização das relações com o Estado sionista, bloqueadas desde fevereiro de 1949. Esse último Vargas, o Vargas democrático, campeão do desenvolvimentismo e do nacionalismo econômico, que governou o Brasil de 1951 até seu suicídio em 1954, enfrentando os interesses das grandes corporações norte-americanas, não só inicia seu último governo com posição pró-Israel, como também com atitude pró-judaica. Pela primeira vez na história da participação dos judeus na esfera pública na América Latina, um judeu foi indicado por um governo populista para ocupar o decisivo Ministério da Fazenda. Foi o caso do industrial Horácio Lafer, sócio do grupo Klabin de papel e celulose, vinculado à comunidade judaica paulista e que já vinha colaborando, contraditoriamente, com o Vargas dos anos anteriores e do Estado Novo, com sua importante atuação na poderosa Confederação das Indústrias do Brasil e na Federação dos Sindicatos de Empregadores Industriais do Estado de São Paulo. A atuação de Lafer, no último governo Vargas, até 1953, e o impacto desta atuação na imagem pública dos judeus brasileiros são temas que se investiga muito menos do que o caso de outro Ministro da Fazenda judeu, da época do terceiro regime populista de Perón, Jose Ber Gelbard, escolhido 22 anos mais tarde. Análise comparativa sobre a repercussão da gestão e queda dos 2 ministros ajudaria a elucidar a contra-

ditória lógica de inclusão e exclusão dos maiores regimes populistas latino-americanos com respeito aos judeus.²¹

A experiência populista de Vargas também ajuda a compreender o papel dos judeus no meio jornalístico nacional durante a transição do jornalismo político para a indústria cultural e popular. Samuel Wainer e seu jornal *Última hora*, do Rio de Janeiro, anteciparam, em 20 anos, o mais conhecido jornalista argentino, Jacobo Timerman, e seu jornal portenho *La opinión*.²²

Mesmo que o fator judeu não tenha sido decisivo na tomada de decisões com respeito às relações diplomáticas do Brasil e Israel, desde o início o nome de Wainer esteve vinculado à iniciativa do presidente Vargas. A documentação oficial israelense demonstra a surpresa do Ministro Tsur ao saber que a primeira iniciativa tornada pública para estabelecer relações diplomáticas entre os 2 países viera justamente do presidente Vargas por meio de uma declaração à imprensa, no mesmo dia em que é empossa-

²¹ Sobre a atuação econômica e política de Horácio Lafer, ver BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930–1983*. Rio de Janeiro: FGV/Forense Universitária, 1984, p. 1733–1736, v. 2; sobre o perfil parlamentar de Horácio Lafer, entre 1933–1963, ver a introdução de Celso Lafer ao livro de homenagem a Horácio Lafer, com documentos selecionados, intitulado *Perfis parlamentares: Horácio Lafer*. Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 1988, p. 29–122; estudo sociológico pioneiro sobre as relações de grupos de empresários imigrantes, como Klabin-Lafer, com o Estado brasileiro, pode ser encontrado em GRUN, Roberto. “Capital & Estado: uma proposta de estudo do setor do papel e celulose brasileiro através da abordagem neo-institucional”. *XVII ENAMPAD*. Curitiba, 1994, e em “Os Judeus na política paulista: identidade, anti-semitismo & cultura”, In: FAUSTO, Boris et alii. *Imigração e política em São Paulo*. Universidade Federal de São Carlos, 1995, p. 81–83.

²² Analisamos comparativamente o uso de estereótipos anti-semitas na queda de Lafer e Gelbard, e nos ataques contra Samuel Wainer e o jornalista judeu argentino Jacobo Timermann em trabalho a ser publicado em breve: SENKMAN, Leonardo. *Antisemitism and ethnicity under two latin american populist experiences: Vargas Era and Peronismism, 1930–1955*. The Vidal Sasson International Center for Study of Antisemitism, 1999; sobre a lógica contraditória de inclusão/exclusão do populismo de Vargas e Perón com relação aos judeus ver SENKMAN, Leonardo. “The transformation of collective identities: immigrant communities under the populist regimes of Vargas and Perón”. In: ROMIGER, Luís; SZNAJDER, Mario (eds.). *Constructing collective identities & shaping public spheres*. Latin American Paths, Sussex Academic Press, 1998, p. 123–147.

do presidente. Antes que fosse comunicada a notícia pelo novo chanceler, Tsur havia sido informado, por amigos judeus locais, sobre as intenções de Vargas de enviar a Israel, como delegado especial do presidente, o jornalista judeu Samuel Wainer, responsável pela campanha publicitária eleitoral de Vargas e diretor do jornal pró-governo *Última hora*.

Com efeito, durante sua visita protocolar, na qualidade de enviado especial do governo de Israel à posse de Vargas, Jacob Tsur foi surpreendido pelo anúncio do presidente, feito em 31 de janeiro de 1951, em coletiva à imprensa, de enviar um delegado pessoal judeu brasileiro a Tel Aviv para negociar o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com Israel. Tsur concluiu que o delegado seria Samuel Wainer.

Apesar de vários jornalistas presentes à coletiva o informarem de que o anúncio de Vargas era somente retórico, a notícia não deixou de preocupá-lo. Depois da longa conversa que teve com o próprio Wainer, em 4 de fevereiro, Tsur o descreveu como um “jovem ágil, capaz, fiel e entregue à causa sionista”. Em correspondência confidencial, informa que Wainer havia dito que o presidente lhe havia confiado a missão de viajar a Israel. Tsur considerava, no entanto, a iniciativa contraproducente, pois “causaria mais dano do que benefício à causa sionista, pelo fato de Wainer ser judeu sionista local”. Sugeriu, então, a Wainer, que declinasse do convite. Wainer insistiria, no entanto, que essa era a melhor conjuntura política para se estabelecerem relações formais entre Brasil e Israel e considerava que o futuro representante diplomático israelense deveria ser uma pessoa capaz de cultivar vínculos pessoais e ter afinidade com os funcionários e as idiossincrasias do Itamaraty.²³

Dias depois, em audiência com o novo chanceler brasileiro, Tsur foi notificado, oficialmente, sobre o projeto de

²³ Esta versão foi corroborada pelo autor em entrevista com a irmã de Samuel Wainer, Sônia Rozin, em Jerusalém, em 29 de maio de 1996, a quem agradeço por ter mostrado cartas e documentos pessoais de seu irmão em que fala do oferecimento de Vargas para enviá-lo em missão diplomática a Israel.

enviar Wainer a Tel Aviv em missão especial. Na audiência, falou novamente de suas reservas sobre a designação de um cidadão brasileiro judeu para tal missão.²⁴

Pois bem: não foram considerações de política interna populista, no sentido de cooptar membros proeminentes da comunidade judaica, que presidiram a política exterior do Brasil com respeito a Israel. Durante o governo Vargas, as linhas básicas das relações políticas com Israel foram as mesmas da época de Dutra, fundamentadas nos interesses do Itamaraty de guardar equidistância com o mundo árabe. Da documentação do arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Israel, pode-se deduzir que, na perspectiva deste país, o delineamento das relações do Brasil com Israel e o mundo árabe também não mudaram logo após o desaparecimento de Vargas.

O interesse principal de Israel, em suas relações com o Brasil, residia no desejo de aproveitar sua presença na política internacional e sua condição de membro do Conselho de Segurança da ONU para apoiar a posição de Jerusalém em sua agenda médio-oriental. No entanto, em temas internacionais como Jerusalém, a questão dos refugiados árabes e o conflito fronteiriço com o Egito, o Itamaraty seguia política semelhante à da Argentina peronista, guardando equilíbrio e equidistância entre os interesses de ambas as partes, sem que seus regimes políticos internos influíssem em suas políticas médio-orientais.²⁵

Na primeira audiência que o novo chanceler brasileiro concedeu a Jacob Tsur, por ocasião da posse de Vargas, o diplomata israelense deixou clara a necessidade do estabelecimento de relações diplomáticas com Israel e de se colocar um fim ao esfriamento da posição brasileira, manifesto pela demora do reconhecimento *de jure* e, especialmente, pela abstenção do Itamaraty na

²⁴ ISA, 2.571/11, Jacob Tsur ao MALAT (Departamento de América Latina), Buenos Aires, 7 de fevereiro de 1951.

²⁵ Ver KLICH, Ignacio. "Equidistance and gradualism in Argentine foreign policy towards Israel and the arab world, 1949-1955". In: SHEININ, David; BARR, Louis Baer. *The jewish diaspora in latin america: new studies on history and literature*. New York, 1996, p. 219-237.

votação sobre a adesão de Israel à ONU. O Ministro, então, informa-o, oficialmente, sobre o interesse de Vargas em enviar um delegado especial a Israel e estabelecer relações diplomáticas e que as questões internacionais seriam tratadas de forma distinta da época do chanceler anterior, Raul Fernandes.²⁶

Na realidade, a política exterior com respeito a Israel não mudaria com a saída de Fernandes da chefia do Itamaraty, ainda que alguns cidadãos judeus brasileiros, como Wainer e Lafer, fossem escutados pelo Presidente. Como expressou, claramente, o diretor do Departamento Político do Itamaraty ao novo Ministro Shaltiel, dadas as exigências intransigentes de ambos os lados do conflito árabe-israelense, seu governo considerava conveniente não tomar posições unilaterais na ONU, recomendando a abstenção e evitando que se criasse a falsa impressão de que o governo brasileiro fosse antijudaico ou antiárabe. Tal linha política também foi exposta pelo Itamaraty com relação à abstenção do Brasil sobre a solicitação de Israel de fazer parte do ECOSOC.²⁷

Meses após o fim trágico de Vargas, decepcionado com as dificuldades e a impermeabilidade de altos funcionários do Itamaraty que havia encontrado desde a sua chegada ao Rio de Janeiro para tratar de temas vitais da política exterior israelense, 3 anos antes, Shaltiel resumia: a) o Brasil exigia que Israel respeitasse as resoluções do Conselho de Segurança quanto às represálias na fronteira com o Egito e evitava colaborar na ONU, a fim de condenar as provocações árabes e não concordava em aceitar ação israelense alguma de caráter defensivo contra os países árabes; e b) o Brasil exigia a internacionalização de Jerusalém para resguardar seu caráter de lugar santo e demandava solução territorial para a questão dos refugiados de 1948.²⁸ Segundo Shaltiel,

²⁶ ISA, 2.571/11, Jacob Tsur a MALAT, Buenos Aires, 7 de fevereiro de 1951.

²⁷ ISA, 2.571/11, Secreto de Shneershon a MALAT, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1952.

²⁸ ISA, 2.571/11, informe sobre a visita do chanceler Raul Fernandes do Ministro Schaltiel a MALAT, Rio de Janeiro, 27 de março de 1955; Ministro Schaltiel a MALAT, Conversa com o Secretário-Geral do Itamaraty, Rio de Janeiro, 19 de abril de 1955.

para contrabalançar a frieza e, às vezes, a hostilidade do Itamaraty em aceitar alguns desses temas candentes da agenda política, a Legação israelense procurava obter o apoio da grande imprensa brasileira, do presidente do Senado e de alguns deputados e, em algumas ocasiões, teve receptividade junto ao próprio Presidente da República. Destacava o contraste da atitude do Itamaraty com a simpatia dos intelectuais, cientistas, universitários e a sociedade civil brasileira em geral. No entanto, ao cabo dos 3 anos ante a Legação, fazia balanço pobre sobre a atividade bilateral: nenhum convênio comercial ou de pagamentos havia sido firmado com o Brasil, tampouco havia sido protocolado acordo cultural-científico, como era o caso com a Argentina. Atribuía tamanho insucesso mais à ausência de uma ofensiva econômica e cultural por parte da chancelaria israelense do que propriamente à inexistência de condições favoráveis no Brasil.²⁹

O regime de Vargas visto pela diplomacia israelense

Como era visto o regime populista de Vargas por Jacob Tsur? Da correspondência diplomática enviada a Israel, deduz-se que percebia haver grande diferença entre o nacionalismo econômico e pragmático de Vargas e o nacionalismo de Perón. Uma de suas fontes de informação era o diplomata brasileiro Mário Pimentel Brandão, que criticava a política exterior de Perón. Tsur havia conhecido Pimentel Brandão em Montevidéu, antes que se tornasse Secretário-Geral do Itamaraty, e com ele mantivera relações pessoais cordiais. Tsur acreditava que os 2 regimes eram nacionalistas em matéria econômica, mas que a política exterior de Vargas recusava limitar a atuação do Brasil às fronteiras da América Latina e buscava novos mercados na Europa e no Japão, enquanto a Argentina peronista, por causa de seu conflito histórico com os Estados Unidos, continuava com uma política incli-

²⁹ ISA, 2.571/11, Secreto de Schaltiel ao Diretor de MALAT, Rio de Janeiro, 18 de maio de 1955.

nada a exercer hegemonia junto ao bloco latino-americano com vistas em romper seu isolamento internacional.

Segundo Tsur, ainda que o nacionalismo econômico desenvolvimentista de Vargas não quisesse enfrentar discursivamente a administração norte-americana, como fazia Perón, não aceitava, no entanto, ser arrastado pelos interesses norte-americanos que se opunham ao desenvolvimento autárquico industrial, comercial e financeiro do Brasil. Os 2 países precisavam um do outro, mas a política de *bargaining* do Brasil regia sua aliança de interesses com os Estados Unidos. Assim, ao mesmo tempo em que mantinha a aliança política e militar anticomunista com os norte-americanos, o Brasil de Vargas buscava realizar política exterior como potência econômica regional independente, com os olhos voltados para os mercados europeus, em especial a Alemanha Federal, mas também o Japão.³⁰

O informe diplomático israelense mais preciso sobre o regime social de Vargas foi escrito logo depois do suicídio do presidente, em agosto de 1954, por um primeiro conselheiro da Legação, M. Schneershon. Nele, fazia um balanço do regime, caracterizando-o como trabalhista,

interessado em despertar a consciência das massas populares e promover a sindicalização dos operários, com uma política estatista forte e intervencionista (...) que não deve ser confundida com um regime socialista. A liderança sindical não cresceu de baixo, de maneira independente, e sim todo o desenvolvimento social teve lugar com o controle permanente do aparato estatal e controlado de cima.

O regime populista-nacionalista que havia implantado uma legislação social progressista havia beneficiado não somente as massas populares, mas também promovido

³⁰ ISA, 2.580/3, Jacob Tsur a MALAT, Buenos Aires, 11 de outubro de 1951. Segundo Moniz Bandeira, o nacionalismo econômico intransigente de Vargas ante os Estados Unidos foi, em contraposição às concessões de Perón à política econômica liberal norte-americana logo após a crise econômica argentina de 1952, um trunfo de Vargas em que Perón fracassou. Cf. MONIZ BANDEIRA, L. A., *op. cit.*, p. 88.

um crescimento industrial caótico do qual se beneficiaram, com o apoio estatal, centenas de empresários cuja ganância astronômica não era proporcional às reais possibilidades e condições da economia brasileira (...). A ambição de poder de Vargas, pois, não foi alimentada somente pelos trabalhadores assalariados, incluindo em sua base social de apoio um amplo espectro social, desde o simples trabalhador até o empresário industrial, que desfrutaram de sua política socioeconômica (...). Esta base socioeconômica não deve ser desacreditada pelo fato de a ambição de poder de Vargas ter promovido um clientelismo pragmático em que participavam, inclusive, muitos de seus inimigos políticos.³¹

Quanto à Igreja Católica, Tsur informava, à chancelaria israelense, que, contrariamente ao apoio que dera à ascensão de Perón, de todos os candidatos à presidência, Vargas era quem menos dela dependia. A Igreja Católica brasileira não havia manifestado posição oficial alguma sobre a candidatura de Vargas e oficialmente tinha feito campanha contra o candidato a Vice-Presidente, João Café Filho, aliado de Vargas e representante do poderoso governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Sensível ao que representava o problema de Jerusalém para os católicos, Tsur acreditava que o novo governo dependeria muito menos da Santa Sé do que o governo de Dutra em assuntos de política internacional. A ilusão dissolveu-se rapidamente quando, em conversa sobre o tema, o chanceler Neves da Fontoura e seu amigo pessoal, Mário Pimentel Brandão, designado Secretário-Geral do ministério e chefe da delegação brasileira na ONU, insistiram sobre a linha tradicional brasileira de acatar a posição oficial do Vaticano.³²

O voto judeu, segundo Tsur, esteve dividido, nas eleições presidenciais de novembro, entre o apoio ao PTB-PSP de Getúlio Vargas e o PSD, que era liderado por Cristiano Machado. Em compensação, os judeus não apoiaram a UDN, partido conserva-

³¹ ISA, 2.580/3, Reservado de M. Schneershon a MALAT, Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1954.

³² ISA, 2.580/3, Jacob Tsur a MALAT, Buenos Aires, 13 de novembro de 1950, e Carta de Tsur, de 11 de outubro de 1951.

dor do Brigadeiro Eduardo Gomes, que “representava os setores reacionários da Igreja e do Exército, com elementos nacionalistas xenófobos”. Horácio Lafer, indicado para o Ministério da Fazenda, membro do PSD, era uma figura respeitada na comunidade judaica e apreciado por seu apoio ao movimento sionista. O PSD controlava as 2 câmaras do Congresso e ofereceu seus melhores quadros empresariais aos projetos desenvolvimentistas de Vargas. Apoiou a campanha de Lafer e de Wolff Klabin, magnata da indústria de papel, amigo pessoal de Vargas e conhecido ativista benfeitor do sionismo no Brasil. Tsur informava, ainda, que Klabin lhe dissera estar otimista acerca das possibilidades econômicas abertas no Brasil para Israel, graças ao acesso ao poder de judeus como Lafer, e lhe contara sobre os planos de Vargas de fortalecer a indústria nacional e convidar industriais judeus da França para investir no Brasil. Escrevia, também, sem preocupação, que outros empresários de origem imigratória haviam sido nomeados a postos importantes no governo de Vargas, como o investidor financeiro e industrial Ricardo Jafet, de origem síria, designado para chefiar o Banco do Brasil.³³

A correspondência de Tsur, bem como a do futuro chefe da Legação israelense no Rio de Janeiro, David Shaltiel, mostra que os bons serviços de Lafer à causa de Israel eram sempre prestados por meio de Klabin. Klabin, por exemplo, explicaria a Tsur as linhas da política econômica de Vargas e sua decisão de desenvolver a indústria nacional e de defender o preço do café, apesar de enfrentar pressões norte-americanas. Tsur dedica espaço especial ao jornalista Samuel Wainer, destacando-o como um homem de confiança na campanha eleitoral de Vargas e imediatamente depois de sua posse graças à propaganda feita por seu jornal *Última hora*. Wainer havia sido enviado a Israel por Assis Chateaubriand para cobrir a Guerra de Independência, em 1948,

³³ Sobre a participação de Jafet no financiamento da campanha eleitoral de Vargas em 1950 e sua nomeação para dirigir o Banco do Brasil, ver TRUZZI, Osvaldo. “Sírios e libaneses em São Paulo: anatomia da sobre-representação”. In: FAUSTO, *op. cit.*, p. 42-44.

e seus artigos haviam sido publicados em jornais cariocas. Tsur fala da ajuda prestada por Wainer à causa sionista e de seus contatos constantes com a Legação de Israel em Buenos Aires. Às vésperas das eleições brasileiras, Wainer comunicara a Tsur, por intermédio de sua irmã Berta Wainer, que Vargas havia prometido estabelecer relações diplomáticas normais e fortalecer os vínculos econômicos com Israel.

Durante todo o tempo em que Wainer manteve influência sobre Vargas, foi consultado por Tsur, a quem, até mesmo, ofereceu seus bons-ofícios junto ao Ministério das Relações Exteriores para lidar com temas que deveriam ser debatidos na ONU, a exemplo da questão dos refugiados e do estatuto internacional de Jerusalém. Curiosamente, sua ajuda à causa sionista e ao estabelecimento de relações com Israel não ocupa lugar algum nas memórias publicadas de Wainer, em contraste com a crônica de sua viagem a Israel em 1948: entrevistara patriotas do Irgun Tzva Leumi, combatentes da Hagana, e registrara suas impressões sobre Jerusalém e o Neguev antes da eclosão da guerra.³⁴

Os informes diplomáticos israelenses também falam da campanha difamatória contra o *Última hora*, lançada pela UDN para comprometer Vargas, utilizando um velado discurso antijudaico para atacar o diretor Samuel Wainer, por meio da pena do jornalista Carlos Lacerda. No entanto, nas comunicações da Legação do Rio de Janeiro, praticamente só os objetivos políticos e sensacionalistas da campanha de Lacerda mereceram referência: Lacerda estaria interessado em denunciar a suposta corrupção financeira do Banco do Brasil e seu presidente, Ricardo Jafet, ao oferecer apoio ao jornal de Wainer. Comissão de inquérito par-

³⁴ Ver as memórias de Samuel Wainer de sua viagem à Palestina, em abril de 1948, em *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987, cap. 16. As reportagens que fez sobre a viagem foram publicadas quando Wainer regressou ao Rio de Janeiro. Segundo seu testemunho, o objetivo das reportagens foi o de responder às primeiras crônicas tendenciosas de David Nasser, enviadas do Cairo. Segundo Wainer, Nasser “começou a enviar reportagens baseadas em material de propaganda árabe que lhe era entregue no hotel onde se alojava”. *Ibidem*, p. 108.

lamentar demonstraria as irregularidades, no final de 1953, e, apesar de estarem envolvidos políticos próximos a Vargas, nenhum seria processado.

Mais do que os ataques anti-semitas da campanha de difamação política, os informes destacam que a estrela de Wainer desaparecera logo após a morte de Vargas, que, apesar de não ter impedido a investigação ao jornal que tanto o apoiava, protegeu Wainer por intermédio de amigos do PTB e assegurou-lhe que continuasse, na prática, à frente da redação do jornal. As informações lembram que Lacerda havia publicado, em 1948, artigos antiisraelenses e a favor da causa árabe. Sua expressão política devia-se ao fato de aparecer “como principal voz da oposição a Vargas após o *affaire*” e, em particular, depois da frustrada tentativa contra sua vida, atribuída à guarda pretoriana do presidente Vargas. A Legação também informava sobre algumas manifestações de xenofobia e tons anti-semitas que apareciam em artigos da imprensa liberal, como o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*, durante o inquérito parlamentar sobre o *Última hora*.³⁵

Chama a atenção a ausência de informações da Legação no Rio de Janeiro sobre os ataques contra Lafer por parte de ultranacionalistas da imprensa carioca com o fim de desacreditá-lo como judeu pró-norte-americano, como fora tachado pela imprensa anti-Vargas nos primeiros meses de sua indicação como Ministro da Fazenda e logo após sua renúncia, em 1953.³⁶

Diversamente do anti-semitismo de alguns grupos nacionalistas dos primeiros anos da Argentina peronista, como a Alianza

³⁵ ISA, 2.580/3, Shneershon a MALAT, Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1954. Ver ainda os informes prévios sobre o *affaire* do *Última hora* em Shneershon a MALAT, 31 de julho e 14 de agosto de 1953; ISA, 2.574/13, Shneershon a MALAT, Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1953; ISA, 2.580/3, Reservado de Shneershon a MALAT, Rio de Janeiro, 9 e 17 de agosto de 1954. Ver a denúncia de Wainer contra a campanha de difamação de Lacerda durante o caso, que teve contornos xenófobos e antijudaicos em WAINER, Samuel. *op. cit.*, capítulos 24 a 27.

³⁶ Ver, por exemplo, *Gazeta de Notícias*, 12 de outubro de 1951 e 28 de setembro de 1952; *O mundo*, 31 de outubro de 1951; *Diário da Noite*, 1^a de julho de 1953; *Correio da Manhã*, 10 de fevereiro de 1954.

Libertadora Nacionalista, a existência de campanhas de imprensa contra os judeus ou de medidas discriminatórias das autoridades de imigração não é mencionada nessas comunicações. A exceção é a informação da Legação sobre o anti-semitismo social na conjuntura crítica posterior à queda do regime de Vargas, em consequência de seu suicídio, e a ascensão de forças da direita conservadora e reacionária. Desde a época dos Camisas Verdes, era a primeira vez que se tinha conhecimento de uma campanha organizada de incitação anti-semita. Foram lançados, de avião, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, em junho de 1955, panfletos com os dizeres “Judeu: Inimigo número 1 do país”, cuja autoria foi reivindicada por uma Aliança Libertadora Nacionalista. A informação da Legação caracteriza a campanha como “de tipo nazista” e a atribui a grupos sobreviventes do Integralismo brasileiro que, às vésperas das eleições, em interregno de crise sociopolítica, quiseram tentar a cartada racial anti-judaica e também antinegra para angariar votos.³⁷

Quando se compara a correspondência diplomática do final do período Perón com a do fim do segundo governo Vargas, vê-se que a diplomacia israelense considerava que a queda de Perón tinha potencial muito mais desestabilizador das relações com Israel do que a queda de Vargas. Nos comunicados de Shaltiel sobre a crise que precedeu e seguiu a morte de Vargas não aparece advertência alguma sobre riscos de mudanças na futura política exterior com respeito a Israel a serem promovidas pela UDN, embora o

³⁷ ISA, 2.574/5, Janan Inor a MALAT, Rio de Janeiro, 7 de junho de 1955. É interessante verificar que, em alguns Estados, as legislaturas repudiaram essa campanha anti-semita. A Assembléia Legislativa de Goiás considerou oportuno remeter, à Legação de Israel no Rio de Janeiro, cópia da manifestação de repúdio para que fosse conhecida sua solidariedade à “colônia judaica” e sua “repulsa ao nascente movimento anti-semita que se esforça principalmente no Rio e São Paulo”. Sobre o anti-semitismo na Argentina sob Perón, ver SENKMAN, Leonardo. “The response of the first peronist government to antisemitic discourse, 1946–1954: a necessary reassessment.” *Judaica Latinoamericana*, n. 3, Jerusalém, 1997, p. 175–206. Sobre a discriminação imigratória durante o último governo Vargas, ver *American jewish year book*, v. 56, 1955, p. 504–505.

preocupasse a rigidez do chanceler Raul Fernandes e de Camilo de Oliveira, no Itamaraty, e a posição católica dos ministros do governo de transição. Por outro lado, aparece, nos comunicados de Kubovy, a preocupação com as forças nacionalistas católicas de direita, inclusive anti-semitas, depois do sério enfrentamento com a Igreja e dos acontecimentos de junho de 1955.³⁸

Entretanto, a reação da comunidade judaica da Argentina à queda de Perón e a da comunidade judaica no Brasil à morte de Vargas foram semelhantes. Com efeito, a morte de Vargas não parece ter sido lamentada pela comunidade judaica brasileira. Pelo contrário, por ocasião de seu suicídio, surgiram editoriais em jornais da comunidade que lembravam as ilusões despertadas pelo gabinete Vargas com a nomeação de alguns judeus para altos cargos, a partir de 1951, e o rápido esquecimento da posição anti-semita do Estado Novo com relação aos refugiados judeus. Ademais, também se registrava que Vargas, apesar de suas simpatias por Israel, se absteve durante toda sua administração de saudar a comunidade nas festividades judaicas. A primeira congratulação do governo brasileiro foi uma mensagem na Rosh Hashana de 1954, enviada por Café Filho, conhecido amigo de Israel, que assumiu a presidência após o suicídio de Vargas. Segundo o editorialista do *Aonde Vamos?*, os judeus foram subestimados como coletividade pelo governo Vargas, sendo seu peso avaliado, em termos demográficos, como de *quantité négligéable*.³⁹

Relações econômicas Brasil–Israel: uma comparação com a Argentina peronista

Em seus primeiros comunicados do Rio de Janeiro, Tsur advertia, à chancelaria israelense, sobre diferença fundamental en-

³⁸ ISA, Reservado, Scheershon a MALAT, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1954 e 29 de setembro de 1954. Comparar com os temores do embaixador Kubovy em Buenos Aires. Cf. SENKMAN, Leonardo. *Populismo latinoamericano y etnicidad: Vargas y Perón ante los judíos e Israel*, a ser publicado em breve em Buenos Aires.

³⁹ *Aonde Vamos?*, n. 658, 2 de fevereiro de 1956, p. 1.

tre a Argentina e o Brasil, do ponto de vista das relações econômicas de Israel. Enquanto, na Argentina, os acordos comerciais eram decididos pelo gabinete da presidência de Perón e de sua esposa Eva, sem precisar do parecer positivo de sua chancelaria, no Brasil, era impossível concretizar relações comerciais sem o estabelecimento de uma Legação no Rio de Janeiro, já que os assuntos econômicos eram tratados, politicamente, pelo Itamaraty.

No plano estritamente econômico, a Argentina era o principal país exportador da América Latina para Israel: no período 1950 – 1955, as vendas argentinas para Israel representaram entre 15% e 67% do total das importações provenientes da região. A Argentina, por sua vez, transformou-se no principal mercado exportador de Israel na área, representando entre 34% e 87% de todas as vendas israelenses para a região, no período 1951–1955.

O generoso acordo comercial e de pagamentos que Perón firmou com Israel, em abril de 1950, com o apoio pessoal de Eva e apesar da oposição de seu Ministro da Economia, explica-se menos pela coincidência de ter o Eximbank concedido, à Argentina, grande empréstimo, 4 semanas antes, do que pela vontade de Perón ajudar um país que considerava ser de muita importância internacional, além de ser novo mercado para as exportações argentinas não tradicionais. Como foi demonstrado por Ignacio Klich, Perón acreditava que a assinatura do acordo lhe poderia render ganhos econômicos e políticos nos Estados Unidos, ainda que essa expectativa, decisiva para recompor suas relações com Washington, não se tenha tornado realidade.⁴⁰ Mais do que um acordo comercial, na realidade, Perón concedeu, a Israel, vantajoso acordo de pagamentos por um teto máximo de 10 milhões de dólares. Uma das cláusulas secretas permitia a Israel pagar até 10% das compras em moeda argentina com o dinheiro arrecadado por judeus nas campanhas de coleta de fundos

⁴⁰ KLICH, Ignacio F. “The first Argentine–Israeli trade accord: political and economic considerations”. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, n. 2, 1995, p. 39–40 e 177–205.

pró-Israel, o que abria futuro promissor para a expansão do comércio bilateral entre ambos os países. Essas facilidades permitiram a Israel, segundo o embaixador Tsur, comprar carne argentina a preços muito abaixo do preço internacional durante vários anos. Apesar de o acordo comercial e sobre regime de pagamentos ter sido, inicialmente, firmado por um período de 18 meses, foi prorrogado em maio de 1953 e em janeiro de 1954; e, em abril de 1955, um protocolo comercial e financeiro provisório estendeu franquias similares a Israel. Esse acordo preferencial, em época de escassez de divisas na Argentina, permitiu, a Israel, revender produtos importados da Argentina a terceiros países que pagavam em dólares. O papel de intermediário argentino exercido por Israel em transações comerciais triangulares e de reexportador de alguns produtos ocidentais para os países do Leste Europeu, em plena Guerra Fria, foi uma das derivações do acordo. A lã argentina revendida para a Romênia, em 1950, é um exemplo deste tipo de transação.⁴¹

O acordo comercial e seu regime de pagamentos limitou-se, basicamente, no entanto, às relações bilaterais Israel-Argentina, sem que Perón aceitasse a oferta de alguns diplomatas israelenses de converter Israel em uma plataforma de distribuição comercial da Argentina nos mercados do Oriente Médio. Apesar de acordos similares terem sido firmados bilateralmente pela Argentina peronista com outros países não-tradicionais, nenhum país árabe alcançou vantagens comparáveis, à exceção do acordo tardio com o Líbano, firmado em 1955.

Além das relações bilaterais, outro grande beneficiado, com o regime de pagamentos, foi a campanha de coleta de fundos em prol de Israel. A franquia que permitia pagar com pesos até 10% das exportações argentinas foi deduzida das campanhas de fundos nos anos em que nenhuma outra campanha a favor de países

⁴¹ ISA,7.101/1, “Perón, os judeus e Israel”, Memorandum de Jacob Tsur ao diretor de MALAT, Ministério das Relações Exteriores de Israel, Buenos Aires, 22 de março de 1953.

tradicionalmente amigos e católicos, como a Itália, era permitida pelo governo.⁴² O acordo comercial permitiu que as exportações de Israel passassem de 1.769 Israel *pounds* (IP), em 1950, para 1.579.000 IP, em 1954 (ante os somente 393.000 IP com o resto da América Latina), e que suas importações da Argentina aumentassem de 1.102.486 IP, em 1950, para 6.043.000 IP, em 1954 (em comparação com os 4.024.000 IP que importou do resto da América Latina). Em 1954, o enorme salto das exportações tradicionais de Israel, que se multiplicaram por oito em relação ao ano anterior, deveu-se, sem dúvida, à venda de 225 jipes (montados pela empresa norte-americana Kaiser-Frazer, localizada em Israel) à Argentina.⁴³

As modestas relações comerciais Brasil–Israel basearam-se em critérios muito diferentes daqueles utilizados com a Argentina peronista. Para começar, foi Israel, e não o Brasil, que buscou, pelo menos, incrementar as relações comerciais durante o governo Dutra, período em que o Brasil resistia a formalizar relações diplomáticas, contrariamente ao que ocorria com a Argentina.

Comércio Israel–Brasil

(em US\$)

<i>Anos</i>	<i>Exportações</i>	<i>Importações</i>
1949	19.000	1.192.000
1950	56.000	2.160.000
1951	101.000	1.627.000
1952	45.000	233.000
1953	14.000	168.000
1954	15.000	1.020.000
1955	14.000	338.000

Fonte: ISA, 2.580/4, Legação de Israel a MALAT, informe “Relações econômicas Israel–Brasil”, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1956

⁴² ISA, Memo de Jacob Tsur, *Ibidem*; entrevista do autor ao ex-conselheiro israelense da Legação no Rio de Janeiro, Schneershon, Jerusalém, 3 de fevereiro de 1989; SCHENKOLEWSKI-KROLL, Silvia. “La colectividad judía en Argentina desde el prisma del Keren Kayemeth local, 1948–1956”, conferência apresentada no VIII Congresso da Latin American Jewish Studies Association (LAJSA), México, novembro de 1995. A ser publicada.

⁴³ KLICH, Ignacio F. “The first Argentine–Israeli trade accord”, *op. cit.*, p. 186 e 194.

As importações israelenses cresceram quase o dobro entre 1949 e 1950, decresceram em 1951 e caíram vertiginosamente até 1954, quando se recuperaram durante um ano somente, graças à compra de açúcar e fio de sisal, voltando a cair em 1955.⁴⁴

Entre 1948 e princípios de 1951, Israel importou cerca de 4 milhões de dólares em produtos tropicais: manteiga, cacau, jequitibá, madeira de pinho, café em grãos, carne bovina congelada, etc.⁴⁵ As exportações israelenses, ao contrário, não chegaram, nesse período, a alcançar 100 mil dólares. Em termos comparativos com o que acontecia com a Argentina, o principal motivo da quase inexistente exportação de produtos israelenses para o Brasil e as tremendas flutuações em suas importações foi a ausência de um acordo de pagamentos e de comércio entre os 2 países. Segundo a correspondência diplomática, as tentativas feitas por judeus locais para conseguir um acordo comercial Brasil-Israel sempre foram frustradas pela oposição do Ministério da Fazenda.

Em 1950, ativistas sionistas brasileiros dinamizaram a discussão de propostas no sentido de pagar, com dinheiro coletado em campanhas locais de fundos, mesmo que fosse somente uma parte das importações de Israel. Por causa da inexistência de uma Legação no Rio de Janeiro, tais propostas nem sequer chegaram às negociações preliminares. Essa era uma das razões pelas quais Jacob Tsur considerava urgente a formalização das relações diplomáticas entre Brasil e Israel. No final de 1952, pouco depois da abertura da Legação e 2 anos antes da concretização das vendas de jipes montados pela Kaiser-Frazer de Israel para Argentina, um representante da empresa propôs, ao governo brasileiro, acordo comercial: 15 milhões de dólares em produtos brasileiros seriam importados em troca de 12 milhões de dólares em jipes e veículos montados pela Kaizer-Frazer de Israel, 1,5 milhão de dólares de outros produtos e 1,5 milhão de dólares em investimentos. A intenção israelense era reexportar parte dos produtos brasileiros, como no caso do acordo comercial Argentina-Israel.

⁴⁴ ISA, 2.580/4, Legação de Israel a MALAT. "Relações econômicas Israel-Brasil", Rio de Janeiro, 8 de julho de 1956.

⁴⁵ *Aonde Vamos?*, n. 459, 3 de abril de 1952, p. 1.

Ao término de longas negociações conduzidas pela Legação, o acordo proposto foi por água abaixo por causa de diversos fatores locais. O primeiro deles tinha a ver com os representantes de empresas de automóveis e com os industriais do setor de autopeças que queriam que a montagem de veículos fosse feita no Brasil e não desejavam importá-los. O acordo estava para ser firmado, por exemplo, em maio de 1953, aproveitando-se da visita do chanceler Moshe Sharet. No último momento, entretanto, a cerimônia protocolar de assinatura teve de ser cancelada devido à decidida intervenção da comissão assessora ministerial, formada por industriais e comerciantes brasileiros.⁴⁶

As tendências nacionalistas, em matéria de comércio exterior e defesa da indústria brasileira para substituir importações durante o último governo de Vargas, criaram sérios enfrentamentos com a política comercial norte-americana. As taxas de câmbio preferenciais muito diferenciadas, estabelecidas em 1953, por exemplo, afetaram o comércio exterior. Estas taxas eram estabelecidas, semanalmente, sob o controle do Banco do Brasil e as variações eram fixadas com referência ao dólar e a demais moedas fortes. Uma das conseqüências dessas taxas diferenciais foi que beneficiaram, no comércio de exportação, somente os países com os quais o Brasil tinha convênios bilaterais de *clearing*: Alemanha, Holanda, Bélgica e Grã-Bretanha, além dos importadores locais que necessitavam dessas moedas para pagar suas importações. Israel necessitava, em troca, firmar um acordo comercial e de regime de pagamentos para poder exportar para o Brasil. No final de 1953, os reiterados esforços da Legação para que isso ocorresse foram novamente frustrados, no derradeiro momento, por obstáculos burocráticos interpostos pelo Ministério da Fazenda.

Longe, portanto, de equiparar-se à situação do comércio argentino-israelense daqueles anos, os comunicados diplomáticos eram bastante pessimistas sobre as reais possibilidades de comércio com o Brasil. Um editorial de *Aonde Vamos?* expressava o desalento que repetia a frustração israelense em matéria de

⁴⁶ Informe “Relações econômicas Israel-Brasil”, *Ibidem*.

comércio com o Brasil de Vargas. Após descrever as perspectivas econômicas muito promissoras que haviam aberto o ano de 1951 com o estabelecimento de relações diplomáticas, o jornal lamentava que a dura realidade dos números posteriores estava longe de confirmar as expectativas positivas. “A diplomacia israelense foi vítima de um verdadeiro trabalho de ilusionismo. Os prometidos acordos comerciais ficaram onde se encontram estancados atualmente: em ponto morto.” O editorialista atribuía tal ilusionismo às altas expectativas dos diplomatas israelenses e dizia que a participação, no governo Vargas, de figuras destacadas da comunidade judaica local, como Horácio Lafer, no Ministério da Fazenda, poderia ajudar a concretizar a assinatura de acordos comerciais bilaterais.⁴⁷

Até o fim do regime de Vargas, em 1954, a Legação israelense ainda não encontrara respaldo para a assinatura de um convênio. Nos primeiros meses do governo Kubitschek, algumas mudanças foram introduzidas em matéria de comércio exterior que viriam a modificar radicalmente a estrutura anterior: os novos convênios multilaterais firmados em agosto de 1955 com os países do Clube de Haia (área da libra esterlina, Alemanha, Holanda, Bélgica e Luxemburgo). A criação desse *pool* comercial deixou de lado a discriminação do Brasil entre as moedas de países exportadores e importadores, mediante a constituição de uma área de conversibilidade monetária limitada.

A formação do Clube de Haia desencorajou a assinatura de novos acordos bilaterais e promoveu a liberalização do comércio exterior com base em uma concorrência com os mercados europeus fortes. O Brasil considerou todos os integrantes do Clube como se fossem um único cliente e reservou um tipo de câmbio especial para as transações comerciais com cada um deles.

Israel também não encontrou alicientes para integrar-se indistintamente no Clube de Haia, como foi sugerido, em 1956, pela divisão consular econômica do Itamaraty, mediante acordo teoricamente bilateral. A Legação de Israel desanimou-se, já que as

⁴⁷ *Aonde Vamos?*, 2 de fevereiro de 1952, p. 1.

possibilidades reais do comércio de exportação israelense com o Brasil dependiam do interesse dos importadores locais que só podiam comprar com as moedas dos países do Clube e, conseqüentemente, escolhiam seus clientes entre os mais vantajosos de seus membros. No caso de Israel não poder exportar para ao Brasil por razões de pouca competitividade, a Legação temia que as importações israelenses do Brasil teriam de ser pagas em florins holandeses ou libras esterlinas, em vez de dólares americanos.⁴⁸

Conclusão

Nos comunicados diplomáticos israelenses, aparece claramente que Vargas esteve interessado em estabelecer relações diplomáticas com Israel de um modo eqüidistante e sem deixar de levar em consideração o peso que tinham suas crescentes relações com o mundo árabe. Ao contrário da Argentina peronista, o Itamaraty não necessitava de utilizar as relações com judeus e Israel para recompor suas relações internacionais com Washington. No processo de tomada de decisões em assuntos de natureza política, como Jerusalém e os refugiados nos foros internacionais, bem como em assuntos econômicos, a instância decisiva foi o Itamaraty e não os presidentes Dutra e Vargas, diversamente do papel decisivo que teve Perón nas relações Argentina-Israel.

A documentação diplomática israelense não permite, porém, explicar a falta de interesse do Itamaraty na expansão das relações econômicas com Israel por uma suposta influência árabe e do Vaticano, como afirmou *Aonde Vamos?* com respeito aos regimes de Dutra e Vargas, em suas relações com Israel. *Par contre*, o verdadeiro motivo desta falta de interesse deve ser atribuído à política econômica nacionalista de Vargas, sua orientação européia, à criação de um *pool* comercial e de pagamentos com o Grupo de Haia e à falta de competitividade dos produtos israelenses, naqueles anos, no mercado brasileiro, que buscava um desenvol-

⁴⁸ Informe “Relações Econômicas Israel-Brasil”, *Ibidem*.

vimento auto-sustentado e autônomo, como o demonstra o fracasso da Kaiser-Frazer de Israel ante a resistência da indústria brasileira de autopeças e montagem de veículos. Além disso, diferentemente da Argentina peronista, o Itamaraty não tinha interesse que Israel reexportasse seus produtos tropicais a países terceiros em uma conjuntura internacional na qual se temia a competitividade de produtos tropicais das ex-colônias européias da África.

Israel e o mundo árabe no cruzamento das escolhas internacionais do Brasil

*Antônio Carlos Lessa**

As relações de Brasil com Israel e os países árabes, inexplicavelmente, constituem uma dimensão pouco explorada pela análise historiográfica brasileira.

É certo que esta história é muito mais rica do que indicam os fracos índices do comércio bilateral e dos fluxos financeiros e a baixa densidade das agendas políticas e de cooperação. Ela encontra a sua força e os seus motivos nas dinâmicas relações psicossociais que ultrapassam os Estados e constroem pontes ligando diretamente as sociedades. Não é este o caso da comunidade judaica e da árabe plenamente integradas no tecido social brasileiro?

Para as relações que ligam os Estados, há outras explicações: para o seu esquecimento, certamente, contribuíram o intrincado jogo estratégico do Oriente Médio e as sutilezas das engrenagens políticas que animam os movimentos regionais, mas, sobretudo, a ausência de interesses de vulto a realizar de parte a parte. Do ponto de vista da política exterior do Brasil, permanece contundente a necessidade de se compreender a lógica de Estado que ordena a construção da equidistância, da aproximação ou do distanciamento. Nesse caso, o exame detido das relações de Brasil com Israel e com o conjunto de países árabes presta-se mais para compreender os mecanismos de atualização das tradições diplomáticas brasileiras do que propriamente para explicar os motivos da debilidade dos laços interestatais.

* Universidade de Brasília.

O presente texto tem o objetivo de examinar, em linhas gerais, o desenvolvimento das relações de Brasil com Israel e com as nações árabes, de 1967 aos nossos dias. Adota-se, intencionalmente, perspectiva inusitada: parte-se da análise dos traços dominantes do comportamento internacional do Brasil (seus objetivos tradicionais e meios de ação) para se proceder a esforço de compreensão dos constrangimentos internacionais surgidos na década de 70 (o choque do petróleo de 1973, a crise econômica mundial e suas conseqüências sobre o projeto nacional de desenvolvimento), e, finalmente, das escolhas que o governo brasileiro fez para comportar, em suas diretrizes de ação internacional, interesses e relacionamentos excludentes.

A idéia de “relacionamentos excludentes”, por sinal, é desenvolvida para evidenciar os motivos que levaram o Brasil a revisar, pragmaticamente, as suas relações com diferentes países (Israel, África do Sul, Portugal colonialista e China nacionalista) tendo em vista os impedimentos que impunham a dinamização dos vínculos com outras nações (especialmente com os árabes, com todo o continente africano e com a República Popular da China).

Os objetivos da atuação internacional do Brasil

A ação internacional das nações guia-se pela perseguição de objetivos abstratos ou concretos, que devem corresponder à leitura que os homens de Estado fazem do interesse nacional. A resultante do interesse nacional, conforme sintetizada pelo líder ou pelas burocracias especializadas, apresenta-se, tradicionalmente, como dimensão de difícil apreensão aos analistas, dado que obedecem às lógicas de interação próprias do sistema de finalidades que informa o cálculo estratégico em política exterior.¹

¹ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Tout empire périra*. 2. ed. Paris: Publications de la Sorbonne-IHRIC, p. 63–64; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Itinéraires: idées, hommes et nations d'occident*, p. 101–110; ALLAIN, J. C. “Le groupe dirigeant dans la conduite des relations internationales”. *Relations internationales*, n. 41, printemps, 1985; REMOND, René. “Le rôle des hommes dans la pensée et l'oeuvre de Jean-Baptiste Duroselle”. *Relations internationales*, n. 83, automne 1995; GUILHEN, Pierre. “Ecrire l'histoire de la politique extérieure de la France”. *Relations internationales*, n. 83, automne 1995.

Tal síntese é processada a partir de quadros de interpretação sobre os elementos fugazes e extremamente maleáveis da situação política e econômica doméstica e internacional, sobre o estado de estabilidade pouco durável ligado à evolução rápida da conjuntura ou sobre o lento desenvolvimento dos fenômenos político-econômicos relativamente estáveis identificados com a estrutura. E deve, naturalmente, medir os meios disponíveis, calcular os riscos envolvidos, vislumbrar as margens de manobra existentes para a sua implementação e considerar a existência de forças internas e externas que possam ser utilizadas e canalizadas nas etapas de implementação da política dali resultante.²

Acresce que a leitura de interesse nacional e a própria formulação e implementação das políticas exteriores são também condicionadas por um sistema de causalidades muito mais poderoso que a vontade dos homens de Estado e as pressões exercidas por grupos de interesse, representado pela existência de forças profundas que encontram origens e manifestações espontâneas nas coletividades humanas. Assim, as manifestações das forças econômicas, dos valores, dos movimentos demográficos e mesmo das fenômenos naturais (que podem influenciar atitudes e comportamentos da coletividade) encontram a sua eficácia como estrutura de causa nas relações internacionais, na hierarquia de valores que serve de norte às sociedades, nos sistemas educacionais que desenvolvem solidariedades e desconfianças, nos mitos e nas ilusões construídos sobre a nação.³

Vê-se, portanto, que a decisão em política exterior é, imediatamente, contingenciada não apenas pela manifestação das forças profundas, mas também pelas relações recíprocas entre estas

² Thobie, Jacques. “La dialectique forces profondes-décision dans l’histoire des relations internationales”. *Relations internationales*, n. 41, printemps, 1985; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Tout empire périra*, op. cit., p. 80–82; GUILHEN, Pierre. “Politique intérieure et relations internationales”. *Relations internationales*, n. 41, printemps, 1985.

³ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Tout empire périra*, op. cit., p. 151–154; ALLAIN, Jean-Claude. “De la personnalité au groupe de décision: leur pouvoir sur le cours de l’histoire internationale”. *Relations internationales*, n. 83, automne 1995.

e as forças organizadas, o que faz que a síntese de interesse nacional seja complexo jogo de equilíbrio entre interesses de segmentos sociais frequentemente em choque, finalmente harmonizados em um pensamento eficaz a que procede o homem de Estado. A este, cabe a responsabilidade de auscultar os interesses da sociedade, de formular e implementar uma plataforma de política exterior capaz de promovê-los e de traduzir, para a sociedade, a natureza e a intensidade dos constrangimentos internacionais que viabilizam, ou prejudicam, a sua realização.⁴

Buscam, as sociedades, realizar objetivos diversos, muitas vezes expressos em fórmulas simples que sintetizam interesses abstratos (segurança, potência, prestígio ou afluência) e concretos (territórios, população, insumos diversos para o seu projeto econômico – capitais, tecnologias, etc). Assim, o interesse nacional apresenta-se como a síntese das aspirações da sociedade, e estas são

a forma subjetiva com que os interesses vitais e estruturais se projetam na consciência nacional, [e que] independem de diferenças regionais, de classes ou de minorias étnicas, pois as diferenças entre uns e outros podem ser harmonizáveis e, se não coincidem, podem não ser incompatíveis, sendo o compromisso básico sempre possível. Tais aspirações emanam da manifesta originalidade, particularidade e individualidade próprias da terra e da gente, ou de suas características psicossociais, (...) fortificam-se pela presença de um poderoso sentimento nacional e pela consciência de uma comunidade política que se afirma diferente das outras e se exprime no esforço de conquista, na comunidade de nações, de posição digna e respeitada, que lhe assegure a defesa de seus direitos. Daí mesmo a unicidade e indivisibilidade do interesse nacional no campo interno e externo.⁵

Os brasileiros têm, desde 1930, claramente, manifestado que a resultante do interesse nacional que ilumina a sua atuação in-

⁴ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Tout empire périra*, op. cit., p. 87–91.

⁵ RODRIGUES, José Honório. *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 77.

ternacional se resume na perseguição dos elementos necessários para o seu desenvolvimento econômico e social. Assim delimitada, tal leitura concretizou-se na perseguição de 4 objetivos básicos, que se prestaram a instrumentalizar a atuação internacional do Brasil desde então (e indiscutivelmente até 1990): a) a concertação internacional, nos fóruns em que se fizer possível, para a construção de regras que desimpedissem o acesso aos elementos tidos como fundamentais para a estratégia de desenvolvimento; b) a diversificação dos contatos internacionais; c) a integração eficaz nos fluxos econômicos internacionais; e d) a construção de presença internacional própria e crescentemente desvinculada dos constrangimentos ideológicos do momento.

Tais objetivos realizavam-se pela ampliação da capacidade de articulação internacional demonstrada pelo País, que era também utilizada como capital de intermediação, ampliado pelos princípios da sua perene atuação diplomática (o seu caráter não-confrontacionista, a tradição pacifista, a busca negociada das controvérsias, a sobrevalorização da auto-determinação e da não-intervenção, o respeito ao direito).⁶

A realização de tais desígnios deu-se em movimentos não-lineares, que se estendem em avanços e recuos por todo o período, por meio do descarte gradual de conceitos e idéias que se foram mostrando, crescentemente, inadequados para continuarem servindo de baliza à atuação internacional de nação que apresentava demandas e necessidades cada vez mais complexas, nascentes do processo de urbanização e do próprio desenvolvimento industrial. Assim, as noções de bipolarismo como maior constrangimento internacional, de segurança coletiva, de interdependência militar, política e econômica e as categorias que informam o ocidentalismo, foram, lentamente, expelidas dos fatores computados no cálculo estratégico. Paralelamente, desenvolveu-

⁶ CERVO, Amado L. "Relações internacionais do Brasil". In: CERVO, Amado (org.). *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Ed. da UnB, 1994, p. 26–27; FONSECA JÚNIOR, Gelson. *A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 355–358.

se uma hipersensibilidade aos temas econômicos e se constatou que os objetivos nacionais são mais bem realizados pela construção de acervo universal de contatos bilaterais.⁷

A construção paulatina do universalismo, que se fez com o alargamento do escopo geográfico de atuação da política externa brasileira, proporcionou-lhe a incorporação de novos mercados consumidores (tanto para os produtos tradicionais do setor agro-exportador, quanto para os frutos da sua notável estratégia de industrialização) e de fontes alternativas de capital, tecnologia e energia, além de lhe valer apoios políticos a serem articulados em foros multilaterais. Por conseqüência, a abertura brasileira para o Extremo Oriente, para a África, para a América Latina, e a dinamização das relações com a Europa Ocidental, do mesmo modo que obedecem a avanços e recuos, inserem-se em estratégia de largo fôlego, ensaiada e implementada pelos distintos governos do Brasil, com o objetivo de permitir, ao País, circundar, pragmaticamente, os apertos que se lhe apresentam conjunturalmente nas suas ínfimas margens de manobras, nascidos do fato de se inserir, imediatamente, no sistema de poder de uma das superpotências.

O pragmatismo, por sua vez, exacerbação do realismo que se apresenta precoce na política exterior do Brasil, é entendido como negação ao apriorismo e realce da eficiência como meta, partindo de apuração realista dos fatos e da avaliação ponderada das circunstâncias, de modo a induzir a adequação dos interesses nacionais aos constrangimentos internacionais. O caráter crescentemente pragmático da política exterior tornou possível a compatibilização da universalidade em construção com a capacidade de articulação concreta, de modo a tornar operacional o crescente acervo de relações bilaterais em via de acumulação.

Muito cedo, agregou-se, ao universalismo, variável de seletividade que se concretiza na definição de relações prioritárias com determinados países e regiões, por meio da barganha em diversos movimentos. Por vezes, oferecem-se, como trunfos, a renovação do diálogo e a aproximação de posições políticas. Em outras, oportunida-

⁷ AMADO, Rodrigo. *Araújo Castro*. Brasília: Editora da UnB, 1982, p. 121-155.

des de grandes projetos conjuntos e a penetração comercial recíproca. Espera-se, sempre, em troca, insumos para o projeto de desenvolvimento em implementação.⁸ O universalismo seletivo resultante desta visão pragmática de formulação e implementação da Política Exterior permitiu a escolha de parceiros preferenciais, aos quais se atribuiu atenção diplomática privilegiada, com o objetivo de lhes conferir densidade política e econômica, o que propiciou que se auferissem ganhos concretos de lado a lado.⁹

Observe-se, entretanto, que o caráter crescentemente pragmático e universal da ação internacional do país teve, até a década de 60, dificuldades para se manifestar plenamente, tolhido que foi pela convivência com a trama de apoios políticos expressos e velados e pelos preconceitos que ganharam forma nos alinhamentos sem recompensa, no amparo dos colonialismos e nas manifestações do ocidentalismo (que supunham que qualquer afastamento do eixo político tradicional configurava um irremediável distanciamento da civilização cristã-ocidental), e que, em boa medida, deitava raízes em interpretações extemporâneas da realidade internacional, na evolução dos arranjos de poder, na ordem bipolar e nos antigos sentimentalismos, todos constantes nas visões de mundo de diferentes governos.¹⁰

⁸ Lessa, Antônio Carlos. “A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do nacional-desenvolvimentismo (1974–1979)”. *Revista brasileira de relações internacionais*, v. 38, n. 1, 1995, p. 24–39.

⁹ Esse movimento recorrente na história da política exterior do Brasil contemporâneo, e especialmente a partir da década de 70, é conceituado como construção de Parcerias Estratégicas, “que são relações políticas e econômicas prioritárias reciprocamente remuneradoras, constituídas a partir de um patrimônio de relações bilaterais universalmente configurado. “A construção de parcerias estratégicas é “fruto da compatibilização da vocação histórica do Brasil para a universalidade com a necessidade de aproximações seletivas, o que abre a possibilidade para movimentos de adaptação aos nichos de oportunidade e aos constrangimentos internacionais que se apresentam conjuntamente”. Lessa, Antônio Carlos. “A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais”. *Revista brasileira de política internacional*, Edição Especial: 40 anos, 1998, p. 31.

¹⁰ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951–1964)*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 177–228.

Por outro lado, a partir da década de 70, o amadurecimento do discurso ao lado do aguçamento da prática de articulação internacional e do fim das ambigüidades nos relacionamentos bilaterais, expressos nas dimensões multilaterais e bilaterais, caracterizaram a atuação do País que, animado pelo vertiginoso crescimento econômico, procurou estabelecer modos específicos para garantir a expansão e o suprimento dos insumos para o desenvolvimento, mesmo em tempos de crise econômica mundial. Procuraram-se adquirir, pela via da cooperação internacional, as tecnologias que permitiriam a consolidação do parque produtivo nacional, o que se fez em concomitância com a atração, em melhores condições, de maiores fluxos financeiros de origem mais diversificada, e com a ampliação das pautas e dos mercados para as exportações. Do mesmo modo, perseguiu-se a ampliação das bases de autonomia econômica pelo fortalecimento do parque produtivo nacional, com a associação de capitais estrangeiros ao capital monopolista de Estado, que, por sua vez, avançou sobre setores considerados estratégicos, no intuito de consolidá-los pelo provimento de organização e de infra-estrutura.

Na virada para os anos 80, entretanto, na mesma intensidade com que o modelo econômico gestado e implementado ao longo de todo o período perdia a capacidade de continuar provendo os ganhos substantivos ligados à expansão da base produtiva, as funções de suprimento da política externa eram drasticamente prejudicadas pela reversão das expectativas internacionais relativas às potencialidades do Brasil e pela sua incapacidade de contornar os efeitos da crise financeira.

A deterioração da estrutura da ordem internacional, sinalizada pela crise do multilateralismo, pela rebipolarização política, pelo avanço irredutível dos neoprotecionismos nos países desenvolvidos, e, finalmente, pelo aprofundamento do hiato econômico que separa o Norte do Sul, marcou os anos de crise em que se assistiu à sofisticação conceitual do discurso diplomático brasileiro, que se manifestava para denunciar as injustiças da ordem econômica internacional, a inoperância do multilateralismo econômico, a falência do diálogo Norte-Sul e o insu-

cesso das organizações internacionais em atuar para dirimir os efeitos do subdesenvolvimento.¹¹

O desmoronamento da ordem internacional do pós-guerra, ao final dos anos 80 e na abertura dos 1990, ao impor a constatação da morte súbita das categorias que emprestavam organicidade ao discurso e à prática política do nacional-desenvolvimentismo, em conjugação com o avanço irrefreável da vaga neocambista, acabou por romper o consenso que se articulou em torno da Política Exterior do Brasil, pelo menos desde a década de 70, pautado pela excelência das linhas gerais do projeto de inserção internacional autonomista que se implementara até então. De fato, a sua eficácia seriamente comprometida pelas transformações políticas e econômicas externas e internas impunha a rearticulação de prioridades, que passam pela revisitação do acervo de contatos bilaterais, pelo abandono de posturas defensivas acerca dos chamados temas globais (meio ambiente, direitos humanos, não-proliferação, etc.) e por crescente interação e participação nos processos de regionalização.¹²

Na mesma intensidade com que a velocidade dos processos inerentes à globalização econômica impôs o redimensionamento, nos anos 90, das práticas autonomistas,¹³ aguçou, na diplomacia, a sua já tradicional hipersensibilidade econômica, extremando-se na postura de buscar oportunidades concretas de projeção dos interesses econômicos, cuidando da criação de espaços que facilitem a capacitação dos agentes econômicos nacionais para a competição global (Mercosul e proposta de criação da Área de Livre Comércio da América do Sul) e desenvolvendo novas ferramentas para melhorar o acesso a mercados, créditos e tecnologias.

¹¹ FONSECA JÚNIOR, Gelson, *op. cit.*, p. 293–350; BUENO, Clodoaldo. “A política multilateral brasileira”. In: CERVO, Amado L. (org.), *op. cit.*, p. 59–144.

¹² Há de se conferir nova densidade aos contatos com os países vizinhos, notadamente em função do projeto de integração econômica regional, proceder à normalização das relações políticas e econômicas com os EUA e à abertura de padrão para o gerenciamento dos conflitos e, finalmente, auscultar as novas possibilidades oferecidas pela dinamização das relações em todos os níveis com o pujante espaço econômico europeu ocidental.

¹³ O que se fez com uma rápida adequação aos *diktats* da liberalização econômica – abertura comercial, liberalização de investimentos, privatização do parque estatal, renegociação e tentativa de viabilização do pagamento das dívidas externas.

O Brasil e os seus relacionamentos excludentes

O ano de 1967 marcou o início da retomada das tendências gerais da Política Exterior do Brasil acima arroladas, sobretudo aquelas identificadas com a visão autonomista e desenvolvimentista, e que foram subitamente redirecionadas com o golpe de Estado de 1964. Com efeito, a partir daquele ano, na medida em que a economia se recuperava e o regime político se estabilizava, velhas aspirações de poder e prestígio internacional emergiam e ganhavam força embaladas pelo dinamismo econômico.

Dessa vez, seriam as forças armadas que, seguindo bem delineada estratégia, buscariam dar, ao Brasil, o lugar que o seu potencial indicava, naquele momento, no concerto das nações. Com efeito, passava-se a relacionar os aspectos econômicos e financeiros e as vinculações da política exterior ao binômio segurança-desenvolvimento, com atenção muito mais destacada ao segundo elemento. A ação internacional do Brasil passava a sintetizar novo objetivo no período: diminuição e desconcentração dos focos de dependência externa e obtenção e maximização dos meios para o desenvolvimento econômico. Tal objetivo era determinado pela vontade política de obter novo estatuto internacional, que ganhava, no então denominado *Projeto Brasil Potência*, a sua melhor expressão. Este “projeto” partia, pois, do estímulo ao crescimento econômico e da adoção de posturas diplomáticas flexíveis, que bebiam do pragmatismo ancestral, acrescidas de algumas novas vertentes conceituais:¹⁴ a recusa da noção de alinhamentos automáticos; a procura do ecumenismo como ideal, com o que se pretendia abrir o leque de opções internacionais abrigadas sob o conceito de pragmatismo, mas, com o passar dos anos, qualificadas pelo adjetivo “responsável”; a consagração da noção fundamental de interdependência econômica, com o que se procurava reafirmar os víncu-

¹⁴ LESSA, Antônio Carlos. “Apogeu e declínio do nacional-desenvolvimentismo na política exterior do Brasil”. *Em tempo de histórias*. Universidade de Brasília, ano 1, n. 1, 1995, Cadernos da Pós-Graduação em História.

los com a economia internacional e afastar qualquer pretensão à autarquia de um projeto nacionalista radical.¹⁵

Estas vertentes conceituais indicavam a necessidade de se imprimir, à ação internacional do país, grande flexibilidade de ação e agilidade de conduta, de adaptabilidade e relativa indiferença política. Lembrava, enfim, que a orientação pragmática seria revestida de um sentido ético, sob o adjetivo “responsável”, de modo a não ser confundido com um oportunismo nefasto.¹⁶

O choque do petróleo, em fins de 1973, encontrou a economia brasileira no apogeu de seu crescimento da primeira parte dos anos 70, o que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”. De fato, crescia-se, naquele ano de 1973, a quase 14% em termos reais. A atividade econômica estava superaquecida e maciças importações de matérias-primas faziam-se necessárias para evitar pontos de estrangulamento no processo produtivo.

O impacto imediato da crise do petróleo tinha de ser brutal – e assim foi. A balança comercial repentinamente tornou-se altamente deficitária, e o déficit em conta-corrente simplesmente quadruplicou. Com efeito, a enorme elevação do preço efetivo médio do barril de petróleo estava, em 1974, 296% acima dos níveis de 1973, e, em 1978, 348% maiores. Ao mesmo tempo, os principais mercados consumidores entraram em recessão. A retração das exportações brasileiras decorrentes da desaceleração da demanda externa conseqüente à recessão mundial foi estimada em US\$ 623 milhões de dólares por ano, o que equivalia a 9,4% das exportações e a 0,5% do PIB (Quadro 1). No conjunto, o balanço de pagamentos do Brasil sofreu choques externos determinantes de uma perda anual de quase US\$ 3 bilhões

¹⁵ CERVO, Amado L.; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992, p. 329–351.

¹⁶ E, assim, firma-se a vertente conceitual que caracterizou a política exterior do Brasil até o final do regime militar, identificada no epíteto “Pragmatismo Ecumênico e Responsável”.

de dólares (US\$ 2,897) ou nada menos que 2,7% do PNB. Em síntese, é como se,

por obra e graça da crise do petróleo, o Brasil tivesse passado a pagar ao exterior, e especialmente à OPEP, entre 1974 e 1978, um tributo, sem contrapartida de qualquer serviço adicional, correspondente a 2,7% do seu Produto Nacional anualmente.¹⁷

A crise decorrente desse primeiro choque do petróleo teve impacto incontestável na política exterior do Brasil. A partir de então, a orientação internacional do País passava a ter, como norte, 5 grandes preocupações:

- a) expandir os mercados de exportação, de modo a minimizar o impacto sobre o balanço de pagamentos;
- b) dinamizar a atração de investimentos externos diretos, tecnologias e recursos financeiros que auxiliassem na modernização e na expansão do aparato produtivo nacional;
- c) buscar garantias de fornecimento permanente de matérias-primas e recursos energéticos ao mais baixo custo;
- d) evitar compromissos que viessem limitar a autonomia decisória interna e fazer recuar ainda mais a já estreita margem de manobra internacional, como também evitar os compromissos que envolvessem o País em situações difusas, em que o seu interesse não estivesse claramente definido; e
- e) ampliar, radicalmente, o escopo geográfico da política externa, tocando em áreas até então muito mal margeadas pela diplomacia e pela expansão comercial.

Assim, a demanda galopante por petróleo, a pesada dependência de fornecedores determinados (basta lembrar que 92% dos suprimentos eram fornecidos pelo Oriente Médio), as pressões para contrabalançar o déficit na balança comercial e o tratamento

¹⁷ VELLOSO, João Paulo dos Reis. *O último trem para Paris – de Getúlio a Sarney: “milagres”, choques e crises do Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 219–275.

QUADRO 1
Composição das importações 1960–1985
(Valor das importações em US\$ milhões–FOB)

Ano	Importações totais	Importações de petróleo e derivados	Percentual das importações de petróleo no total das importações brasileiras
1960	1.293	194,6	15,05
1961	1.292	190,6	14,75
1962	1.304	191,9	14,71
1963	1.294	192,8	14,89
1964	1.086	176,6	16,26
1965	941	154	16,36
1966	1.303	165,8	12,72
1967	1.441	153,6	10,65
1968	1.855	204	10,99
1969	1.993	203,8	10,22
1970	2.507	236,1	9,41
1971	3.247	326,9	10,06
1972	4.232	409,2	9,66
1973	6.192	710,8	11,47
1974	12.642	2.840,1	22,46
1975	12.212	2.875,4	23,54
1976	12.383	3.612,5	29,17
1977	12.023	3.813,9	31,72
1978	13.683	4.195,8	30,66
1979	18.084	6.434,4	35,58
1980	22.955	9.844,3	42,88
1981	22.091	11.005,8	49,82
1982	19.395	10.120,2	52,17
1983	15.429	8.179	53,01
1984	13.916	6.866,6	49,34
1985	13.168	5.693,6	43,23

Fonte: Elaboração do autor, a partir da tabela reproduzida em CARDOSO, Eliana; FISHLOW, Albert. *Macroeconomia da dívida externa brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 169.

do futuro boicote do petróleo tornaram o Brasil extremamente vulnerável. As poucas políticas alternativas que foram deixadas abertas não passavam pela revisão pontual do acervo de contatos bilaterais, de modo a identificar os relacionamentos que obstacu-

lizavam a configuração final de uma presença brasileira verdadeiramente universal e impediam o acesso do País a grandes mercados ou ao provimento com novas fontes supridoras de tecnologias, capitais e energia.¹⁸

O Brasil estava diante de difícil travessia que não poderia ser feita por aproximações sucessivas, como gostaria o Itamaraty. Estava claro que o governo Ernesto Geisel, que se iniciara em 1974, consagrava como um dos seus principais objetivos a busca de novas fontes supridoras de energia e de novos mercados.

Havia de se reexaminarem os relacionamentos excludentes, ou seja, o conjunto de relações bilaterais e apoios políticos explícitos ou velados que impediam o País de obter a ampliação de mercados e o acesso a insumos importantes para o projeto de desenvolvimento em via de implementação. Entravam, assim, na mira de fogo, as relações bilaterais com a China Nacionalista, com a África do Sul, com o Portugal colonialista e com Israel, o que se deve, sobretudo, aos constrangimentos que tais relações impunham às relações do Brasil com outros países (com a China Continental, com todo o continente africano – e especialmente com a região de expressão portuguesa –, e com as nações do Oriente Médio).

Um dos primeiros movimentos de revisão desses relacionamentos excludentes foram implementados ainda no início do quinquênio Geisel: a reaproximação e o restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China.

Na América Latina, o Chile, o Peru, a Argentina e o México já haviam reconhecido Pequim, mas o governo brasileiro temia que a abertura das relações sino-brasileiras pudessem facilitar atividades subversivas no País. A reviravolta nas relações entre os 2 países aconteceu em abril de 1974: uma missão de exporta-

¹⁸ Com relação às motivações “energéticas” do governo brasileiro no período em questão, ver sobretudo COSTA, Gino. *The foreign policy of Brazil towards her south american neighbours during the Geisel and Figueiredo administrations*. Cambridge: University of Cambridge, 1987, Ph.D. thesis; NAZARIO, Olga. *Pragmatismo in brazilian foreign policy: the Geisel years (1974–1979)*. Coral Gables: University of Miami, 1983, Ph.D. thesis.

dores brasileiros visitou o país e, ainda em agosto daquele ano, uma missão comercial chinesa retribuiu a visita, a primeira desde 1963.¹⁹ Em agosto de 1975, as relações diplomáticas foram restabelecidas, implicando o rompimento automático das relações com Taiwan, o que não deixava de ser grande inovação, considerando que o Brasil apoiara, desde 1949, rigidamente, o ostracismo diplomático da China comunista. Naturalmente que o potencialíssimo mercado que os chineses tinham a oferecer não apenas foi considerado, mas, certamente, foi o fator indutor desta mudança política tão importante. Junta-se a isso o viés da dependência energética, sintomático na pauta do comércio bilateral (o Brasil exportava aço, açúcar e algodão, em troca de petróleo, carvão e produtos farmacêuticos).

A abertura para a África, por sua vez, passava por momentos difíceis. O primeiro e mais importante dizia respeito ao tradicional apoio do Brasil à política colonialista de Portugal. Mesmo os países independentes do continente africano pressionavam o Brasil para uma mudança em sua política de sustentação ao colonialismo português (e à África do Sul), como condição para efetiva aproximação política e econômica.²⁰

A partir do governo Médici, o Brasil passou discretamente a pressionar Portugal para um encaminhamento efetivo das independências de suas colônias na África. A pressão mais clara e decisiva sofrida pelo Brasil para que cessasse o seu apoio ao colonialismo e aos governos de minoria branca foi a Resolução adotada por 17 nações da África Central e Oriental, em novembro de 1973, que incluía o Brasil em lista de 6 países recomendados para sanções diplomáticas e econômicas, o que centralizava potencialmente o País no alvo do embargo do petróleo árabe. Em continuidade a essas pressões, os países africanos, em sua maioria, posicionaram-se, na ONU, favoravelmente à Argentina e em opo-

¹⁹ *Relatório do Ministério das Relações Exteriores (Relatório)*, 1974.

²⁰ Sobre o tema, ver SARAIVA, José Flávio S. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Editora da UnB, 1997.

sição ao Brasil, na questão do aproveitamento dos recursos hidrelétricos na Bacia do Prata.²¹

As pressões dos Estados africanos surtiram os seus efeitos: a) na Assembléia Geral da ONU de 1973, o governo brasileiro instruiu a sua delegação para que, quando fossem votadas 2 resoluções condenatórias a Portugal, se ausentasse ostensivamente do plenário em um dos casos e se abstinhasse no outro; e b) o Brasil passou a ser livre para estabelecer uma política de afirmação e cooperação na África apenas com a Revolução dos Cravos (25/4/1974), que pôs fim, subitamente, à ditadura e ao regime salazarista em Portugal, e permitiu a eclosão imediata e sem encaminhamentos das independências das colônias no continente.²²

Restava a África do Sul... A partir de 1974, o governo brasileiro passou a condenar energicamente o regime segregacionista sul-africano, de maneira a alicerçar incipiente política de aproximação ou vinculação com o resto do continente africano. Em 1977, o Brasil participou da Conferência Mundial de Ação contra o *Apartheid* (em Lagos) e da Conferência de Apoio aos Povos do Zimbábue e da Namíbia (em Maputo). Acrescia-se, então, a condenação da intransigência sul-africana em relação ao processo de independência da Namíbia.

Em 1985, o governo brasileiro reafirmava a proibição de exportar petróleo e derivados, armas e munições, licenças e patentes para a África do Sul, ao mesmo tempo em que suspendia as atividades de intercâmbio cultural, artístico e esportivo com o governo de Pretória.²³

²¹ NAZARIO, Olga. *Pragmatism in brazilian foreign policy: the Geisel years, 1974-1979*, op. cit., p. 61-72.

²² *Revista Veja*, 14 de julho de 1976.

²³ As relações com a África do Sul apenas se normalizam em 1994, quando tem fim o regime segregacionista com a eleição e posse de Nelson Mandela, a tempo de se vislumbrarem excelentes perspectivas no intercâmbio econômico para ambos os países. Conferir GUIMARÃES, Samuel P. (org.). *Brasil e África do Sul: riscos e oportunidades no tumulto da globalização*. Brasília: FUNAG/IPRI, 1996.

Rompendo a equidistância: Brasil, Israel e Oriente Médio

Os esforços do Brasil para penetrar o Oriente Médio foram, sem dúvida, tardios e apressados, determinados que foram pela crise no fornecimento de petróleo.²⁴

Até 1973, a política brasileira para a região era caracterizada pela equidistância que, no entender do Itamaraty, não deveria ser confundida com neutralidade, o que significaria desinteresse e ausência, o que, de fato, seria incabível quando se considera a enorme dependência de fornecimento de insumo tão estratégico quanto o petróleo da região. Na prática, esta tradicional postura equivalia ao referendo (intencional ou não) da política de fatos consumados que se tornara característica na inação da ONU para encaminhar a situação do Oriente Médio.²⁵

Justamente para reafirmar essa tradicional política de equidistância, o chanceler Mário Gibson Barboza viajou à região e rendeu visita ao Egito (28 a 31 de janeiro de 1973) e, logo depois, a Israel (4 a 8 de fevereiro), o que parecia indicar a permanência de boas relações com árabes e israelenses, sem condições, o que foi, ainda, reafirmado na Assembléia Geral das Nações Unidas daquele ano.²⁶

A mudança da política brasileira em relação ao Oriente Médio coincidiu, porém, com a escalada da crise energética global. Apenas 3 meses depois do pronunciamento diante da Assembléia Geral das Nações Unidas, o próprio Gibson Barboza passava a demonstrar simpatia ao pleito dos refugiados palestinos, depois que os árabes indicaram, em janeiro de 1974, que tal apoio poderia ser solicitado se o Brasil quisesse continuar recebendo petró-

²⁴ As análises sobre as intenções do Brasil para com o Oriente Médio convergem, aliás, para essa constatação. Ver, por exemplo, BARBOSA, Antônio José. “Outros espaços”. In: CERVO, Amado L. (org.). *O desafio internacional*, op. cit., p. 333–351.

²⁵ A definição de “equidistância”, no caso, é magistralmente proporcionada pelo chanceler Mário Gibson Barboza em suas memórias. BARBOZA, Mário Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

²⁶ *Relatório*, 1973.

leo do Oriente Médio. Enfim, o temor do embargo aumentou quando a Nigéria passou a advogar a idéia de estender o novo poder dos países produtores como instrumento da luta pela descolonização e contra o *Apartheid*.

Em janeiro de 1974, em recepção em homenagem ao chanceler do Líbano, Gibson Barboza tratou de dar o primeiro sinal de apoio explícito do Brasil aos pleitos árabes, ao qual se seguiram, logo, declarações mais específicas e entusiásticas.²⁷ Gradualmente, o Brasil passava a reconhecer a “legitimidade e os direitos inalienáveis dos palestinos à autodeterminação” e declarou que considerava o exercício desses direitos como condição essencial para qualquer solução construtiva para o conflito na região.²⁸

A tendência pró-árabe afirmou-se e ganhou corpo com o início do governo Geisel (março de 1974). O Itamaraty, rapidamente, moveu-se para expressar o acordo do Brasil com os pontos de vistas árabes sobre os territórios ocupados por Israel e os direitos inalienáveis do povo palestino.²⁹ O padrão do voto do Brasil nas Nações Unidas também mudou, para, consistentemente, refletir o apoio às demandas árabes, nas resoluções que lidam com os conflitos do Oriente Médio. Desse modo, evoluiu de posição francamente principista e claramente tendente à sustentação de Israel para condenação estridente da política expansionista deste país na região.³⁰

A mais evidente demonstração das simpatias pró-árabes do Brasil foi expressa no voto favorável à resolução que considera-

²⁷ Discurso de Saudação proferido pelo Ministro Mário Gibson Barboza ao Ministro das Relações Exteriores do Líbano, 31 de janeiro de 1974.

²⁸ A propósito, conferir os diversos discursos dos representantes brasileiros na abertura das sessões da Assembléia Geral da ONU. BRASIL. FUNAG/MRE. *A palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946–1995*. Brasília: FUNAG, 1995.

²⁹ Lessa, Antônio Carlos. “A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do nacional-desenvolvimentismo (1974–1979)”, *op. cit.*

³⁰ A ONU, sem dúvida, é o fórum básico para expressar a política brasileira para o Oriente Médio, dada a tibieza dos vínculos econômicos bilaterais, apesar da já anunciada dependência brasileira de petróleo importado e dos vínculos psicossociais que ligam os povos do Brasil aos da região (presença massiva de árabes e judeus na formação brasileira).

va o sionismo uma forma de racismo e discriminação, na 30ª Assembleia Geral da ONU, em 17 de outubro de 1975.³¹ O Brasil foi um dos 4 países da América Latina que votaram a favor da resolução anti-sionista. Apesar de criticado no âmbito doméstico, o voto brasileiro assinala a total adesão ao ponto de vista árabe, rompendo a equidistância em detrimento de Israel, o que perturbou a alta hierarquia militar no Brasil e surpreendeu a opinião pública e os meios diplomáticos.

Pode-se, mesmo, afirmar que o próprio processo decisório que estabeleceu essa guinada política em relação ao Oriente Médio permanece nebuloso. Mesmo já contando com a abertura dos arquivos secretos e confidenciais do Itamaraty, tanto sobre o fundo nas Nações Unidas quanto sobre os processos internos usualmente identificados com a formulação de posições (como instruções para as delegações brasileiras em foros multilaterais) e a correspondência da Secretaria de Estado com as embaixadas em Tel Aviv e Washington, não se pode afirmar, categoricamente, pelo menos até o momento, que a decisão do voto favorável à resolução anti-sionista se inscreva no rol das decisões e dos movimentos diplomáticos nascidos da ponderação e do labor intelectual que tão bem caracterizam os atos internacionais sob o governo Geisel.³²

³¹ *Relatório*, 1975, p. 23.

³² Nesse sentido, o depoimento do Presidente ao projeto de memória oral do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas é simplesmente frustrante: Geisel não esclarece os motivos que o levaram a tomar tal decisão. Ver D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 342–343. Do mesmo modo, a imprensa brasileira não deixou de registrar, na ocasião, a sua estranheza com a decisão do governo brasileiro de votar favoravelmente à resolução anti-sionista: o jornalista Carlos Castello Branco, por exemplo, em sua coluna do *Jornal do Brasil*, assinou, em 16 de novembro de 1975, artigo memorável no qual questiona as razões que teriam levado a Presidência da República a decisão tão controversa. Ver também GÓES, Walder de. *O Brasil do general Geisel: estudo do processo de tomada de decisão no regime militar-burocrático*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 28–31; ABREU, Hugo de. *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 49–52.

Sabe-se, também, que tanto a comunidade judaica quanto a comunidade árabe não atuaram sobre o processo decisório. Pelo contrário, pode-se argüir que a presença judaica foi contrabalançada por apreciável presença árabe – algo como 160 mil judeus e 2 milhões de árabes, dos quais apenas 80 mil muçulmanos –, mas, certamente, nenhuma delas influenciou na decisão, uma vez que a guinada política encontrava fundamentos estritamente econômicos, como bem reconheceram os líderes de ambas as comunidades na ocasião.³³

De todo modo, o voto anti-sionista na ONU é o símbolo de um processo importante na construção do universalismo brasileiro, uma vez que é uma das boas expressões de isolamento do ocidentalismo radical que identificava que as boas posições internacionais do Brasil deveriam estar estritamente ligadas com as orientações dos EUA.

Apesar de subsistirem tantas dúvidas quanto aos acertos das orientações de apoio aos pleitos árabes, em prejuízo da posição tradicional de contido e velado apoio à Israel, o Brasil manifestou-se, a partir de então, coerentemente com a política adotada, sobretudo em suas manifestações em foros multilaterais, em um *crescendo* que passa pelo reconhecimento da Organização para a Libertação da Palestina como legítima representante do povo palestino e pela concessão de autorização para o funcionamento de um escritório da organização em Brasília (1979), até a condenação veemente da política de força de Israel em seus ataques ao Iraque e ao Líbano já na década de 80.

As relações com os países árabes expandiram-se consideravelmente, pelo menos do ponto de vista político, na mesma intensidade com que as relações com Israel se restringiam drasticamente, como pode ser observado na cronologia que encerra este texto. A agenda política e de cooperação com Tel Aviv, que, reconhecidamente, nunca foi das mais dinâmicas, experimentou o desalento. Por outro lado, rapidamente o governo brasileiro fez

³³ SCHNEIDER, Ronald. *Brazil: foreign policy of a future world power*. Boulder: Westview Press, 1978. Ver também *Revista Visão*, 24 de novembro de 1975.

expandir sua rede de representação por toda a região, espalhando embaixadas nos pequenos e grandes Estados árabes. Da Arábia Saudita a Omã, foram estabelecidas relações diplomáticas com 10 Estados da região, e deu-se início a uma temporada de trocas de visitas de alto nível, com a esperança de se criarem novos mercados para as exportações brasileiras.³⁴

O ânimo da promoção comercial e a política já tornada irreversível para os árabes levaram o Brasil a estabelecer acordos diversos com o objetivo de amparar a consolidação de boas relações econômicas (o que efetivamente não aconteceu). Assim, firmaram-se acordos de cooperação com o Coveite (1975), Arábia Saudita, Jordânia, Líbia, Argélia, Irã e Iraque. Este último é prenunciador do início de fértil fase de cooperação entre os 2 países que adentrou a década de 80, firmando mercados para as indústrias brasileiras de material bélico, insumos e tecnologias nucleares e de construção pesada.

Relações econômicas israelo-árabe-brasileiras: um balanço

Ao votar a favor da resolução anti-sionista, o governo brasileiro não tinha, ainda, todas as respostas de que necessitava para boa formulação de sua política no Oriente Médio. Em outras palavras, não estava claro se a guinada em favor dos pleitos árabes e em detrimento de Israel poderia render frutos a curto e médio prazo, além de, obviamente, permitir que o país escapasse de eventual boicote de fornecimento de petróleo.

Efetivamente, o Itamaraty não sabia: a) como os países árabes iriam tratar as demandas brasileiras, mesmo com demonstrações tão apreciáveis de apoio aos seus pleitos por parte do governo; b) como se comportariam os preços internacionais do petróleo; c) se haveria a possibilidade de estabelecimento de “rela-

³⁴ Lessa, Antônio Carlos. “Pelos quatro cantos do mundo: um balanço histórico da estratégia de diversificação de parcerias sob o Governo Geisel (1974–1979). Brasília, maio de 1997. *Cadernos do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais*.

ções especiais”, pelo menos no que toca a concessões de cotações mais favoráveis ao Brasil; d) como se processaria a reciclagem de petrodólares e se haveria a possibilidade de investimentos massivos no setor produtivo brasileiro; e) como evoluiriam os mercados para as exportações brasileiras na região; f) qual o potencial efetivo da produção nacional de petróleo; e g) qual a velocidade possível e as chances de sucesso efetivas dos programas de substituição de importações (desenvolvimento de tecnologias alternativas, como o álcool carburante, e adaptação da matriz energética nacional a suprimentos mais elevados de gás natural e carvão).

A análise dos fluxos comerciais entre o Brasil e o Oriente Médio evidencia que os esforços de penetração brasileira na região foram insuficientes ou, no mínimo, maldirecionados. Registra-se, por exemplo, a ineficiência da política de diversificação de fontes supridoras de petróleo, que permaneceram concentradas na região, em breve balanço dos dados de 1979 (Quadro 2). Acresce que a promoção comercial brasileira não logrou diminuir os crescentes déficits registrados na balança comercial com os países árabes. Entretanto, os fluxos de comércio com a região permaneceram altamente deficitários para o Brasil, dada a pesada conta das importações de petróleo.

QUADRO 2

Participação percentual dos principais fornecedores no suprimento brasileiro de petróleo (1979)

Países fornecedores	Participação no suprimento brasileiro de petróleo
Iraque	40,74%
Arábia Saudita	30,41%
Irã	12,19%
Coveite	2,83%
Gabão	1,97%
Venezuela	1,73%
Outros	6,03%

Fonte: Ministério das Minas e Energia – Conselho Nacional do Petróleo (Diretoria de Planejamento – Coordenadoria de Estatísticas)

Os árabes ofereciam boas possibilidades de negócios nos setores tradicionais da pauta de exportações do Brasil (sobretudo açúcar e café), alguns produtos industrializados e frango congelado. Apesar do esforço sobre-humano da promoção comercial brasileira, as exportações do Brasil saltaram de 1% do total exportado, no período compreendido entre 1967 e 1972, para 3% entre 1973 e 1978, para chegar a 6% entre 1980 e 1985. Na medida inversa, as importações evoluíram de 6% do total entre 1967 e 1972 para incríveis 22% entre 1973 e 1978, para depois recuarem para civilizados 14% entre 1980 e 1985 (Quadro 3).

QUADRO 3

Comércio bilateral do Brasil com os países do Oriente Médio (incluindo Israel), em US\$ milhões (FOB)

	1967-1972	1973-1978	1980-1985
Exportações	162	1.912	8.503
Importações	961	14.903	39.113

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do Banco Central do Brasil. *Boletim do Banco Central do Brasil* – para os anos 1967-1970, v. 10, n. 4, abril/1974; para o período 1971-1985, v. 24, n. 1 (Boletim Especial – Séries Históricas do Setor Externo).

Vários fatores são responsáveis pelo malogro dos esforços brasileiros em diminuir esses déficits. Naquele momento, quando inquirido sobre o insucesso da política comercial para a região, o Itamaraty apontava a falta de agressividade dos empresários brasileiros para competir com os países desenvolvidos em suas ofertas de produtos e possibilidades de investimentos. Em contrapartida, o empresariado brasileiro queixava-se da burocracia do Ministério das Relações Exteriores, da falta de flexibilidade dos setores governamentais, etc. Os 2 setores uniam-se para culpar a política ineficiente da Petrobrás, que insistia em adquirir petróleo exclusivamente pelos preços mais baixos, em lugar de diversificar os fornecedores, dando preferência a países que

pudessem, por sua vez, importar muito do Brasil, como Venezuela, México, China, Gabão e Equador.³⁵

A expectativa de atrair grandes fluxos de investimentos diretos também se mostrou frustrada (e frustrante) no período compreendido entre 1967 e 1994: apenas 8% dos investimentos externos diretos registrados no Brasil tiveram origem nos países da região, o que pode ser considerado muito pouco, se levarmos em conta que quase todos os países da região estavam altamente capitalizados (Quadro 4).

Desde muito cedo, portanto, os diplomatas brasileiros desistiram dos sonhos de ver jorrar petrodólares do mundo árabe na forma de investimentos na economia brasileira, em agradecimento ao apoio político dado, nos foros internacionais, aos árabes e à causa palestina. Estava claro que preferiam, os árabes, a segurança e o retorno rápido que conseguiam investindo na Europa e nos Estados Unidos.

Conclusão

O processo de revisão dos relacionamentos excludentes da política exterior do Brasil, notadamente entre 1967 e 1979, por necessário que fosse, acabou por conformar a própria noção do pragmatismo ético que foi insistentemente repetida pelos governos brasileiros a partir de 1974, como construção que evitasse a confusão com oportunismo.

Nesse sentido, a revisão das relações israelo-brasileiras e árabe-brasileiras, desde o início da década de 70, ensina mais sobre os caminhos da política exterior do Brasil e, especialmente, sobre os seus erros e acertos do que propriamente sobre os frágeis vínculos de cooperação política e econômica que construíram os Estados de parte a parte, desde então.

A pesquisa histórica, entretanto, que avança com o acesso à documentação referente ao período, não pode deixar de lançar

³⁵ *O Estado de São Paulo*, 4 de março de 1979.

QUADRO 4

Investimentos estrangeiros no Brasil – Distribuição por país da holding e ano de ingresso ou capitalização, em US\$ mil, em valores históricos (1967–1994)

Ano	Total *	Arábia Saudita	Bahrain	Coveite	Irã	Iraque	Israel	Jordânia	Líbano
1967	107.982	0	0	0	0	0	0	0	0
1968	204.079	0	0	0	0	0	0	0	0
1969	204.243	0	0	0	6	0	0	0	18
1970	559.283	0	0	0	0	0	0	0	0
1971	379.540	0	0	0	0	0	0	0	2
1972	739.448	0	0	0	0	0	0	0	23
1973	681.202	0	0	0	0	0	0	0	20
1974	1.311.676	2.795	0	0	0	0	0	0	6
1975	1.416.917	160	0	2.823	0	0	0	0	40
1976	1.444.814	929	0	1.391	58.665	0	0	0	4
1977	1.644.580	194	0	2.821	0	0	0	0	-22
1978	1.761.147	399	0	0	0	0	0	0	1.080
1979	1.916.146	23.571	0	0	0	0	171	0	5.867
1980	2.345.134	16	0	115.343	0	0	44	0	1.650

* A coluna reproduz o total dos investimentos feitos no Brasil, no período.

QUADRO 4

Investimentos estrangeiros no Brasil – Distribuição por país da holding e ano de ingresso ou capitalização, em US\$ mil, em valores históricos (1967–1994)

continuação

1981	2.147.942	200	0	10.585	0	0	85	0	2.751
1982	2.393.279	-345	0	366	0	8.899	40	0	-1.963
1983	2.415.300	0	0	574	0	225	4	0	15
1984	1.387.577	29	0	41.203	0	23	56	34	115
1985	1.410.680	1.530	0	0	0	0	113	0	584
1986	729.294	724	0	0	0	12	0	0	1
1987	268.174	0	0	-39	0	0	0	0	77
1988	1.240.888	8.282	0	-76	0	0	0	0	11
1989	2.811.464	-9.245	12.750	0	0	0	0	0	8
1990	1.261.938	0	11.916	0	0	0	0	0	6
1991	991.036	-6.178	5.105	0	0	0	0	0	442
1992	1.619.221	0	0	70	0	0	0	0	308
1993	2.663.068	0	0	0	0	0	0	0	60
1994	7.873.306	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	7.134.736	23.061	29.771	175.061	58.671	9.159	513	34	11.613
Participação percentual sobre o total de IED registrados		0,32	0,41	2,45	0,82	0,12	0,0071	0,00047	0,16

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados gentilmente cedidos pela Consultoria de Planejamento e Formulação de Projetos Especiais do Departamento de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil – BACEN/FIRCE/CONAP.

sombras de dúvidas sobre as brilhantes construções do discurso que tentava amparar a revisão das relações do Brasil com os países que se tornaram constrangedores para uma atuação internacional minimamente autônoma. Afinal, depois de 20 anos, o balanço de relações que não deixaram prendas impõe a pergunta: não seria o pragmatismo responsável simplesmente oportunismo nefasto?

Cronologia básica das relações entre Brasil, Israel e países árabes

Ano	Impressões sobre o Oriente Médio	Relações com os países árabes	Relações com Israel
1967	<p>Guerra dos Seis Dias – Israel ocupa a Cisjordânia, parte velha de Jerusalém e as Colinas de Golan (Síria), aumentando em 4 vezes o seu território</p> <p>Brasil apóia a adoção de fórmula apresentada pela delegação da Grã-Bretanha, na V Sessão Especial de Emergência da XXII Assembléia Geral da ONU (projeto adotado por unanimidade pelo Conselho de Segurança) – estabelecimento dos princípios em que se basearia a solução da crise: recuo das tropas israelenses dos territórios ocupados em função do recente conflito; cessação do estado de beligerância; e o direito de todos os povos da área de viverem em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas; garantia à liberdade de navegação pelas vias marítimas da área; necessidade de uma solução para o problema dos refugiados; necessidade de garantirem-se a inviolabilidade territorial e a independência política dos Estados da área por meio de medidas que incluam o estabelecimento de zonas desmilitarizadas</p>	<p>Geral – Início de entendimentos com os governos de Líbia, Iraque, Coveite e Arábia Saudita, para o estabelecimento de relações diplomáticas</p> <p>Abril – Visita do Presidente da <i>National Iranian Oil Company</i>, com o objetivo de tratar da aquisição, pela PETROBRAS, de petróleo iraniano, da eventual associação entre as 2 empresas estatais para o refino de petróleo e do aumento do intercâmbio entre os 2 países</p>	<p>Maior – Delegação do Brasil estabelece conversações com o governo de Israel, em Jerusalém, relativas ao Convênio sobre a Utilização da Energia Nuclear para Fins Pacíficos (assinado em 11/5/1966 no Rio de Janeiro e concluído pelos 2 governos no Recife em 12/3/1962). Foi convencionado que determinados campos do acordo seriam imediatamente dinamizados: a) irradiação de alimentos e de sementes para sua conservação; b) esterilização de insetos nocivos à agricultura; c) aplicação de radioisótopos, especialmente no setor da hidrologia, para a localização e a avaliação de recursos de águas subterrâneas; d) assistência na prospecção e no beneficiamento de urânio e outros minérios de interesse para o desenvolvimento da energia nuclear; e e) estudos sobre reatores de urânio natural, de reatores rápidos e de reatores de dupla finalidade (dessalinização de água do mar e produção de energia elétrica)</p> <p>Agosto – Visita, ao Brasil, do Diretor-Geral da Comissão de Energia Atômica de Israel, para o desenvolvimento de acordos no campo da cooperação científica e tecnológica (de grande importância para os centros brasileiros da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Piracicaba e para o Centro de Tecnologia de Alimentos – Campinas)</p> <p>Setembro – Reunião do Grupo Misto Brasileiro-Israelense de Cooperação Técnica, em decorrência da qual foi firmado o Primeiro Convênio Suplementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, relativo a projeto de irrigação a ser executado no Piauí pelo DNOS e pela SUDENE</p>

Ano	Impressões sobre o Oriente Médio	Relações com os países árabes	Relações com Israel
1969		<p>Geral – Criação da Embaixada do Brasil em Riad (Arábia Saudita)</p> <p>Fevereiro – Visita do Presidente da ONACO, autarquia de comércio importador argelino, que firmou protocolo de acordo sobre contratos de venda de café brasileiro à Argélia</p> <p>Outubro – Proposta a criação de um Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Árabes (COARABE)</p>	
1971	Reafirmação da política de imparcialidade e neutralidade que caracteriza a posição de equidistância ante o conflito árabe-israelense	<p>Geral – Instalação da Embaixada do Iraque no Brasil</p> <p>Janeiro – Assinatura do Acordo Comercial entre o Brasil e o Iraque (Bagdá)</p> <p>Envio de missão comercial brasileira a diversos países do Oriente Médio</p>	
1972	<p>Relatório – O Oriente Médio, por sua posição estratégica como encruzilhada de 3 continentes (Europa, Ásia e África), por suas reservas petrolíferas, pela riqueza e multiplicidade de sua composição racial, cultural e religiosa, é zona de influência importantíssima na balança de poder mundial, estando, nela, em cheque, interesses vitais dos principais blocos político-ideológicos do mundo contemporâneo</p> <p>Rede de representação brasileira – O Brasil mantém, nessa região, 8 embaixadas permanentes – em Rabat, Argel, Túnis, Cairo, Tel Aviv, Teerã e Damasco – e 5 outras em caráter cumulativo – Trípoli, Cartum, Coveite, Amã e Nicósia –, estando já regulado o</p>	<p>Fevereiro – Missão comercial do Brasil a Bagdá convencionada com o governo iraquiano que, em contrapartida ao montante de petróleo já comprado pela PETROBRAS, o Iraque adquiriria semimanufaturados e manufaturados de produção brasileira em igual ou superior valor ao do óleo iraquiano.</p> <p>Setembro – Visita do Presidente da Câmara de Comércio, Indústrias e Minas do Irã. Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito, quando formulou convite para que Gibson Barboza visite seu país.</p> <p>Novembro – Missão industrial iraquiana com o objetivo de estudar as possibilidades de cooperação no campo siderúrgico e a compra de uma acaria do Consórcio Brasileiro de Siderurgia</p>	<p>Agosto – Visita do Ministro das Finanças de Israel, que formula convite para que o ministro das Relações Exteriores do Brasil visite aquele país</p> <p>Setembro – Visita do presidente da Comissão de Energia Nuclear de Israel; exame das perspectivas de cooperação entre os 2 países e intercâmbio de pesquisadores. Visita do Subdiretor-Geral de cooperação internacional e dos assuntos econômicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros; solicitação da ELAL de obter permissão de sobrevôo ou pouso técnico; renovação do Convênio de Assistência Técnica, a ser assinado em Tel Aviv (estudo de novos programas a serem implementados com a cooperação de Israel; oferecimento, por parte do Brasil, de assistência em campo de maior desenvolvimento (medicina – cirurgia plástica; engenharia – constru-</p>

Ano	Impressões sobre o Oriente Médio	Relações com os países árabes	Relações com Israel
	caráter autônomo da Missão em Bagdá		ção de represas; arquitetura); cooperação prática entre as Comissões de Energia Nuclear; viagens de estudo para nacionais dos 2 países
1973	Guerra do Yom Kippur – árabes pretendiam recuperar os territórios perdidos em 1967 Outubro – Choque do Petróleo Lloyd Brasileiro inaugura linha pioneira para o Golfo Pérsico	Geral – Instalação de Embaixada em Bagdá e em Jeddah Criação das embaixadas em Trípoli e Coveite Janeiro – Gibson Barboza visita o Egito (28 a 31/1) – assinatura de Acordo de Promoção de Cooperação Técnica e Acordo Comercial Junho – Visita do Chanceler da Arábia Saudita Julho – Instalação da Embaixada da Arábia Saudita em Brasília Visita de Missão Comercial da Argélia Visita do Ministro das Finanças da Síria Visita do Diretor do Departamento de Imigrantes e dos Libaneses de Ultramar do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Líbano Visita do Chefe do Departamento da África, Ásia e Oceania do MRE (Wladimir do Amaral Murtinho) ao Iraque	Fevereiro – Gibson Barboza visita Israel (4 a 8/2); conversações sobre o alargamento da colaboração entre os 2 países, no campo da assistência técnica, do planejamento rural, da implantação de culturas irrigadas e do intercâmbio de informações científicas. Assinatura do Ajuste Complementar ao Convênio de Intercâmbio Cultural (1959) e no âmbito do Acordo Básico de Cooperação Técnica (1962); Ajuste Complementar sobre a Colaboração de Israel ao Programa de Irrigação e Valorização de Áreas Atingidas pelas Secas; Ajuste Complementar sobre a Colaboração Brasil-Israel na reavaliação do III Curso e Planejamento e Exceção de Programas Regionais de Desenvolvimento Integrado; Ajuste Complementar para a Promoção de Programa de Cooperação Científica no Campo da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico Agosto – Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Abba Eban
1974	Governo Brasileiro declara seu apoio aos “legítimos direitos do povo palestino à autodeterminação e à soberania, elementos havidos como essenciais para uma paz justa e duradoura na região” “O agravamento da conjuntura econômico-financeira mundial provocou	Janeiro – Visita do chanceler do Líbano, em missão especial da Liga dos Estados Árabes, destinada a esclarecer a posição dos países que representava no que diz respeito ao conflito árabe-israelense Fevereiro – BRASPETRO também é autorizada a realizar trabalhos de pesquisas e exploração de petróleo na Argélia	Balança comercial atinge a cifra de US\$ 30 milhões nos 2 sentidos, com as exportações em US\$ 13,7 milhões e as importações em US\$ 16,3 milhões

Ano	Impressões sobre o Oriente Médio	Relações com os países árabes	Relações com Israel
	<p>uma intensificação da atividade para garantir acesso de nossos produtos aos mercados dos países industrializados; abrir novos, que tenham condições de absorver número crescente de produtos brasileiros; estabelecer arranjos cooperativos tanto financeiros quanto de investimentos; e assegurar o fornecimento continuado das matérias-primas, máxime o petróleo, indispensáveis ao crescimento da economia nacional”</p>	<p>Julho – Visita de Missão Comercial, composta por empresários e banqueiros do Coveite Agosto – Visita de Missão Empresarial de representantes dos meios financeiros de diferentes países árabes, com o objetivo de identificar áreas de interesses para o investimento de capitais Setembro – Visita do Chanceler da Arábia Saudita; criada a Comissão Mista Coordenadora Brasil–Arábia Saudita, destinada a criar estrutura para o desenvolvimento da cooperação bilateral Outubro – BRASPETRO dá início à fase de perfuração de área em território iraquiano, onde fora autorizada a pesquisar e explorar por contrato assinado em agosto de 1972 Novembro – Visita de Missão Comercial Brasileira à Arábia Saudita e ao Coveite; estabelecimento de relações diplomáticas com Catar, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Sultanato de Oman; visita de delegação governamental da Argélia para acertar pormenores a respeito de projetos de cooperação entre os 2 países no campo dos transportes, até mesmo para prestação de serviços de engenharia civil por parte de empresas brasileiras</p>	
1975	<p>Governo brasileiro manteve sua posição de princípio no que toca à questão do Oriente Médio, reiterando sua oposição à ocupação de territórios pela força e seu apoio aos</p>	<p>Geral Coveite – Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Coveite (assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, que cria a Comissão Mista para Coordenar a</p>	<p>Missão do Governo de Israel com a finalidade de apresentar às autoridades brasileiras as posições de seu país sobre a situação no Oriente Próximo</p>

Ano	Impressões sobre o Oriente Médio	Relações com os países árabes	Relações com Israel
	<p>inalienáveis direitos do povo palestino à autodeterminação e à soberania, por considerar que o exercício de tais direitos constitui condição essencial para o estabelecimento de uma paz justa e duradoura na região</p> <p>No propósito de, na medida do possível, compensar os elevados déficits com a importação de petróleo, o Brasil realiza enorme esforço, tanto oficial quanto empresarial, no sentido de ampliar a participação no mercado do Oriente Próximo para os produtos de exportação e para a tecnologia avançada de que já dispõe em alguns setores – participação nas Feiras Internacionais de Trípoli, Cairo, Casablanca, Argel, Teerã e Bagdá; realização da II Exposição Brasileira no Coveite.</p> <p>Abertura de linha da Companhia Paulista de Comércio Marítimo cobrindo os portos de Santos, Paranaguá, Rio Grande, Buenos Aires, Dar-Es-Salaam, Mombasa e Portos do Golfo arábico-pérsico, retornando ao Brasil pelo Canal de Suez</p>	<p>Cooperação entre os 2 países); formação da Companhia de Investimentos Árabe-Brasileira (ABICO); visita, ao Coveite, de delegação empresarial brasileira; Visita do primeiro-ministro do Coveite ao Brasil</p> <p>Arábia Saudita – Assinatura de Acordo de Cooperação Econômica e Técnica</p> <p>Argélia – Acordo sobre Transportes Marítimos e constituição de Sociedade de Infra-estrutura Ferroviária (programa de construções previsto de US\$ 2 bilhões em 10 anos)</p> <p>Líbia – Missão chefiada pelo Secretário-Geral da Indústria e Comércio – assinatura do Protocolo que cria a Comissão Mista Brasil-Líbia com vistas no incremento da cooperação econômica e comercial; instalação da Embaixada da Líbia no Brasil</p> <p>Irã – Missão a Teerã chefiada pelo Presidente do Banco do Brasil assina acordo que cria a Comissão Mista Brasil-Irã</p> <p>Brasil recebe as seguintes missões:</p> <p>Missão Econômica do Iraque – destinada a examinar a possibilidade de fornecimento, pelo Brasil, de usinas de refinarias de açúcar e de uma fábrica de montagem de veículos brasileiros; Missão Egípcia da Boa Vontade, com o objetivo de expor, ao Governo Brasileiro, as posições do Governo do Egito sobre a situação no Oriente Próximo; Missão Conjunta Marroquino-Mauritiana com vistas em gestionar o apoio do governo brasileiro para as posições do Rei Hassan II e do Presidente Ould Daddah quanto à questão do Saara Ocidental</p>	

Ano	Impressões sobre o Oriente Médio	Relações com os países árabes	Relações com Israel
1976	<p>Participação do Brasil nas Feiras Internacionais de Trípoli, Argel, Bagdá, Teerã e Damasco</p> <p>Organização da I Exposição Industrial Brasileira na Arábia Saudita</p>	<p>Argélia – Visita, ao Brasil, de delegação chefiada pelo Ministro dos Transportes</p> <p>Irã – Visita do Ministro da Fazenda do Brasil; assinatura de protocolo que prevê numerosos empreendimentos conjuntos de grande envergadura e a conclusão de Acordo Comercial; abertura de escritório do Banco do Brasil em Teerã</p> <p>Bahrain – Banco do Brasil instala agência em Al Manamah</p> <p>Coveite – INTERBRÁS instala escritório central para o Oriente Médio, com a finalidade de dinamizar as exportações brasileiras para a região</p> <p>Iraque e Argélia – BRASPETRO descobre importantes jazidas de petróleo em ambos os países</p>	
1977	<p>Relações comerciais com o Oriente Próximo acusam déficit da ordem de US\$ 2,9 bilhões</p> <p>Brasil participa das Feiras Internacionais de Trípoli, Teerã, Argel, Bagdá e Cairo</p> <p>Organização de Exposição Industrial Brasileira no Coveite</p> <p>Organização de Exposição Tecnológica Brasileira na Arábia Saudita</p>	<p>Irã – Missão governamental ao Brasil para iniciar conversações com vistas na criação de companhia brasileiro-iraniana de navegação; Acordo de Comércio prevê a colocação de produtos agrícolas e manufaturados brasileiros no mercado iraniano e a exportação de serviços, em troca de compras adicionais de petróleo iraniano</p> <p>Iraque – Acordo sobre Transportes Aéreos; Acordo de Cooperação Econômica e Técnica</p> <p>Autorização para a instalação de Embaixada do Brasil em Abu Dhabi (Emirados Árabes Unidos)</p> <p>Concessão de empréstimo de US\$ 54 milhões, destinados ao projeto hidrelétrico do Vale do São Francisco</p>	

Ano	Impressões sobre o Oriente Médio	Relações com os países árabes	Relações com Israel
1978	<p>Brasil vota a favor de projetos relativos aos interesses palestinos: resoluções relativas à UNWRA sobre bolsas a estudantes palestinos, sobre o grupo de financiamento da instituição, sobre refugiados palestinos em Gaza, sobre populações e refugiados deslocados desde 1967</p> <p>Exportações brasileiras crescem 35%.</p>	<p>Iraque – Torna-se o primeiro fornecedor de petróleo</p> <p>Consórcio Mendes Júnior – INTERBRÁS assina, com Ministério dos Transportes iraquiano, contrato para construção de estrada de ferro ligando Bagdá a Akashat (o maior contrato firmado por uma firma brasileira no Exterior). Iraque passa a importar grandes quantidades de veículos automotores, frangos congelados e açúcar. Brasil participa da Feira Internacional de Bagdá</p> <p>Irã – Torna-se o terceiro fornecedor de Petróleo para o Brasil; Visita de delegação do Ministério da Agricultura do Irã, com o objetivo de estudar a cooperação agrícola entre os 2 países. Visita da princesa Acharf Pahlavi; Brasil participa da Feira Internacional de Teerã.</p> <p>Líbia – Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica</p>	
1979	<p>Dentro de panorama petrolífero internacional marcado por crise generalizada e posições especulativas, o governo, graças às excelentes relações com seus fornecedores, tem mantido o país salvo das manifestações negativas do mercado e de possíveis tratamentos discriminatórios. Pelo contrário, tem, o Brasil, estabelecido novos, variados e promissores contatos com esses fornecedores e recebido firmes indicações de que o suprimento nacional de óleo será assegurado, mesmo diante de eventuais</p>	<p>Reuniram-se as comissões mistas Brasil–Arábia Saudita, Brasil–Coveite, e Brasil–Iraque.</p> <p>Delegações: Vice-Presidente do Iraque (maio); ministro da agricultura e recursos hídricos da Arábia Saudita (junho); Ministro do Petróleo do Iraque (dezembro)</p> <p>Visita do ministro-chefe do planejamento ao Iraque e à Arábia Saudita (novembro)</p> <p>Dezembro – governo brasileiro autoriza a instalação de um escritório da OLP em Brasília.</p>	

Ano	Impressões sobre o Oriente Médio	Relações com os países árabes	Relações com Israel
	<p>situações extremas. É política do governo ampliar a cooperação com os países fornecedores, com o objetivo de estabelecer relacionamento comercial e financeiro mais equilibrado, que permita minorar os atuais problemas do balanço de pagamentos</p> <p>Também em nova e importante fase entraram as relações do Brasil com os países do Oriente Médio. Deseja, o governo do Brasil, a implementação da Resolução nº 242 e da Resolução nº 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas; favorece a desocupação dos territórios árabes ocupados pela força; considera que todos os países da região têm o direito de subsistir dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas e negociadas; e defende os direitos do povo palestino à autodeterminação, à constituição de um Estado soberano e ao retorno aos seus lares. Ademais, reconhece, o governo brasileiro, que a Organização da Libertação da Palestina representa o povo palestino e deve estar presente no processo de negociação que venha a decidir o destino da Palestina.</p> <p>Geral – Assinaturas dos Acordos de <i>Camp David</i>, a queda do regime imperial e o estabelecimento da República Islâmica no Irã</p>		

Ano	Impressões sobre o Oriente Médio	Relações com os países árabes	Relações com Israel
1981	Governo brasileiro condena a destruição, pelas Forças Aéreas de Israel, de central nuclear e reitera a solidariedade, do Brasil, ao governo e ao povo do Iraque pela agressão sofrida		
1984	Brasil denuncia a persistência da política de fatos consumados no Oriente Médio, atentatória à Carta da ONU		
1985		Acordo com o Egito – criação de Comissão Mista Brasileiro-Egípcia de Coordenação Este foi o único acordo celebrado entre o Brasil e os países da região no ano em questão	Visitas do governador de Pernambuco e da Paraíba (Roberto Magalhães e Wilson Braga) – julho; visita do Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Flávio Peixoto) – novembro
1986	Realiza-se, em abril, a Reunião de Embaixadores do Brasil no Oriente Médio, em Riad Reunião inaugural da Organização de Parlamentares Americanos de Origem Árabe (São Paulo, junho)	Visita do ministro das Relações Exteriores à Arábia Saudita e ao Coveite Visita do Vice-primeiro-ministro e ministro da energia e minerais do Iêmen do Sul (outubro) Visita do ministro da agricultura do Brasil (Íris Resende) ao Irã (agosto) Visita do Vice-ministro dos negócios estrangeiros do Irã (setembro) Visita do Vice-primeiro-ministro do Iraque (maio) Visita do Ministro da Indústria e Comércio do Brasil ao Iraque (novembro) Visita do presidente do parlamento da Síria (junho) Visita do presidente da Argélia (outubro)	Visita do vice-ministro das Relações Exteriores de Israel

Ano	Impressões sobre o Oriente Médio	Relações com os países árabes	Relações com Israel
1987	<p>Na área do Oriente Médio, verificou-se a agudização dos conflitos regionais, com a intensificação dos combates interconfessionais na intrincada arena em que se tornou o Líbano, e o agravamento da Guerra Iraque-Irã</p> <p>Brasil mantém posição de neutralidade na guerra, apoiando a Resolução nº 598 das Nações Unidas, que prevê a cessação das hostilidades entre os beligerantes e favorece solução negociada e pacífica para o conflito</p> <p>Coerente com a orientação que tem adotado com relação à problemática palestina, o Brasil continuou a pautar sua posição no assunto, nos foros internacionais, à luz dos seguintes princípios:</p> <p>a) apoio à retirada das forças israelenses de todos os territórios árabes ocupados desde 1967</p> <p>b) defesa do retorno do povo palestino à parcela de seus territórios ancestrais, e o reconhecimento de seu direito de autodeterminação, independência e soberania</p> <p>c) participação, dos palestinos, nas negociações de paz por meio de representantes legítimos</p> <p>d) reconhecimento do direito de todos os Estados da região, incluindo Israel, a existirem dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas</p>	Ministro das Relações Exteriores visita o Egito (junho)	

Ano	Impressões sobre o Oriente Médio	Relações com os países árabes	Relações com Israel
1988	Proclamação do Estado da Palestina	Visitas de alto nível de diferentes países árabes	
1993	Tratado de paz assinado em setembro entre Israel e OLP abre perspectivas sólidas para o encaminhamento do conflito árabe-israelense		
1994	Assinatura do acordo de paz entre Israel e Jordânia Implementação da autonomia palestina em Gaza e Jericó Retorno do líder da OLP, Yasser Arafat		

Parte II

Brasil e Israel na globalidade: um ensaio*

*Pedro P. Geiger***

Povo e Estado

Quando as questões do papel e do futuro do Estado ocupam o centro dos debates filosóficos e político-ideológicos, relacionar Brasil e Israel conduz a esta introdução sobre povo e Estado.

Os mencionados debates fazem-se como que diante de um filme, no qual desfilassem cenas passadas ao longo da história relativamente recente, como: as da formulação da Internacional e de sua concepção do fim do Estado, no século XIX; a oposição burguesa a este e outros posicionamentos do movimento comunista, que chegou às raias do fascismo entre as décadas de 20 e 30; o “socialismo real” na antiga União Soviética e seu estatismo totalitário; o Estado previdenciário capitalista e sua crise, e a proclamação do “fim da História” ou do fim do Estado pelo capitalismo corporativo contemporâneo. Os debatedores apóiam-se nesses cenários históricos para os argumentos a favor ou contra tal ou qual concepção do Estado e dos interesses do povo.

Os debates filosóficos e políticos sobre o Estado e sobre os povos cobrem uma variedade de questões que envolvem os diversos campos da ciência social, a exemplo das questões da crise da

* O autor agradece a contribuição de Dina Moscovici em sugestões, fontes bibliográficas e críticas.

** Professor Associado do Laboratório de Gestão do Território do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LAGET-UFRJ).

identidade, da identidade múltipla dos indivíduos e do pluriculturalismo. Os artistas, geralmente os primeiros a captarem os questionamentos que surgem a cada época, também têm tratado desse tema. Exemplo disso é a exposição de fotografias *Identidade/Não-Identidade*, realizada em junho de 1997, no Museu de Arte Moderna de São Paulo, e, depois, de setembro a outubro do mesmo ano, no Centro Cultural Light, no Rio de Janeiro. No catálogo da referida exposição, o curador afirma que, a partir do final dos anos 80, ganha força a deterioração da necessidade “de criar itens precisos de identidade nacional através de imagens paradigmáticas”. A propósito de um trabalho composto de inúmeros rostos em fotos 3x4, desbotadas, diz que se apresentam “como imagens diluídas pela repetição, desfeitas de identidade porque irreconhecíveis” e que, se “parecem irreais, é porque expõem um fragmento da verdade (...) o brasileiro imerso numa sociedade esmagada por contradições de toda ordem (...) a impossibilidade de identificar o outro, e a si mesmo, numa sociedade esfacelada como a atual”.¹

A crise retratada na exposição diz respeito ao Brasil e é uma entre outras formas de crise de identidade verificadas no mundo, partes de um processo geral, único, mas que assume várias dimensões, como o enfraquecimento do Estado nacional ou o fim do “socialismo real” europeu, regime que fora o depositário dos ideais universalistas de tantos, por tanto tempo.

O esvaziamento da “competição entre a nomenclatura comunista e o mercado livre” deu margem à ocupação deste vazio por diversos movimentos. De um lado, o crescimento de “novas identidades nacionalistas e de fundamentalismos religiosos e seculares”. De outro lado, movimentos na direção da “construção de identidades pós-nacionais, abertos e multiculturais [que] representam um ideal crítico, sobre o qual, ambas as suspeitas, existenciais e sociopolíticas da era presente, convergem”.²

¹ CHIARELLI, Tadeu. *Identidade/não-identidade: a fotografia brasileira atual*. Rio de Janeiro, Centro Cultural Light.

² MATUSTIK, Martin. *Post-national identity*. New York: Guilford Press, 1993, p. vi.

A mobilização política da diferença atua a favor da conservação da etnicidade, sem racismo, de “comunidades comunitárias de significação”. A permanência da nação, como valorização da diferença, tem servido à resistência ante uma homogeneização imposta por forças hegemônicas, muitas vezes mascaradas de universalistas. No entanto, esta mobilização também pode-se colocar a serviço de movimentos racistas, de justificativas para “limpezas étnicas” ou de separatismos que atendem a interesses retrógrados.

Assim, a expressão “pós-nacional” utilizada por Matustik refere-se ao fato de que os indivíduos concretos se encontram, cada um, em dada diversidade cultural e resistem, individualmente ou em comunidades, à homogeneidade opressiva. “Pós-nacional” significa, portanto, multicultural, nações de convivência pluricultural, designadas de “nações sem nacionalismo” por Júlia Kristeva. Diz a autora que “somos todos estrangeiros, não só para os outros, mas para nós mesmos (...) a identidade pós-nacional admite apenas uma nação política transicional e cultural aberta, inconclusiva (...) a abertura multicultural para o outro ocasiona a emergência da solidariedade aos excluídos, abalados e oprimidos”.³

Matustik considera o pluriculturalismo como “processo real, [que] substitui com vantagem uma identidade internacionalista, idealizada, virtual”. Poder-se-ia acrescentar que o pluriculturalismo expressa mais uma transição do caminhar civilizatório. “A liberdade dos indivíduos da contemporaneidade pode ser medida de acordo com sua capacidade de escolher as suas pertinências, enquanto a capacidade democrática de uma nação, ou de um grupo social, é revelada pelo direito que oferece aos indivíduos de exercer a sua escolha”.⁴

O Estado é um objeto fixo em um território, ou seja, é axial. Em última análise, a territorialidade lhe pertence. A população é móvel, pode-se transladar, migrar e, eventualmente, alterar identidades. A população tanto pode viver a territorialidade como a

³ KRISTEVA, Júlia. *Nations without nationalism*. New York: Columbia University Press, 1993, p. 41–45.

⁴ *Ibidem*, p. 16.

desterritorialidade, em cujo extremo se encontra o nomadismo. Deleuze e Guattari assinalam que “os nômades inventaram uma máquina de guerra contra o aparelho do Estado. Nunca a história compreendeu o nomadismo, nunca o livro compreendeu o fora”.⁵ A figura do rizoma – desenvolvida pelos autores e que se aplica a um corpo, todo ele com ramificações, sem hierarquia e sem estruturação, que não começa nem se conclui, sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, que tem, como tecido, a conjunção “e...e...e...” – poderia servir para representar o povo.

Particularmente, quando se pensa nas relações Brasil-Israel e nos seus destinos, esta reflexão faz-se presente. De um lado, o Estado de Israel é uma criação recente, surgido justamente às vésperas de um período no qual se passou a falar do fim do Estado. Tem apenas 50 anos de existência e foi criado não só pela pressão dos judeus moradores naquele país, mas com a participação de amplos setores de um povo de 4.000 anos de história e espalhado pelo mundo. Por outro lado, a maior parte da judeidade, cerca de 2/3, continua em diáspora, munida das identidades nacionais dos países de seu nascimento ou naturalização. Esta diáspora compreende, hoje, até mesmo israelenses emigrados, a maioria nos Estados Unidos.

Deste modo, se a ampla maioria da judeidade empresta seu apoio a um Estado criado no bojo dos movimentos nacionais de base étnica que vêm ocorrendo na Europa desde o século passado, ao mesmo tempo, ela mantém a sua dispersão histórica, assumindo diversas identidades nacionais, enquanto sustenta, também, a identidade judaica. Esta identidade não passa pelas instituições de Estado, que é capaz de ligar, por afinidades eletivas, comunidades muito distantes entre si.

De modo singular, a experiência judaica faz vivificar a questão pós-moderna do “lugar” e do “global”. Cada comunidade judaica valoriza e vivencia o seu lugar e, ao mesmo tempo, preocupa-se com todos os lugares, com o mundo, não apenas porque

⁵ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platos, capitalismo e esquizofrenia*, v. 1, São Paulo: Editora 34, 1995, p. 36.

neles há judeus, mas porque se preocupa com a humanidade em geral, na tradição bíblica. Torna-se dispensável enumerar a participação de judeus nas grandes causas universais. Assim, não é certamente por acaso que, quando a cultura contemporânea enfatiza as questões do lugar e do mundo, do território e do universal, da multiplicidade de identidades que cada indivíduo carrega, a história e a cultura do povo judeu – povo que antecedeu o estabelecimento do Estado-Nação – passam a ocupar lugar crescente na literatura e na mídia – povo que aparece como protótipo de condições pós-modernas e pós-nacionais.

Ao tratar da identidade judaica, Freud refere-se a “heranças arcaicas” incorporadas filogeneticamente.⁶ Na verdade, todos os Estados-Nação que surgiram na Europa calcaram-se em base étnica hegemônica. E, como geralmente estes Estados continham, em suas fronteiras, mais de um grupo étnico histórico, processava-se a tendência homogeneizante. Tal ocorria de forma pacífica em alguns países, como com os bretões na França, os escoceses no Reino Unido, enquanto noutros países, o conflito ainda se mantém aceso, como o que envolve setores bascos na Espanha e, acima de tudo, na antiga Iugoslávia. Alguns Estados, por incorporarem muitas etnias, denominaram-se de “impérios”, como o austro-húngaro, o otomano, o russo, que, sob a resistência das minorias, acabaram-se fragmentando ou passaram por pressões. Nesses Estados europeus, a cidadania provinha dos laços de sangue dos indivíduos com os povos que os constituíam.

As etnias dominadas possuíam, porém, área histórico-geográfica própria, enquanto a judeidade européia se constituía em diáspora histórica dispersa desde a Antigüidade, sem reclamar por uma territorialidade específica na Europa. Por outras razões, fora desprovida de cidadania, o que, naturalmente, contribuiu para a manutenção de sua identidade original. Somente a partir do Iluminismo, no século XVIII, os judeus foram obtendo a cidadania nos países em que habitavam, mas continuaram sendo freqüente-

⁶ FREUD, Sigmund. “Moisés e o Monoteísmo”. *Obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 119.

mente discriminados. Quando parte da judeidade voltou-se para a conquista da cidadania exclusiva, teve de se voltar para Israel.

Outros grupos étnicos também realizaram dispersões, sem, no entanto, a dimensão temporal e espacial da judeidade. No caso dos curdos, na atualidade, pode-se falar de uma diáspora. Houve, também, dispersões pelas colonizações por extensão, caso dos russos na Ucrânia ou dos sérvios cristãos ortodoxos em Kosovo. Nesses casos, porém, os colonizadores procuram dominar o território. E há as colonizações distantes, como as realizadas na América, em que, geralmente, as colônias se independentizaram e formaram novos povos.

A criação do Estado de Israel seguiu o modelo histórico europeu, fundado sobre laços de sangue, ou étnico-culturais. Um vínculo formal foi estabelecido entre Israel e judeidade: a lei do retorno, votada pela Knesset, em julho de 1950. Influenciada pela história de perseguições anti-semitas, a lei assegura, a qualquer judeu, o direito de entrada livre no país e a naturalização.

Com a migração maciça do pós-guerra, trazendo judeus dos mais variados lugares, Israel acabou-se tornando país de culturas diversas. Nesse sentido, Israel também transmite o modelo americano, no qual a nação passa a se constituir de populações provenientes de diferentes origens. E, como em todo Estado, as forças da homogeneização passam a serem exercidas:

as instituições exercem fortes pressões sobre o imigrante para que ele esqueça seu passado diaspórico (...) reconhece-se, no entanto, que a fusão dos exílios é mais complicada que transferir simplesmente grupos de imigrantes por navios ou aviões. Um certo pluriculturalismo é hoje admitido em Israel (...) num primeiro tempo, o imigrante sente-se tão mais estrangeiro no seu novo país quanto mais mítica era sua percepção deste, antes de sua chegada. Cortado mais ou menos definitivamente do país onde cresceu, deverá resolver seus problemas materiais; mesmo ajudado pelas instâncias encarregadas de sua acolhida, deve-se alojar, achar trabalho. Pede-se-lhe que aprenda uma nova língua, o hebraico. Na primeira geração, segundo o contexto econômico, esses esforços de adaptação são mais ou menos prolongados. Imigrantes bem idosos ou não bastante qualificados para uma sociedade moderna não ultrapassam

jamais esta etapa. Os jovens e sobretudo os *sabras* (os nascidos em Israel; literalmente, “figos da Índia”; espinhentos por fora, doces por dentro) localizam-se melhor. O hebraico é sua língua, Israel, o seu país. Eles podem-se confrontar com a geração de seus pais. Se encontram dificuldades materiais reivindicam, às vezes com violência, aquilo que crêem lhes ser devido. De fato, a israelização é um processo longo, de duas, mesmo 3 gerações. Israel não é uma sociedade acabada.⁷

A territorialidade conquistada e suas tendências à homogeneização têm o seu preço. Paulatinamente, vão-se tornando mais distantes as identidades israelense e judaica. Em 1990, já 62% da população de Israel eram constituídos de *sabras*.⁸ Com a nova estrutura populacional e com os novos cenários do avanço dos direitos humanos, resulta que a lei do retorno, na sua formulação atual, passou a ser objeto de discussão em Israel.

O Brasil já é um Estado há 177 anos, formado nas condições americanas, em que os arranjos estatais precedem a formação das nações. Aqui é – a territorialidade – a “mãe gentil”, que fornece as bases para a cidadania de uma população formada pelas correntes imigratórias, livres ou forçadas, de diversas origens. O Brasil não chegou a assumir a ideologia de país do imigrante, na dimensão norte-americana – aqui não teríamos um ministro alemão ou uma ministra checa, como foi Kissinger e é Albright nos EUA.

País-continente, considera-se que os 67 anos de Império tiveram, na figura do Imperador, elemento catalisador para a manutenção da unidade brasileira. Na realidade, seria necessário alcançar fases mais adiantadas de urbanização e industrialização para que fosse difundida, por todas as amplas áreas do País, forte identidade nacional brasileira.

Assim, o Estado brasileiro é bem mais antigo que o Estado de Israel e a nação israelense. A situação dos migrantes em Israel, referida anteriormente, lembra o Brasil do começo do século,

⁷ BENSIMON, Doris. *Les juifs dans le monde au tournant du XXI siècle*. Paris: Albin Michel S.A., 1994, p. 78–79.

⁸ *Ibidem*, p. 77.

quando eram intensas as correntes migratórias provenientes do Exterior. Mas, a formação de um povo brasileiro é bem mais recente que a do povo judeu. Portanto, se viver profundamente o passado é um predicado judaico, o ideal de um país do futuro aplica-se aos 2 países e às 2 nações, Brasil e Israel.

No Brasil, também se manifestaram as forças institucionais da homogeneização cultural, “uma intolerância com esta idéia de uma identidade plural que teve muita vigência no Estado Novo, por exemplo, quando se perseguiram as pessoas que usavam línguas estrangeiras”.⁹ Na época da ditadura Vargas, propagou-se a ideologia da aculturação das tribos indígenas; sob o rótulo da “democracia racial”, evitavam-se manifestações culturais próprias das tradições das populações negras. A prática da capoeira, por exemplo, era proibida.

Contudo, participando do fluxo comum, a população brasileira vai impondo novos padrões, valorizando manifestações que expõem tradições da cultura negra na história brasileira, multiplicando a aparição da cultura indígena na mídia. Não se trata, apenas, de exibir o passado, mas de vivificá-lo em novos contextos. Um grupo de índios pataxós, perto de Cabralia, na Bahia, trata de construir uma aldeia indígena no antigo formato, aproveitando os festejos dos 500 anos do descobrimento, para passar a receber, em média, 200 turistas por dia. Estes índios, embora aculturados, exibem a mesma habilidade antiga para as danças tradicionais, para ornamentar seus corpos, para pescar e flechar.

Nesse processo, a palavra “nação” passou, inclusive, a ser usada mais livremente: fala-se, até, de uma “nação rubro-negra” ou de uma “nação manguereense”.

Na contemporaneidade, o povo brasileiro passou a dispor, também, de sua diáspora, resultante de intensas emigrações, particularmente para os Estados Unidos, Japão, Paraguai e outros países da América Latina, Portugal e outros países da Europa.¹⁰

⁹ RICUPERO, Rubens. Conferência realizada na Associação Comercial do Rio de Janeiro, 22 de junho de 1998.

¹⁰ GEIGER, Pedro P. “Mapa do mundo pós-moderno”. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. (orgs.). *Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 103–118.

A emigração exerce certo alívio na pressão por emprego e é uma fonte financeira, devido às remessas de divisas dos emigrantes para seus familiares no Brasil ou quando estes trazem poupanças ao retornarem, por um período ou definitivamente. Compreende-se que o governo brasileiro, em certas ocasiões, tenha agido a fim de apoiar brasileiros sofrendo discriminações nos países hospedeiros.

Tais desenvolvimentos levaram o Estado brasileiro a alterar a sua Constituição, em 1996. É reconhecida outra nacionalidade além da brasileira, quando se tratar de direito adquirido por nascimento no Exterior, por descendência de estrangeiro cujo país reconhece a cidadania dos descendentes, e por necessidades de trabalho.

Esses fatos seriam impensáveis há 30 anos. A formação do Mercosul, a exemplo dos blocos reunindo países em mercado comum, contribui para os movimentos de cunho transnacional. Nos aeroportos europeus, o controle já se faz separando os detentores de passaportes dos membros da União Européia dos outros viajantes. Prevê-se, para o futuro, identidade única para estes europeus. No entanto, os mercados comuns também promovem a separação, ao diferenciar movimentos endógenos das relações com o seu exterior. Enquanto é livre a circulação de europeus entre os seus países, crescentes barreiras têm sido erguidas contra a imigração proveniente dos países periféricos. Mais uma vez, Estado e povo confrontam-se e surge a queixa de que, enquanto são mantidos livres os circuitos do capital pelas fronteiras nacionais, tal não é permitido às pessoas.

Deste modo, no atual mundo da globalidade, apresenta-se o quadro em que convergem os novos comportamentos de brasileiros e os tradicionais comportamentos da judeidade. Até o presente, uma percepção empírica parece apontar que filhos e netos de brasileiros que se instalaram no Exterior mantêm a identidade brasileira ao lado da identidade dos países onde nasceram, fato associado ao atual clima pós-moderno, com elevado nível de comunicações e transportes.

Encontro dos Estados

Israel nasceu no momento de passagem do mundo da modernidade para a pós-modernidade, quando se acelerou o movimento

para o atual estágio da globalidade do planeta, quando a terra passou a “se encolher” mais rapidamente sob os efeitos da aceleração dos transportes e da instantaneidade da informação. Trata-se, também, de “encolhimento” no tempo. “Jamais os diferentes tempos sociais se confrontaram com tal relevo (...) passamos num piscar de olhos pelos diferentes próprios das civilizações, nações, tipos de sociedade e grupos variados.”¹¹

De um lado, a criação do Estado israelense completava um dos diversos movimentos de libertação nacional surgidos no século passado e desenvolvidos na Europa Central e Oriental sob a ideologia do sionismo.¹² De outro, a criação é sacramentada depois do Holocausto, que Adorno considera como o marco do fim da modernidade, e por decisão da ONU, o organismo internacional maior na hierarquia dos inúmeros que foram criados com a nova globalidade. Observe-se que a concepção sionista, desenvolvida na Europa, já apresentava um traço da virtualidade pós-moderna, uma vez que mentalizava a construção de um país fora da Europa. Sempre existiram comunidades judaicas na antiga Palestina, mas só houve adesão local ao sionismo depois da vinda dos pioneiros sionistas europeus.

A primeira grande presença do Brasil em Israel fez-se por intermédio de Oswaldo Aranha, que presidia a Assembléia Geral da ONU, em 1947, ao haver a decisão da partilha da antiga Palestina. Seu papel foi decisivo por ter adiado a votação por 24 horas, quando o resultado se mostrava incerto, dando tempo para que mais votos favoráveis à criação do novo Estado fossem cabalados. Logo em seguida, sucede, porém, um primeiro desencontro: Dutra demora para reconhecer Israel, o mesmo Dutra que fora Ministro da Guerra da ditadura Vargas, tanto durante o período em que a política brasileira se aproximava das potências do Eixo, quanto no período do

¹¹ GURVITCH, G. *La multiplicité a temps sociaux*. Le cours de la Sorbonne. Paris, 1958, p. 8.

¹² GEIGER, Pedro P. “Práticas transnacionales a partir de abajo: un estudio de caso, geografía aplicada y desarrollo”, Ano XVII, n. 35, Quito, CEPEIGE, IPGH, 1993, p. 5–11.

alinhamento com os Estados Unidos, depois de Pearl Harbour; o Dutra conterrâneo de Filinto Müller, que havia pertencido ao grupo fascistóide e anti-semita do primeiro governo Vargas.

Há de se considerar ainda outro aspecto. O imaginário da judeidade secular do centro e leste europeu era sensível aos apelos revolucionários. E o sionismo, ao abandonar a espera de um Messias, também era encarado como revolucionário. A maior parte do movimento sionista, na primeira metade do século atual, estava impregnada de socialismo.¹³ E foi

graças à liderança dos movimentos trabalhistas que o sionismo conseguiu atingir o seu alvo estatal (...). O movimento sionista sintetizou conceitos nacionais e de classe no processo material de reviver uma comunidade judaica na Palestina, nos anos 20/30. Isto constituiu a fundação material para a hegemonia espiritual do trabalhismo.¹⁴

O fato é que as práticas socialistas que criaram o *kibutz* ocuparam grande papel no desenvolvimento do Estado até recentemente. Conseqüentemente, para o governo Dutra, Israel – cedo reconhecido pela antiga URSS e recebendo armas da antiga Tchecoslováquia para se defender dos ataques árabes imediatos – surgia como candidato a se tornar mais um satélite comunista.

A ironia é que, pouco depois, tolhido pela Guerra Fria, localizado em posição geográfica extremamente sensível, Israel passou a ser hostilizado por setores da esquerda brasileira, apesar de suas liberdades democráticas e sindicais. Havia a justa preocupação com o povo palestino mas, passando por cima das necessidades de sobrevivência de Israel, pesava o seu alinhamento, não propriamente com o Ocidente europeu, mas com os Estados Unidos.

¹³ Este também mobilizou massas não-sionistas nos movimentos do comunismo internacional, ou no *Bund*, que pregava o socialismo, mas com a manutenção de uma identidade cultural judaica própria. Após a “intentona” de 1935, diversos *bundistas* foram presos como comunistas.

¹⁴ COHEN, Mitchell. *Zion, state, nation, class, and the shaping of modern Israel*. Oxford: Blackwell, 1987, p. 39.

Quanto às potências européias, note-se que seu posicionamento em face do conflito árabe-israelense era influenciado pelas “razões de Estado”, o que as colocava a favor dos árabes. Nos Estados Unidos, grandes empresas tomaram posição pró-árabe, considerada a importância de seus mercados. Veja-se, por exemplo, que, por causa do boicote que os países árabes impuseram às empresas que negociassem com Israel, apenas uma empresa aérea americana, a TWA, opera linhas para Tel Aviv. No entanto, a comunidade judaica dos Estados Unidos ultrapassa 5 milhões de pessoas e influencia a política americana. Isso resulta no fato de que os Estados Unidos tiveram de administrar políticas que conciliassem seus interesses no mundo árabe, com o apoio dado a Israel.

Para Israel, a presença da comunidade judaica nos Estados Unidos seria fator de opção. É verdade que, no outro pólo, na antiga URSS, tinham restado, do holocausto, 3,5 milhões de judeus, não dispondo Israel de poder algum de escolha. O governo soviético não era guiado, propriamente, pela opinião pública e decidira utilizar a oposição árabe à existência de Israel, como instrumento para a sua política contra os Estados Unidos. Ao mesmo tempo em que esses desenvolvimentos permitiram a presença militar dos russos em alguns países árabes, como no Egito de Nasser nos anos 60, levaram, também, à divisão do próprio mundo árabe e à consolidação da aliança entre Estados Unidos e Israel.

Por outro lado, a direção tomada pela política externa soviética serviria para criar justificativas para novas manifestações do totalitarismo sanguinário do stalinismo. O retorno do anti-semitismo dos tempos czaristas revelou cedo ao judaísmo e a Israel o que seria percebido mais tarde como o “comunismo real”. Somente com o movimento para a *perestroika* e a *glasnot*, as relações entre Israel e URSS restabeleceram-se.

Ora, setores da esquerda brasileira aliados a setores nacionalistas sustentaram a participação do Brasil nos movimentos dos não-alinhados e do terceiro-mundismo, que excluía Israel, então ligado aos Estados Unidos. Para o Brasil, esta participação atendia a interesses de abertura de mercados para sua economia emergente. A partir dos anos 70, cresceram muito as exportações e os investimentos brasileiros nos países árabes, o que resultou,

em 1975, no fato de o Brasil ter participado, na ONU, do chamado “voto anti-sionista”, que caracterizava o sionismo como racista. É outra ironia quando qualquer turista em Israel cruza com negros, soldados ou civis usando o solidéu, migrantes judeus etíopes.

Apesar da Guerra Fria, Estados Unidos e URSS, diante do terror atômico, passaram à fase do “condomínio”, administrando a manutenção da paz mundial. O mundo entrava em outra época histórica, na qual blocos militares eram substituídos por blocos econômicos, as empresas transnacionais multiplicavam-se, os fluxos financeiros aceleravam-se, desenhava-se a globalização e suas novas regionalizações. Nesse processo, o bloco comunista europeu implodiu e a hegemonia americana acentuou-se.¹⁵

Na nova fase, a paz mundial é estratégia ditada pela potência hegemônica, do mesmo modo como a Roma antiga queria a tranqüilidade no interior dos limites do Império, e a impunha à força. Agora, porém, o império é o mundo.

Brasil e Israel reposicionam-se. Quanto à questão da paz, é um ideal da tradição brasileira, que canta “a paz no futuro e a glória no passado”. O Brasil é o principal mediador no conflito entre Peru e Equador. Quanto à inserção no mapa do mundo, dissiparam-se o não-alinhamento, o terceiro-mundismo. O Brasil é, agora, um “emergente” no mundo da globalização. Por sua vez, a inserção do Oriente Médio no esforço pela paz mundial expressou-se nos tratados firmados pelo Egito e pela Jordânia com Israel e no reconhecimento da Autoridade Palestina pelo último.

A globalização pode ser entendida como uma etapa no desenvolvimento do que Wilkinson denomina de uma “Civilização Central”, cuja construção se teria iniciado durante o Império Romano.¹⁶ Nesta Civilização Central, participam diversos blocos, historicamente diferenciados. Um dos blocos é o chamado Ocidente,¹⁷ no qual Brasil e Israel ocupam posições periféricas: um no Sul, o outro no limite Leste.

¹⁵ GEIGER, Pedro P. “Praticas transnacionales a partir de abajo: un estudio de caso, geografia aplicada y desarrollo”, *op. cit.*

¹⁶ WILKINSON, David. “Cities, civilizations, and oikoumenes I”. *Comparative civilizations review*, n. 27, Fall, 1992.

¹⁷ HUNTINGTON, Samuel. “The West: Unique, Not Universal”, *Foreign affairs*, nov.-dez., v. 75, n. 6, 1996, p. 28-46.

Foi criado o conceito de país pivotal para os interesses da potência hegemônica. Trata-se de países cuja sorte tem a capacidade de afetar intensamente a estabilidade regional e internacional. Assim, Brasil e Israel passaram a se igualar na categoria de países pivotaes na periferia do Ocidente:¹⁸ o Brasil, liderança na América do Sul e principal economia do Mercosul, bloco econômico que experimenta sérias dificuldades devido à crise financeira brasileira. O caráter pivotal do Brasil tem base em instâncias econômico-políticas. Israel encontra-se na fronteira do Oeste com o mundo árabe. Ao contrário do Brasil, que está rodeado de países amigos, Israel luta para ser aceito pelos seus vizinhos e para que seja construído um bloco regional econômico no Oriente Médio. Recentemente, estreitou suas relações militares com a Turquia, país com o qual mantém significativo comércio de mercadorias. Lembre-se que a Turquia, embora muçulmana, não é árabe e é membro da OTAN; tem problemas políticos com seus vizinhos Síria e Iraque, e seus governantes empenham-se em manter o regime laico.

É nesse contexto mundial que se dá a reaproximação entre Brasil e Israel, abrindo caminhos para maior cooperação técnica e trocas comerciais. Comparando o PIB *per capita* dos 2 países, o de Israel sendo cerca de 3 vezes maior que o brasileiro, de aproximadamente 4 mil dólares, é como se a população de Israel fosse multiplicada por 3, passando de cerca de 5,6 milhões de habitantes para cerca de 16,8 milhões, mercado razoável para a produção brasileira. Em 1996, a entrada de investimentos diretos estrangeiros em Israel era apenas 4 vezes menor do que no Brasil. Este ocupava o 6º lugar mundial, com 11,1 bilhões de dólares, e Israel, o 29º lugar, à frente da Índia, com 2,4 bilhões.¹⁹ Israel é altamente desenvolvido no setor de tecnologias agrícolas, medicina, aeronáutica, informática, etc. Ocupa, atualmente, o 2º lugar mundial quanto ao Produto no setor de *softwares*. Prevê-se, para

¹⁸ ROBERT, Chace; HILL, Emily; KENNEDY, Paul. "The Pivotal States". *Foreign affairs*, jan.-fev., v. 75, n. 1, 1996, p. 33-51.

¹⁹ United Nations, *World investment report*, 1998. New York and Genève.

breve, o estabelecimento de linhas aéreas diretas entre Israel e Brasil. Neste sentido, vale considerar, particularmente, o sucesso da música popular brasileira. Artistas brasileiros têm realizado sucessivas *tournées* naquele país.

Em 1999, o Brasil exportou US\$ 72 milhões para Israel, o que representou crescimento de 12,66% em relação aos US\$ 64 milhões de 1998. Quanto às importações, países produtores de petróleo como Irã e o Kuwait figuram com US\$ 51 milhões e US\$ 21 milhões, respectivamente. Israel aparece, razoavelmente, com US\$ 240 milhões, enquanto o Egito apenas com US\$ 11 milhões.²⁰

Configurações

A distância de Tel Aviv a Jerusalém é como do Rio de Janeiro a Petrópolis. Portanto, pareceria ridículo falar-se de posição interiorizada de Jerusalém. No entanto, em termos de dimensão territorial relativa, viajar de Tel Aviv a Jerusalém é como se deslocar do Rio para Brasília. E esta relatividade espacial compreende igualmente distâncias de tempo, ou seja, há, também, a dimensão temporal.

Os sinais, no entanto, podem-se inverter. Brasília, a capital interiorizada, é nova, inaugurada em 1960. Em Israel, Tel Aviv é que é a cidade nova, da década de 20, enquanto Jerusalém festejou, em 1998, 3.000 anos de idade. E ainda: Jerusalém voltou à posse de Israel apenas após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, enquanto Tel Aviv foi sempre israelense.

Mas qual Jerusalém passa Israel a possuir em 1967? Não dominava Israel a maior parte da cidade, a mais moderna, desde a sua independência? Essa parte por si só não encarnava o significado histórico de Jerusalém, o espírito de Jerusalém na sua totalidade. Não poderia expressar as 2 Jerusaléns: a “de baixo” e a

²⁰ *Balança comercial brasileira – janeiro/dezembro 1999*, Secretaria de Comércio Exterior – Departamento de Operações de Comércio Exterior, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, janeiro de 2000.

“de cima”. A Jerusalém de “baixo”, do povo, e a “de cima”, não a do Estado (que continua localizada na cidade nova), mas a “divina”. Por isso, torna-se difícil, para o Estado, ceder parte da cidade aos palestinos; seria necessário, primeiro, a concordância da grande maioria do povo.

Assim, conquistar a Cidade Velha, chegar ao Muro das Lamentações, foi, em termos simbólicos, como atravessar milhares de quilômetros, só que através do tempo. Para Israel, significou voltar-se para o seu interior mais profundo, para as suas origens. Em Jerusalém, diferentemente de Roma ou Atenas, as ruínas participam da vida atual. Visita-se o Fórum Romano, a Acrópole, mas realizam-se rituais junto ao Muro das Lamentações. Reza-se junto ao túmulo de Raquel, no caminho de Belém, projetando-se o viver de um presente contínuo. É esta Jerusalém, de multiplicidades integradas, nem apenas velha, nem apenas nova, uma expressão do pós-moderno.

Brasília também fica a uma hora e meia do litoral, mas de avião. A cidade expressa igualmente um sonho antigo no tempo brasileiro. Desde o século passado, havia o desejo de se levar a capital do País para o interior. Não cabe aqui discutir as motivações que conduziram à realização do projeto nos anos 50, durante o governo Juscelino Kubitschek. O fato é que o projeto se legitimava na antiga ideologia que permanecia viva para grande parte da população: a de que o verdadeiro Brasil, o que promovera a Independência, era o Brasil agrário, dos fazendeiros já nascidos brasileiros – o Brasil do interior – enquanto o litoral era a área onde se concentravam colonizadores ou alienígenas, fossem eles comerciantes portugueses ou de outras nacionalidades. Nas cidades da faixa litorânea, particularmente na Região Sudeste, localizavam-se imigrantes europeus portadores de outras culturas. Buscar o interior, nele implantar a capital, simbolizava não só a manutenção dos valores formados na brasilidade, mas o empenho de desenvolver as imensidões geográficas do País, redistribuir as populações.

A fachada litorânea é o espaço da grande cidade industrial, em Israel como no Brasil. Trata-se da configuração mais comum nas Américas, não na Europa. O Brasil tem a maior parte do seu território no Norte, a maciça natureza tropical-equatorial amazônica, uma região a desenvolver, com enormes exigências ambientalistas.

Em termos relativos, o Negev possui o mesmo significado para Israel, em condições semi-áridas e áridas.

Modernidade, Pós-Modernidade

A idéia de modernidade é comumente associada ao progresso tecnológico. Na medida em que o progresso tecnológico é historicamente contínuo, tem o formato axial, e tendo em vista a articulação da instância tecnológica com todas as outras instâncias sociais, estabelece-se a idéia de um processo contínuo de modernização da sociedade humana.

Há de se considerar, no entanto, que o movimento do progresso tecnológico, do mesmo modo que o científico, não se fez em velocidade uniforme e os ritmos variam de setor para setor. Atualmente, por exemplo, assiste-se a uma aceleração particular no campo da biologia, da medicina e da biotecnologia.

A formulação do conceito de moderno realizou-se sobre a aceleração geral iniciada no século XVI, na Europa, não só no campo das ciências e técnicas, como no campo das idéias filosóficas e políticas. A partir daí, foi concebida, também, uma era histórica, a Idade Moderna, cuja datação é ainda objeto de discussão entre os historiadores. Para distinguir o quadro histórico dos séculos XVI, XVII e XVIII da situação nos séculos XIX e XX, passou-se a considerar uma História Contemporânea sucedendo a História Moderna. O termo “modernidade”, porém, refere-se à consolidação das conquistas acumuladas no campo das idéias e das ciências, realizada no século XIX e primeira metade do século XX, visto como um produto europeu.

A questão pós-moderna surge na crítica geral à cristalização de conteúdos e formas desta modernidade. A razão de ser da invenção não se encontra na homologia dos *experts*, e sim na parologia dos inventores. A invenção faz-se, sempre, no dissentimento.²¹ Quando

²¹ LYOTARD, François. *O pós-moderno*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

os dissentimentos atingem o estado de mudanças paradigmáticas, necessita-se de nova expressão.

Como observado, artistas captam as mudanças profundas que ocorrem na sociedade e as expressam com suas linguagens específicas. O termo “pós-moderno” passou a ser utilizado particularmente por artistas plásticos, cineastas, escritores, arquitetos, para caracterizar os pontos comuns de seus novos estilos.

Não será aqui discutida a adequação da expressão “pós-moderna”, reflexão que pode ser encontrada em Jameson.²² Também não se tratará do determinismo, teoria do caos, da complexidade. Para a presente reflexão, basta constatar-se que, paralelamente à manutenção de processos e de ideais de homogeneização que procedem da modernidade, corre o movimento a favor da diversidade e de pluralismos. Dentro do próprio movimento da globalização, reconhecem-se instâncias diversas e, por vezes, contraditórias. Veja-se, por exemplo, de um lado, a desregulamentação da economia, que atinge por vezes o bem-estar de populações e, por outro lado, o crescente avanço da justiça internacional na defesa dos direitos humanos. Ou a abertura crescente das fronteiras internacionais para a circulação de capitais e mercadorias, e o fechamento maior, a partir dos anos 90, para as migrações das populações, à exceção da mais franca mobilidade no interior de mercados comuns.

O avanço da diversidade não se faz apenas pelo surgimento de novos processos ou pela ressurgência de antigos. Trata-se, também, de novas roupagens que vão tomando quadros já existentes. Por exemplo, na instância arquitetônica, a nova paisagem do Louvre, em Paris. Ao lado do palácio tradicional, ressurge a antiga forma da pirâmide, em construção que passou a servir de acesso ao Museu, mas totalmente feita de material transparente. Em outra instância, veja-se o caso dos movimentos fundamentalistas que se utilizam das últimas palavras tecnológicas, como a Internet.²³

²² JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

²³ MARTY, Martiin E.; APPLEBY, R Scott. *Religion, ethnicity and self identity. Nations in turmoil*. Salzburg Seminar, Hanover/London: University Press of New England, 1998; RAMAGEM, Sônia B. *Fundamentalismos e espaços: uma reflexão geográfica*, Rio de Janeiro, novembro de 1998 (mimeo.).

O conceito pós-moderno implica a presença da diversidade e do pluralismo, em oposição à homogeneização sistemática. A história da diversidade e do pluralismo encontra-se calcada sobre as Américas e, particularmente, como utopia realizada nos EUA, país hegemônico.²⁴ Depois da Segunda Guerra Mundial, é a partir da América que se refez a Europa.

A diferenciação realiza-se, também, em termos geográficos. O pós-moderno, como uma posição do saber, apresenta-se nas sociedades mais desenvolvidas. Designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras do jogo da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX.²⁵ A questão é que também o moderno, já presente desde o século passado em muitos lugares, não atingiu todas as regiões do Globo, fato que compõe a diversidade presente e que gera uma série de confrontações equivocadas entre setores modernistas e pós-modernistas. Os modernistas equivocam-se quando consideram que o pós-modernismo não integra o modernismo, como se os pós-modernistas ignorassem o espírito da “filosofia do não” de Bachelard; ou, ao considerar que os pós-modernistas se obrigam à aceitação política de todos os aspectos da globalização. Por outro lado, pós-modernistas podem-se equivocar caso ignorem que muitos setores ainda se encontram na fase de absorver a modernidade.

Quando se constata que as tecnologias agrícolas mais avançadas se encontram difundidas por Israel, se continuará dizendo que a agricultura de Israel é moderna. E quando se consideram outros indicadores, como a circulação de 281 jornais por mil habitantes, em 1995, contra 64, no Egito e 45 no Brasil, por exemplo,²⁶ ou os investimentos estrangeiros *per capita*, como visto anteriormente, então o país será classificado de “desenvolvido” em certas tabelas estatísticas internacionais, isso apesar das pedras atiradas por fanáticos religiosos em carros que circulam no sábado em certas áreas de Jerusalém ou das áreas de acesso dife-

²⁴ BOUDRILLARD, Jean. *América*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

²⁵ LYOTARD, François, *op. cit.*

²⁶ UNESCO, 1996, *Statistical yearbook*, Unesco Publishing and Berman Press.

renciadas entre homens e mulheres ao Muro das Lamentações. (Aliás, a atmosfera local perderia seu mistério, não fosse mantido o costume).

Já o Brasil, com ainda cerca de 30% da população analfabeta, com amplos setores agrícolas trabalhando com baixos níveis tecnológicos, aparecerá classificado no grupo de “países em desenvolvimento” ou “emergentes”. Conseqüentemente, modernizar assume conotações diversas para cada país, para cada instância, para cada propósito. E, sem dúvida, justifica-se a necessidade da modernização em tantas áreas e setores da sociedade brasileira.

Ainda assim, figurando em categorias diferentes de algumas classificações internacionais, Brasil e Israel passam por algumas experiências comuns, embora diversificadas. Enfrentam, por exemplo, a fragmentação política, expressa, entre outros aspectos, pela multiplicação de partidos.

No Brasil do Império, existia o povo brasileiro em torno da figura do Imperador. Nos desfiles de Carnaval das Escolas de Samba, cuja massa é formada de camadas populares, este passado mantinha-se muito forte até recentemente, quando figuras fantasiadas evocando a antiga aristocracia se destacavam. Havia no Brasil imperial praticamente 2 partidos, que expressavam as 2 alternativas nas concepções da classe dominante. À proporção que se urbanizava e evoluía para nação, passando à República, cresceu o número de partidos, que passaram a refletir o florescimento da vida política nas regiões que se expandiam.

Depois da ditadura de Vargas, quando a vida política democrática foi sustada, os partidos políticos voltaram à cena, atingiram um número em torno de 8, mas 3 apenas mobilizavam a maior parte do eleitorado. Não vivíamos o pragmatismo anglo-saxão do sim/não, que reduz o número de partidos efetivos à 3, no Reino Unido, e 2, nos Estados Unidos. Mas, o que se viu recentemente, após o regime militar, foi a total fragmentação partidária. Atualmente existem 18 partidos: o governo dependendo de, pelo menos, 5 para aprovar suas proposições no Congresso.

Esta fragmentação acompanha a evolução das funções exercidas pelo Estado brasileiro. Inicialmente representando, sobretudo, interesses de classe, assume o papel de empreendedor da

urbanização e da industrialização. Ao longo desse processo, crescendo o trabalho não-agrícola, vai-se tornando um palco de negociações entre diferentes setores sociais. Assume, também, o papel de Estado previdenciário. Para realizar as funções previdenciárias e de gestor de amplos setores da economia, o setor público cresceu enormemente, passando a participar dos processos corporativistas. A expansão da ocupação do território foi um dos fatores que levaram ao crescimento dos setores públicos estadual e municipal. Mais recentemente, o processo conduziu à seguinte situação: de um lado, a urbanização atingiu dimensão tal que o mercado passou a exigir o crescimento do setor privado da economia; de outro lado, a dívida pública foi crescendo até se constituir em importante fator para a crise dos serviços, do Estado previdenciário e, finalmente, da crise financeira. Neste quadro, amplas áreas do setor político não só passaram a fazer o jogo, cada uma, de uma dada corporação, mas tornaram-se, elas próprias, corporações, procurando, sobretudo, benefícios para si mesmas.

A fragmentação acentuada expressa convergências com a globalização, que traz consigo a reorganização das funções de certos Estados, com a crise que envolveu ideologias estabelecidas a partir da modernidade, e da acentuação dos individualismos, em uma época de fragmentação maior do “eu”, em um país que não primava pelas tradições comunitárias.

Quando se fala do enfraquecimento do Estado, imagina-se um Estado antes forte. Quando se pensa na participação do Estado brasileiro como empresário econômico, ou em outras atuações, faz-se a imagem de um Estado forte. No entanto, serão estas as mensurações para avaliar um Estado forte? Quando a sonegação ao fisco ou ao INSS atinge elevados níveis sem maiores conseqüências ou, simplesmente, quando motoristas em profusão não respeitam os sinais de trânsito, é possível falar de um Estado forte? Não será mais forte um Estado como o americano, não apenas pelo peso do seu PIB ou pelo poder hegemônico mundial, mas porque, digamos, faz as leis de trânsito serem mais respeitadas? E esta força não provém da tradição comunitária, mostrando-nos que, se povo e Estado são entidades distintas, estão, no entanto, fortemente interligadas?

Flusser, sobrevivente do holocausto, sem minimizar a falta de responsabilidade da sociedade brasileira, valoriza, porém, o individualismo que nos mantém longe de tentações por ideologias totalitárias e aventuras guerreiras. Critica o excesso de responsabilidade social anglo-saxã, comparada com o comportamento mais individualista do brasileiro, mas conclui pela necessidade do melhor equilíbrio nosso com a solidariedade.

Os países que dominam a história do Ocidente são vítimas da ideologia, que começa a revelar-se delírio, ameaçando não apenas a liberdade, como a existência humana. No Brasil, a ideologia progressista também opera, e opera com maior desenvoltura, porque ainda não chegamos perto do nível que torna o delírio evidente (...) a ideologia nos encobre de modo ainda superficial, deixando espaço para ser rompida pela possibilidade do novo homem.

Este seria o homem *ludens*: o da arte, da ciência, do jogo.²⁷

Bobbio vê a fragmentação do poder político dos Estados associada à explosão da sociedade civil, por sua vez ligada a descentralizações na economia industrial, influenciadas, naturalmente, pela economia informatizada e os serviços telemáticos.²⁸ Esta explosão da sociedade civil seria como que uma socialização do Estado. Paralelamente, com a crise das ideologias messiânicas, também os partidos políticos se fragmentam e dá-se a conversão para movimentos regionais e grupos sociais de pressão de base.

No Brasil, o fenômeno da fragmentação associa-se à pressão de grupos sociais por categoria econômica e por alguma influência regional. A fragmentação mostra o confronto de setores em que o País se dividiu, expressão da complexidade crescente resultante do desenvolvimento. Note-se que, se no passado, o setor do trabalho industrial poderia assumir uma liderança, agora foi, no entanto, afetado significativamente. Primeiramente, pela sua redução, associada à informatização e automação, e, em segundo

²⁷ FLUSSER, Vilém. *Fenomenologia do brasileiro*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

²⁸ BOBBIO, Norberto. *Las ideologias y el poder en crisis*. Barcelona, s/ed, 1988.

lugar, pela sua divisão em setor privado e setor público, com direitos e vantagens desiguais.

Manifestam-se, também, alguns movimentos centrífugos de cunho regional. Os movimentos separatistas ocorridos no sul do Brasil não tiveram maior importância e desapareceram com o sucesso do Plano Real. Um aspecto do novo regionalismo acompanha o engajamento de regiões e cidades como partes da economia global.²⁹

Israel também passa por transformações políticas internas profundas. A judeidade manteve sempre a tradição de respeitar a mais plena liberdade individual. Na modernidade, amplos setores passaram a valorizar convicções, ideologias e visões de mundo que penetraram o sionismo. Agora, de um lado, perdeu-se o vigor do trabalhismo que se encontrava subjacente ao sionismo. É provável que a mudança geral, ocorrida na estrutura do setor do trabalho, presente aliás em todos os países industriais, tenha influenciado para tanto; de outro lado, mas se durante 20 anos, o Partido Trabalhista e o bloco conservador do Likud detiveram mais de 66, das 120 cadeiras do Parlamento, em 1996, passaram a ter 66 (55% do total de cadeiras) e, nas eleições de maio de 1999, não ultrapassaram a 49 (40,8% das cadeiras).³⁰ Com a intensidade da imigração, foi-se acentuando o caráter pluricultural do país em termos de grupos procedentes de diversos países, o que foi acentuando a fragmentação partidária. De modo esquemático, esses grupos agregam-se segundo 3 conjuntos: o dos judeus provenientes do mundo ocidental, os provenientes dos países muçulmanos e os russos. Deste modo, as orientações políticas passaram a ser influenciadas por motivações etnocêntricas. Acresce que a influência religiosa é muito mais forte na população mais pobre e de origem oriental. Resulta que, atualmente, a questão entre um país laico, de crescente democracia, e um país

²⁹ OHMAE, Kenichi. *The end of the national state*. London: Free Press, 1995.

³⁰ Cf. *Jornal do Brasil*, 18 de maio de 1999, p. 5. Relativamente às eleições de 1999, agregou-se ao número de cadeiras obtidas pelo Partido Trabalhista as cadeiras conquistadas por seus aliados da frente "Um Israel".

teocrático, tornou-se polar dentro de uma nação nova, contraditória, pluricultural, calcada no modelo americano, mas formada por um povo velho, no modelo dos asiáticos e europeus.

Conclusão

Tratou-se, inicialmente, dos movimentos no mundo contemporâneo, pós-moderno, que afetam processos psicológicos, culturais e ideológicos dos indivíduos. Vem-se tornando transparente a múltipla identidade do “eu”, que não está mais simplesmente referenciado a um único social, a uma única força política, a uma única finalidade de vida coletiva comum. Paralelamente, assiste-se a manifestações de migrações e transnacionalismos que relembram o nomadismo. Os avanços tecnológicos dos meios de transporte aproximaram tanto os países, fisicamente, que os migrantes podem manter suas identidades de origem ao mesmo tempo em que convivem com a cultura do país em que se estabelecem. O nomadismo pós-moderno, de migrantes transnacionais, com suas nostalgias, reaparece aparentemente como que respondendo à derrocada de antigas ideologias, como se este errar fosse a procura de novas Canaãs ou de uma nova ideologia.

migrantes seriam “seres tomados de vertigem” assumindo a função de promover a desconfiança na pátria. Tal desconfiança é necessária porque todas as pátrias se equivalem; todas limitam. O patriotismo (...) assume e glorifica os fios impostos, menosprezando os fios criados (...) mistério mais profundo que o da pátria geográfica é o que cerca o outro (...) O patriota sempre corre o risco de cometer crime ético-político ao santificar o costume. O costume mistificado encobre a feiura, a miséria, a doença da nação.³¹

Tratou-se, no final, das mudanças que ocorrem no Brasil e em Israel, na forma de fragmentações preocupantes que têm servi-

³¹ FLUSSER, Vilém, *op. cit.*

do para fazer, da globalização, alvo de fortes críticas. Alguns apegam-se a passadas ideologias da modernidade, como se a derrocada de umas fosse apenas decorrência dos ataques das outras, sem reconhecer suas limitações internas. O grande debate dá-se entre as microvisões associadas à fragmentação e ao capitalismo, e a procura dos maximalismos associados às “grandes narrativas”, expressão cunhada por Lyotard, vale dizer, do socialismo, mas também do nacionalismo, do fascismo e do fundamentalismo.

Jorge Child ironiza as atuais democracias ocidentais que, pensam que, com a

proliferação de direitos individuais e sociais, de organização de usuários, de mecanismos de defesa contra os abusos da autoridade e dos monopólios, como ação de tutela e defesa do povo e que, ao estender a participação eleitoral de comunidades e estabelecer iniciativas populares para apresentar leis e legitimar e financiar o pluripartidarismo, se logrará a paz perpétua nesta sociedade neocapitalista liberal. [E que] o ideal do fim do Estado inspirou todo socialismo utópico e “científico” para livrar o homem da exploração do Capital, do poder estatal e da miséria – “o Estado então instrumento de classe”. Hoje o mesmo ideal do fim do Estado é compartilhado pelo neoliberalismo, mas para livrar o capital do intervencionismo estatal e das macrodefesas sindicalistas e políticas. [Afirma ainda que] a explosão constitucional contemporânea está apoiada pela filosofia pós-modernista, que joga com a contingência, com a micrologia, com a deslegitimação de movimentos unificadores de uma totalidade com destino histórico (...) o pensamento liberal coincide com a filosofia pós-modernista em seu ataque aos intentos de uma reconstrução de totalidades predeterminadas (...) em vez disso, direitos escritos em Constituintes, onde formalmente os indivíduos e comunidades pobres têm todos os direitos possíveis, mas nenhum poder real.³²

Como classificar o texto acima? Como manifesto socialista ou fascista? E contém contradições caso se transfira o tema para

³² CHILD, Jorge. *Fin del estado*. Santa Fé de Bogotá: Editorial Grijalbo S.A., 1997, p. 7–10.

a discussão que ocorre atualmente em relação ao formato do atual Estado brasileiro e se imagine o posicionamento que o autor teria? Certamente o consideraria de tendência neoliberal por posular menos empresas estatais e mais função reguladora, que poderia ser a forma do “intervencionismo estatal em prol de macrodefesas sindicalistas e políticas”. O crescimento do setor das estatais, ao longo dos anos, absolutamente não foi fator para melhorar a distribuição da renda no Brasil, se não o contrário.

Ora, o que corrói grandes sistemas é a falta de flexibilidade das microvisões. Saber administrá-las, incluídas as do pluriculturalismo, não foi este o segredo da permanência do capitalismo? E não teria sido a rigidez do sistema soviético e a falta de democracia que o levaram ao colapso? De qualquer modo, a globalidade na sua forma atual pode ser aproveitada para ações positivas de ajustes de maximalismos e microvisões quando estão sendo testadas no planeta sistemas tão diversos, como o chinês comparado ao norte-americano.

Já que no mundo contemporâneo valoriza-se simultaneamente o local e o global, certamente encontrar-se-á forma que compatibilize totalidades predeterminadas e liberdades de indivíduos e comunidades. Na base do processo histórico vivido nas últimas décadas, quando, particularmente nos países em desenvolvimento, os problemas da desigualdade social e da exclusão vêm se agravando, é hora de se buscarem novas formas de construção que atendam tanto aos anseios de igualdade como aos de liberdade e fraternidade. Passar de uma cultura de guerra para uma cultura da paz faz parte deste ideário.

No que diz respeito a Israel, podemos dizer que a globalidade deve ser aproveitada para a promoção da reconciliação entre árabes e judeus. Pressionando, ou neutralizando, setores árabes, como o fundamentalismo de inspiração iraniana do Hezbollah ou do Hamas; convencendo a Síria de que não pode impedir a paz por causa de correções de fronteira depois de guerras por ela provocadas, que têm a ver com a segurança de Israel; pressionando Israel para o reconhecimento de um Estado palestino.

Quanto ao Brasil, além da construção do Mercosul e outras oportunidades de maior estreitamento de relações com várias

nações, incluindo Israel, esta globalidade deve servir para o alargamento do Estado de direito. Quando se considera que a “estratégia do capitalismo na época pós-moderna é a cultura”, isto significa que sem desenvolvimento e mudança cultural, mudança de comportamentos e mentalidades, não se avançará nos direitos humanos, na cidadania e na melhoria da distribuição de renda. Já podem ser observados alguns sinais nesse sentido, como o comportamento dos consumidores defendendo seus interesses em forma e número, antes não observados. Também têm sido notadas algumas mudanças no comportamento do comércio urbano, na crise atual do Real, quando, na sua política de preços, vai diminuindo sua tradicional visão colonialista no interesse de conseguir o alargamento do mercado.

Para o homem, indivíduo – sem ele o país não se direciona –, trata-se de assumir tanto o rizoma como a árvore, simultaneamente. Não ser uno, nem múltiplo. Ser multiplicidade.

“Judeus messiânicos” e sua “Casa de Israel” em Brasília: tempo, espaço e identidade*

*Sonia Bloomfield Ramagem***

Em 19 de dezembro de 1998, a Federação Internacional de Judeus Messiânicos (FIJM), sediada em Tampa, na Flórida, Estados Unidos, inaugurou uma “sinagoga” denominada “*Beit Israel*” (casa de Israel), em Brasília. Este acontecimento, precedido por uma série de pequenos conflitos, provocou forte reação da comunidade judaica, local e nacional.

A instalação da referida “sinagoga” constitui oportunidade ímpar para estudar a questão judaica mais importante da modernidade: o que é ser **judeu**? Como antropóloga, a autora poderia tentar responder a questão do ponto de vista religioso, enfocando apenas aspectos socioculturais. Sendo também geógrafa, deve considerar o elemento **espaço**, ainda que o conceito de território “não [seja] comumente utilizado no estudo acadêmico da religião”.¹ Desse modo, a tarefa torna-se, por natureza, geográfica e antropológica. A análise do problema salienta, ademais, inúmeras questões relativas à identidade étnica, à nacionalidade, à modernidade, à tradição, ao individualismo, ao particularismo, ao

* A autora agradece a participação de David Letichevsky na pesquisa e na discussão que levou à elaboração do texto.

** Universidade de Brasília.

¹ GILL, Sam. “Territory”. In: *Critical terms for religious studies*. Chicago/London: Mark C. Taylor/The University of Chicago Press, 1998, p. 298.

espaço e ao lugar, ao comunalismo e à globalização. Esses tópicos encontram-se completamente ligados à reflexão do que é ser judeu. Devido à pouca extensão do presente texto, serão aqui tratados de modo sintético.

Ser judeu implica uma identidade, pertencer a um grupo étnico, ter uma nacionalidade além de qualquer outra, ser definido pelas mais diferentes correntes do judaísmo criadas pela modernidade e contestadas pela tradição, ser definido pela força da comunidade sobre a individualidade, pela particularidade cultural no meio do processo homogeneizante e contínuo da globalização econômica. A inauguração da “sinagoga” em Brasília constitui, desse modo, oportunidade para o estudioso realizar profícuo trabalho de pesquisa. O material apresentado aqui é parte de pesquisa de longo prazo, iniciada no final de 1998.

Síntese dos antecedentes históricos do evento

Além de sediar a Embaixada do Estado de Israel, Brasília possui 3 organizações judaicas: a Associação Cultural Israelita de Brasília (ACIB), o *Beit Chabad* (casa da alegria, ramo do judaísmo ortodoxo) e a *Chevrah Kadishah* (associação funerária judaica). Hoje, a comunidade judaica local é composta por cerca de 180 famílias, muitas das quais formadas por casamentos mistos. O número total de judeus, pelos padrões da *Hallachah* (lei judaica), não passa de 400 pessoas.

A ACIB foi criada por pequeno grupo de judeus em 1964, 4 anos após a inauguração de Brasília. No início, funcionava como centro cultural comunitário, que congregava judeus e membros de famílias de casamentos mistos. Com o passar do tempo, outras pessoas sem origem judaica associaram-se à ACIB, em função de laços de amizade com seus membros ou de interesse por assuntos judaicos ou israelenses. A cerimônia do *Shabat*² era celebrada

² Sábado, que vai do surgimento da primeira estrela na sexta-feira até a ocorrência do mesmo fenômeno no sábado.

em uma das salas da sede da ACIB, nem sempre com *Minyan*.³ Em 1984, por curto espaço de tempo, a comunidade contou com a presença de um rabino conservador.

A sinagoga do *Beit Chabad* foi inaugurada em 1986. No começo de seus trabalhos, sua existência provocou certo mal-estar entre os membros não-ortodoxos ou não-religiosos da ACIB. Em 1998, porém, tanto a ACIB quanto o *Beit Chabad* mantinham estreita colaboração na celebração dos mais importantes rituais religiosos e na realização de eventos do calendário judaico. Os judeus mais religiosos ou tradicionais juntaram-se às celebrações do *Shabat* promovidas pelo *Beit Chabad*, sem deixar de pertencer à ACIB, cujas grandes festas e comemorações são celebradas pelo rabino do *Beit Chabad*.

Nas décadas de 80 e 90, os movimentos evangélicos e pentecostais cresceram consideravelmente no Brasil, fenômeno que muitos estudiosos avaliam "como o mais importante fenômeno social destas décadas".⁴ Esses grupos religiosos podem ser, *grosso modo*, caracterizados como fundamentalistas⁵ e poucos estudos existem sobre eles. Sua estreita ligação com o que denominam de *Velho Testamento* ou *Tanach*⁶ afigura-se aspecto básico de suas crenças e de suas práticas religiosas. Os participantes destes grupos possuem, assim, sentimento positivo pelo Estado de Israel e pelo seu povo, embora muitos de seus adeptos queiram converter os judeus de todo o planeta, preparando-os para a "Segunda Vinda de Cristo ao Mundo".

No contexto mundial, existem grupos e instituições internacionais que congregam cristãos dedicados ao **messianismo**, cujo

³ Grupo de 10 homens judeus adultos necessários à realização de cerimônias e orações judaicas.

⁴ Ver GOMES, Paulo Cesar C. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

⁵ BLOOMFIELD RAMAGEM, Sonia. "Fundamentalismo e espaços: uma análise geográfica". Simpósio Brasileiro sobre Cultura e Espaço, NEPEC/UERJ, Rio de Janeiro, 1998 (mimeo.).

⁶ Nome hebraico para o que os cristãos denominam, geralmente, de "Antigo Testamento".

objetivo é converter judeus ao cristianismo, ou viver o que qualificam como “um modo de vida judaica, acreditando, no entanto, que Cristo seja o Messias”.

Por meio da Internet (www.fijm.org) foi possível localizar *sites* de 6 destas organizações, entre elas a já mencionada FIJM. Seu *site* informa que

a FIJM é uma Organização Internacional colocada pelo Senhor no coração do rabino Haim Levi em 1978 (...). Este rabino ordenou inúmeros rabinos judeus messiânicos na Argentina, na França, em Israel, no México e nos Estados Unidos. [Seus líderes] são o rabino Levi e sua esposa, Rachele Levi, ambos judeus sefarditas nascidos na Colômbia e na Grécia, respectivamente. (...) Uma das prioridades mais importantes desta organização internacional é a necessidade de receber, no judaísmo, os milhares, até os milhões, de judeus nascidos “marranos”⁷, que são descendentes de judeus sefarditas, atualmente espalhados por todo mundo, da Espanha a Portugal, e nas nações onde o português e o espanhol são falados. A FIJM entende claramente que nós, na qualidade de judeus, fomos chamados para pregar a palavra de Cristo a todos as tribos de Israel espalhadas pelos 4 cantos do mundo.

No convite enviado para a inauguração da “sinagoga” *Beit Israel* de Brasília, lia-se que a “Associação Israelista para Restauração Profética e Preparação Messiânica do Brasil e a Federação Internacional de Judeus Messiânicos dos Estados Unidos da América têm a honra de convidar (...)”. O convite era acompanhado por um panfleto que dizia: “(...) somos extremamente compromissados em despertar nos Judeus e seus descendentes o desejo de fazer a *Teshuvah*,⁸ isto é, o retorno à adoração do nosso D’us Adonai [e escrevem o Santo Nome]”.

⁷ Cristãos-novos, judeus convertidos à força *ap critianimo* pela Inquisição.

⁸ Arrependimento, retorno ao judaísmo.

Os antecedentes da crise

Conforme já mencionado, a ACIB congrega, em seu quadro de associados, membros não-judeus. Entre eles, o advogado João (nome fictício) que, em 1997, após 4 anos de filiação, decidiu participar, como aluno, de um curso de hebraico para iniciantes, ministrado nas dependências da ACIB por uma israelense. Posteriormente, ele convidou seus colegas de curso, judeus e não-judeus, para participarem de cerimônia de *Shabat* em sua residência, que denominava "sinagoga".

Essa iniciativa, entre outras, tornou João *persona non grata* para a comunidade. Como consequência, sua filiação à ACIB foi cancelada pelo presidente da entidade, o que levou João a ameaçá-lo com um processo judicial. A reprimenda acabou não acontecendo, visto que o estatuto da ACIB permite que seu presidente cancele qualquer filiação, a qualquer tempo.

João e alguns seguidores deixaram de freqüentar a ACIB e decidiram estabelecer uma "sinagoga" na casa do próprio João. No *Rosh Hachanah* (ano novo judaico), comemorando 5757, João foi entrevistado pelo canal de televisão católico *Rede Vida*, na qualidade de "rabino de Brasília". Em determinado momento da entrevista, rezou o "Pai Nosso" como oração judaica. Apesar dos protestos feitos por alguns membros da comunidade junto à direção de *Rede Vida*, a tevê nunca se retratou do "erro" cometido.

Logo após o primeiro incidente, em dezembro de 1998, João adquiriu duas salas em um centro comercial, na mesma rua em que se encontra a ACIB, e enviou, à imprensa local, ao presidente da ACIB e ao embaixador de Israel em Brasília, convites para a inauguração de sua "sinagoga". Apenas um dos jornais brasileiros noticiou a inauguração, com o título "Amanhã Brasília terá seu primeiro templo judaico".⁹

A inauguração da "sinagoga" ocorreu no dia 19 de dezembro. No dia anterior, o embaixador israelense respondeu ao convite com uma carta na qual declarava não o poder aceitar, uma

⁹ *Jornal de Brasília*, 18 de dezembro de 1998.

vez que, ao ler o material escrito em hebraico enviado juntamente com o convite, percebeu que o nome da instituição indicava que ela se dizia israelense. Desse modo, escreveu o embaixador:

informo a V. Sa. que não é verdade que essa instituição tenha qualquer ligação religiosa ou nacional com o Estado de Israel. Creio ser importante que V. Sa. diga isto publicamente (...). Quero ainda expressar minha indignação com relação ao conteúdo em determinados trechos do panfleto enviado junto com o convite, que me ofendem profundamente e são totalmente contrários às crenças judaicas.¹⁰

Em 6 de janeiro de 1999, o jornal *Correio Braziliense* publicou uma página inteira sobre o assunto, com o título “A guerra das sinagogas: a inauguração de um templo na 205 Norte irrita o embaixador de Israel e a Associação Israelita”. A matéria era claramente tendenciosa, afirmando que o “atencioso” convite feito ao embaixador fora “grosseiramente respondido”. Exibia foto ampliada do Rabino João no púlpito da “sinagoga”, vestido como judeu ortodoxo, próximo de uma *Menorah*,¹¹ de uma Estrela de David e de uma bandeira, comemorando o quinquagésimo aniversário da fundação do Estado de Israel. Na matéria, João declarava que sua mãe era judia, assim como outros membros de sua congregação.

A reação da comunidade judaica

A autora também recebeu o convite para a cerimônia de inauguração da “sinagoga” e quando decidiu aceitá-lo foi desencorajada por alguns membros da comunidade judaica. Eles temiam a inauguração, por pensar que poderia ser perigoso, além do que João poderia estar ganhando dinheiro de pessoas inocentes e poderia não gostar de minha presença. Além disso, acreditavam na

¹⁰ *Ibidem.*

¹¹ Candelabro de 7 braços, símbolo do judaísmo e do Estado de Israel.

possibilidade de que João queria converter “nossos” jovens e de que precisavam aprimorar nosso trabalho de educação judaica, etc.

As reações da comunidade judaica à inauguração da “sina-goga”, em si mesma, também foram variadas. O rabino do *Beit Chabad* sustentava que a “sinagoga” deveria ser simplesmente ignorada, enfatizando a necessidade de fortalecer a educação judaica local. Alguns sugeriram processar João pela interpretação incorreta do conceito de ser judeu. Outros achavam que o “embuste” era extremamente grave e que se deveria escrever algo à imprensa local para esclarecer o que estava acontecendo, ou seja, que tais pessoas não deveriam ser confundidas com os verdadeiros judeus e, dessa maneira, eventuais tentativas de enterrar um dos seus no cemitério da comunidade, por exemplo, deveriam ser completamente excluídas, etc.

Com o objetivo de ouvir outras opiniões a respeito da polêmica, entrevistamos pequeno grupo de pessoas da comunidade judaica local (pessoas de meia idade, jovens, brasileiros e israelenses, homens, mulheres e crianças filhos de casamentos mistos, assim como judeus pela *Halachah*). Das reações ouvidas, algumas atribuíam o incidente à globalização; outras ao fato de se estar no Brasil, onde “acontecem coisas desse tipo”. Alguns demonstraram indignação, afirmando que “eles não têm sangue judeu”; outros, resignados, reagiram com “se eles querem ser judeus, que sejam!”

Não serão detalhadas aqui as entrevistas realizadas. No entanto, pode-se entender, facilmente, a interconexão existente entre a identidade étnica judaica e seus vários derivativos, particularmente o comunitarismo e a linha de descendência.

O que dizem os judeus messiânicos

No *site* da FIJM foi possível obter endereço e telefones para contatá-la. Ao telefonarmos para a Federação, nos Estados Unidos, fomos pessoalmente atendidos por seu fundador, o rabino Levi. Explicamos-lhe que estávamos fazendo a chamada para averiguar se os sobrenomes Coelho e Araújo eram descendentes

judaicos. Prontamente, ouvimos do rabino Levi que “claro que você é judeu! Estes sobrenomes estão relacionados no índice de nomes contido no site da FIJM e são típicos sobrenomes de cristãos-novos!”.

No decorrer da conversa telefônica, foi possível registrar, ainda, algumas colocações interessantes feitas pelo rabino Levi: muitos judeus seguiram Cristo nos 2 primeiros séculos da Era Comum e foram, no entanto, destruídos pelos romanos; a Inquisição forçou muitos judeus a se tornarem cristãos e, portanto, se as pessoas descendem deles, são judeus, porque não se tornaram cristãos de livre e espontânea vontade; veja *Ovadhiah*, capítulo 1:20 para entender melhor os Filhos de Israel, o Gallut dos Filhos de Israel, que vai de Canaã à França, e o Gallut de Jerusalém, que é Sefardita e herdará as cidades do Negev.

A partir dessas afirmativas, deduz-se que o rabino Levi estabelece conexão bíblica entre os descendentes dos cristãos-novos na América como um todo e na América do Sul, em particular. A menção da Espanha sefardita como o local onde habitava o Gallut de Jerusalém e a profecia de seu retorno às terras do sul de Israel constituem pontos fortes em sua argumentação. E, aí, podemos encontrar um local real e mítico, tão comum nas análises antropológicas e geográficas: “não significa que não exista; no entanto, assume forte contexto mítico quando se trata de controle territorial”.¹²

Na conversa telefônica, o rabino Levi fez referência a João, de Brasília, a quem chamou de “rabino Aroch”, e que, estudando, tornou-se um judeu “novamente”. Quando questionado sobre o problema da circuncisão, o rabino Levi respondeu dizendo que “isso não deveria ser motivo de preocupação. No momento devido, a necessidade acabaria sendo sentida. Você é judeu! Vá à ‘sinagoga’.”.

A autora participou da cerimônia de inauguração da “sinagoga” do rabino Aroch. Ao entrar, a primeira impressão era de que se tratava de sinagoga sefardita. Entretanto, o “rabino João”

¹² SMITH, Jonathan. *Map is not territory*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1993.

ficou de frente para a audiência, de costas para a *Torah* (Pentateuco) e havia bancos com acessórios de madeira para a congregação ajoelhar (não se ajoelha nos cultos judaicos). Sobre estes bancos, encontravam-se Bíblias usadas pelos Testemunhas de Jeovah; ou seja, a “sinagoga”, na verdade, mais se parecia com um templo de alguma religião cristã.

Ao final da cerimônia, o “rabino Aroch” concedeu entrevista a jornalistas da imprensa local, que tivemos oportunidade de ouvir. Durante a entrevista, foi afirmado, repetidamente, que o Brasil possui 35 milhões de judeus, embora eles não o saibam: nossa missão é trazê-los de volta e conscientizá-los de sua herança para que possam fazer a *Teshuvah*.

Do púlpito da “sinagoga”, o “rabino” agradeceu a presença da autora, de um Deputado Distrital por Brasília e de pastores protestantes que se encontravam presentes à cerimônia. Em seguida, iniciou sua pregação, unindo elementos que não se combinam, tais como: Brasil e Israel possuem forte laço espiritual, uma vez que a bandeira do Brasil tem as cores da bandeira de Israel, ou seja, o azul e o branco; estamos no ano 5758 do calendário judaico e, na virada do milênio cristão, temos de nos preparar para as profecias. Tais afirmações inspiram os temas centrais deste artigo – tempo e espaço –, que separam os judeus dos judeus messiânicos, sem considerar as crenças do último grupo a respeito de Cristo como Messias.

Tempo e identidade

O conceito de tempo aqui utilizado é o da **história**. No judaísmo, o tempo constitui uma linha reta, que vai do passado ao futuro. Para os judeus messiânicos o tempo é circular, sua identidade foi congelada por cerca de 1.800 anos e agora poderá ser revivida. Por isso, a identidade dos cristãos-novos, criada para judeus, pela Inquisição, há cerca de 5 séculos, na Península Ibérica, liberta-se das restrições impostas pela história e retorna à sua forma original. Conseqüentemente, para os judeus messiânicos, o **tempo** é algo que não segue em direção ao futuro, mas repete-se em um movimento cíclico de cerne identitário.

Esta identidade é étnica, já que diz respeito a um povo. Assim, é auto-atribuída e o reconhecimento de qualquer pessoa como membro do grupo étnico é feito por seus próprios membros. No nível externo, torna-se forma de organização social por meio da qual determinado grupo interage com o outro.¹³ Isso constitui o nível mais profundo de identidade que uma pessoa pode ter, ainda que outras identidades possam existir em termos classificatórios. Um membro de um grupo étnico agirá de acordo com certos padrões estabelecidos, o que enseja o conceito de cultura.

É importante ressaltar que cultura não é o que define um grupo étnico. “O que define um grupo étnico são as fronteiras étnicas e não o conteúdo cultural que ela engloba”.¹⁴ Os judeus messiânicos empregam símbolos diacríticos para mostrar seu judaísmo, tais como o *kippah* (solidéu), a Estrela de David, vestimentas usadas pelos judeus ortodoxos, palavras em hebraico, etc. No entanto, estes símbolos representam o que está dentro do domínio cultural, não em suas fronteiras.

De acordo com Horowitz, ao se estudar a identidade étnica, deve-se atentar para os processos grupais de incorporação ou de exclusão. A criação de nova identidade étnica, quando um grupo ou um indivíduo decide aderir à outra identidade, não é cronologicamente precedida por mudança cultural, pois esta segue, e não precede, a identidade étnica.¹⁵ Os processos de inclusão/exclusão e de cruzamento de fronteiras relacionam-se ao conceito de tempo circular. Ao dizer que a circuncisão não deveria ser motivo de preocupação, pois a necessidade acabaria sendo sentida, o rabino Levi demonstrou que a mudança cultural seguiria a nova identidade.

¹³ CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

¹⁴ BARTH, Frederick. “Introduction”. In: *Ethnic groups and boundaries: the social organization of cultural difference*. London: F. Barth, George Allen & Unwin, 1969, p. 15.

¹⁵ HOROWITZ, Donald. “Ethnic identity”. In: *Ethnicity, theory and experience*. Cambridge (USA): Glazer & Moynihan/Harvard University Press, 1975, p. 124.

O processo de mudança de identidade étnica é um subproduto do **individualismo**,¹⁶ um subproduto ou o criador da **modernidade**. A tradição, em oposição à modernidade, não permite que uma pessoa se separe de sua comunidade e escolha uma nova identidade. A modernidade, por seu turno, permite que o indivíduo escolha sua identidade em muitos níveis, entre eles, a identidade étnica. Segundo Sollors, a consciência étnica é uma característica da modernidade, uma vez que constitui a escolha individual, uma criação própria, algo inimaginável em outros tempos.¹⁷ Desse modo, assim como o individualismo é contraposição ao comunalismo, o modernismo é contraposição à tradição. Somente na era pós-moderna pode-se escolher a identidade que se quer assumir. No caso do judaísmo, a comunidade exerce papel fundamental porque o indivíduo não pode agir e expressar sua religião sozinho, fora das estruturas comunitárias de referência, como é o caso da *Mynian*.

Para os judeus messiânicos de Brasília, não existe tal conceito, mas a forte liderança carismática do "rabino Aroch" e o chamamento da **história**. Segundo Cardoso de Oliveira, na falta de um grupo étnico de referência, "os novos membros apelarão à sua história (...) e se representarão como uma categoria étnica num sistema ideológico determinado".¹⁸

A história do grupo de judeus messiânicos, que depende de identidade existente há 1.800 anos (500 anos, no caso dos cristãos-novos), auxilia a construção de sua identidade com o aporte do simbolismo histórico-étnico. Os símbolos étnicos, obrigatoriamente contrastantes, encontram seu racional no caráter sempre etnocêntrico da identidade étnica. Dessa forma, segundo Cardoso de Oliveira, pertence à incapacidade universal da "ideologia étnica" a relativização. Não se poderia esperar, portanto, que a comunidade judaica reconheça os judeus messiânicos como legítimos.

¹⁶ DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus: the caste system and its implications*. London: Weidenfeld and Nicholson, 1970.

¹⁷ SOLLORS, Werner. *Beyond ethnicity: consent and descent in american culture*. New York/Oxford, Oxford University Press, 1986.

¹⁸ CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto, *op. cit.*, p. 13.

Em uma situação de contato, a identidade étnica apresenta 3 domínios: o ideológico, ou seja, a identidade; a organização, isto é, o grupo social; e o processo ou articulação social. O caso que ora estudamos possui os 3 domínios. Os judeus messiânicos criam uma nova identidade, que não é judaica, nem cristã, e um grupo social (mesmo que seja internacional) que se tenta articular com os agrupamentos de judeus já estabelecidos ou com o Estado de Israel em face das suas demandas nacionais.

Nesta época em que o fenômeno da globalização torna-se evidente, essa tentativa de particularizar é um fenômeno comum, conforme se pode verificar nas dezenas de nações que se querem emancipar do Estado constituído e estabelecer base territorial própria. Nunca, na história da humanidade, esta necessidade foi tão sentida como na atualidade. Até uma identidade estigmatizada, como a judaica, é procurada por outros grupos existentes, na tentativa de estabelecer nicho próprio, em meio a todas as tensões advindas da “liberdade” da modernidade. Nesse sentido, esses grupos reagem como fundamentalistas, aderindo ao Velho Testamento e tentando recapturar a identidade destruída há 1.800 anos.

Como mencionado anteriormente, essa é situação empírica ideal para o estudo da questão fundamental do judaísmo na modernidade: o que é ser **judeu**? Nossa tarefa é geográfica e antropológica, pois levanta questões de natureza teórica acerca da identidade étnica, da nacionalidade, da modernidade, da tradição, do individualismo, do particularismo, do espaço e do lugar, do comunalismo e da globalização.

Espaço e Globalização

Como o espaço está ligado à questão do que é ser judeu? Dois conceitos são básicos para este entendimento. O primeiro deles é *Eretz Ysroel*, que significa a Terra de Israel, grafado da maneira ultra-ortodoxa. O segundo é *Gallut*, Diáspora. A palavra *Ysroel* (Israel) refere-se tanto a um **povo** como a um **lugar**. *Gallut*, por sua vez, refere-se ao povo judeu separado do seu **espaço**.

Como povo, Israel constitui uma **comunidade**, mesmo no *Gallut*, unindo o Israel bíblico ao moderno Estado de Israel. Nesse sentido **simbólico**, o espaço permite que “o tempo, uma das maneiras mais importantes de perceber o mundo”,¹⁹ torne-se “Um” (*Echad*), em função das ligações religiosas entre o passado e o presente. Cria-se um único e possível **tempo** no **espaço**, também uno e único da Terra Prometida. O conceito de *Echad* (“Um”) constitui o pilar básico da religião judaica e da sua cultura, conforme pode-se observar na oração mais importante do judaísmo, a *Shemah*. “Ouve Israel, Adonai é nosso Deus, Adonai é Um! Sendo Um é indivisível, o que e/ou o que não pode ser separado, tanto no **tempo** quanto no **espaço**, uma vez que **tempo** e **espaço** não se aplicam ao Mesmo.” Por isso, os mestres da Kabala²⁰ afirmam que “essa é a razão pela qual Zohar Chadash pode afirmar [com base em indicações contidas na Torah, que] os 3 estágios [da realidade] estão unidos entre si – o Ser Supremo, Abençoado Seja; a Torah e Israel. E esta é a razão pela qual são 3 os chamados de *Etz* [árvore].”²¹

Uma árvore está ligada ao solo. As folhas e os galhos (o povo) que são arrancados da árvore não podem ser alimentados. Por isso, a palavra grega *Diáspora* não tem o mesmo sentido da palavra *Gallut*. *Gallut* é percebida como algo basicamente mau, porque pode causar a morte, a decadência e o afastamento de Israel e da Torah, como ocorreu para muitos judeus e comunidades judaicas ao longo do tempo (o próprio *Gallut*, os massacres decorrentes das Cruzadas, a Inquisição, os *pogroms* e, como o ponto mais alto, a *Shoah*, ou o Holocausto).

O povo judeu tem passado por estágios de territorialização e de desterritorialização. A definição do que é **ser judeu**, portanto, sempre esteve ligada à expectativa de retorno à Terra de Israel e aos laços individuais com a comunidade judaica local. Este concei-

¹⁹ ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. New York/London: Verso, 1989 (original 1983), p. 23.

²⁰ Conhecimento místico judaico.

²¹ SAFRAN, Alexandre. *A sabedoria da Cabala*. São Paulo: Colel-Tora Temima, 1995, p. 68.

to de território esteve, e ainda está, presente na atualidade. O conceito é, ao mesmo tempo, simbólico e político.²²

Por outro lado, os territórios das diferentes *Galuyoth* (Diásporas) judaicas tentam simbolicamente reproduzir a Terra de Israel por meio de suas comunidades locais, entendendo-se aqui **comunidade** como pessoas que têm o mesmo interesse e vivem juntas dentro de uma sociedade maior.²³ Embora, no sentido sociológico, esta definição refira-se a um grupo de pessoas que vivem em uma determinada área geográfica, ela continua a ter uma força normativa. Por exemplo, o ideal da comunidade rural continua a ter uma força na imaginação. Assim, em áreas geográficas onde se pode encontrar uma comunidade judaica, pode-se, também, encontrar terra e tempos bíblicos reproduzidos de maneira simbólica de diferentes modos.

Estas reproduções podem ser chamadas de **práticas espaciais**, pois estão

[ancoradas] em padrões culturais específicos de diferentes sociedades (...) [com] o objetivo de tornar possível a existência e reprodução de uma atividade (...) de uma determinada cultura étnica ou religiosa (...). Estes constituem os meios efetivos através dos quais o controle e o manejo do território podem ser obtidos.²⁴

No que concerne especificamente à presente pesquisa, são consideradas tentativas de criar a **territorialidade religiosa**, que constitui o “conjunto de práticas desenvolvidas por grupos ou instituições na tentativa de controlar um território”.²⁵

²² CASTRO, Iná E. *Imaginário político e território: natureza, regionalismo e interpretação*. In: CASTRO, Iná E. et alii. *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997; SMITH, Jonathan. *Map is not territory*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1993; GOMES, Paulo C. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

²³ *The Webster seventh new collegiate dictionary*. Springfield (USA): G. & C. Merriam Company Publishers, 1967, p. 168.

²⁴ CORRÊA, Roberto L. “Espaço, um conceito-chave da geografia”. In: CASTRO, Iná E.; GOMES Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 35.

²⁵ ROSENDAHL, Zeny. “Geografia e religião: uma proposta”. *Espaço e cultura*, Ano 1, n. 1, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura, UERJ, Rio de Janeiro, 1995, p. 25.

Considerações finais

De acordo com o que se encontra na literatura geográfica, sociológica e antropológica brasileira recente,²⁶ o crescimento dos movimentos evangélicos e pentecostais no Brasil ocorre com base no fenômeno da **globalização** e nos conseqüentes movimentos de capital, de pessoas e de bens (simbólicos ou materiais). Esses movimentos podem ser, *grosso modo*, caracterizados como **fundamentalistas**,²⁷ em virtude de sua resistência à modernidade. Estes movimentos religiosos, até hoje, são formados, em sua maioria, por populações oriundas das zonas rurais que migram para as cidades, bem como pela segunda geração dessas comunidades. Podem ser caracterizados pela interpretação literal do *Tanach* (Velho Testamento), do qual surge grande admiração pela Terra e pelo Povo de Israel. Foi isso que o grupo de judeus messiânicos de Brasília revelou ao escrever em hebraico "Sinagoga Israelense", termo refutado pelo embaixador do Estado de Israel. Estabeleceu-se clara fronteira simbólica entre o território de Israel e a nacionalidade judaica (em Israel, pode-se ter a cidadania israelense e a nacionalidade judaica, cristã ou islâmica).

É importante salientar que, no Brasil, nem todos os grupos evangélicos ou pentecostais são social ou economicamente marginalizados. Com efeito, existe crescente número de grupos que, possuindo melhor nível de educação formal, proclama pertencer à comunidade histórica judaica por meio de herança cristã-nova: isto é, afirmam que seus ancestrais foram judeus, expulsos de Portugal à época da Inquisição, que vieram para o Brasil, onde

²⁶ ANTONIAZZI, Alberto et alii. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do Pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994; FERNANDES, R. C. et alii. *Brasil e Estados Unidos: religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Graal, 1988; PALEARI, Giorgio. *Religiões do povo: um estudo sobre a inculturação*. São Paulo: AM Edições, 1993; PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1996, e BLOOMFIELD RAMAGEM, Sonia. "Fundamentalismo e espaços: uma análise geográfica", *op. cit.*

²⁷ BLOOMFIELD RAMAGEM, Sonia. "Fundamentalismo e espaços: uma análise geográfica", *op. cit.*

foram obrigados a viver, por várias gerações, como conversos. O grupo pesquisado estabeleceu sua “sinagoga” na mesma rua em que a ACIB está localizada, o que cria alguma dificuldade quando seu endereço é indicado: o espaço é bem manipulado nas práticas do grupo, com o objetivo de criar um território messiânico.

O surgimento de uma “sinagoga messiânica” em Brasília gerou grande desafio para a comunidade judaica estabelecida na cidade, em termos de identidade (baseando-se na questão de tempo e espaço). O que é ser **judeu**? Como a comunidade judaica pode-se apresentar em contraste com a “outra” sem demonstrar sinais de intolerância? Como reagir ao programa televisivo no qual o “rabino Aroch” foi apresentado como o representante da comunidade em Brasília? O que fazer caso os judeus messiânicos pressionem a administração do cemitério local para enterrar um membro do grupo na área designada para os enterros judaicos. A ACIB deveria aceitar não-judeus como membros? Essas várias questões fizeram que a Confederação Israelita Brasileira (CONIB), inserida em contexto espacial mais amplo, prontamente publicasse, no jornal local de maior circulação, nota em que afirmava que a ACIB é a única representante da comunidade israelita no Distrito Federal, sendo os cultos religiosos dirigidos pelo rabino do Beit Chabad, de acordo com as leis judaicas.²⁸

Considerando que o processo de globalização produz **presumida** homogeneização cultural, esses grupos procuram raízes, reais ou não, que lhes possam dar uma identidade, não tão estigmatizada como antes da criação do Estado de Israel, que alcançou grande desenvolvimento científico e tecnológico e que possui a habilidade de defender seus cidadãos. Desse modo, o grupo apresenta-se como judeu, porém ressalta o conceito de **messiânico** para demonstrar que acredita em Cristo como Messias.

É interessante notar que o mesmo processo de globalização, que é responsabilizado pela perda das identidades, é o mesmo usado pela Federação Internacional de Judeus Messiânicos, localizada nos Estados Unidos, para chegar até os latino-americanos,

²⁸ *Correio Braziliense*, 16 de janeiro de 1999.

seja no Brasil, na Argentina, na Colômbia, no México, etc. Pode-se chegar aonde vivem os migrantes destes e de outros países por meio da Internet, do fax e do telefone. Isso revela outra característica do fundamentalismo como fenômeno gerado pela globalização: embora rejeite a modernidade, não rejeita as modernas tecnologias que permitem a recepção de sua mensagem por possíveis adeptos.

O rabino Levi, com quem mantivemos contato telefônico na FIJM, ao dizer que lêssemos Ovadiah 1:20 ("O Gallut dos Filhos de Israel, que vai de Canaã à França, e o Gallut de Jerusalém, que é Sefardita, e herdará as cidades do Negev"), suscitou outro aspecto interessante do fenômeno que estudamos. Com relação a este, Geiger entende que os judeus foram os precursores da "modernidade" porque, desde a Antigüidade, têm-se movimentado por toda parte, mantendo contatos com terras distantes, estabelecendo-se em algumas delas (por bem ou por mal) e criando laços étnicos/religiosos com *Eretz Ysroel*, utilizando-se de laços familiares e de peregrinações a Jerusalém, o centro do universo.²⁹

Como dito antes, existem poucos estudos que utilizam o conceito de **território**. O mesmo fato ocorre no caso da Geografia, que só recentemente começou a estudar a religião como legítima área de investigação acadêmica. Espera-se que os resultados dessa pesquisa possam acrescentar dados e informações ao incipiente corpo teórico de interseção entre a Geografia e a Antropologia. A tendência do pensamento moderno é a de não separar a episteme. O conhecimento, como disse D'us a Salomão, é sabedoria e entendimento. "Eu lhe dei um coração sábio e compreensivo". (I Reis 3:12)

²⁹ GEIGER, Pedro P. "O povo judeu e o espaço". *Território*, n. 5, LAGET/UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

Mídia e Oriente Médio: uma relação de guerra e paz

Diane Kuperman*

O que de fato se passa, quando se vêem árabes acusando a mídia internacional de ser dominada pelo *lobby* judeu e judeus, por sua vez, acusando os meios de comunicação de se terem vendido ao capital árabe?

O presente artigo é parte de ampla pesquisa, cujo objetivo é estudar a cobertura dada pela imprensa sobre o Oriente Médio. Aqui, trata-se não-somente de mostrar o tratamento tendencioso dado pelo *Jornal do Brasil (JB)* a questões envolvendo o Estado de Israel, desde a sua criação, e seus vizinhos, com o olhar de quem sofreu, na própria pele, as dificuldades enfrentadas por refugiados judeus. Tampouco se pretende analisar a questão da perspectiva árabe. Tentaremos montar quebra-cabeça que constitui versão histórica original sobre Israel, contada pelo gigantesco número de peças veiculadas por um jornal.¹

A relativa neutralidade na Guerra de Independência

A mídia, no primeiro confronto entre países árabes e Israel, mantém-se equidistante. O seu discurso é neutro, pendendo às

* Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e autora do livro *Anti-semitismo, novas facetas de uma velha questão*. Rio de Janeiro: Pontal, 1992.

¹ Versão detalhada da pesquisa pode ser encontrada em KUPERMAN, Diane. *Das manchetes às entrelinhas, guerra e paz no Oriente Médio*, UFRJ, Rio de Janeiro, tese de doutorado.

vezes mais para o lado de Israel devido à sua nítida desvantagem numérica e de forças. As lembranças do Holocausto ainda estão muito frescas, o genocídio começa a ser desvendado em toda sua dimensão, as lutas para a emigração vez ou outra aparecem na imprensa. Reina certo mal-estar na consciência mundial e um sentimento de que é necessário fazer algo a título de reparação.

Há, também, de se registrar o fato de o Brasil ser, na época, o maior país católico do mundo, o que provoca sentimento misto de respeito, culpa e dúvida: respeito pela origem do cristianismo – Jesus era judeu e todos os princípios éticos do cristianismo provêm do judaísmo; culpa, por ter permitido o extermínio sem nada ter feito para ajudar a salvar; e dúvida – se tudo o que aconteceu não terá sido castigo infligido aos judeus, pela sua não-aceitação de Jesus como Messias e filho de Deus.

Enquanto grassa a Guerra de Independência de Israel, as notícias mais importantes do final de 1948, divulgadas na imprensa brasileira, referem-se aos vários debates na ONU em torno do Plano de Armistício para a Palestina. *O Jornal*, do dia 23 de novembro, informa que, enquanto estes prosseguem na Comissão Política sobre a questão da Palestina, o delegado Henry Katan, em nome dos árabes da Palestina,

apresentou dois princípios básicos, que em sua opinião devem orientar qualquer solução permanente para o problema da Palestina: 1) Nenhuma solução permanente pode ser baseada sobre a ocupação temporária de partes da Palestina por qualquer organismo ou órgão que se intitule a si mesmo de “Governo de Israel”; 2) Nenhuma paz permanente pode ser conseguida a não ser que um plano estipulando que os árabes e judeus vivam pacificamente em cidadania comum sob um Estado Unificado na Palestina seja elaborado. Os judeus, [continua Katan,] deverão regressar a seus países de origem, o que não será difícil porquanto mantêm sua primitiva cidadania.²

² *Jornal do Brasil (JB)*, 23 de janeiro de 1948, p. 7.

A postura árabe é clara e manter-se-á coerente até os anos 80–90, quando será revista pelos processos de paz. Não há paz possível a não ser sob bandeira árabe. A imprensa também é condizente com seu papel: informa pura e simplesmente. Os articulistas não retomam essas questões, nem sequer para apontar o quão problemática é a proposta de retorno dos judeus aos seus países de origem, em 1948, quando ainda estão abertas as feridas do Holocausto.

Uma notícia que, embora merecedora de primeira página, não terá maior repercussão, data de 14 de dezembro: “Anexada à Transjordânia a parte árabe da Palestina”; “Abdullah proclamado Rei do Reino Hachemita da Transjordânia e Palestina.” Não há protestos contra a invasão e essa postura será mantida ao longo do meio século de existência de Israel, tanto pela mídia, quanto pelas nações ou organismos oficiais, como se vê na notícia publicada dias mais tarde: “Adiada a decisão sobre o ingresso de Israel na ONU – afirma o delegado britânico que a decisão imediata em se admitir o ingresso do Estado judeu poria em cheque a autoridade do Conselho de Segurança.”

A ONU começa a demonstrar falta de coerência: aceita, sem protestar, que Abdullah anexe territórios por decisão unilateral e se autoproclame Rei da Palestina, mas hesita em aceitar a adesão de Israel, cuja criação aprovou oficialmente.

A mídia e o mundo contra o jogo nasseriano

Se a Guerra de Independência não suscitou grandes controvérsias, a nacionalização do Canal de Suez por Gamal Abdel Nasser, em 27 de julho de 1956, será objeto de protestos generalizados das grandes potências e da mídia. A partir desta data até o dia 11 de agosto, o Canal de Suez será tema constante de primeira página. Em 12 dias, registramos igualmente 12 manchetes e 38 chamadas de primeira página. Os desdobramentos do incidente em si não serão aqui examinados, mas o fenômeno mostra que, sempre que estão em jogo a segurança e determinados valores do mundo ocidental, a mobilização é generalizada e os países e suas mídias voltam-se contra o inimigo comum.

Na guerra, ainda, o discurso de políticos e da mídia mantém-se, de certa forma, equidistante. As potências estão iradas com o presidente egípcio, por quem se sentem ameaçadas, e a imprensa reproduz o tom geral sem, no entanto, posicionar-se a favor de Israel, alvo de ataques e acusações verbais das lideranças egípcias. É nessa época que uma das mais antigas comunidades judaicas é desmantelada. Vinte mil judeus apátridas são recebidos no Brasil, 60 mil optam por países onde já têm família ou oportunidade de trabalho e outros tantos optam por Israel. Nenhum jornal registra este novo êxodo.

1967, 6 dias que valeram por décadas

Foram precisos apenas 6 dias para marcar a reviravolta completa do olhar da mídia sobre Israel e seus vizinhos árabes. A partir da Guerra de Seis Dias – de 5 a 11 de junho de 1967 – os textos relativos a Israel mudarão de enfoque. De pequeno país ameaçado de extinção por seus vizinhos árabes, Israel torna-se expansionista, imperialista. O discurso muda completamente: é o país que ocupa terras vizinhas, que oprime as suas populações. Simpatias que afloravam naturalmente da esquerda, mudam de campo: Israel, única experiência socialista e democrática do Oriente Médio, torna-se força de ocupação, usurpadora de cidadania, enquanto os países árabes – monarquias ou repúblicas ditatoriais – recebem a solidariedade de países e partidos de esquerda.

Até as alianças políticas desfazem-se: a União Soviética, primeiro país a reconhecer oficialmente Israel, que via como instrumento de penetração no mundo colonial franco-britânico, rompe relações, e a França, aliada tradicional de Israel, retira sua ajuda e impõe o embargo armamentista no episódio chamado pela imprensa de “o caso dos *mirages*”: 50 aviões de combate, comprados e já pagos por Israel, são embargados por De Gaulle depois do ataque das tropas israelenses ao aeroporto do Cairo. O presidente francês recomenda reiteradamente aos dirigentes israelenses “não atacar primeiro”, deixando de considerar o deslocamento de forças árabes nas fronteiras, o fechamento do estreito de

Tirá ou o pedido, feito por Nasser, de retirada das forças da ONU. Tachou Israel de agressor e puniu-o pela desobediência cortando a entrega dos aviões, fundamentais para a sua sobrevivência. De Gaulle ainda se posiciona publicamente contra os judeus, qualificando-os de “povo altivo e dominador”.

As afirmações do General e o embargo dos *mirages* tiveram resultado inesperado: despertam no jornalista Raymond Aron, conhecido por sua identificação exclusiva com a França, a sua judaicidade, além de despertar nos judeus franceses, perfeitamente assimilados à sociedade, a consciência de que a qualquer momento poderia ser-lhes lembrada a sua condição de judeus. O caso Dreyfus não era mais história do passado.³

O ano de 1967 começara tenso no Oriente Médio, deixando antever tempos sombrios. Os ataques são constantes, noticiados friamente no dia-a-dia dos jornais que relatam exatamente o que ocorre, identificando sempre os autores: são sírios, israelenses, jordanianos ou libaneses. Não existe a figura do “palestino”, nem do “refugiado”, que terão presença tão marcante a partir do ano seguinte, com a expansão territorial israelense que resulta da Guerra dos Seis Dias.

De 28 de abril a 15 de maio de 1967, não há notícias sobre o Oriente Médio no *JB*. Este prolongado silêncio não deixa de ser estranho, principalmente quando se sabe que o número de ataques de *fedayin* havia crescido tanto que, no dia 11 de maio, o Primeiro-Ministro Levy Eshkol, em pronunciamento público, advertiu que “diante da onda de sabotagens e infiltrações – 11 apenas em um mês – seremos forçados a adotar medidas drásticas.”⁴

O *JB* certamente teve acesso a essas informações, mas não as considerou válidas para publicação. Será o silêncio proposital, uma espécie de hiato preparatório para a mudança do discurso?

³ A acusação de traição contra o oficial francês Dreyfus desencadeou uma onda de anti-semitismo na França. Sua inocência motivou intelectuais e políticos do mundo inteiro, entre eles, Emile Zola, autor do libelo *J'accuse*, e Theodor Herzl, que escreverá *O Estado judeu*, ponto de partida para a defesa de um lar judeu na Palestina.

⁴ Publicação anual do Ministério das Relações Exteriores de Israel, 1967.

Já em plena guerra, o discurso muda: pela primeira vez aparecerão os termos “**território ocupado**” – “Depois de destroçar um ataque israelense contra Cuntilla, no Sinai, forças blindadas egípcias penetraram em território ocupado (...)”⁵; “guerrilheiro”, para designar os outrora **terroristas** palestinos – “O Rei Hussein voltou de Amã em companhia de Shukeiry, líder dos guerrilheiros palestinos”;⁶ e **refugiados**, usado como título de coordenada 2 dias consecutivos, em 11 e 12 de junho. É durante a Guerra dos Seis Dias que também aparece a associação de judeus com práticas nazistas: “Judeus usam a tática dos nazistas”.⁷

Juntando-se, ao novo vocabulário, o pedido de retirada das terras ocupadas, reiterado por países e pela mídia, a opinião pública convence-se de que esta é a única solução plausível. Acusação de invasão, lembrança de pobres refugiados, teimosia em não ceder: está plantado o tripé sobre o qual se construirá a imagem negativa de Israel.

Em 15 de junho de 1967, o redator do *JB* emprega um termo inusitado, **ativista**, que traz embutido, em seu significado, o sentido de participação comunitária. Soa estranho ligar ativista com terror – “O ataque ao sul do monte Hebron foi executado por 3 ativistas da Organização Al Fatah que seguiram em direção do Jordão.”

A consciência do noticiário mais avesso a Israel levou um repórter a provocar Yael Dayan, filha do general Moshé Dayan, que esteve no Brasil um mês depois da guerra, com a pergunta “you know you have a bad press?” Yael Dayan respondeu sem pestanejar, parafraseando Golda Meir depois do conflito de 1956: “I’d rather win the war, and have a bad press, than loose the war, and have a kadish” (*kadish*, em hebraico, é a oração pelos mortos). Nenhum jornal reproduziu a resposta.

A partir da Guerra dos Seis Dias, praticamente todas as matérias fazem referência à ocupação usando termos como **territórios ocupados**, **Cisjordânia ocupada**. A maioria dos jornalistas

⁵ *JB*, 1^a de junho de 1967, p. 8.

⁶ *JB*, 6 de junho de 1967, p. 3.

⁷ *JB*, 1^a de junho de 1967, p. 3.

tas, seguindo o exemplo do *JB* ou do *The New York Times*, adota discurso segundo o qual a criação de Israel e a sua posterior expansão com a Guerra de Seis Dias fez surgir a categoria de **refugiados palestinos**, como se o problema fosse inteiramente criado pelos israelenses ao ocuparem terras povoadas pelos palestinos.

Refugiados, categoria singular

Se, para o repórter, é mais cômodo adotar a postura de apoio aos oprimidos, ele não deve esquecer que “a fidelidade à verdade dos fatos é a marca do jornalismo de qualidade”.⁸ É preciso lembrar que, se o problema dos refugiados palestinos nasce realmente com a perspectiva da Partilha, ele não é o único marcado pela Segunda Guerra Mundial, com remanejamento de fronteiras que raramente respeitou limites geográficos, identidades étnicas ou religiosas ou, mesmo, aspirações de certos povos, criando uma legião de seres deslocados, descontentes com sua nova bandeira ou seus novos limites.

O *JB* de 20 de março de 1994 estima a massa de desterrados em 18 milhões de refugiados e 24 milhões de deslocados. Não estão incluídos, aí, palestinos e judeus, mas croatas (669 mil), bósnios (3 milhões), afegães (3,3 milhões), ruandeses (3,4 milhões), liberianos, (701 mil), iraquianos (715 mil), tajiquistaneses (534 mil), burundineses (536 mil), somalienses (517 mil), angolanos (526 mil) e moçambicanos (2,1 milhões).

Por que, neste contexto tão amplo e diversificado, o foco da mídia permanece na questão palestina? E, ao falar dos palestinos que fugiram ou que se sentiram expulsos, por que não lembram que Israel não só se ofereceu a indenizar as famílias que abandonaram os seus lares, bem como contribui, anualmente, com milhões de dólares para a UNRWA – a agência da ONU para ajuda e proteção de refugiados árabes – doando mais do que muitos países árabes ricos.

⁸ FRANCO, Carlos Alberto di. “Jornalismo, virtudes que faltam”, *JB*, 18 de abril de 1994, p. 9.

1973, o dia sem perdão

Enquanto a linha Bar-Lev é erigida no Sinai por estrategistas israelenses para se protegerem dos ataques constantes dos *fe-dayins*, os países árabes armam-se sem que o mundo reaja. A guerra de atritos em toda a fronteira israelense faz mais vítimas do que o noticiado e vai alcançar seu ápice na Guerra de Yom Kippur. 1972 seria o ano das provocações: Anuar Sadat não perderá uma oportunidade para reiterar sua intenção de iniciar as hostilidades “porque Israel jamais se retirará dos territórios árabes ocupados até que o sangue seja derramado em seu próprio território e nas dunas do deserto do Sinai”.⁹ É nessa época que o petróleo começará a ser usado de forma efetiva para impedir que os países dependentes do combustível ajudem Israel.

Já foi observado que mídia e opinião pública costumam-se manifestar contra os árabes sempre que os valores e os hábitos ocidentais se sentem ameaçados. Este fenômeno tornar-se-á mais patente ainda durante a crise do petróleo. Embora a mídia já estivesse francamente favorável aos árabes, ela não hesita em se voltar contra as decisões da OPEP e seus membros. Mas, como voltar-se contra não significa render-se às fileiras do outro, ao posicionar-se contra os árabes, a imprensa não troca de bandeira e não passa para o lado de Israel.

Nos 5 primeiros dias da cobertura da Guerra de Yom Kippur, quando Israel está ameaçado de extinção, a mídia publica noticiários apreensivos e esquece, momentaneamente, todos os epítetos que serão utilizados a partir do sexto dia, na reviravolta israelense e sua inesperada vitória.

O Líbano em foco

A operação *Paz para a Galiléia*, desencadeada por Israel, em 6 de junho de 1982, vai-se tornar o marco da linguagem jor-

⁹ *JB*, 19 de fevereiro de 1972, p. 9.

nalística preconceituosa (no sentido lato da palavra). Os jornais não hesitam em omitir fatos, deturpar outros e até truncar imagens para transformar a operação, que se pretendia de paz, em invasão brutal e hedionda. Sem eximir Israel de sua responsabilidade em adotar uma atitude condenada pela imensa maioria de sua população, o que se discute aqui é o comportamento do correspondente, enviado ao local para transmitir, a seus leitores, as informações fidedignas, e que acaba, muitas vezes por limitações pessoais, passando visão precária de acontecimentos, que não consegue apreender em toda a sua dimensão.

Alguns episódios marcantes da *Invasão do Líbano*, como será batizada pela imprensa, serão silenciados, o que é inexplicável para os conceitos de comunicação global e instantânea do jornalismo moderno. Outros serão transmitidos em parte, geralmente a parte menos favorável a Israel. Outros, ainda, terão sua dimensão e seu significado minimizados ou exagerados, conforme a tônica decidida pelo repórter.

O seqüestro de jornalistas tornou-se corriqueiro na Guerra do Líbano, como também assassinatos e liquidações puras e simples. As pressões e o medo explicam o silêncio que acaba encobrindo a realidade, não só para quem não a recebe em toda a sua dimensão mas, também, para quem não a fornece.

* Milan Kubic, correspondente do *Newsweek* no Oriente Médio desde os anos 60, é o primeiro jornalista a abandonar a região sob o peso de ameaças. William Marmon, do *Time*, pegou o primeiro avião ao ser informado que sua vida estava a prêmio. Philip Caputo, correspondente do *Chicago Tribune*, foi preso durante 5 dias, acusado de espionagem e libertado com pedido de desculpas. Alguns meses depois, em 26 de outubro de 1975, ao ser parado em barreira para verificação de documentos (que estavam em perfeita ordem), Caputo recebeu a ordem sumária de descer do carro e sair correndo. Enquanto obedecia, ouviu tiros zunindo nos seus ouvidos e, quando já chegava na esquina, foi atingido por duas balas. Conseguiu ainda arrastar-se até dobrar a esquina e ser socorrido por uma família que o levou para o hospital, de onde foi repatriado para os Estados Unidos. Foi um dos raros casos amplamente noticiados pelo *Chicago Tribune*, que denun-

ciaria, então, as violências e as pressões sofridas pelos correspondentes estrangeiros em Beirute.

A grande maioria da imprensa preferiu escudar-se no silêncio, não só para proteger os seus profissionais mas, também, para permanecer no local e continuar a fazer as suas coberturas. A presença da imprensa estrangeira, principalmente quando silenciosa, contribuirá para dar aval ao regime e seriedade às notícias transmitidas. O leitor mediano, que ignora tudo do que acontece na região e que se baseia, quase exclusivamente, naquilo que lê, vai achar que está tudo bem por lá.

James Markham, do *The New York Times*, escreve que “Beirute é o lugar mais selvagem do mundo”. Com a entrada efetiva da Síria no Líbano, a situação torna-se mais ambígua para os jornalistas. Além de terem de submeter-se aos mandos e desmandos dos mercenários da OLP, precisam curvar-se aos humores sírios, que já começam fechando 7 jornais locais e impondo censura à imprensa, incluindo as matérias dos correspondentes. Nenhum escrito e nenhum filme pode sair do Líbano se não levar o carimbo de autorização do censor sírio.

A Síria, que entrou no Líbano para ajudar os cristãos a se livrem da OLP, acaba por se aliar aos palestinos, semeando o terror e o horror no Líbano. A guerra aos jornalistas aumenta na mesma proporção em que cresce a certeza da impunidade. O jornalista Salim Lawzi, muçulmano sunita proprietário do *Al Hawades* (Eventos) e adversário ferrenho de Hafez Assad, presidente da Síria, resolve transferir seu jornal para Londres. De volta a Beirute para o enterro da mãe, é seqüestrado, barbaramente torturado e morto. Seu corpo mutilado será encontrado por pastores de ovelha e os culpados nunca apareceram. Não houve investigações e, entre os jornalistas, comenta-se a ação sanguinária dos homens de Rifat Assad, o irmão do presidente da Síria. Nenhuma comoção ou alarde, nem mesmo solidariedade profissional ou humana.

No dia 25 de fevereiro de 1980, o *JB* dará a primeira notícia sobre perseguições a jornalistas: no pé da página 8, em duas colunas, informa “Jornalista árabe é seqüestrado no Líbano”, e, em 6 de março, discretamente, na página 12, com o título “Jornalista é torturado e assassinado no Líbano”, descreve-se que

A autópsia revelou que o corpo de Salim Lawzi foi terrivelmente torturado antes de receber os tiros na cabeça. Foi o único muçulmano que manteve a redação de sua revista ativa no setor cristão de Beirute durante a guerra civil de 1975–1976.

O relato comprova a violência e o terror impostos pelos sírios no Líbano, mas cai no esquecimento por não suscitar protestos, nem merecer acompanhamento posterior. Quatro meses mais tarde é a vez do assassinato, em plena luz do dia, do presidente da Associação Libanesa de Imprensa, Riad Taha. Ninguém foi preso, nem investigado. No mesmo dia, o presidente da TV libanesa, o cristão Charles Rizk, foi detido por 5 horas para averiguações. Solto, abandonou o cargo e o país. No dia 24 de julho do mesmo ano, o *JB* registra, em pequena nota, a morte de Taha, em uma coluna, na página 12.

Resolvida a situação com a imprensa nacional, a atenção voltou-se para os correspondentes internacionais sediados em Beirute. E os métodos de coação não mudaram. Berndt Debusmann, chefe do escritório da *Reuters*, foi baleado ao sair de uma festa por ter noticiado movimento contrário a Hafez Assad. A festa era na casa de Tim Llewelyn, o correspondente da *BBC* que insistiu em noticiar prisões na Síria e oposição a Assad. Avisado, em julho de 1980, que sua vida corria perigo, Llewelyn, cidadão britânico, avisou imediatamente a sua embaixada, que encaminhou protesto formal às autoridades sírias e libanesas. Diante da falta de resposta libanesa e da afirmação síria de que a segurança dos jornalistas era responsabilidade da polícia do Líbano, o jornalista refugiou-se em Chipre e a *BBC* optou por fechar sua apresentação em Beirute. A partir de então, todas as notícias da *BBC* provenientes de Beirute eram, de fato, geradas em Chipre. E nada se noticiou a respeito.

O silêncio inicial pode ser explicado pela esperança de, um dia, recuperar-se tranquilidade e segurança e poder voltar a atuar da cidade em conflito. Mas, como as perspectivas não melhoraram e a emissora não podia deixar de transmitir notícias da região, a solução encontrada foi continuar noticiando como se os jornalistas continuassem sediados em Beirute. Em nenhum

momento, a *BBC* fez menção de sua exclusão da capital libanesa e a grande maioria do seu público nunca soube que estava sendo enganada pela emissora e que o noticiário do Líbano vinha, de fato, de Nicôsia, na Ilha de Chipre. O correspondente do *Figaro*, Jorge M. Stocklin seguiu o mesmo caminho após receber ameaças de morte.

Outro assassinato que revoltou a imprensa mas não provocou alarde foi o de Robert Pfeffer, da revista alemã *Stern*. Pfeffer pesquisava as relações existentes entre a OLP e o grupo terrorista Baader-Meinhof e os resultados alcançados não devem ter sido do agrado da OLP.

Em 1981, o repórter assassinado foi Sean Toolan, da *ABC*. O ato mereceu, da rede americana, apenas 30 segundos e, do *JB*, pequena nota, de uma coluna, com o título: “Repórter morre a tiros em Beirute”. O texto noticiava que

o jornalista Sean Toolan, *free-lancer* e correspondente da *Radio ABC* e do jornal *Atlanta Constitution*, dos EUA, foi assassinado a tiros no setor ocidental de Beirute por um homem que atirou de um carro em movimento. A OLP condenou o crime e prometeu fazer o possível para encontrar os responsáveis.¹⁰

A cortina do silêncio permanece puxada. Hans Benedict, enviado especial da *Associated Press*, teve seu visto negado pela OLP por ter entrevistado Gazi Hussein a respeito do massacre de civis israelenses, perto de Tel Aviv, na primavera de 1978, e divulgado sua resposta segundo a qual “terrorismo contra israelenses, incluindo mulheres e crianças, é instrumento legítimo da revolução palestina e continuará a ser usado sempre que necessário”. O mesmo processo ocorre com o veículo de comunicação. O medo contamina pessoas e Órgãos e, em nome da proteção a seus funcionários, os editores optam por omitirem-se: na verdade, tornam-se cúmplices.

E os únicos jornais do mundo a se manifestarem em editorial foram os britânicos *The Economist* e *The Guardian*.

¹⁰ *JB*, 16 de julho de 1981, p. 13.

Visão caolha

A leitura das notícias ao longo das décadas propicia comparações e provoca estranhamento como, por exemplo, a forma como foram noticiadas as invasões do Líbano pela Síria e pelos palestinos.

Dez anos antes, em 17 de setembro 1972, a manchete de primeira página do *JB* é “Israel invade Líbano com 5 mil soldados”, e a página 18, inteiramente dedicada ao choque, merece outra manchete de reforço: “Israelenses bombardeiam e invadem Sul do Líbano”. Quando trata da invasão palestina, entretanto, a chamada de primeira página de 4 de maio de 1973 informa fria e discretamente: “Palestinos da Síria invadem Líbano e lutam com Exército”. No dia seguinte, nova pequena chamada em uma coluna: “Libaneses controlam palestinos”. No dia 9, mais uma chamada, de 3 colunas desta vez: “Síria ameaça invadir Líbano para defender os palestinos”.

Notícias diárias são dadas sobre ataques e bombardeios, mas nenhum editorial, nenhum protesto de potência estrangeira ou do Papa. A ONU tampouco se manifesta para impedir as dezenas de mortes e a mídia não faz alarde. No dia 3 de maio de 1972, informa-se, em pequena chamada de duas colunas: “Luta com palestinos mata 62 no Líbano”. Na página 13, a manchete não fala em mortes, muito menos em massacre; estampa, apenas, que “Exército impõe toque de recolher em Beirute”. É no corpo da matéria que se descobre a extensão das perdas: “Em consequência dos violentos combates travados o dia inteiro entre os militares e os palestinos, as lutas deixaram um saldo de 12 mortos e 40 feridos militares e 50 mortos e 100 feridos palestinos”.

E, ao longo da guerra civil, os jornais e câmaras de cinegrafistas e fotógrafos noticiam perdas, destruição e mortes de forma branda. Só alcançarão o clímax 10 anos mais tarde, quando darão vazão à enxurrada de protestos e acusações contra Israel.

Uma informação que os jornais noticiaram muito discretamente, quando chegaram a noticiar, foi a boa acolhida dada aos soldados israelenses pelos libaneses que os receberam como libertadores e heróis. Cansados da guerra civil e de se sentirem joguetes entre as forças rivais, nunca sabendo em quem se fiar,

os libaneses cristãos, principalmente, acreditavam que os israelenses viriam devolver-lhes a paz e a prosperidade perdidas.

O deputado democrata texano Charles Wilson, conhecido por sua postura pró-árabe e defensor da venda de armamentos aos países árabes, extasiou-se ao voltar do Líbano com

o entusiasmo com o qual foram recebidos os israelenses (...) Era como um exército de libertação (...) Era algo de assombroso. Eu podia esperar tal reação dos cristãos, o que é perfeitamente plausível. Mas nunca esperaria tamanha adesão da população muçulmana. Ao falar com as pessoas, muitas delas tinham perdido a sua casa, muitas delas tinham perdido familiares. E todas disseram que era horrível ver as tropas israelenses entrando no seu país. Mas, todas acrescentavam: se for para nos livrar da OLP, então terá valido a pena.¹¹

Este é o cenário quando Israel irrompe no Líbano, no dia 6 de junho de 1982. A notícia é a manchete de 7 de junho do *JB*: “Israel invade Líbano para afastar palestinos”. A página 9, também com manchete – “Israel empurra os palestinos 40 km Líbano adentro” – é dedicada ao evento, amplamente ilustrado com fotos: “Blindado israelense inicia a invasão do Líbano confiante na vitória sobre os palestinos” e “Um tanque cruza a fronteira e avança em território libanês, para desalojar os palestinos”.

O restante da página contém as matérias “Israel captura principal base”, “Versalhes pede o fim do ataque”, “Combates no Sul duram 12 anos”, “Conselho de Segurança pede retirada imediata”, “Piloto capturado diz que perdeu controle” e “Governo explica ‘Paz para Galiléia’”. Curiosamente, a explicação do governo israelense vem em último lugar, como se fosse a última informação que interessasse.

A partir de junho de 1982, e enquanto Israel permanecer no Líbano, os enfrentamentos serão notícia de primeira página praticamente todos os dias. Em 3 meses (de 7 de junho a 7 de setembro), apenas a título de exemplo, verifica-se que a invasão será

¹¹ PODHORETZ. *The media: freedom or responsibility*, p. 259.

10 vezes manchete e merecerá 72 chamadas, somando 82 títulos de primeira página, 512 matérias que deram 98 manchetes de páginas internas, 28 editoriais – praticamente um a cada 3 dias –, numerosas ilustrações – 15 fotos de primeira página (que representam um verdadeiro recorde), 130 em páginas internas e 16 mapas.

Embora a operação *Paz para a Galiléia* não seja a primeira incursão israelense em território libanês, ainda que tenha conotação diferente das demais, não se pode deixar de registrar a diferença de tratamento, até mesmo relativamente a outras intervenções. Cinco dias antes, em 30 de maio de 1982, não será dada manchete alguma ou chamada de primeira página para a notícia “Irã invade o Iraque e Haig faz advertência”, que aparecerá na página 20.

As primeiras notícias dão conta que Tiro e Sidon foram inteiramente destruídas pelos bombardeios aéreos de Israel. Esta informação não se confirma, nem é desmentida, como tampouco a cifra de 600 mil desabrigados, já que, quando chegam os israelenses, não haviam sido mencionados tantos moradores, todos fugitivos das violências palestinas. Quanto às dezenas de milhares de feridos na primeira semana da guerra, verifica-se serem de fato 1.200, contados todos os leitos de hospitais de Beirute.

No dia 8 de junho, o *JB* publica fotografia que mostra “Em meio ao bombardeio dos aviões israelenses, domingo, dois homens transportam uma criança que está sendo alimentada por soro, através das ruas da cidade”. A fotografia vai percorrer o mundo e acabar na escrivania do Presidente Ronald Reagan, que ficará horrorizado com a pobre criancinha que perdeu os 2 braços no bombardeio israelense. Reagan, que mandou emoldurar a fotografia, apresentou protesto formal ao Ministro do Exterior Israelense, Yitzhak Shamir, que mandou apurar o estado da criança e verificou que, não somente continuava com os 2 braços como, também, tinha sido devidamente atendida por médicos israelenses em Beirute e já estava praticamente recuperada. O Presidente norte-americano recebeu nova foto, que nenhum jornal publicou...

Outra notícia nunca devidamente esclarecida é a que se refere à destruição da infra-estrutura de Sidon pelos israelenses. Quando o exército israelense chegou à cidade, não havia mais poderes estabelecidos, nem prédios públicos, sumariamente destituídos

pela OLP, em 1975, que assumiu o comando da polícia, da justiça e da prefeitura. Logo depois, com o intuito de desalojar os palestinos, as forças sírias arrasaram todo o centro administrativo da cidade, não deixando pedra sobre pedra.

O que leva uma jornalista do renome de Hilary Brown, da *ABC News*, a postar-se diante do prédio da prefeitura destruída anteriormente e anunciar, com a voz embargada pela emoção, que ele acaba de ser arrasado pelas bombas israelenses? Falta de informação? Má-fé? Ou, simplesmente, vontade de ganhar a guerra pela audiência, mesmo se for à custa da verdade?

O que leva repórteres a acusar soldados israelenses de dizimar populações civis quando, reiteradamente, aviões israelenses despejaram panfletos sobre as cidades que pretendiam atacar, avisando a população local para evacuar a área e se pôr a salvo, preferindo perder o efeito surpresa, mas salvar vidas. Este fato só foi noticiado uma vez pelo *JB*. No dia 11 de junho, um texto-legenda, na página 12, descreve uma fotografia: “Caças israelenses jogaram milhares de panfletos ameaçando com um ataque maciço para ocupar Beirute se sírios e palestinos não saírem da cidade”. O redator imprime um tom ameaçador à advertência israelense. A mesma atitude será adotada em relação aos prédios estratégicos utilizados como escudo para armamentos pesados ou para Quartel General. Quando Israel ataca uma escola vazia ou um hospital desativado, a grita é generalizada e nenhum correspondente lembra-se da violência exercida anteriormente pela OLP ou por milicianos ao ocuparem as instalações concebidas para fins pacíficos.

Sabra e Chatila: o sangue que maculou Israel e a mídia

A chacina de Sabra e Chatila ilustra a extensa gama de possibilidades de manipulação da notícia. Da seleção das palavras à definição do título, o texto percorre um longo caminho, cujo resultado final, impresso, pode reportar fielmente os fatos ou transmiti-los de forma truncada. O episódio refere-se à notícia publicada em todos os jornais do mundo, de domingo, 19 de setembro

de 1982, informando que milicianos falangistas haviam invadido os campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila, no Líbano, dizimando seus ocupantes. O número de mortos varia de 300 a 1.700, mas as cifras não são o elemento determinante do horror: os definidores da dramaticidade da situação serão suas circunstâncias e a sua disseminação pelo espectro midiático, que transformará Israel no grande vilão da história.

A primeira notícia reproduz os fatos. Já a partir do título, sabe-se claramente o que ocorreu e a página 14 estampa em manchete de 8 colunas “Milícias cristãs chacinam civis palestinos em Beirute”. *Lead* e *sublead* relatam o ocorrido:

Centenas de homens, mulheres e crianças dos campos palestinos de Sabra e Chatila, Beirute Ocidental ocupada pelos israelenses, foram massacrados por milícias falangistas cristãs que entraram ontem nos acampamentos em busca dos dois mil guerrilheiros armados que, segundo o Ministro da Defesa de Israel, Ariel Sharon, teriam ficado na cidade. Altos funcionários israelenses denunciaram a chacina e responsabilizaram os milicianos falangistas. Disseram que as tropas israelenses que cercavam o campo e permitiram a entrada dos milicianos fizeram todo o possível para impedir a morte de mulheres e crianças, chegaram a atirar nos comandos cristãos. Acrescentaram que, sem a presença dos israelenses, a matança poderia ter sido bem maior.¹²

Tudo indica que se tratava de mais um acerto de contas entre cristãos e muçulmanos. Os palestinos já evacuaram o Líbano, mas corre o boato de que cerca de 2 mil guerrilheiros permaneceram no país, escondidos em campos de refugiados. Para completar o quadro, acabava de ser assassinado o presidente libanês, Bashir Gemayel, que parecia ter todos os predicados para pacificar o Líbano e restituir-lhe o esplendor perdido em 7 anos de conflitos internos. Israel, que já estava-se retirando também do Líbano depois de 4 meses de intervenção, decide ocupar novamente suas posições em Beirute oriental para garantir a ordem. Sua presença

¹² *JB*, 19 de setembro de 1982, p. 14.

não impedirá a invasão dos campos de refugiados e, confirmando a maldição bíblica, “toda a culpa cairá sobre a sua cabeça”.

A primeira discrepância refere-se ao número de mortos. Na mesma matéria, lê-se:

Segundo a *UPI* era impossível determinar o número de vítimas porque os cadáveres estavam espalhados por uma área muito grande, mas a agência chegou a admitir que a cifra poderia ser superior a mil. Um funcionário do Departamento de Estado, citado pela *Reuters*, disse que diplomatas americanos e europeus contaram 300 cadáveres. Uma fonte palestina citada pela *AP* disse que as vítimas são milhares.

A cada dia, informa-se número diferente. A fotografia do primeiro dia fala em “centenas”; o jornal do dia 21 Informa: “Cruz Vermelha diz que mais de 1 mil morreram no ataque”. A coluna *Análise da Notícia*, de 22 de setembro, estima os mortos em 700 ou 800, mas ressalva que a *Wafa*, agência de notícias palestinas, divulgou a cifra de 1.700.

Ao final das sindicâncias, o número oficial será de 300 vítimas, nunca claramente noticiado, apesar de os jornais mencionarem o episódio sempre que querem se referir a um incidente de triste memória ou de proporções terríveis.

A segunda discrepância tem a ver com quem denuncia primeiro. No *sublead*, informa-se que foram “altos funcionários israelenses” e, no quinto parágrafo do mesmo artigo, lê-se: “O massacre foi denunciado pela Cruz Vermelha Internacional, e pelo escritório da Organização para Libertação da Palestina (OLP) em Estocolmo e depois constatado pessoalmente pelos correspondentes estrangeiros”.

Não importa muito quem denuncia primeiro. O fato é que os protestos horrorizados são generalizados, dando margem a uma das coberturas mais intensas e controvertidas de que se tem notícia. Durante 15 dias seguidos, relatando um conflito de 36 horas, o *JB* publicou 94 matérias, com 13 chamadas de primeira página, 14 manchetes de páginas Internas, 23 fotografias e 4 editoriais. “Massacre” e “chacina” aparecem 21 vezes nos títulos e são di-

vulgados 10 protestos oficiais, dos Estados Unidos à União Soviética, passando pelo Brasil, pela ONU, por todos os países árabes, pelos principais países europeus, pelos grandes jornais do mundo, alguns israelenses e os judeus dos EUA, além de Arafat.

Três anos mais tarde, em maio de 1985, também em Sabra e Chatila, ocorrerá outra matança, com 500 palestinos mortos por xiitas libaneses. A repercussão será bem diversa que a anterior. O conflito dura 14 dias, mas apenas 9 edições do *JB* dele tratarem, em 14 matérias, todas de páginas Internas. A chacina, também de civis inocentes, não merecerá chamada alguma de primeira página, editorial, alguma protesto algum e somente 2 fotografias. Nos títulos, apenas 1 vez será usado o termo “massacre”.

A imprensa mundial não foge do mesmo tratamento. Eliahu Tal fez o levantamento do espaço ocupado nos 4 maiores jornais dos Estados Unidos – *The New York Times*, *The Washington Post*, *The Los Angeles Times* e *The Christian Science Monitor*. Em 1982, os 4 somaram 8.726 polegadas publicadas a respeito das 300 mortes de Sabra e Chatila e apenas 842, em 1985, a respeito das 500 mortes de Sabra e Chatila.¹³ O levantamento apresenta ainda os seguintes números: 129 matérias de primeira página, contra 10; 20 editoriais em 1982 e 5 em 1985. E contou, em títulos, a utilização da palavra “massacre”: 122 vezes no primeiro episódio e 2 no segundo.

Hama, do sangue à tinta

Hama será outro palco de 3 episódios sangrentos da história do Oriente Médio e que, inexplicavelmente, merecerão discreta cobertura da imprensa brasileira e mundial. Os correspondentes locais sofrem censura rígida do governo sírio e o acesso lhes foi vedado durante todo o tempo em que duraram as ações. Só lhes foi permitido verificar a amplitude dos boatos *in loco*, dias mais tarde, quando as autoridades sírias já tinham apagado qualquer vestígio.

¹³ TAL, Eliahu. *Israel in medialand*, p. 15.

A disputa síria, ao contrário da libanesa, ocorrerá entre facções adversárias muçulmanas: os sunitas, fundamentalistas, que representam 70% da população síria, não aceitam o sincretismo religioso dos alauistas (12% da população), que adaptam, ao Islã, práticas cristãs e ocidentais. Opõem-se, conseqüentemente, ao presidente Hafez Assad, alauita confesso, que domina o partido *Baath* e o exército. Para combatê-lo, os sunitas organizam grupo armado, a Irmandade Muçulmana, que pretende, pela guerrilha, derrubar Assad e tomar o poder.

Assad entrega a seu irmão, Rifaat, o comando de sua guarda de elite – *Saraia el-difaa* – que declara guerra total à Irmandade Muçulmana. De provocação em provocação, as lutas chegarão ao paroxismo ao ocorrer o atentado frustrado, em 25 de junho de 1980, contra o presidente Assad, quando este se preparava para receber o presidente do Mali. Ao ver artefato cair a seus pés, teve rápida reação, atirando a bomba para longe. Escapou de explodir junto com seus seguranças.

A reação de Rifaat foi, também, rápida: na mesma madrugada mandou executar os quase 1.000 Irmãos Muçulmanos encarcerados na Fortaleza de Tadum. E a mídia, bem mais lenta, notícia quase 1 mês depois, em 20 de julho, com pequena coluna: “Massacre de 800 pessoas vinga atentado a Assad”.

A Anistia Internacional estava bem-informada, as lideranças mundiais também. Ninguém se manifestou. A resistência continua, sempre com o objetivo de derrubar o regime. Clandestinos, os Irmãos Muçulmanos escondem-se na cidade de Hama, cujos habitantes, em sua grande maioria sunitas, dão guarita ao quartel-general da Irmandade.

No dia 23 de abril de 1981, as tropas de elite do governo sírio, sempre comandadas pelo irmão do presidente, resolveram atacar o QG da confraria e, como não se sabia exatamente em que prédio se escondiam os mentores dos inúmeros atentados, o governo decidiu arrasar vários quarteirões. A primeira notícia a respeito aparece no jornal francês *Le monde*, de 13 de maio de 1981, 20 dias mais tarde. O jornal não se atém a um dos princípios básicos do jornalismo: a atualidade. Mas, de qualquer forma, reage mais rápido que os periódicos americanos: o único a se manifestar,

exatamente 2 meses após o massacre, é o *Washington Post*, em artigo escrito de Washington e assinado pelo editor-chefe do jornal, Edward Cody.

O segundo ataque a Hama ocorre coincidentemente em 1982, o mesmo ano de Sabra e Chatila, mas não chegará às manchetes. Thomas Friedman reconhece, em seu livro, que “Até hoje, não há detalhes completos do que aconteceu exatamente naquele mês de fevereiro de 1982. A nenhum repórter foi autorizado o acesso à cidade durante o massacre”.¹⁴ As únicas notícias do *JB* datam de 11 de fevereiro, e aparecem na página 12. A manchete “Rebelião ameaça Presidente sírio” é seguida dos entretítulos “Situação grave” e “Ponte destruída”, que descrevem os enfrentamentos entre as forças revolucionárias e as fiéis ao presidente Hafez Assad.

A operação foi desencadeada na madrugada de terça-feira, 2 de fevereiro. As tropas de Rifaat pretendiam repetir de forma mais eficiente o assalto contra o OG dos Irmãos Muçulmanos, realizado 8 meses atrás. Não contavam com a emboscada preparada pelos guerrilheiros que, postados no topo dos prédios, atiraram nos soldados. Diante do sucesso do contra-ataque de surpresa, os *mulaim* convocam, do alto dos minaretes, a população de Hama para a *Jihad*, a guerra santa contra o herege alauita. Recomendam que todos saiam dos seus esconderijos e enfrentem o Inimigo, em todo o país, ao custo da própria vida.

Para o muçulmano, morrer em prol de causa santa é ganhar a vida eterna, e a luta alastra-se por toda a cidade e por todo o país. Os sunitas atacam os alauitas, principalmente os dirigentes do partido *Baath*. Informações oficiais posteriores informam que 50 altos funcionários do governo foram apunhalados enquanto dormiam. A guerra civil faz suas vítimas dos 2 lados. E os sunitas, mais numerosos, estão motivados pela certeza de que alcançarão a vitória.

O foco principal é Hama – maior cidade sunita – onde se firmará a vitória ou a derrota. Diante da disposição dos combatentes, Rifaat pede reforços, que chegam em massa, incluindo a 21ª Brigada Motorizada e a 47ª, com ordem de liquidar o levante, custe o que custar.

¹⁴ FRIEDMAN, Thomas. *De Beirute a Jerusalém*. p. 89.

A decisão dos irmãos Assad foi de tornar exemplar a derrota dos rebeldes: bombardearam todos os bairros e, ao cabo de 2 dias de bombardeio incessante, máquinas de terraplenagem irromperam na cidade, derrubando as ruínas que ainda permaneciam em pé, enquanto os rolos compressores transformavam a cidade em imenso cemitério onde, certamente, muita gente foi soterrada viva. Relata Friedman:

Quando cheguei a Hama, por um momento tive a mesma sensação de tontura que costumava ter ainda menino, quando, no Inverno, íamos de carro até o centro de um lago congelado (...) resumia-se na estranha sensação de estar sobre alguma coisa (...). Chutei a terra embaixo dos meus pés e desenterrei um tênis, um livro em frangalhos e um pedaço de vestimenta qualquer; em outro lugar, pedaços de madeira ou as pontas de vergalhões de aço despontavam na superfície poeirenta. O bairro Inteiro, com tudo o que havia nele, havia sido lavrado como um campo de milho na primavera e, então, achatado.¹⁵

Dos 180 mil habitantes de Hama, calcula-se que 20 mil acabaram sob os escombros enquanto os demais, refugiados dentro do seu próprio país, não encontraram quem gritasse pela Injustiça e pela arbitrariedade a que eram submetidos.

Tratamento bem diverso do que será dado ao massacre de Sabra e Chatila.

Intifada: a sétima guerra

Depois da Guerra de Independência (1948), da Campanha do Sinai (1956), da Guerra dos Seis Dias (1967), da Guerra de Atritos (1967–1973), da Guerra de Yom Kippur (1973) e da Guerra do Líbano (1982), a Intifada pode ser considerada a sétima guerra de Israel, tanto pela gravidade dos enfrentamentos, quanto pelas consequências que engendrará para os israelenses. De fato, a Intifada será a

¹⁵ FRIEDMAN, Thomas, *op. cit.*, p. 94.

maior responsável pela erosão da imagem de Israel no mundo, ganhando espaço cada vez maior nos meios de comunicação. Lutas entre palestinos e israelenses são corriqueiras na Faixa de Gaza e na margem oriental do Rio Jordão, desde 1967. Como explicar, então, que um *low-grade regional conflict* – assim classificado pelo *ombudsman* Richard Harwood, do *Washington Post* – seja alvo de 300 mil palavras publicadas em 5 meses nesse mesmo jornal?¹⁶

É que a Intifada reúne todos os ingredientes do inusitado, que transformam uma nota comum em manchete de primeira página. Pela primeira vez, o soldado israelense está sem ação: ele, que já encarou e venceu as condições mais adversas, que foi capaz de virar a derrota anunciada da Guerra de Yom Kippur. O soldado israelense sabe dos riscos, mas não consegue ver, nas crianças e nos adolescentes, o inimigo perigoso, que precisa de ser combatido. E não será esta a imagem escolhida pela imprensa para divulgar os acontecimentos. O soldado israelense será o agressor e o jovem palestino a vítima indefesa. A trajetória acompanhada pela filmadora será da pedra lançada pelo jovem árabe sem nunca alcançar o seu alvo e da sua corrida desesperada para fugir da fúria do israelense.

Tudo começa no dia 9 de dezembro de 1987, quando um israelense é esfaqueado enquanto fazia compras em Gaza. Sua morte revolta familiares e amigos que se limitam a chorar a perda, tristemente comum no dia-a-dia da região. No dia seguinte, 4 palestinos morrem acidente de carro, fato também comum: morre-se mais, em Israel, de acidentes de carro do que em consequência dos conflitos. Embora as 2 ocorrências nada tenham em comum, a máquina de fazer boatos espalha que a morte dos 4 é resultado da Lei de Talião: foram mortos por israelenses em ataque de represália. O medo de nova retaliação por parte dos israelenses acende o pavio que fará explodir o barril de pólvora do campo de Jebaliah.

Jebaliah, com seus 50 mil refugiados, é base de operações da OLP e a lembrança de Sabra e Shatila ainda não cicatrizou na memória dos refugiados. Eclodem tumultos que provocam a morte

¹⁶ TAL, Eliahu, *op. cit.*, p. 5.

de 1 estudante de 17 anos e ferimentos em mais 16 jovens. Os demais campos superpovoados de Gaza aderem à revolta. Temendo a agressão, agriDEM primeiro.

O *JB* de 10 de dezembro nada publica sobre o israelense, o que confirma que as mortes de israelenses são raramente reportadas. Mas, no dia 11, consta na página 13 que “Luta mata palestino, fere 16 e fecha Gaza” e, no dia 12, o título curto “Massacre” dá o tom que será utilizado daí em diante para descrever os acontecimentos: “Polícia israelense matou a tiros 3 palestinos e feriu 21, num protesto contra a ocupação da Cisjordânia, no campo de refugiados de Balata”.¹⁷ Será o pontapé inicial para a divulgação, apenas durante o ano de 1988, de 424 matérias sobre a Intifada e enfrentamentos entre OLP e Israel.

Exército jornalístico

Se os conflitos tiveram por cenário Gaza, Nablus, Ramallah e Hebron, a ação se desenrolou, de fato, para o público em geral, nas telas de televisão e nas páginas dos jornais. A cobertura contou com um dos maiores contingentes já registrados na história do jornalismo. O exército de 350 correspondentes fixos, lotados em Israel, representa o terceiro maior corpo de profissionais do mundo, depois de Washington e Moscou. Somam-se, a este número, cerca de 600 enviados especiais e jornalistas *free-lancers* que se dirigem à Terra Santa sempre que surge fato novo.

A notícia diz quase sempre “Israelense mata palestino”. As versões podem variar em torno da identidade: o israelense será, de modo geral, soldado ou colono mas, em ambos os casos, a conotação é de usurpação; e o palestino será jovem, adolescente ou refugiado, passando, ao leitor, o sentimento de desamparo.

Quase sempre presente, na descrição dos fatos, a intenção de matar: os palestinos são mortos por raivosos que tinham a intenção de matar. Por que a raiva e por que atiraram? Estas respostas

¹⁷ *JB*, 1^a de agosto de 1988.

não interessam ao jornalista, que prefere deixar pairar, no ar, a gravidade do gesto carregado de maldade.

A omissão de dados e situações é constante, como, por exemplo, stress e pressão, que nunca são descritos no dia-a-dia do soldado israelense. E, quando algum deles sucumbe, estourando, extravasando, de forma violenta, sua raiva e sua impotência, a imprensa descreve o fato como rotina e, não, como exceção. Foi o que aconteceu quando 4 soldados israelenses pegaram 2 palestinos que estavam atirando pedras em passantes em Nablus e os espancaram. Filmado pela *CBS*, o fato teve ampla repercussão mundial, provocando revolta e protestos. A atitude dos soldados é obviamente condenável. Deseja-se aqui discutir, no entanto, a atitude da imprensa diante do fato, sobretudo a partir do noticiário do *JB*, mostrando como o discurso pode ser tendencioso.

No dia 27 de fevereiro de 1988, matéria em 3 colunas tem, por título, “Violência filmada acaba em prisão”. O *lead* tampouco deixa margem à dúvida: “Presos 4 soldados e demitido do comando um capitão, todos filmados pela rede de TV americana *CBS*, quando espancavam brutalmente 2 manifestantes árabes”. As informações induzem a crer que os soldados foram presos, simplesmente, por terem sido filmados quando, na verdade, foram presos, exatamente, por terem cometido a violência.

A imprensa não noticiou o julgamento, fato inusitado nos países árabes: não se tem um único registro de julgamento de militar ou civil árabe por abuso de poder ou por uso de força. No caso, não se trata de omissão da imprensa, mas de doutrina árabe: quem atinge um judeu está cumprindo missão sagrada obrigatória. É o grito de guerra lançado, diariamente, do alto dos minaretes por líderes religiosos, nunca contado na imprensa ocidental. O alinhamento à ordem dada por aiatolá só atingiu repercussão internacional quando proferido contra Salman Rushdie, o escritor muçulmano radicado em Londres e autor de *Versos Satânicos*, obra considerada herética e ofensiva ao Corão.

É também a convocação formal publicada regularmente na primeira página do jornal *Al Auada-A Voz da Intifada*, de Gaza:

Irmão revolucionário. É seu dever improvisar e inventar, pois o inimigo está aprimorando os meios da opressão. Mate e lute

com tudo o que lhe cair nas mãos: faca, pedra, coquetel *molotov*, são armas revolucionárias que encurtarão o caminho para a libertação da Palestina (...). Com cada soldado morto ou ferido, você estará salvando a Palestina.¹⁸

Tampouco foi noticiado que o exército israelense desenvolveu, a partir do incidente condenado, programa de orientação e ajuda aos soldados, sob a supervisão de psicólogos, para melhorar o autocontrole e o respeito devido pelos soldados aos adversários.

A percepção dos enviados especiais a Israel é sempre seletiva. Ao falar dos **territórios ocupados**, por exemplo, os jornalistas nunca se lembram dos assentamentos judaicos antiquíssimos como os de Hebron, nem recordam que ali nasceram líderes como Itzhak Shamir: só evocam a **colonização**, perpetrada por judeus ortodoxos.

Nos territórios ocupados, a tônica é sempre dada aos árabes perseguidos ou revoltados. Os jornais nem sequer mencionam os quase 65% de palestinos apolíticos que querem viver em paz, trabalhar e conviver com os israelenses, de quem se sentem irmãos. Quando surgem estatísticas de mortes entre a população palestina, pressupõe-se que ocorreram por embates com as forças israelenses. Os repórteres nunca se lembram de separar (e até salientar, como seria o caso) as mortes de palestinos por palestinos, que remontam à metade: matam-se por desavenças políticas, rivalidade comercial ou rixas familiares; matam-se por questões de honra ou por apoiar Israel. Nada disso é noticiado.

Tratamento diferenciado é dado pela mídia também aos comerciantes árabes das zonas ocupadas. Intimidações e ameaças palestinas nunca são apontadas, enquanto as decisões israelenses são sempre alvo de destaque.

Típica é a descrição da greve geral decretada pela OLP para o dia 28 de março de 1982, em protesto contra os acordos de paz entre Israel e Egito. A greve não contou com a adesão esperada. Numerosos foram os comerciantes que preferiram manter seu

¹⁸ *Al Auada-A voz da Intifada*, 3 de março de 1988, p. 1.

comércio aberto, alguns por questões financeiras, outros para marcar seu posicionamento político. Ocorreram vários enfrentamentos entre os grupos contrários, e Henry Kamm, do *The New York Times* reporta que “os comerciantes que não aderiram à greve foram intimidados pela mão forte da polícia israelense”.¹⁹ Já a ação dos organizadores da greve, tentando obrigar os comerciantes a abaixar suas portas, foi qualificada de “leves pressões” pelo mesmo articulista. Os comerciantes sofrerão, a partir de então, sérias violências por parte dos palestinos mais radicais, até mesmo intimidações e assassinatos, mas nada disso será noticiado na imprensa.

E, quando a imprensa se vê obrigada a noticiar distúrbios e enfrentamentos, o faz omitindo o dado principal que mudará o enfoque da notícia. Esta distorção aparece, por exemplo, na matéria publicada pelo *JB* com o título “Exército de Israel mata 2 palestinos e fere 70”, de 18 de julho de 1994. O subtítulo mantém o mesmo tom: “Tropas abrem fogo contra trabalhadores que tentavam cruzar posto de fronteira, no pior Incidente em Gaza desde autonomia.” A *Reuters* explica o incidente como insatisfação dos “trabalhadores palestinos” que “protestam contra a estrita segurança israelense que os obriga a esperar horas para entrar no país, onde vão trabalhar diariamente”. Em nenhum momento da reportagem é feita a alusão de que é *Tisha Beav*, dia santo em Israel, portanto feriado para todos os trabalhadores. O repórter da *Reuters* e o redator do *JB* não levantam a hipótese óbvia de que não se trata de “trabalhadores”, mas de elementos desejosos de perturbar a ordem e que, armados, forçaram a passagem na fronteira e a resposta israelense.

A Intifada será responsável por outra mudança radical na mídia. Será a partir da ação de Israel, primeiro no Líbano e depois nos territórios ocupados, que Israel passará a ser taxado de potência racista e exterminadora. Começam as associações negativas. Israel é sub-repticiamente comparado com o regime racista da África do Sul. Israel, que foi o primeiro país a se manifestar

¹⁹ *The New York Times*, 28 de março de 1982, p. 9.

oficialmente contra o regime de *apartheid*, passa a ser acusado de fazer a mesma coisa.

Ao estampar, no dia 15 de dezembro de 1987, o título “Um Soweto nas mãos de Israel”,²⁰ o *JB* adere à campanha mundial de confirmação de Israel como país racista. A moção da ONU, considerando o sionismo uma manifestação de racismo, já cunhou o caráter discriminatório de Israel. E, ao associar a sua imagem à da África do Sul, torna a mácula indelével.

Mas será a associação com o nazismo que tornará as acusações mais ferinas. As primeiras tentativas de associação surgem já em 1967, durante a Guerra dos Seis Dias, com o título “Judeus usam a tática dos nazistas”,²¹ imagem da descrição de como Israel rompeu o bloqueio egípcio e cruzou o Canal de Suez.

A associação não pararia por aí: irá crescer com o uso constante do termo “campos de concentração” para designar o confinamento de prisioneiros de guerra. A fotografia estampada na primeira página do *JB*, de 10 de junho de 1967, com a legenda “Prisioneiros de guerra tiram os sapatos antes de seguir para os campos de concentração de Israel”²² busca confirmar a atitude odiosa e nazista dos judeus. Tirar os sapatos desperta, imediatamente, a lembrança da prática nazista de despir todos os prisioneiros antes de encaminhá-los para as câmaras de gás e a expressão “campos de concentração” está carregada de lembranças repulsivas.

No dia 12 de junho de 1982, por exemplo, o título em duas colunas “O estrategista da ‘Blitz-Krieg’”²³ poderia até parecer elogioso se não levasse a subentender, no termo alemão, a técnica de guerra fulminante e arrasadora. Já a matéria de 27 de março de 1988, em 3 colunas, é mais direta: “Médica brasileira denuncia uso de **gás** para **exterminar** árabes”. O negrito é utilizado para sublinhar a associação das palavras gás e extermínio, método utilizado pelos nazistas para o genocídio.

²⁰ *JB*, 15 de dezembro de 1987, p. 12.

²¹ *JB*, 7 de junho de 1967, p. 4.

²² *JB*, 10 de junho de 1967, p. 1.

²³ *JB*, 12 de junho de 1982, p. 12.

Esses dados isolados não teriam maior significado se sua divulgação não ocorresse no mesmo dia que a informação, em apenas 1 coluna: “53 civis morreram e 120 ficaram feridos no bombardeio iraquiano de cidades do Interior do Irã”.²⁴ Notícia sem destaque, nem comentários, mesmo sabendo-se que os 2 países já utilizaram armas químicas e não apenas bombas de gás lacrimogêneo.

1991, o Golfo de máscara

Uma das características da Guerra do Golfo foi a de ter deslocado o epicentro da disputa entre Iraque e Kuwait para Israel. Outro aspecto importante é que foi a primeira guerra mostrada ao vivo para o mundo pela CNN. Ao contrário dos combates anteriores, os jornalistas não se mantiveram atrás da notícia, discretos e anônimos, valorizando aquilo que transmitiam pelo conteúdo da notícia em si e pelo talento profissional. Os jornalistas, desta vez, transformaram-se na própria notícia, quer em Bagdá, onde o repórter da CNN transmitia ao vivo as notícias de bombardeios, quer em Tel Aviv, com a máscara antigás encobrindo o rosto e embotando a voz.

Apesar da cobertura total, a imprensa vai-se sentir perplexa. O discurso maniqueísta foi inteiramente subvertido. Os israelenses do embate em curso não cabiam no estereótipo de invasores, exterminadores-de-árabes-perseguidos, e os árabes, que se tinham transformado em invasores, não correspondiam mais à imagem de desterrados-desabusados. O que destoou inteiramente do conhecido foi a postura de Israel. Pela primeira vez, Israel não tomava a iniciativa, não atacava, nem revidava. E ninguém entendia nada...

Quando, em 8 de junho de 1981, Israel destruiu a usina nuclear iraquiana, protestos se generalizaram. O *JB* publicou no mesmo dia editorial “Abuso de Poder”, dedicou 3 páginas ao assunto, e diversos países manifestaram seu repúdio: “EUA conde-

²⁴ *JB*, 27 de março de 1988, p. 21.

nam ataque e podem suspender ajuda a Israel, Paris acusa Tel Aviv mas pode parar ajuda, Brasil condena ato de agressão injustificado”.²⁵ A postura correspondia à imagem generalizada que a mídia fazia e transmitia de Israel. Uma das matérias, até mesmo, “Tudo pela ‘Eretz Israel’”, define a onipotência israelense em relação aos objetivos que determinou para si. A mídia não teve a coragem de reconhecer o perigo que representava, para a região e para o mundo, a posse da tecnologia nuclear por um ditador desequilibrado, que já tinha feito uso de armas químicas contra populações indefesas.

Mais tarde – 10 anos – quando choveram sobre Tel Aviv *scuds* e ogivas com capacidade para gás químicos, o mundo iria suspirar aliviado pela ação bem sucedida de Israel, embora ninguém, nem a mídia, o reconheça.

²⁵ *JB*, 9 de janeiro de 1981, p. 1, 6, 10, 14 e 15.



recorte aqui

dobre aqui

!SR-47-580/85
UP CT/GOT
DR/BSB

**CARTÃO RESPOSTA COMERCIAL
NÃO É NECESSÁRIO SELAR**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
70919 970 BRASÍLIA DF

P E S Q U I S A

A Editora Universidade de Brasília está desejando conhecer melhor os seus leitores. Em nossos livros você encontra um formulário para preencher e nos enviar e receber gratuitamente informativos sobre nossos lançamentos. Aproveite para dar a sua opinião sobre os nossos livros. Obrigado.

Nome

Endereço

Bairro

Cidade

UF

CEP

RG

Telefone

Data de nascimento

CPF

Empresa onde trabalha

Profissão

Ramo de atividade

Sexo

masculino

feminino

Possui filhos?

sim

não

Estado civil

casado

solteiro

outros

Qual a faixa etária

0 a 5

6 a 10

acima de 10

Quais são as áreas, dentro de nosso linha de publicação, que mais interessam a você?

Negócios

Biografias

Culinária

Dicionários

Direito

Literatura

Psicologia

Turismo

Informática

Ciências Exatas

Religiões e Crenças

Ciências Biológicas e Medicina

Artes, Esportes e Lazer

Ciências Humanas e Sociais

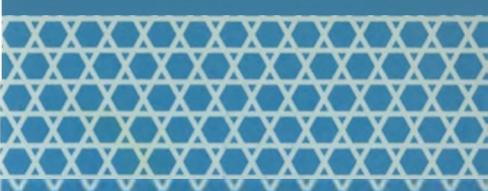
Use este espaço para dar sua opinião e/ou sugestões sobre as nossas publicações.



*Gráfica e Editora
Qualidade Ltda.*

Fone PABX (061) 386-5199
Fax: (061) 386-4200

qualidade@tba.com.br



Clássicos gregos e latinos
Editora UnB

Orestes
Eurípides

Lísis
Platão

Apologia de Sócrates/Crítion
Platão

Agamenon
Ésquilo

As traquínias
Sófocles

Díálogo dos mortos
Luciano

Hipólito
Eurípides

A sogra
Terêncio

A comédia da marmíta
Plauto

Pluto (A riqueza)
Aristófanes

Brasil e Israel



Brasil e Israel: diplomacia e sociedades foi escrito, com esmero, por oito autores que analisaram o tema com o objetivo de compreender a substância e o alcance das relações entre estes dois países. A primeira percepção que tivemos com sua leitura leva-nos a crer que não se descortina originalidade marcante nas relações de longo prazo entre Brasil e Israel, quando comparadas com as relações do país judeu com a maioria dos países ocidentais. Com efeito, o Ocidente viu-se na contingência de reagir diante da instabilidade política da região, da ascensão de Israel como potência regional e das grandes oportunidades de negócios criadas pelos países árabes. A conduta das diplomacias ocidentais, de certo modo, assemelhou-se.

Desde o empenho de Oswaldo Aranha em criar o Estado de Israel, quando este brasileiro era Presidente da Assembléia da ONU, em 1947, até nossos dias, a diplomacia brasileira nunca deixou de acompanhar o destino daquela nação do Oriente Próximo e de reagir em face dos acontecimentos que afetavam sua existência. As atitudes do governo brasileiro, como de outros governos, oscilaram, e muito, ante o quadro regional conturbado e ante o dilema de ter de considerar a sorte de países vizinhos a Israel, particularmente a causa do povo palestino. A política internacional teve, na região, uma de suas zonas de alta pressão, com impulsos próprios e não apenas decorrentes das injunções da Guerra Fria. Daí o envolvimento de um país como o Brasil – apesar de alheio ao conflito leste-oeste – com as convulsões políticas do Próximo Oriente.

Código EDU 277487

